



Universidade Federal de Sergipe

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**PRÁTICAS EDUCATIVAS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SERGIPE: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES
(1974-1991)**

ALESSANDRO ARAÚJO MENDES

**SÃO CRISTÓVÃO - SE
2018**



Universidade Federal de Sergipe

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO**

**PRÁTICAS EDUCATIVAS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES EM SERGIPE: PERMANÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES
(1974-1991)**

ALESSANDRO ARAÚJO MENDES

Texto apresentado à Banca Examinadora de Defesa de Doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas.

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2018**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

M538p Mendes, Alessandro Araújo
Práticas educativas e institucionalização de crianças e adolescentes em Sergipe : permanências e transformações (1974-1991) / Alessandro Araújo Mendes ; orientadora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas. – São Cristóvão, 2018.
251 f. : il.

Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Educação - Sergipe. 2. Socialização. 3. Menores – Estatuto legal, leis, etc. 4. Instituições sociais. 5. Ressocialização. I. Freitas, Anamaria Gonçalves Bueno de, orient. II. Título.

CDU 37.091.4:343.815(813.7)

AGRADECIMENTOS

O curso de doutorado amadurece e torna o pesquisador mais preparado tanto para a vida profissional quanto para a vida pessoal, visto que, no caso desta minha experiência, pude conhecer pessoas que viveram o processo de institucionalização e perceber as nuances do que os homens são capazes de arquitetar. A pesquisa foi desenvolvida com certa dificuldade, mas acredito ter atingido os objetivos estabelecidos. Não caminhei sozinho; muitas pessoas estiveram comigo nesta jornada por acreditarem no meu projeto, às quais passo a agradecer.

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter traçado este caminho para a minha vida; abençoando-me com este momento de felicidade e por ter colocado pessoas capazes de me guiarem ao longo da pesquisa.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, por ter acreditado na minha tese e confiado no meu comprometimento com a pesquisa. A sua precisão técnica, organização, didática e modo de agir me ajudaram a ter uma melhor postura quanto à pesquisa e no exercício da docência. Muito grato.

Ao Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento, por ter me acolhido e contribuído na construção do primeiro degrau, o mestrado, sendo fundamental para que o doutorado se tornasse uma realidade em minha carreira profissional.

Aos professores do Programa: Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição, Prof.^a Dr.^a Rita de Cássia Santos Souza, Prof.^a Dr.^a Josefa Eliana, Prof.^a Dr.^a Sônia Meire, Prof.^a Dr.^a Maria Inês, Prof.^a Dr.^a Neide Sobral e Prof. Dr. Dilton C. S. Maynard pelos conhecimentos passados em sala de aula, debates e indicações de leitura, os quais foram de grande relevância para a minha tese.

Aos professores que participaram da minha banca de qualificação: Prof. Dr. Joaquim Tavares da Conceição; Prof.^a Dr.^a Raylane Andreza Dias Navarro Barreto; Prof.^a Dr.^a Milena Aragão; Prof.^a Dr.^a Marizete Lucini; Prof.^a Dr.^a Alessandra Bispo pela leitura criteriosa e pelas contribuições.

Aos servidores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe, inclusive aos ex-coordenadores representados, neste momento, pelo atual Coordenador Prof. Dr. Alfrâncio Ferreira Dias; ainda: ao Guilherme pelas orientações sobre os procedimentos administrativos: matrícula, apresentação de documentos, entre outros; e demais membros da equipe.

Aos colegas de turma pelas conversas e debates nos intervalos das aulas, em especial à Marta Minatel, Marcos e Ana Luíza. Os diferentes objetos de estudo e discussões em sala de aula ajudaram a compreender outras possibilidades de pesquisas.

Agradeço a Genilson Maciel Santana por ter cedido material de pesquisa e pelas mediações com os entrevistados, tanto ex-internos quanto ex-servidores da FEBEM-SE. A Milton, pelas indicações de pessoas que eu poderia entrevistar. A todos os entrevistados, ex-internos ou ex-servidores da FEBEM-SE. À Ana Bárbara Assunção Vazquez Correa pela generosidade por ter me emprestado os relatórios da referida instituição, sem pestanejar; documentos raros, talvez únicos em Sergipe. Minha gratidão.

À Sra. Assunção, do Arquivo Geral do Poder Judiciário, por sempre me receber com atenção e presteza. Aos demais técnicos do arquivo pela paciência e cortesia.

À Prof^a. Dr^a. Sônia Câmara por ter me recebido na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, onde participei de uma reunião do seu grupo de estudos sobre o tema da minha tese e por ter indicado fontes de pesquisas.

Aos funcionários e servidores da Biblioteca Epifânio Dória, do Arquivo Público do Estado de Sergipe, do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura (UNIT – Universidade Tiradentes/SE), da biblioteca do Tribunal de Justiça, da Biblioteca Central da Universidade federal de Sergipe, da Fundação Renascer, da Secretaria de Justiça do Estado de Sergipe, da Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Cidadania e do Arquivo Nacional.

Agradeço também à Niraildes Machado Prado e à Ana Luíza Melo de Almeida pela compreensão e apoio nas minhas atividades de trabalho, pela atenção à minha pessoa em todos os momentos. Às minhas amigas Janete Valeriano e Alessandra Monteiro Alves pelas parcerias de trabalho e amizade.

Ao meu amigo-irmão Márcio Eduardo pelas orientações nos momentos difíceis durante as pesquisas desta Tese. Muito obrigado.

Às minhas tias Telma, Teresa e Vera; aos meus queridos primos e primas: Hellen, Anderson, Wagner, Verusca, Vanessa, Valesca, Verlane, Silvana por estarem sempre presentes nos momentos de alegria e dificuldades. Gratidão.

À minha tia Zuleide Mendes pelo carinho e atenção; a André Mendes; aos tios Josevel, Geraldo, Jorcelino e José Mendes pelas palavras de orientação e incentivo; por serem referências em minha vida. Agradeço por tudo que fizeram pela minha família e por mim.

À minha mãe, Maria Helena Araújo Mendes, e aos meus irmãos Cícero Ítalo Araújo Mendes, meu amigo e referência de retidão na vida pessoal, profissional e familiar; e Karina Araújo Mendes, amiga, espirituosa e querida por todos. Sou grato a vocês por terem me apoiado neste projeto. Aos meus queridos sobrinhos: Rodrigo, Alice, Gustavo e Davi, por oportunizarem momentos de alegria neste percurso. Ao meu pai (*in memoriam*), que partiu mas deixou seus ensinamentos e valores. Homem de reputação ilibada, fez com que eu chegasse aqui, incentivando-me para os estudos. Dizia ele: “a educação é a única riqueza que ninguém poderá lhe tirar”. Estava certo. Tenho certeza que ficaria orgulhoso neste momento.

Todas as minhas conquistas são de todos que estiveram ao meu redor, direta ou indiretamente. Agradeço imensamente.

RESUMO

A presente tese tem como objeto as práticas educativas direcionadas aos menores institucionalizados em Sergipe durante o período de 1974 a 1991, período de fechamento da Cidade de Menores Getúlio Vargas e a instituição da Fundação Renascer. A princípio, pensei em focar apenas nos menores delinquentes - como eram referidos à época, entretanto, ficou clara a impossibilidade de deixar de fora das investigações as crianças e os adolescentes órfãos, abandonados, pobres, deficientes, indisciplinados, rebeldes, entre outros, pelo fato de serem a maioria dos internos da FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) sergipana. Consiste em uma pesquisa histórica desenvolvida no campo da História Cultural e no método do paradigma indiciário. O objetivo geral foi compreender as práticas educativas dirigidas aos menores por parte das autoridades em Sergipe, como: governadores, diretores da FEBEM-SE, juízes de menores, monitores, entre outros. Os objetivos específicos, por sua vez, foram: investigar de que forma as autoridades enfrentaram o problema do menor com o fechamento da Cidade de Menores em 1974; identificar as instituições que acolheram os menores entre 1974 e 1991; analisar as representações sociais e das autoridades sobre estes sujeitos e o tipo de educação dirigida a eles; verificar o perfil dos menores internos das unidades oficiais e conveniadas da FEBEM-SE. As fontes utilizadas foram desde documentos judiciais, administrativos, jornais e imagens à história oral; relatórios, boletins individuais dos menores, artigos de jornais sergipanos, fotografias e uma série de entrevistas com ex-internos e ex-servidores. Desta forma, defendo a tese de que com o advento do Código de Menores de 1979, houve um tratamento diferenciado aos menores que estiveram aos cuidados da FEBEM-SE, ofertando educação e encaminhamento para um trabalho digno, capazes de lhes promover a subsistência, apesar da política de internação ter permanecido e com o encaminhamento para instituições diversas das previstas pela legislação. Destaco alguns conceitos que utilizei para a análise e compreensão do tema, tais como: Práticas educativas (NÓVOA, 1995); sociedade (ELIAS, 1994); menor (ARANTES, 1995; RIZZINI, 1995, 2010; VEIGA; FARIA FILHO, 1999), institucionalização (DIAS e SILVA, 2012), representação e apropriação (CHARTIER, 2009); crime (FOUCAULT, 1987) e instituição total (GOFFMAN, 2015). Quanto aos resultados, pude perceber que o público da FEBEM-SE diferenciava-se de outras em relação aos quantitativos de órfãos, abandonados e pobres, os quais eram bem elevados em Sergipe em face do número de infratores. Pude registrar os discursos de ex-internos e ex-servidores que em alguns momentos convergiam, divergiam ou foram omissos, como nas discussões sobre punições e disponibilização de oficinas preparatórias para o trabalho. Muitos ex-internos ainda trabalham nos mesmos empregos que a FEBEM-SE conseguiu para eles, ou exercem o ofício autônomo do que aprenderam no internato. A maioria asseverou que não gostaria de passar pelo mesmo processo novamente e nem colocaria seu filho em um internato, enquanto outros disseram que passaria novamente pela internação caso sua família não tivesse as condições de mantê-lo ou que colocaria seus filhos no internato, no formato que viveram, caso também não pudessem prover o sustento deles. Os encaminhamentos para internação em instituições diversas das que eram de responsabilidade da FEBEM-SE foram raras, somente dois casos; apesar de ter sido comum a custódia ou permanência de menores em delegacias tradicionais quando apreendidos; salientando que à época ainda não havia delegacias especializadas para menores em Sergipe.

Palavras-chave: Educação. Institucionalização. Menor. Práticas educativas. Socialização.

ABSTRACT

The present thesis aims at the educational practices directed at institutionalized minors in Sergipe during the period from 1974 to 1991, the closing period of the Getúlio Vargas Minor City and the institution of the Renascer Foundation. At first I thought of focusing only on juvenile delinquents - as was mentioned at the time, however, it was clear that it was impossible to leave out of the investigation the orphaned, abandoned, poor, disabled, undisciplined, rebellious, among others children and adolescents. fact that they are the majority of the inmates of the FEBEM (State Foundation for the Well-being of the Minor) in Sergipe. It consists of a historical research developed in the field of Cultural History and the method of the indiciary paradigm. The general objective was to analyze the educational practices directed at minors by the authorities in Sergipe, such as: governors, FEBEM-SE directors, juvenile judges, monitors, among others. The specific objectives, in turn, were: to investigate how the authorities faced the problem of the child with the closure of the City of Minors in 1974; identify the institutions that received children between 1974 and 1991; understand the social representations and authorities about these subjects and the type of education directed at them; verify the profile of the internal minors of the official and agreed FEBEM-SE units. The sources used were judicial documents, administrative documents, newspapers and images to oral history; reports, individual bulletins for minors, Sergipe newspaper articles, photographs and a series of interviews with former inmates and former servers. In this way, I defend the thesis that with the advent of the Children's Code of 1979, there was a differentiated treatment of the minors who were in the care of FEBEM-SE, giving them good education and a decent job, capable of promoting them although the hospitalization policy has remained and with referral to institutions other than those provided for by legislation. I highlight some concepts that I used to analyze and understand the theme, such as: Educational practices (NÓVOA, 1995); society (ELIAS, 1994); (DIAS and SILVA, 2012), representation and appropriation (CHARTIER, 2009); crime (FOUCAULT, 1987) and total institution (GOFFMAN, 2015). As for the results, I could see that the public of FEBEM-SE differed from others in relation to the numbers of orphans, abandoned and poor, which were very high in Sergipe due to the number of offenders. I was able to record the speeches of ex-inmates and ex-servants who at times converged, diverged or were silent, as in the discussions on punishments and the availability of preparatory workshops for the work. Many ex-inmates still work in the same jobs that FEBEM has achieved for them, or they carry out the autonomous trade of what they have learned at boarding school. The majority said that they would not want to go through the same process again and would not even put their child in boarding school, while others said that they would go back to the hospital if their family did not have the conditions to keep it or that they would put their children in boarding school, who lived if they could not afford their support either. Referrals for admission to institutions other than FEBEM-SE were rare, only two cases; although the custody or permanence of minors in traditional police stations when seized was common; noting that at that time there were no specialized police stations for minors in Sergipe.

Keywords: Education. Institutionalization. Smaller. Educational practices. Socialization.

RESUMEN

La presente tesis tiene como objeto las prácticas educativas dirigidas a los menores institucionalizados en Sergipe durante el período de 1974 a 1991, período de cierre de la Ciudad de Menores Getúlio Vargas y la institución de la Fundación Renenas. Al principio, pensé enfocarse sólo en los menores delincuentes -como se decían a la época, sin embargo, quedó clara la imposibilidad de dejar fuera de las investigaciones a los niños y los adolescentes huérfanos, abandonados, pobres, discapacitados, indisciplinados, rebeldes, entre otros, el hecho de ser la mayoría de los internos de la FEBEM (Fundación Estatal del Bienestar del Menor) sergipana. Consiste en una investigación histórica desarrollada en el campo de la Historia Cultural y en el método del paradigma indiciario. El objetivo general fue analizar las prácticas educativas dirigidas a los menores por parte de las autoridades en Sergipe, como: gobernadores, directores de FEBEM-SE, jueces de menores, monitores, entre otros. Los objetivos específicos, a su vez, fueron: investigar de qué forma las autoridades enfrentaron el problema del menor con el cierre de la Ciudad de Menores en 1974; identificar las instituciones que acogieron a los menores entre 1974 y 1991; comprender las representaciones sociales y las autoridades sobre estos sujetos y el tipo de educación dirigida a ellos; verificar el perfil de los menores internos de las unidades oficiales y convenidas de FEBEM-SE. Las fuentes utilizadas fueron desde documentos judiciales, administrativos, periódicos e imágenes a la historia oral; informes, boletines individuales de los menores, artículos de periódicos sergipanos, fotografías y una serie de entrevistas con ex internos y ex servidores. De esta forma, definiendo la tesis de que con el advenimiento del Código de Menores de 1979, hubo un trato diferenciado a los menores que estuvieron a los cuidados de FEBEM-SE, dándoles buena educación y encaminamiento a un trabajo digno, capaces de promoverles subsistencia, a pesar de que la política de internación ha permanecido y con el encaminamiento hacia instituciones diversas de las previstas por la legislación. Destaco algunos conceptos que he utilizado para el análisis y comprensión del tema, tales como: Prácticas educativas (NÓVOA, 1995); (ELIAS, 1994); (por ejemplo, en el caso de las mujeres, en el caso de las mujeres). (FOUCAULT, 1987) e institución total (GOFFMAN, 2015). En cuanto a los resultados, pude percibir que el público de FEBEM-SE se diferenciaba de otras en relación a los cuantitativos de huérfanos, abandonados y pobres, los cuales eran muy elevados en Sergipe frente al número de infractores. Pude registrar los discursos de ex internos y ex servidores que en algunos momentos convergían, divergían o fueron omisos, como en las discusiones sobre castigos y disponibilidad de talleres preparatorios para el trabajo. Muchos ex internos todavía trabajan en los mismos empleos que FEBEM-SE consiguió para ellos, o ejercen el oficio autónomo de lo que aprendieron en el internado. La mayoría aseveró que no le gustaría pasar por el mismo proceso nuevamente y ni colocaría a su hijo en un internado, mientras que otros dijeron que pasaría nuevamente por la internación si su familia no tenía las condiciones de mantenerlo o que colocaría a sus hijos en el internado, en el formato que vivieron, si tampoco pudieran proveer el sustento de ellos. Los encaminamientos para internación en instituciones diversas de las que eran de responsabilidad de la FEBEM-SE fueron raras, solamente dos casos; a pesar de haber sido común la custodia o permanencia de menores en comisar tradicionales cuando se incautan; destacando que en la época aún no había comisarías especializadas para menores en Sergipe.

Palabras clave: Educación. Institucionalización. Menor. Prácticas educativas. Socialización.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Centro de Recepção e Triagem de Menores – FEBEM-SE	95
Figura 2: CAM – Centro de Atendimento ao Menor em 1978	108
Figura 3: Aspecto do CENAM no início da década de 1990	110
Figura 4: Ônibus utilizado pela FEBEM-SE	118
Figura 5: Internos da FEBEM-SE nos jogos da administração pública de Sergipe	123
Figura 6: Uso de material concreto pelas crianças da FEBEM-SE	126
Figura 7: Educação profissional para os pais	126
Figura 8: Aspecto da Fazenda Olinda em Riachuelo no início da década de 1990	132
Figura 9: Práticas de criação de animais e cultivo de hortaliças na Fazenda Olinda em Riachuelo.....	133
Figura 10: Notícias sobre o desfile cívico-militar de 7 de Setembro do ano de 1980. (Texto adaptado)	136
Figura 11: Serviços oferecidos pela FEBEM-SE às crianças das comunidades carentes	165
Figura 12: Aula de mecânica com adolescentes da FEBEM-SE	221
Figura 13: Imagem de satélite atual das instalações do CENAM.....	248
Figura 14: Fachada da Casa Santa Zita – Aracaju/SE.....	249
Figura 15: Placa em homenagem à fundadora da Casa Santa Zita.....	249
Figura 16: Placa afixada na Casa Santa Zita que informava que a FEBEM cooperava com a mesma	249

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Registros de entrada nas instituições da FEBEM-SE (1976-1978)	75
Quadro 2: Relação dos presidentes da FEBEM-SE (1976-1991)	103
Quadro 3: Relação dos diretores administrativos da FEBEM-SE (1976-1991)	103
Quadro 4: Relação dos diretores técnicos da FEBEM-SE (1976-1991)	104
Quadro 5: Programas da FEBEM-SE a partir de 1977	128
Quadro 6: Programas sociais da FEBEM-SE a partir de 1988	128
Quadro 7: Analfabetismo entre adolescentes no Brasil e em Sergipe (1991)	138
Quadro 8: Ofertas de vagas nas instituições conveniadas (1976-1978)	166
Quadro 9: Relação da população entre os anos de 1960 e 1990/1	170
Quadro 10: Número de ocorrências e motivo da apreensão dos menores	173
Quadro 11: Relação dos ex-internos da FEBEM-SE entrevistados	208
Quadro 12: Relação dos ex-servidores da FEBEM-SE entrevistados	208
Quadro 13: Frequência dos menores em escolas da rede oficial	220
Quadro 14: Distribuição dos menores segundo sexo e idade atendidos pela FEBEM-SE nos núcleos preventivos e no CAM em 1978. (Quadro adaptado)	251
Quadro 15: Situação escolar dos menores atendidos pela FEBEM-SE nos núcleos preventivos e no CAM em 1978. (Quadro adaptado)	251
Quadro 16: Distribuição por séries dos menores atendidos pela FEBEM-SE nos núcleos preventivos e no CAM em 1978 que cursavam o 1º grau. (Quadro adaptado)	251

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Relação entre as idades e o número de ocorrências	174
--------------------------------------------------------------------	-----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACADEPOL – Academia de Polícia Civil do Estado de Sergipe

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Art.(s)/art.(s) – Artigo(s)

CAM/CENAM – Centro de Atendimento ao Menor

CC – Código Civil de 1916 (Lei 3.071, de 10 de janeiro de 2002).

CEMEC – Centro Educacional do Menor Eronildes Carvalho

CM/1927 – Código de Menores de 1927

CM/1979 – Código de Menores de 1979

CMGV – Cidade de Menores Getúlio Vargas

CP – Código Penal

CRT/CRTM – Centro de Recepção e Triagem de Menores

DEPCA – Delegacia Especial de Proteção à Criança e Adolescente

DL – Decreto Lei

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

Ex. – Exemplo

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FEBEM-SE – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor de Sergipe

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IPM – Instituto Passos Miranda

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PNBM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USIP – Unidade de Internação Provisória

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 POLÍTICAS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA MENORES: DA INTERNAÇÃO À EDUCAÇÃO	33
2.1 CÓDIGO CIVIL DE 1916	39
2.2 CÓDIGO DE MENORES DE 1927	41
2.3 CÓDIGO PENAL DE 1940.....	49
2.4 A POLÍTICA NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR	51
2.5 CÓDIGO DE MENORES DE 1979.....	76
2.6 REFORMA DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS DE 1971	83
2.7 CONSTITUIÇÕES FEDERAIS DE 1967 E 1988	86
2.8 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	89
2.9 LEI 2009, DE 30 DE ABRIL DE 1976 E LEI 2.960, DE 09 DE ABRIL DE 1991 DO ESTADO DE SERGIPE.....	93
3 A FEBEM EM SERGIPE: PRÁTICAS EDUCATIVAS E INSTITUCIONALIZAÇÃO	97
3.1 A CRIAÇÃO DA FEBEM EM SERGIPE	101
3.2 PRÁTICAS EDUCATIVAS E O CONVÍVIO COM OS MENORES	113
3.2.1 Passeios, esportes e lazer	115
3.2.2 Núcleos Preventivos, projetos e programas.....	123
3.2.3 Educação e trabalho	129
3.2.4 Disciplina e fugas	139
3.2.5 Castigos	144
3.3 JUIZADO DE MENORES E A POLÍCIA SERGIPANA	154
3.4 PERFIL DOS MENORES DA FEBEM SERGIPANA	162
3.4.1 Os deficientes mentais da FEBEM-SE	176
3.4.2 Promiscuidade no internato	180
4 REPRESENTAÇÕES DOS MENORES DA FEBEM-SE	183
4.1 OS MENORES NA PAUTA DOS JORNAIS SERGIPANOS	185
4.2 EX-INTERNOS E EX-SERVIDORES DA FEBEM-SE: AS VÁRIAS FORMAS DE OLHAR	207
4.2.1 Os menores também falam: relatos dos ex-internos da FEBEM-SE.....	211
4.2.2 Ex-servidores da FEBEM-SE: institucionalizados?	222
CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
REFERÊNCIAS	237
ANEXOS	248

1 INTRODUÇÃO

Esta tese tem como objeto de estudo as práticas educativas direcionadas aos menores institucionalizados em Sergipe durante o período de 1974 a 1991. A princípio, pensei em focar apenas nos menores delinquentes - como eram referidos à época, entretanto, ficou clara a impossibilidade de deixar de fora das investigações as crianças e os adolescentes órfãos, abandonados, pobres, deficientes, indisciplinados, rebeldes, entre outros, pelo fato de serem a maioria dos internos da FEBEM (Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor) sergipana. Foi adotado um critério de separação interna para melhor andamento dos trabalhos, mas na prática havia uma mistura de menores com motivações muito diversas para o internamento, levando-me a acreditar na possibilidade de órfãos e abandonados passarem a praticar infrações¹ em virtude da convivência com os que delinquiriam.

Saliento ao leitor que, em um ou outro momento da escrita, ao me referir às crianças e/ou adolescentes que tivessem praticado atos contrários à lei, utilizei os termos: menores, delinquentes, infratores, em conflito com a lei, autores de atos infracionais, entre outras denominações, tendo em vista as transformações que tiveram ao longo dos anos, especialmente nas políticas públicas.

O recorte temporal desta tese de doutorado está adstrito ao fechamento da Cidade de Menores Getúlio Vargas em 1974 e a criação da Fundação Renascer, pela Lei 2.960, de 09 de abril de 1991². Quando esta foi inaugurada, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) já estava em vigor, recepcionando os tratados e convenções internacionais para as crianças e adolescentes, sendo conhecida por garantir direitos fundamentais, bem como por consolidar a política de “Proteção Integral”. Esta se contrapôs à Doutrina da Situação Irregular ou da irregularidade que foi desenvolvida ao longo do século XX por estudiosos da América Latina. (PILOTTI, 1995, p. 30-31).

Ressalto que o âmago desta pesquisa se situa no Período Republicano da história do Brasil, onde analisei fontes da época do recorte temporal proposto; porém, frise-se que a preocupação brasileira com o problema do menor advém desde o Período Imperial, o qual deixou como legado “16 instituições asilares para a infância no Rio de Janeiro.” (FALEIROS, 1995, p. 59). Em Sergipe, a primeira instituição pública criada para acolher menores infratores

¹ Silva (1997), dissertou sobre o assunto e entende que as crianças e adolescentes órfãs e abandonadas institucionalizadas nesta época poderiam formar uma identidade criminosa.

² Na verdade houve uma mudança de competência de administração federal para a estadual, alterando-se a nomenclatura de FEBEM para Fundação Renascer do Estado de Sergipe. (art. 7º, I, da Lei 2.960/91 – estadual).

só ocorreu em 1942, com a inauguração da Cidade de Menores Getúlio Vargas. (BISPO, 2007, p. 13). Não obtive evidências de instituições específicas para estes sujeitos no período imperial em solo sergipano, sendo certa a ação caridosa e filantrópica das instituições religiosas, em especial as católicas, onde as crianças eram acolhidas em creches, orfanatos ou nos hospitais de caridade cristã. Nestes “recebiam os enfermos assim como as crianças abandonadas e órfãs, idosos, vagabundos e doentes mentais.” (PILOTTI, 1995, p. 36).

A presente tese consiste em uma pesquisa histórica desenvolvida no campo da História Cultural e no método do paradigma indiciário. O objetivo geral foi analisar as práticas educativas dirigidas aos menores por parte das autoridades em Sergipe. Autoridades como: governadores, diretores da FEBEM-SE, juízes de menores, monitores, entre outros. Os objetivos específicos, por sua vez, foram: investigar de que forma as autoridades enfrentaram o problema do menor com o fechamento da Cidade de Menores em 1974; identificar as instituições que acolheram os menores entre 1974 e 1991; compreender as representações sociais e das autoridades sobre estes sujeitos e o tipo de educação dirigida a eles; verificar o perfil dos menores internos das unidades oficiais e conveniadas da FEBEM-SE.

A tese que sustentei foi que com o advento do Código de Menores de 1979, o qual permeou praticamente todo o recorte temporal desta pesquisa - houve um tratamento diferenciado aos menores que estiveram aos cuidados da FEBEM-SE em relação às de outros estados, desenvolvendo práticas educativas e proporcionando o encaminhamento para um trabalho, capazes de lhes promover a subsistência e de suas famílias; quanto à política de internação, entendi que esta prática permaneceu, inclusive para instituições diversas das previstas pela legislação vigente, que deveriam ser as unidades mantidas ou conveniadas pela FEBEM-SE.

Com base na tese e nos objetivos apresentados, tive como questões norteadoras: quais eram as representações sociais e como ocorriam, na prática, o tratamento dispensado aos menores sergipanos durante o período analisado? A ideia era regenerar pela educação ou excluí-los do meio social? O problema ou problematização deste trabalho, por sua vez, recaiu em indícios de que menores ainda continuaram a ser conduzidos a prisões, delegacias, penitenciárias e cadeias públicas, permanecendo à disposição do Judiciário ou cumprindo internação, visto que encontrei um processo do ano de 1975 que encaminhava um menor à Penitenciária do Estado de Sergipe³. Desta forma, se havia instituições de acolhimento para

³ AGJ-AJU/5ª VP - Processo nº 05, autuado em 10/04/1975, Cx11-A3-MI, período: 1971-1983.

menores delinquentes em Sergipe, onde poderiam receber instrução e educação pelo trabalho, por que continuaram a ser encaminhados para instituições não previstas na legislação?

A motivação para desenvolver esta pesquisa se deu por conta da minha atividade profissional de advogado, na qual lidei diretamente com adolescentes infratores junto à Fundação Renascer⁴ na Unidade de Internação Provisória – USIP, na Unidade Feminina e na Unidade de Semiliberdade; além de ter dado suporte na Unidade de Internação – CENAM (Centro de Atendimento ao Menor), prestando assistência técnica e jurídica. Antes desta atividade atuei na função de Escrivão da Polícia Civil do Estado de Sergipe onde o tema já me chamava atenção em virtude da apreensão de menores pela prática de atos infracionais. Com isso, venho realizando pesquisas nesta área desde 2008, inclusive com uma dissertação de mestrado, defendida em 2014, e pude constatar que a relação entre educação, assistencialismo, punição e exclusão permeou todo o período de 1942 a 1974, quando funcionou no Estado de Sergipe a Cidade de Menores Getúlio Vargas⁵. O termo “problema do menor” era de uso frequente pelas autoridades quando se referiam aos menores abandonados e delinquentes. Também era comum a utilização da expressão “política do menor” ou “problema da criança”. A ideia de inclusão, ou seja, de aproximar os menores do convívio social, surgiu no final do período pesquisado na dissertação, seguindo as tendências internacionais de proteção da criança. (MENDES, 2014).

A produção historiográfica em Sergipe, abordando ou se aproximando do objeto estudado na presente investigação, vem se ampliando nos últimos anos com pesquisas sobre crianças e adolescentes que estavam à margem da sociedade, como: órfãos, abandonados e delinquentes. As produções que se aproximaram do objeto desta tese foram as pesquisas realizadas por Nascimento (2004), Nery (2006) e Conceição (2007), os quais informaram a questão da internação no Ensino Agrícola em Sergipe; sendo possível identificar em Nascimento (2004) o envio de menores rebeldes e delinquentes para estas instituições. Também posso destacar o trabalho de Alessandra Bispo (2007), a qual abordou o funcionamento da Cidade de Menores Getúlio Vargas e o problema do menor delinquente e abandonado sergipano. Por fim, a dissertação de Costa (2013), que identificou o envio de menores delinquentes para cadeias e prisões no final do século XIX e início do século XX, sem qualquer preocupação de proteção, mas sim, com a institucionalização e segregação.

⁴ Fundação do Estado de Sergipe é responsável, atualmente, pela aplicação de medidas socioeducativas aos adolescentes infratores.

⁵ Primeira instituição pública em Sergipe criada, especificamente, para acolher “menores” abandonados e delinquentes, no século XX.

Ressalte-se que estes trabalhos foram realizados pelos respectivos autores no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e que possuem, em algum momento, convergências com esta Tese ao abordarem a educação como regeneradora ou quando mencionam os menores desvalidos: órfãos, pobres, abandonados e delinquentes, cada um à sua época. Diferenciam-se, por sua vez, quanto à temática específica da educação para os menores delinquentes em Sergipe, exceto a dissertação de Costa (2013), a qual possui tema e abordagem semelhantes a da presente investigação.

Jorge Carvalho do Nascimento, em sua obra *Memórias do Aprendizado: 80 anos de Ensino Agrícola em Sergipe*, afirmou que o ensino agrícola em Sergipe era “destinado aos jovens rebeldes”. Este tipo de ensino era realizado no Patronato São Maurício, o qual recebia os menores rebeldes “para entregá-los as práticas disciplinares ali estabelecidas.” (NASCIMENTO, 2004, p. 195).

Nery (2006), em sua dissertação de mestrado *A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no início do século XX: O Patronato Agrícola de Sergipe e suas Práticas Educativas*, também tratou do caráter regenerador do ensino agrícola em Sergipe no início do século XX, não abordando a questão dos menores delinquentes, mas sim, as crianças e adolescentes de origem pobre que estudavam nesta instituição, sendo o ensino ali ministrado uma oportunidade para melhorarem de vida.

Joaquim Tavares da Conceição (2007), com a sua dissertação *A pedagogia de internar: uma abordagem das práticas culturais do internato da escola agrotécnica federal de São Cristóvão-SE (1934-1967)*, ressaltou que houve casos de envio de menores identificados como pobres, órfãos e desamparados para a Escola Agrícola, apesar do objetivo do ensino agrícola ser de formar técnicos para a agricultura e não para acolher menores de qualquer ordem, salientou o autor. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 47-50). Uma outra produção deste autor, fruto da sua Tese de Doutorado, *Internar para educar: colégios-internatos no Brasil (1840-1950)*, tratou da prática de internar crianças nas escolas, tendo suas origens no sistema francês de ensino compreendendo tanto estudantes pobres quanto ricos, mas que eram acomodados em alojamentos distintos. (CONCEIÇÃO, 2017, p. 34). Apesar da FEBEM-SE ser um estabelecimento com outros fins, percebi aproximações quanto aos comportamentos de quem é internado/institucionalizado, além da promoção da educação aos internos.

Alessandra Barbosa Bispo defendeu sua dissertação intitulada *A educação da infância pobre em Sergipe: A Cidade de Menores Getúlio Vargas (1942-1974)*, tendo o seu estudo “considerado as representações sobre o menor do ponto de vista institucional e social.” (BISPO, 2007, p. 13). Assim, distancia-se dos objetivos da minha pesquisa, tendo em vista o

recorte temporal desta tese ser outro, bem como em relação às práticas educativas propostas e executadas pela FEBEM-SE para os menores.

Kátia Regina Lopes Costa (2013), em sua dissertação *Disciplinar, regenerar e punir: os caminhos do menor delinquente sergipano (1891-1927)*, constatou que os menores delinquentes eram encaminhados ao Patronato Agrícola pelos chefes de polícia nos casos de contravenção e indisciplina. Os casos de crimes ficavam sob a responsabilidade do judiciário. Sobre a prática deste, a autora afirmou que os menores eram, em regra, encaminhados à Casa de Prisão e à Penitenciária Modelo.

Além destes, Genilson Maciel de Santana (2011), em sua monografia de conclusão do curso de Direito, intitulada *Aspectos históricos da Fundação Renascer e suas contribuições na execução das medidas socioeducativas*, identificou as transformações institucionais e políticas em relação ao acolhimento, internação, educação e aplicação de medidas socioeducativas aos adolescentes. Este trabalho se aproximou dos meus objetivos de pesquisa em face do seu recorte temporal, objeto e por ter realizado algumas análises sobre a FEBEM-SE, instituição antecessora da Fundação Renascer.

Justifica-se assim, uma pesquisa que contemple o período de 1974 a 1991 pela necessidade de compreender melhor o que aconteceu nesta época com os menores sergipanos considerados marginalizados: delinquentes, pobres, órfãos, abandonados, rebeldes, e até deficientes intelectuais ou físicos, tendo em vista os encaminhamentos dados pelas autoridades judiciais ou mesmo policiais, as representações da sociedade, dos ex-internos e ex-servidores sobre as práticas educativas e institucionalização.

Partindo deste viés, dialoguei com alguns conceitos empregados para a análise e investigação do objeto de estudo, tais como: menor (ARANTES, 1995; RIZZINI, 1995, 2010; VEIGA e FARIA FILHO, 1999), institucionalização (DIAS & SILVA, 2012), representação e apropriação (CHARTIER, 2009); cultura (BOURDIEU, 1972; GINZBURG, 2006); crime (FOUCAULT, 1987); sociedade (ELIAS, 1994); instituição total (GOFFMAN, 2015) e práticas educativas (NÓVOA, 1995).

Numa perspectiva de educar e preparar o menor marginalizado para o trabalho, seria necessário haver disciplina que, para Foucault (1987), recairia sobre os corpos dos sujeitos, direta ou indiretamente; seja na prisão, no trabalho ou em uma escola. Para o autor, a docilização do corpo humano visa o aumento das suas habilidades, aprofundamento da sujeição dos corpos e torná-los obedientes e úteis ao mesmo tempo. Observa-se a necessidade da institucionalização dos sujeitos para que haja este controle sobre eles. Esta disciplina nada mais é que uma ação política, de interesse social e executada pelo Estado, exercendo sua força

sobre os homens, o que o autor denominou de uma “microfísica do poder”. (FOUCAULT, 1987, p. 128).

Como o recorte temporal desta pesquisa ocorre dentro da segunda metade do século XX, entendo ser razoável compreender algumas implicações sobre educação e a questão do “menor” a partir do final do século XIX e início do século XX, tendo em vista que foi neste momento que o papel da educação tomou novas dimensões e assumiu o papel de regenerar a infância, em especial a pobre e delinquente; a preocupação de se elaborar um ideal de civilização nos moldes dos países “desenvolvidos”, como os Estados Unidos e os europeus.

Segundo Souza (2009), a educação estava no auge das discussões: “Por volta da Primeira Guerra Mundial, a questão da educação popular ganhou relevo nos debates públicos sobre os rumos da sociedade brasileira, sendo erigida novamente como a solução de todos os problemas do país.” (SOUZA, 2009, p. 117). Continuou afirmando que a instrução pública criava expectativas para o desenvolvimento econômico, para o progresso, modernização e a manutenção da república (SOUZA, 2009, p. 126), recém-proclamada no Brasil.

Em relação ao conceito de “menor”, de acordo com Mauad (2010), foi apenas no século XIX que se ratificou uma concepção humanista sobre infância e adolescência. Demonstra a autora que “os termos criança, adolescente e menino, já aparecem em dicionários da década de 1830” (MAUAD, 2010, p. 140).

No Brasil, até o século XIX, o termo “menor foi utilizado como sinônimo de criança, adolescente, jovem e, assim mesmo, de maneira pouco frequente e apenas para demarcar a idade das responsabilidades civis e canônicas” (ARANTES, 1995, p. 209). No final do século XIX e início do século XX, o termo “menor” passou a ser concebido pelos juristas brasileiros como sendo crianças e adolescentes pobres que, por não estarem sob a autoridade dos pais ou tutores, eram chamados de menores abandonados.

Segundo Rizzini, “menor” era uma categoria jurídica e que passou a ser usada popularmente com a promulgação do Código de Menores de 1927; a população utilizava o termo sem nenhum critério de diferenciação, não importando se era ou não abandonada, delinquente, pobre, etc. (RIZZINI, 2010, p. 115). Corroborando com esta autora, Veiga e Faria Filho aduziram que:

A partir de fins do século XIX e começo do século XX, a palavra ‘menor’ aparece com maior frequência no vocabulário jurídico brasileiro mesmo que desde a Colônia estivesse presente a ideia de referir-se a uma pessoa que não tinha idade suficiente (estes limites são variáveis historicamente) para assumir determinadas responsabilidade dos seus atos. Entretanto foi a partir de 1920 que a palavra passou a referir-se a situação de abandono e/ou

marginalidade, além de definir sua condição civil e jurídica e os direitos que lhes correspondem. (VEIGA e FARIA FILHO, 1999, p. 49)

Tanto para estes autores quanto para Irene Rizzini (1995), o discurso sobre os menores que praticavam delitos, ou seja, delinquentes, na década de 1940, era “[...] antes de mais nada, um transviado, um desajustado da ordem social” (RIZZINI, 1995, p. 141); eram menores de 18 anos que tinham praticado algum fato considerado como infração penal. Segundo o artigo 69 do Código de Menores de 1927, delinquente era “o menor indigitado autor ou cúmplice de facto qualificado crime ou contravenção, que contar mais de 14 annos e menos de 18, será submettido a processo especial, [...]” (Decreto 17.943-A, de 12 de outubro de 1927).

A palavra “desvalida” foi de uso corriqueiro no século XIX e início do século XX em documentos e leis para se referir a crianças abandonadas, órfãs e pobres; situação decorrente de uma marginalização social que, não tinha a delinquência em sua concepção – esta tinha tratamento diferenciado pelas autoridades judiciais. De acordo com Veiga (2012), o prefixo “des” significava “não ser válido do ponto de vista físico, material, cultural.” (VEIGA, 2012, p. 29).

O Código de Menores de 1927 instituiu a “Doutrina da Situação Irregular” dos menores, além de ter realizado uma série de classificações para distingui-los, como: abandonados, vadios, capoeiras, delinquentes, entre outros. Segundo Veiga e Faria Filho: “consideravam-se menores delinquentes aqueles que, sendo maiores de 14 anos, cometeram crimes ou contravenção da lei.” (VEIGA e FARIA FILHO, 1999, p. 50). Logo, menores delinquentes eram aqueles que tivessem idade entre 14 e 18 anos.

Por sua vez, o Código de Menores de 1979 suprimiu estas classificações para atender a política de humanização no tratamento das crianças e adolescentes que estava em discussão no plano internacional. Este código pregava a “Doutrina da Proteção Integral”, entretanto, utilizava a palavra “menor(es)” para se referir às crianças e adolescentes órfãs, abandonadas, delinquentes e todos aqueles que precisassem de uma ação ou assistência do Estado. Desta forma, “menor” era quem tivesse menos de dezoito anos de idade e, em algumas situações previstas na lei, como a de quem tivesse entre dezoito e vinte e um anos de idade, em “situação irregular”. (Art. 1º, Lei 6.697/79). Veja-se que a ênfase dada à esta expressão, que era utilizada pelo Código de Menores de 1927, permanecia no Código de Menores de 1979; o que nos faz questionar se realmente houve uma mudança de paradigmas de “irregular” para “proteção”.

O artigo segundo desta lei elencou o que considerava “situação irregular”: o menor ser privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão da falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; manifesta impossibilidade dos pais ou responsáveis para provê-las; vítima de maus-tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; em perigo moral, devido a ser encontrado, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; exploração em atividade contrária aos bons costumes; privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsáveis; com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; autor de infração penal. (Art. 2º, Lei 6.697/79).

Segundo Silva (1997), sob o enfoque do Código de Menores de 1979 e do Regime Militar, com a sua política do Bem-Estar do Menor consubstanciada pela FUNABEM/FEBEM, entendia que “menor” englobava crianças e adolescentes órfãos e abandonados, delinquentes e até mesmo deficientes “mentais” e físicos; posto que era responsabilidade desta Fundação promover o assistencialismo e ressocialização destes sujeitos. Para o autor, o comportamento delinquente, seja na criança ou no adulto, são inclinações tendentes a práticas de atos infracionais. O autor dialogou com a Escola de Lombroso para explicar que o “comportamento delinquencial é determinado por caracteres hereditários, somáticos e psíquicos” (SILVA, 1997, p. 134), sendo que essas “características hereditárias necessitam apenas de estímulos do ambiente ou do meio social para que se traduzam em crimes”. (SILVA, 1997, p. 134). Ele foi mais além e trouxe uma explicação complementar da escola sociológica criminal francesa, a qual entendia que a sociedade possuía responsabilidade pelos fatos delinquenciais, o que fazia do autor do delito uma “vítima do sistema”. Ainda, esta escola francesa “considerava o crime não como um fenômeno individual, mas como um fenômeno coletivo e global, sendo apenas uma função variável das condições socioeconômicas de uma determinada sociedade, em dado tempo e lugar”. (SILVA, 1997, p. 134).

Ademais, para Silva (1997), a carência afetiva, a desestruturação familiar, desatenção, indisciplina, separação dos irmãos ao serem internados, entre outros fatores, eram “marcos” iniciais, ou sinalizadores, de uma “trajetória de delinquência e criminalidade que tais crianças iriam depois percorrer” (SILVA, 1997, p. 63) após a sua desinternação, um reflexo do processo de institucionalização na FEBEM.

Francisco (2017), um ex-presidente da FEBEM-SE, também entendia que uma das causas do problema do menor era a desestruturação familiar; muitos pais eram viciados em drogas e álcool, sem qualquer preparo para o trabalho. Isto acabava comprometendo o

desenvolvimento das crianças e adolescentes que viam nos seus pais um exemplo, influenciando seus comportamentos e pensamentos, desviando-os da retidão e percorrendo o submundo da marginalização em todas as suas configurações: pobreza, fome, miséria, prostituição, violência, drogas, analfabetismo, criminalidade, entre outros.

Com a evolução da sociedade e das políticas internacionais, o Código de Menores de 1979 foi suplantado pelo Estatuto de Criança e do Adolescente, Lei 8.060/90, tendo a palavra “menor” sido substituída por “crianças e adolescentes”, sujeitos com idade inferior a 18 anos - salvo situações previstas na lei para idades entre 18 e 21 anos de idade. Outra transformação foi a substituição da condição de estarem em “situação irregular” pela previsão legal de serem possuidores de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, ratificando a premissa da “proteção integral”. (Artigos 3º e 4º da Lei 8.069/90).

O que houve foi uma transição do uso dos termos para se referir às crianças e adolescentes desfavorecidas socialmente: “crianças desvalidas” entre os séculos XIX e meados do século XX; a partir do Código de Menores de 1927 passou-se a usar a palavra “menor”, fazendo uma transição para a segunda metade do século XX com o uso das expressões “crianças marginais ou em situação de marginalização” até o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, que pregava o uso das palavras “criança” e “adolescente” para se referirem às pessoas com menos de 18 anos de idade. Porém, o termo “menor” continuou a ser usado, agora não mais para se referir aos pobres, abandonados e órfãos, mas para dar ênfase aos “menores delinquentes” – ou “adolescentes infratores ou em conflito com a lei” conforme previsto pela legislação menorista em vigor. Aprofundi a discussão sobre as classificações e uso de termos diversos nas subseções 2.2 e 2.3 desta tese.

A crescente preocupação com as situações de abandono, delinquência e orfandade no Brasil gerou, nos séculos XIX e XX, o aumento da cultura de institucionalização da infância. “A história brasileira revela que devido à situação de vulnerabilidade, risco ou pobreza, a primeira resposta à qual por muitos anos se recorreu foi o afastamento da criança e do adolescente do convívio familiar” (DIAS e SILVA, 2012, p. 180). Diante disso, ao abordar a “institucionalização” durante esta pesquisa, refiro-me ao processo de retirar a criança e o adolescente do convívio familiar e encaminhá-los para diversas instituições, como: abrigos, orfanatos, cadeias, delegacias ou instituições específicas para acolhê-los.

Estas expectativas geraram representações sociais, dos sujeitos envolvidos nesta realidade que, segundo Chartier (1990), a análise da representação visa às “classificações e exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou espaço” (CHARTIER, 1990, p. 27). Para este autor, representação é

“o objeto fundamental de uma história que se propõe reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus enunciados” (CHARTIER, 1990, p. 49), as quais perpassam pelas capacidades inventivas dos sujeitos ou grupos, e que também lidam com os limites para “pensar, dizer e fazer” impostos pela própria sociedade, de acordo com a sua posição na relação de dominação. (CHARTIER, 1990, p. 49).

Convergindo as representações com a história, Nóvoa afirmou que:

A história tem as suas regras próprias. O nosso objecto é o passado, mas as perguntas somos nós que as fazemos, a partir do nosso tempo, do tempo presente. Por isso, não podemos ignorar nem o passado nem o presente. [...] A história da educação não é o «passado», o que esmaeceu e desapareceu e não volta, mas sim a continuidade que vem ao agora e até ao amanhã, um passado que se prolonga em presente e em projecto: a história é um modo — o mais pertinente, o mais adequado — de bem pôr os problemas de hoje graças a uma indagação científica do passado. [...] Como todo o conhecimento, a história faz-se assumindo riscos. Se passarmos a vida a evitá-los, renunciaremos à possibilidade de produzir algo interessante, com significado para nós e para os outros. (NÓVOA, 2015, p. 26).

Para este autor, deve-se evitar o que chamou de “presentismo”, ou seja, não se pode ignorar o passado e que o pesquisador deve compreender que em cada época há uma maneira própria de se pensar, de sentir e viver. Porém, as perguntas são feitas a partir do tempo presente. Nóvoa afirmou que: “o que importa, na ciência, é a capacidade de ver de outro modo, de pensar de outro modo. Se repetirmos o mesmo, encontraremos o mesmo. Sem transgressão não há descoberta, não há criação, não há ciência”. (NÓVOA, 2015, p. 26).

A representação também está ligada à apropriação, tendo em vista que para ter um posicionamento sobre as maneiras de como se dão as práticas sociais é necessário que, primeiramente, os sujeitos inculquem certos usos, ou seja, se apropriem das circunstâncias que os envolvem e, a partir daí, desenvolvam representações sobre os mesmos. Assim, podemos dizer que o conceito de apropriação:

[...] tal como a entendemos visa a elaboração de uma história social dos usos e das interpretações, relacionadas às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os constroem. Prestar, assim, atenção às condições e aos processos [...] significa reconhecer, em oposição à antiga história intelectual, que nem as ideias nem as interpretações são desencadeadas, e que, [...] as categorias dadas como invariantes, sejam elas fenomenológicas ou filosóficas, devem ser pensadas em função da descontinuidade das trajetórias históricas. (CHARTIER, 1995, p. 184).

Este conceito faz compreender os diversos olhares acerca das questões que envolviam o “menor infrator”, dentre elas a institucionalização e o papel da educação por parte dos agentes políticos e da sociedade de forma geral. Conforme citado, houve uma descontinuidade na história sobre estes sujeitos, não só conceitual, mas de tratamento também. Em Sergipe não foi diferente, ficando isto bem claro, não porque houve uma interrupção no assistencialismo institucional aos menores, mas um “zig-zag”, ou seja, houve um movimento de desequilíbrio, depois de equilíbrio e novamente um processo de desestruturação na questão da institucionalização dos menores. Como assim?

Ao passo que a sociedade foi crescendo, aumentando sua complexidade, a violência, a miséria, o desamor, os vícios, a desestrutura familiar também aumentaram vertiginosamente. Em Sergipe, em um primeiro momento, resolveu-se com o envio dos desvalidos para locais de acolhimentos diversos - orfanatos, hospitais, colônias agrícolas, entre outros - estabelecendo a política de institucionalização destes sujeitos. Em seguida, durante o funcionamento da Cidade de Menores Getúlio Vargas (1942-1974) e da FEBEM em Sergipe (1976-1991), com a perspectiva da institucionalização recorrente das decisões judiciais e de que os menores seriam tratados de forma mais humanizada, com liberdade de circular nestes espaços, de viverem sem ser trancafiados, sem estarem encurralados com cercas ou muros.

O fato de o público majoritário ser formado por menores pobres, abandonados ou órfãos, colaborou para esse processo, inicialmente. O número de menores que eram violentos ou tinham praticado delitos era pequeno. Mas isto mudou com o tempo. Com a extinção da FEBEM-SE se passou a confinar as crianças e principalmente os adolescentes infratores em espaços cada vez menores. A área onde funcionava o CRT/CAM – atualmente CENAM/USIP - foi reduzida consideravelmente, perdeu-se muito das áreas de lazer, de atividades lúdicas, horta, oficinas, entre outros, voltando à institucionalização literal destes sujeitos envoltos por muros, cercas, grades e seguranças, mais uma vez.⁶

Penso que a questão da docilização dos corpos pelas instituições, como apresentou Foucault (1987), deixou de se aperfeiçoar nas instituições brasileiras de custódia de pessoas a partir de certo momento da nossa história, o que posso apontar, não como marco, mas como ponto em que isso ficou bem evidente, qual seja, a partir da segunda metade da década de 1980, visto as mudanças que ocorreram na sociedade, a problemática que se tornou o sistema prisional, de segurança pública e mesmo o judiciário, estando defasados quanto ao seu principal documento de ação, o Código Penal, de 1940, ainda em vigor.

⁶ Vide figuras 1 e 2.

As sociedades modificam-se e sua cultura também, novos movimentos e elementos aparecem, desaparecem, outros permanecem ao longo do tempo. Assim, para a compreensão do que vem a ser cultura, Bourdieu (1972) se refere a esta como lugar das produções simbólicas e instrumento de distinção social. Considera que o campo cultural é um espaço de luta entre diferentes grupos sociais, que determina a própria hierarquização da cultura. (BOURDIEU, 1972, p. 308). Daí, posso depreender que os grupos menos favorecidos economicamente são excluídos socialmente por uma força política que tem ações subliminares e engessando uma concepção de cultura a qual se valoriza a dos grupos mais abastados da sociedade. Estes tentam moldá-los, manipulá-los, agrupá-los em certos locais das cidades, distantes dos bairros e lugares onde moram ou frequentam os mais ricos. Deve-se compreender que onde há humanos há cultura; mas o que é, se terá alguma expressividade na sociedade, seu grau de incidência, dependerá dos gostos dos grupos que os produzem e representam.

Desta forma, a preocupação com a formação de um ideal de civilização, da gênese das instituições sociais e a discussão sobre hierarquização social e a circularidade da cultura servem para configurar as sociedades ou civilizações em seu tempo e local, convivendo com suas mazelas sociais em maior ou em menor grau e, aqui no Brasil, mais especificamente em Sergipe, não foi diferente. Refiro-me também à violência praticada por menores de dezoito anos que foram recepcionadas pela Lei 8.069/90, seguindo as políticas humanitárias internacionais, como: Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Universal dos Direitos das Crianças (1959), a Convenção Sobre os Direitos das Crianças (1989), todas promovidas pela ONU – Organização das Nações Unidas (1945), entre outras.

Segundo o Código Penal vigente e o Estatuto da Criança e do Adolescente, ambos abarcados pelo recorte temporal desta pesquisa, informam taxativamente que menores de dezoito anos não praticam crimes, posto que não podem ser penalizados como adultos. Trata-se de uma adequação terminológica jurídica e legal para poder diferenciar o tratamento dado aos menores de dezoito anos dos adultos que praticam crimes. Na sua essência, o ato praticado ao arrepio da lei é o mesmo, o que diferirá será apenas o seu autor ou agente que, uma vez identificado, seguirá os trâmites processuais ordinários ou especiais, no caso destes, para menores autores de atos infracionais.

Em Sergipe, os menores infratores só foram encaminhados para uma instituição própria a partir de 1942, com a inauguração da Cidade de Menores Getúlio Vargas, primeira instituição criada no século XX, para acolher menores abandonados e “delinquentes” no Estado. Com o seu fechamento, advieram outras instituições e políticas públicas para lidar

com este “problema” social. Desta forma, pude constatar a continuidade da política de internação dos menores, inclusive com o encaminhamento para a penitenciária sergipana, como já aludido. Este indício me fez reportar ao paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, modelo epistemológico que propõe um “método interpretativo centrado sobre os resíduos, sobre os dados marginais, considerados reveladores. Desse modo, pormenores normalmente considerados sem importância [...]” (GINZBURG, 2011, p. 149-150) fornecem a chave para a compreensão do objeto pesquisado.

Quanto aos procedimentos metodológicos, aportei-me no campo da História Cultural por permitir a realização de pesquisas de sujeitos que estiveram por longo tempo à margem dos estudos em educação, como é o caso do menor delinquente. Ademais, possibilita um olhar inovador nas pesquisas históricas, desmistificando as velhas concepções em face destes sujeitos e na apropriação que os historiadores da educação fizeram a respeito dos conceitos ligados ao tema deste trabalho.

Sobre este campo de pesquisa, Roger Chartier (1990) esclareceu da seguinte maneira: “A história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Este raciocínio deriva de um entendimento de que:

As características próprias da história cultural assim definida, que concilia novos domínios de investigação com a fidelidade aos postulados da história social, eram como que a tradução da estratégia da própria disciplina, que visava a apropriação de uma nova legitimidade científica, apoiada em aquisições intelectuais que tinham fortalecido o seu domínio institucional. (CHARTIER, 1990, p. 15).

Desta forma, o campo de pesquisa da História se ampliou, inclusive na área de educação, local este em que me situo. Segundo Carvalho (2003), a História Cultural trouxe uma nova perspectiva para as pesquisas históricas, onde a História da Educação é parte integrante. Este novo modo de ver a história conclamou uma ampliação dos temas e uma redefinição da posição da disciplina no campo da pesquisa. Diante disso, objetos e sujeitos que estavam à margem das pesquisas em História da Educação, a exemplo das mulheres, crianças, pobres, criminosos e loucos, entraram em foco.

Este novo campo de pesquisa nasceu no final do século XIX, na França, seguida pelos Estados Unidos. Na França, com Gabriel Mond, o qual fundou a *Revue Historique*, em 1876, tendo como seus principais seguidores Hauser e Febvre. Nos Estados Unidos, no início do

século XX, James Harvey Robinson lançou um movimento “sob a bandeira da ‘Nova História’” (BURKE, 1991, p. 13).

Em 15 de janeiro de 1929, Marc Bloch e Lucien Febvre criaram uma revista denominada *Annales d'histoire économique et sociale*⁷. (BURKE, 1991, p. 23). Também chamada, apenas, de *Annales*, é considerada um marco deste movimento⁸ que se espalhou pelo mundo e influenciou muitos pesquisadores da história, inclusive no Brasil. Dentre outros autores brasileiros, Barros aduziu:

É esta história cultural – aqui entendida no sentido de uma história da cultura que não se limita a analisar apenas a produção cultural literária e artística oficialmente reconhecida [...] mas sim para designar toda a historiografia, que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada. (BARROS, 2005, p. 126).

Diante disto, o viés da História Cultural permitiu a escolha do objeto de estudo, a partir da ampliação do campo da história da educação, a seleção dos conceitos e referencial teórico, os quais conduziram a escrita desta tese. Ademais, utilizei o método do paradigma indiciário, o que permitiu detectar os pormenores das fontes que me debrucei tentando encontrar indícios de como a sociedade sergipana do período lidava com as questões que envolviam o menor.

Ginzburg (2006), com o seu livro *O queijo e os vermes*, entre outras obras, é referência para as pesquisas indiciárias. Com habilidade mostrou como explorar as fontes, no caso, processos. O manuseio de processos e documentos judiciais nesta tese me fizeram reportar a este historiador, sendo fundamental para justificar a opção pelo método indiciário.

Ao ter como fontes para o desenvolvimento desta tese: livros, revistas, jornais, imagens, documentos judiciais e administrativos, a legislação, além de depoimentos orais, o autor me balizou ao ter afirmado que:

[...] as fontes não são nem janelas escancaradas, como acreditam os positivistas, nem muros que obstruem a visão como pensam os cépticos: no máximo poderíamos compará-las a espelhos deformantes. A análise da

⁷ Revistas que antecederam e influenciaram a criação da revista *Annales d'histoire économique et sociale*, bem como outras denominações que a revista teve, vide Burke (1991, p. 7; 12).

⁸ Figuraram como seus principais representantes: “Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel, Georges Duby, Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie”. Outros circundavam este grupo, com uma visão marxista da história, como: Ernest Labrousse, Pierre Vilar, Maurice Agulhon e Michel Vovelle. Além destes, ainda constaram Roland Mousnier e Michel Foucault, que pesquisavam sobre a história da humanidade, porém, com “interesses históricos” diversos dos “vinculados aos *Annales*.” (BURKE, 1991, p. 7).

distorção específica de qualquer fonte implica já um elemento construtivo. (GINZBURG, 2002, p. 44-45).

Assim, as fontes como “espelhos deformantes” chamam a atenção do pesquisador para que tenha cuidado para não distorcer as informações coletadas e analisadas. O autor entendia que era “rudimentar” confiar inteiramente nos documentos, mesmo àqueles dignos de fé e que se dizem retratar inteiramente ou parcialmente uma realidade.

Quanto às fontes judiciais, Nichnig indicou que:

As fontes judiciais são importantes fontes de pesquisa, pois possibilitam aos pesquisadores perceber e explorar diversos aspectos a respeito de algum objeto de pesquisa que envolva a intermediação do campo jurídico. [...] As fontes judiciais podem ser os processos judiciais. Após sua finalização, podem ser objetos de pesquisa, nos arquivos judiciais, [...] cumpre ressaltar que a utilização da justiça e das fontes judiciais como fonte de pesquisa permite, através da análise interdisciplinar, superar a distância entre o direito e as relações sociais, em uma sociedade em constante transformação. (NICHNIG, 2010, p. 39).

Vislumbra-se, portanto, a importância da fonte judicial para a pesquisa histórica e, em especial, para a História da Educação, sendo uma opção para os pesquisadores em virtude dos documentos judiciais poderem ser analisados de forma interdisciplinar e aproximar as diferentes áreas do conhecimento.

Quanto aos processos judiciais, deve-se ter em mente que os documentos registrados em seus autos são representações de um grupo específico composto por instrumentadores das leis e do direito, dando-se ênfase ao que era dito pela defesa, acusação, curadores, responsáveis legais, bem como pelas demais autoridades públicas, tendo o fim de encontrar a melhor solução para cada caso, apesar de poder ser contrária à vontade do menor.

Portanto, é imprescindível uma postura crítica e aberta à compreensão do documento, visto que ele não é inofensivo, segundo Le Goff (1990). Ao contrário, ele é “resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou” (LE GOFF, 1990, p. 103) esquecido ou manipulado.

Além disso, de acordo com Veyne (2008), o historiador busca delimitar em conceitos a diversidade de uma realidade a partir de uma porção ínfima desta que foi registrada por meio dos documentos e que lhes chegam e/ou que pode dispor. (VEYNE, 2008, p. 117).

Os depoimentos orais também foram cabais no desenvolvimento desta tese, tendo em vista que consegui localizar ex-internos, bem como ex-servidores da FEBEM de Sergipe que

ainda se encontravam na ativa pela Fundação Renascer, substituta daquela, prestes a se aposentarem. Ressalto que os nomes dos entrevistados apresentados nesta Tese são fictícios com o fim de preservar a identidade dos mesmos, asseverando que todos autorizaram o uso dos conteúdos por escrito.

Segundo Meihy e Ribeiro:

A história oral é campo aberto à produção de conhecimento sobre diferenças. O trabalho com o diverso, não reconhecido, com os excluídos por motivos plurais ou com os interditados, é um dos mais importantes exercícios presentes em projetos com entrevistas. Isso se coloca na perspectiva da valorização da diversidade social e reforça o caráter democrático, de luta pela inclusão, provocado segundo a agenda social ligada ao conhecimento humanístico. (MEIHY; RIBEIRO, 2011, p. 28).

Deste conceito, entendo a importância da entrevista como instrumento para se registrar a narrativa de uma pessoa sobre determinado fato ou assunto. Para tanto, utilizei um gravador de voz e depois realizei a transcrição. Ressalto que em todas os encontros foram colhidas autorizações orais (gravadas) e escritas dos entrevistados.

De acordo com Delgado:

A história oral é um procedimento que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. (DELGADO, 2010, p. 15).

Desta forma, o que o entrevistado narrar a partir das suas memórias, levando-se em consideração suas questões pessoais, temporais, de interpretação, entre outras, são sedimentados em um documento transcrito, gravação de áudio ou vídeo. Segundo a autora, a memória é a principal fonte dos depoimentos orais, havendo uma infinidade de possibilidades de diálogo entre as variáveis temporais, espaciais, individuais e coletivas, o que podem revelar lembranças explícitas ou veladas, até mesmo ocultando-as para se proteger de alguma dor ou trauma. (DELGADO, 2010, p. 16). Isto ocorreu nas entrevistas que realizei, havendo momentos de emoção, euforia, alegria, decepção e lágrimas de alguns entrevistados. Estas emoções alertam sobre a responsabilidade, respeito e compromisso no uso dos depoimentos orais, tendo em vista a exteriorização dos sentimentos que surgiram ao longo das entrevistas.

Quanto aos locais de pesquisa posso destacar como as principais instituições visitadas: o Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe, a Biblioteca Pública Epifânio Dórea, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, a

Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, o Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura (UNIT-SE), o Arquivo Público do Estado de Sergipe, o Arquivo Nacional (RJ), UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, além do acervo de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe.

Ainda realizei um levantamento pela internet, em sites de pesquisas acadêmicas: Scielo e CAPES, bem como de universidades brasileiras e de periódicos, sendo os documentos encontrados: resenhas, artigos, monografias, dissertações e teses. As palavras chave utilizadas nas buscas foram: adolescente, infância, pobre, desvalidos, menor(es), delinquentes, abandonados e deserdados da própria sorte. Foram encontrados sessenta documentos, datados entre os anos de 1982 e 2014.

Ainda quanto aos locais de pesquisa, em relação aos processos e documentos judiciais (ofícios, boletins, livros de registros, atas, guias de preso e inquéritos) levantados no Arquivo Geral do Poder Judiciário do Estado de Sergipe, selecionei 44 caixas da 2ª Vara Criminal e do Antigo Juizado de Menores, sendo estas as que lidavam com processos que envolviam “menores infratores”.

As análises foram feitas a partir da seleção de dados de identificação e elaboração de quadros e tabelas para sistematização das informações contidas nos processos. Os elementos de análise foram: nome, idade, naturalidade, endereço, nome dos pais, profissão dos pais, profissão do menor, grau de escolaridade, delito cometido, laudo médico e psicológico, motivação (fala do menor), queixa (inquérito), fala do promotor, fala do curador (defesa), sentença, encaminhamento. As caixas do Fundo Judicial Permanente do Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe, da 2ª Vara Criminal, cujos números gerais, são: 01, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61 e 62, todos do “Acervo: 03/IV”. Já os números gerais das caixas do Antigo Juizado de Menores, são: 01, 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 24, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35. e 39, todos do “Acervo: 03/ Módulo: I”.

Outrossim, as fontes periódicas foram importantes para o desenvolvimento desta pesquisa. Segundo Martins, a imprensa periódica constitui-se em uma fonte preciosa de informações, posto que contém “inúmeras representações históricas”. Este tipo de fonte é composta de: “ almanaques, anuários, jornais e revistas de época [...]”. (MARTINS, 2013, p. 296).

A autora afirmou que a:

Sua importância para a recuperação de imagens do passado, cotidianos e mentalidades revelou-se de tal ordem que ela própria se torna patrimônio cultural a ser preservado, objeto de estudo específico. Hoje, periódicos são

disputados e colecionados, constituindo acervos preciosos de inúmeras representações históricas. [...]. A ampliação dos estudos levou ao escrutínio de coleções de jornais e revistas, sobretudo pelo seu potencial de representação de públicos específicos, visões de mundo e valores particulares da ampla segmentação social do país. [...]. (MARTINS, 2013, p. 296).

Em relação a estas fontes, em especial às revistas, Martins informou que exige uma crítica interna e externa; porém, proporciona estudos em face do seu conteúdo rico e diversificado do passado, “onde a letra e a imagem interagem, produzindo novas e surpreendentes leituras.” (MARTINS, 2013, p. 296).

Ainda segundo a mesma autora, as fontes iconográficas são importantes no processo de produção e historicidade das pesquisas. No caso das fotografias, ajudam a analisar os aspectos patrimoniais, mas também permite “a recuperação das tantas ‘reproduções’ do passado”. (MARTINS, 2013, p. 295-296).

O primeiro ano de pesquisa foi dedicado a levantamento de fontes bibliográficas, de pessoas que viveram a experiência de internamento ou que foram funcionárias da FEBEM-SE e do cumprimento das disciplinas do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. No segundo ano iniciei as análises dos dados que já haviam sido colhidos e continuei a levantar outros; as entrevistas estavam sendo a base da pesquisa, além de um relatório da FEBEM-SE, o qual ratificou muitas das informações colhidas pela história oral e documentos judiciais. Porém, no terceiro ano passei a sentir a necessidade de mais informações originadas da própria instituição. Então comecei a percorrer os lugares mencionados para a pesquisa, mas em nenhum deles tinha qualquer documento relativo à FEBEM, à Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM, a menores marginalizados, ou qualquer outro que fizesse alusão ao objeto pesquisado.

O único local que continha fotos e o relatório da FEBEM-SE, como dito acima, foi o Instituto Tobias Barreto, situado na Biblioteca da Universidade Tiradentes - Farolândia. Voltei à Fundação Renascer para encontrar os funcionários veteranos da FEBEM-SE e fui informado que um incêndio havia destruído a Biblioteca Anne Frank que ficava dentro da entidade, destruindo o arquivo da FEBEM sergipana. Pedi auxílio aos antigos funcionários para me indicarem alguém que pudesse ter algum documento. Informaram um antigo diretor, mas ele não retornou os meus contatos. Este mesmo diretor tinha guardado três relatórios da própria FEBEM-SE, um livro e uma pasta com encartes contendo imagens dos espaços e atividades desenvolvidas pela FEBEM-SE, sendo que estes foram elaborados pela Fundação Renascer quando do início do seu funcionamento em 1991, registrando a história da instituição anterior.

Estes relatórios estavam aos cuidados de uma terceira pessoa, a Pedagoga Ana Bárbara A. Vazquez Correa⁹, que os cedeu para que eu pudesse utilizar nesta tese. Estavam em sua posse havia algum tempo porque iria fazer um estudo sobre a instituição. Ela não pestanejou em emprestá-los a mim, tendo contribuído sobremaneira para o conhecimento de novos dados e ratificação de informações, dando sustentação ao processo de pesquisa e ajudando para a conclusão desta tese.

Desta forma, a presente tese está estruturada em três seções, além da introdução e considerações finais. Na Primeira Seção, denominada de *Políticas Nacionais e Estaduais para menores: da internação à educação*, analisei a legislação federal e local referente ao problema do menor, entendendo que elas davam base para as ações do Poder Executivo e Judiciário, ou seja, que as políticas públicas e decisões judiciais deveriam acontecer de acordo com as previsões legais, além de contribuir na compreensão do contexto social, educacional, político e econômico ocorrido durante o recorte temporal desta pesquisa. A Política Nacional do Bem-Estar do Menor foi o documento que norteou as ações para a institucionalização dos menores no Brasil, dirigidas aos carenciados ou marginalizados, sendo representados de diferentes maneiras pela sociedade e dirigentes políticos como sujeitos nocivos à ordem e segurança nacional, sendo a FUNABEM o seu órgão executor.

Na Segunda Seção, *A FEBEM em Sergipe: práticas educativas e institucionalização*, investiguei o que era feito para desenvolver o aprendizado para os internos, as práticas relacionadas à educação, o dia a dia dentro da instituição, as atividades lúdicas, laborais e de formação para o trabalho. Ademais, também foram analisados os encaminhamentos e as práticas de institucionalização dos menores, suas consequências: disciplinamento, castigos e fugas, além de identificar as instituições que acolheram estes sujeitos. A educação e a preparação para o trabalho por meio de realização de cursos profissionalizantes eram chaves para a ressocialização e inserção dos menores na sociedade brasileira; porém, nem tudo saiu como esperado.

Na Terceira Seção, *Representações dos menores da FEBEM-SE*, analisei as representações da sociedade, das autoridades judiciais, dos ex-servidores e dos próprios ex-internos de si mesmos, da instituição e da sociedade que os institucionalizaram. Seus olhares sobre o que viveram, os pontos positivos e negativos, o que ficou marcado pela política de internação aplicada massivamente às crianças e adolescentes por quase duas décadas em Sergipe. Todos os ex-internos entrevistados carregavam estigmas do internato, sendo algo ratificado pela literatura abordada. As angústias e os medos permeavam suas mentes ao passo de que a possibilidade de serem alguém na vida lhes dava esperança de um futuro mais digno em detrimento do controle dos seus corpos e mentes.

⁹ Pedagoga e instrutora da Fundação Renascer de Sergipe.

2 POLÍTICAS NACIONAIS E ESTADUAIS PARA MENORES: DA INTERNAÇÃO À EDUCAÇÃO

Nesta seção, ampliei o recorte temporal prescrito inicialmente para a Tese com o fim de melhor contextualizar o objeto pesquisado. Desta forma, abordei as legislações diretamente relacionadas à “política do menor” ou que tangenciam o tema e o recorte temporal aludido (1974-1991), como o: Código Civil de 1916 (Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916), Código de Menores de 1927 (Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927), Código Penal de 1940 (Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940), Código de Menores de 1979 (Lei nº 6.697, de outubro de 1979), as Constituições da República de 1967 e 1988; além do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990). Em Sergipe, analisei a Lei 2009, de 30 de abril de 1976, que instituiu a FEBEM neste Estado e a Lei 2.960, de 09 de abril de 1991, que alterou a denominação da FEBEM para Fundação Renascer do Estado de Sergipe – RENASCER.

No Brasil a criminalidade praticada por crianças e adolescentes começou a chamar a atenção das autoridades por volta da segunda metade do século XIX, conforme professava Tobias Barreto (2003) em sua obra *Menores e Loucos* (1884), apesar de já existirem previsões para os menores de 14 anos que tivessem praticado “atos indesejados pela sociedade” no Código Criminal do Império (1830), (OLIVEIRA e ASSIS, 1999, p. 832). Este problema passou a incomodar a sociedade brasileira que pretendia alcançar os patamares civilizatórios europeus e, mais tarde, norte-americanos, sendo a infância marginalizada um entrave para esta conquista.

Kuhlmann Júnior aduziu o seguinte sobre o modo de classificação das civilizações:

Os modelos que serviam de parâmetro para classificar o grau de civilização das diferentes nações são provenientes de um processo histórico que teve o seu núcleo no continente europeu ou, para ser mais preciso, como afirma Hobsbawm (1988, p. 46), nos países centrais do Atlântico Norte. Posteriormente, o quadro de referência da nação moderna estende-se ao outro lado do oceano, aos Estados Unidos da América. As ideias e propostas são negociadas no interior de complexas relações de forças. (KUHLMANN JÚNIOR, 2007, p. 189).

Com a abolição da escravatura, chegada da República e a emergência de novos anseios sociais, estes problemas tomaram nova dimensão. Políticas públicas foram adotadas no sentido de frear o que se convencionou chamar, à época, de “problema do menor”. Primeiramente com o envio de crianças e adolescentes para instituições como: hospitais,

patronatos e orfanatos; as que praticavam delitos eram encaminhadas para prisões comuns ou permaneciam custodiadas em delegacias e quartéis da polícia. Em um segundo momento especializou-se a legislação menorista¹⁰ consagrando-a com a promulgação do primeiro Código de Menores, também conhecido como Código Mello Mattos (Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927). A ideia era regenerar as crianças e adolescentes para que voltassem ao convívio social a partir da educação e disciplina. Ressalte-se que a prática da “roda dos expostos”, iniciada no Período Imperial do Brasil, permaneceu até a década de 1950, apesar da sua proibição pelo Código Mello Mattos em 1927. (MARCÍLIO, 2011, p. 53).

A exigência de se acolher crianças e adolescentes órfãos, abandonadas, pobres e delinquentes prevista em tal norma não surtiu os efeitos esperados, posto que foram necessários muitos anos para que todos os Estados brasileiros atendessem a ordem da legislação. O Estado de Sergipe, no início do século XX, criou uma norma determinando a construção de um local para acolher menores abandonados e delinquentes - Lei Estadual nº 855, de 31 de outubro de 1923. No âmbito nacional, foi criado o Decreto Federal nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923, determinando que fossem construídas escolas de reforma para os menores delinquentes. (COSTA, 2012, p. 11). Porém, somente em 1942 foi inaugurada uma instituição para receber crianças abandonadas e delinquentes em Sergipe, a Cidade de Menores Getúlio Vargas que, com o tempo, também passou a acolher crianças e adolescentes pobres, órfãos e doentes, somente do sexo masculino. Antes disso, eram encaminhados para orfanatos, educandários, escolas confessionais, hospitais, entre outros.

Esta instituição deveria receber menores da faixa etária dos sete aos dezoito anos de idade, mas passou a receber desde crianças de colo até jovens com vinte e um anos de idade. O local onde funcionou esta instituição era uma fazenda em Nossa Senhora do Socorro, um município sergipano, vizinho à capital. Possuía grande área verde, alojamentos (pavilhões) para os internos, oficinas para aprendizagem de algum ofício, igreja, lavanderia, gabinete médico-odontológico, além de uma escola primária; sendo esta a motivação de muitos pais para pedirem ao Juiz de Menores que seus filhos fossem internados na Cidade de Menores. Houve situações em que o pedido era feito diretamente pelos próprios menores (MENDES, 2014).

De acordo com o III Plano de Trabalho da FEBEM-SE, de 1979:

A assistência ao menor marginalizado em Sergipe teve sua gênese através do Decreto Lei nº 39, de 28 de janeiro de 1938, que criou o Serviço de Assistência a Menores – SAM. Tinha o SAM como objetivo ‘organizar e

¹⁰ Voltada para menores de 18 anos de idade.

executar em todo o Estado, a assistência social de amparo aos menores abandonados e delinquentes em seus aspectos médico-psíquico-pedagógico e social. Essa entidade subordinava-se à Secretaria da Justiça e Interior. No Governo do Dr. Eronides Ferreira de Carvalho foi fundada a Cidade de Menores Getúlio Vargas, em Nossa Senhora do Socorro, que chegou a abrigar 300 (trezentos) menores do sexo masculino, em regime de internato. Essa instituição dispunha de oficinas, padaria, criação de aves e gado, além do cultivo dos campos, para produção agrícola e grangeira, abastecendo, desta forma, a Entidade, o que naturalmente contribuía para reduzir as despesas de manutenção. (SERGIPE, 1979).

A Cidade de Menores e a Casa das Meninas Santa Inês foram administradas pelo SAM – Serviço de Atendimento ao Menor; sendo que este foi substituído pela FEBEM-SE por meio da Lei Estadual nº 2.009, de 30 de abril de 1976, que, por sua vez, funcionou até 1991, quando foi substituída pela Fundação Renascer (Art. 7º, I, Lei 2.960, de 09 de abril de 1991). Ressalte-se que a partir de 1964 a FUNABEM (Lei 4513, de 1º de dezembro de 1964) passou a atuar em todo território nacional tendo a função de implementar a PNBM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor, fiscalizando, direcionando e ajudando financeiramente às entidades estaduais de acolhimento de menores que, em Sergipe, tiveram o SAM e a FEBEM-SE, respectivamente.

Outrossim, a Cidade de Menores permaneceu em funcionamento até 1974, quando foi fechada, tendo as crianças e adolescentes sido transferidos para a Casa das Meninas Santa Inês, em Aracaju. (MENDES, 2014, p. 130). Com a chegada dos menores do sexo masculino, o local passou a se chamar Instituto Passos Miranda - IPM. Situava-se no bairro Médici I, em Aracaju, local onde hoje funciona a sede da Fundação Renascer. A Casa das Meninas Santa Inês abrigava menores do sexo feminino, as quais tiveram que ser encaminhadas a outros espaços: orfanatos, educandários, entre outros, para dar lugar ao referido IPM.

De 1974 a 1976, os menores foram distribuídos por diversas entidades assistenciais, como: Casa Santa Zita¹¹, Orfanato São João Bosco¹², Educandários, entre outros, existentes em Sergipe. (MENDES, 2014, p. 163). Era o declínio do SAM. Tecnicamente, durante este período, Sergipe não possuía um local específico para acolher somente menores infratores ou delinquentes. Isto só veio a ocorrer a partir de 1976 com a criação da FEBEM-SE, incorporando toda a rede, bens e estrutura do SAM.

¹¹ Santa Zita trabalhou como doméstica para uma família na Itália. Nasceu em 1218 e faleceu em 1278, ficou conhecida por sua caridade e doar tudo que recebia aos pobres, vivendo em constante oração. Canonizada em 1696, foi proclamada padroeira das empregadas domésticas.

¹² Dom Bosco, também conhecido como São João Bosco, nasceu na Itália em 1815 e faleceu em 1888, foi padre e educador, ficando conhecido por criar um sistema preventivo por meio da educação para crianças e jovens. Em 1855 passou a chamar seus colaboradores de Salesianos; em 1859 fundou a Congregação Salesiana, em homenagem a São Francisco de Sales por tratar as pessoas com delicadeza.

Neste ano (1976), existiam exatamente 13 (treze) convênios com instituições sociais particulares de atendimento, permanecendo as mesmas pelo menos até 1978, quando se acrescentou a Gurilândia, um orfanato dos freis Capucinhos, conforme analisado na subseção 3.4.

Quanto ao cenário nacional, é possível afirmar que no Rio de Janeiro os menores infratores eram enviados para a Casa de Detenção na década de 1850, desde quando começou a funcionar. No ano de 1889, foi inaugurada a Escola Quinze de Novembro, funcionando como um reformatório para menores. Em 1913, foi criado o Instituto Sete de Setembro para acolher menores desvalidos e delinquentes. (OLIVEIRA e ASSIS, 1999).

De acordo com Costa (2013), Sergipe seguiu o modelo da Capital Federal no envio de menores para a Casa de Prisão e Penitenciária Modelo. A sua dissertação de mestrado em Educação intitulada “Disciplinar, regenerar e punir: os caminhos do menor delinquente sergipano (1891-1927)” também analisou fontes judiciais e constatou que não havia, no período, preocupação das autoridades em regime diferenciado ou separar os “menores” dos presos adultos em instituições distintas.

Com denominação idêntica ao serviço criado em Sergipe em 1938, Getúlio Vargas criou o Serviço de Atendimento ao Menor – SAM, com sede no Distrito Federal (Rio de Janeiro), por meio do Decreto Lei nº 3.799, de 05 de novembro de 1941, o qual foi substituído pela FUNABEM, com a promulgação da Lei 4.513, de 01 de dezembro de 1964. As Comissões Regionais foram as responsáveis, inicialmente, pela instituição da política assistencial do menor nos Estados; estas, por sua vez, deram origem às FEBEMs – Fundações Estaduais do Bem Estar do Menor.

No Rio de Janeiro instalou-se o centro-piloto, servindo de modelo para o restante do Brasil, onde a FUNABEM e as FEBEMs fizeram parcerias com a iniciativa privada, para dar andamento à Política Nacional do Bem-Estar do Menor. Foram criadas com o intuito de integrar o menor à sociedade, dando assistência a estes em suas próprias famílias ou colocando-os em famílias substitutas e, entre outras atribuições, teve que se moldar à tecnocracia do regime civil-militar. “A política de repressão da ditadura militar, apesar dos discursos de integrar a criança à família, privilegiou a internação e a centralização tecnocrática, ampliando convênios como forma de incorporação do setor privado”. (FALEIROS, 1995, p. 94).

Assim, a FUNABEM serviu como instrumento de controle social dos menores. (FALEIROS, 1995, p. 76). Neste período foi instituída mais uma Constituição Federal, a de 1967; momento em que também estava em debate a reformulação do Código de Menores de

1927, que não atendia mais aos anseios sociais, à política internacional de assistência ao menor e ao contexto político brasileiro. Não havia clima para discussões para proteção de menores pobres, desvalidos, especialmente os delinquentes. A política era de repressão e contenção, deixando clara uma política contraditória entre o que se escrevia e o que se praticava. A lei que criou a FUNABEM apresentou permanências no uso de alguns termos utilizados pelo Código de Menores de 1927 para se referirem às crianças e adolescentes que precisavam de assistência do Estado, como o uso da palavra “menores” e a questão de encontrar uma solução para o “problema do menor”.

Em 10 de outubro de 1979, foi promulgada a Lei 6.697, a qual revogou o Código de Menores de 1927. O novo código tinha como princípios a “assistência, a proteção e a vigilância a menores”, conforme aduzia o artigo 1º da norma. (BRASIL, 1979). A ideia era de que o Estado poderia interferir em qualquer situação que se enquadrasse no que ficou conhecida como doutrina da “situação irregular”, podendo qualquer medida preventiva ser empregada a “todo menor de 18 anos, independente de sua situação”, deixando a juventude literalmente à mercê das autoridades, inclusive com a perda do pátrio poder pelo simples fato dos pais serem desempregados, pobres ou miseráveis.

Ressalto mais dois momentos cruciais para a garantia dos direitos sociais das crianças e adolescentes, a Constituição Federal de 1988, a qual estabeleceu os direitos e garantias fundamentais a todos brasileiros, inclusive o direito à educação, a delimitação da maioridade penal e o mandamento de ser criada uma legislação especial para as crianças e adolescentes. E foi justamente a partir desta ordem que foi criada a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, mas conhecida como ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, um segundo momento relevante para ratificar os direitos e deveres dos menores brasileiros.

Entendo ser prudente alicerçar a minha abordagem na legislação por compreender que, na sociedade brasileira, os comportamentos dos sujeitos estavam pautados em normas que tinham o fim de nortear as pessoas para um ideal de boa convivência e bem-estar social. Aqui não interessava se o indivíduo era rico ou pobre, mas se possuía um requisito exigido pela sociedade, qual seja: o comportamento mediano do homem, consistente na capacidade de compreender as normas de convívio social, conhecedor dos seus direitos e deveres. De acordo com Elias (1994), a vontade do indivíduo não deve prevalecer sobre o da coletividade, porém, há uma relação de interdependência das funções desempenhada por cada uma na sociedade, ligando uns aos outros:

Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. E é a essa rede de funções que as pessoas desempenham umas em relação a outras, a ela e nada mais, que chamamos “sociedade”. Ela representa um tipo especial de esfera. Suas estruturas são o que denominamos “estruturas sociais”. E, ao falarmos em “leis sociais” ou “regularidades sociais”, não nos referimos a outra coisa senão isto: às leis autônomas das relações entre as pessoas individualmente consideradas. (ELIAS, 1994, p. 20).

Para o autor, é comum haver uma discrepância entre as vontades ou necessidades dos indivíduos e as exigências sociais, abrindo-se um abismo que precisa ser superado para haver uma harmonia entre todos que fazem parte da sociedade, onde são fixados limites comportamentais, estabelecendo-se entre as pessoas o que denominou de *contrato social*. (ELIAS, 1994, p. 19). Esses comportamentos deveriam ser trabalhados desde as idades mais tenras do ser humano e isto só poderia ser feito no convívio social, visto que, ao nascer, as pessoas são diferentes umas das outras. Assim, são nas relações sociais que a criança “impulsiva e desamparada se transforma na pessoa psicologicamente desenvolvida que tem o caráter de um indivíduo e merece o nome de ser humano adulto. Isolada dessas relações, ela evolui, na melhor das hipóteses, para a condição de um animal humano semi-selvagem.” (ELIAS, 1994, p. 23).

No tocante à norma escrita, quando violada, há uma ação do Estado aplicando uma punição ao agente transgressor. Segundo Foucault (1987), os indivíduos que se tornam réus ou acusados “por falta de recursos e de educação, não sabem permanecer nos limites da probidade legal.” (FOUCAULT, 1987, p. 243). Neste pensamento, cabe salientar que o autor também entende que tanto a justiça quanto a lei não hesitam em deixar clara a distinção das classes sociais, responsabilizando os pobres por quase toda a criminalidade:

O crime é coisa quase exclusiva de uma certa classe social; que os criminosos, que antigamente eram encontrados em todas as classes sociais, saem agora quase todos da última fileira social [...] de matadores, de assassinos, de ladrões e de covardes procedem do que chamamos de base social, [...] classe degradada pela miséria [...] hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo [...] que em princípio ela obriga a todos os cidadãos, mas se dirige principalmente às classes mais numerosas e menos esclarecidas; [...]. (FOUCAULT, 1987, p. 242-243).

Concordo com o pensamento do autor, visto que as leis são criadas tanto para organizar as instituições quanto para regular o comportamento dos sujeitos, principalmente aqueles oriundos dos grupos pobres e miseráveis de uma sociedade.

Foucault (1987) também tratou do “controle dos corpos” pelo Estado, principalmente da parte onde se encontram as massas, ou melhor, os pobres. Neste cenário de mudanças sociais e políticas, a questão do domínio dos sujeitos por meio dos seus corpos ficou bem configurado, deixando-se de punir diretamente o corpo, para puni-lo de forma indireta com a aplicação da detenção dos corpos. Isto se deu com o passar dos séculos, de forma muito lenta, em que a questão da humanização das penas passou a ser discutida e inserida nas políticas criminais. Para que houvesse a detenção do corpo foi necessário criar estabelecimentos para custodiá-los, como os presídios. Mas o controle dos corpos também perpassava pelos hospitais, hospícios, quartéis e escolas. O que passou a ser punido foi a alma.

2.1 CÓDIGO CIVIL DE 1916 (LEI Nº 3.071, DE 1º DE JANEIRO DE 1916)

O Código Civil (CC) em análise perpassou pelo recorte temporal desta pesquisa, sendo revogado somente em 10 de janeiro de 2002, pela Lei 10.406. A importância de se mencionar uma norma civil em um contexto onde se aborda “delitos” perpetrados por crianças e adolescentes reside na técnica de interpretação jurídica de que as normas se completam e se comunicam. No caso, o Código Civil de 1916, trazia um capítulo específico tratando “Das pessoas”, ou seja, das idades onde as pessoas poderiam adquirir direitos e obrigações na esfera civil.

A questão da “personalidade civil” é algo prudente de se debater neste momento, visto que a lei em comento abordava este tema em seu artigo 4º, afirmando que ela começava com o nascimento, sendo assegurada desde a concepção gestacional da vida. Uma vez nascendo, o sujeito passaria a ter toda a assistência do Estado para lhe garantir a vida e seu desenvolvimento, principalmente em relação à saúde, alimentação, segurança, educação, entre outros, até fechar este ciclo e atingir a maioridade. Estes aparatos do poder público para com o “menor” denotava um reflexo do compromisso do Estado Republicano recém-chegado ao Brasil e que a educação seria o instrumento para resolver os problemas sociais e de identidade patriótica. Isto também abarcava os adultos.

Carvalho (1998) tratou sobre o “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico” que inspiraram a “elite” brasileira entre as décadas de 1910 e 1930, em que aquele se caracterizava “pela importância atribuída à educação, constituída como o maior dos problemas nacionais, problema de cuja solução adviria o equacionamento de todos os outros.”

(CARVALHO, 1998, p. 32). Já o “otimismo pedagógico” consistia da “crença no poder da educação, mas não de qualquer tipo de educação, enfatizando a importância da ‘nova’ pedagogia na formação do homem novo.” (CARVALHO, 1998, p. 32). Neste condão foram sendo elaboradas as leis deste período e não foi diferente com o Código Civil de 1916.

O CC trazia em seu artigo 5º a distinção entre absolutamente e relativamente incapazes. Eram considerados absolutamente incapazes na esfera civil: os menores de dezesseis anos, os loucos de todo o gênero, os surdos-mudos que não pudessem exprimir suas vontades e os indivíduos considerados “ausentes” pelo juiz. Em outras palavras, os absolutamente incapazes eram aqueles que não poderiam exercer os atos da vida civil pessoalmente, sendo necessário, sempre, um representante legal (pais ou responsáveis). Seus atos não tinham valor jurídico, não podendo ser responsabilizados por isso. No caso, a depender da situação, quem poderia ser responsabilizado eram os pais ou responsáveis legais. Por exemplo: um dano causado por um menor ao patrimônio de terceiros, o pai poderia ser compelido a reparar o dano.

Por sua vez, o artigo 6º afirmava que os maiores de 16 e menores de 21 anos eram relativamente incapazes para exercer os atos da vida civil, ou seja, eram aqueles que poderiam exercer atos no mundo civil, desde que autorizados por seus responsáveis, caso contrário, o ato poderia ser anulado, ou seja, desfeito. Além destes, também eram assim considerados os pródigos e os silvícolas. Porém, se o “menor entre 16 e 21 anos de idade” ao realizar um ato fosse indagado por outra parte sobre sua idade ou sobre a autorização dos responsáveis, ocultando dolosamente a verdade e favorecendo-se do ato, poderia ser responsabilizado, não prosperando a alegação de ser “menor”. No artigo 156 do diploma em comento, remete à prática de atos ilícitos na vida civil praticados por “menores entre 16 e 21 anos de idade”, equiparando-os “ao maior”, quando fosse considerado culpado. Por exemplo, um “menor” com 17 anos de idade que adquirisse uma propriedade, transferindo-a para o seu nome sob a alegação de promessa de pagamento. Não efetuando o pagamento, o “menor” poderia ser responsabilizado tanto na esfera civil (como perdas e danos e anulação do ato), quanto na esfera penal, caso já tivesse completado 18 anos de idade, uma vez que poderia ser responsabilizado por crimes como o estelionato e falsidade ideológica.

Desta forma, ficou claro que no âmbito civil a maioridade ocorria aos 21 anos de idade. No entanto, a própria lei previu exceções como no caso dos jovens que iam prestar serviço militar obrigatório aos 18 anos de idade, passando a ser considerado “maior” para os atos da vida civil; bem como em situações que a menoridade podia ser suprimida pelos pais ou a autoridade judicial, por exemplo, para a realização de casamento para os menores de 21

anos de idade. O artigo 183, XII do CC informava que as mulheres menores de dezesseis anos e homens menores de dezoito anos estavam impedidos de se casarem. Assim, a princípio, somente a partir destas idades, respectivamente, e desde que ainda não tivessem atingido 21 anos, poderia a menoridade civil ser suprimida pelos pais ou autoridade judicial.

Também havia o instituto da “emancipação”, prevista no artigo 12, II da norma em comento, o qual consistia na concessão dos pais ou do juiz da suspensão da incapacidade se já tivesse completado 18 anos de idade. Ainda, a incapacidade do “menor” ficaria suspensa caso contraísse casamento, exercesse um emprego público efetivo, colasse grau no ensino superior ou estabelecesse uma atividade, civil ou comercial, com as suas próprias economias, como previa o artigo 9º do mesmo diploma. Estas questões se referem ao exercício de um trabalho pelos menores, visto que encontrei situações onde iniciaram a atividade laboral aos 16 anos de idade em empresas ou instituições públicas do Estado de Sergipe, o que poderia suscitar a emancipação dos mesmos, ou seja, as responsabilidades da maioridade chagavam mais cedo para estes adolescentes.

Pode-se vislumbrar que certos aspectos da vida civil poderiam tornar o “menor” responsável por seus atos. Em tais situações, o tratamento era diferenciado quando se tratava da seara penal, caso fossem menores de 18 anos de idade e emancipados civilmente. As maioridades civis e penais eram diferentes, tratando-se de forma distinta cada caso. As consequências de um ato que violasse a esfera penal, por um “menor” de 18 anos e emancipado, poderia gerar uma ação de reparação de danos à vítima, uma vez que para a esfera penal ele continuava sendo incapaz, e para este, a autoridade judiciária poderia impor-lhe uma reprimenda, inclusive a internação.

No próximo ponto, seguindo a ordem cronológica das legislações, fiz uma incursão ao Código de Menores de 1927 (Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927) no tocante as classificações dos “menores”.

2.2 CÓDIGO DE MENORES DE 1927 (DECRETO Nº 17.943-A, DE 12 DE OUTUBRO DE 1927)

O Código de Menores de 1927 também ficou conhecido como Código de Menores Mello Mattos, porque foi José Cândido de Albuquerque Mello Mattos quem o elaborou. Ele foi considerado o primeiro juiz de menores do Brasil e da América Latina, tendo também

criado o Juízo de Menores do Distrito Federal (RJ), onde assumiu a titularidade em 1924. (RIZZINI, 1995, p. 128).

Esta norma adveio do anseio das autoridades públicas e a da própria sociedade em ter a assistência e proteção dos “menores” regulamentadas em um único documento. Assim, realizou-se a consolidação das legislações vigentes, facilitando o manuseio ou instrumentalização das normas referentes à política do menor que, nesse período, usualmente eram chamados de desvalidos.

Em relação à consolidação destas normas, eu sempre ficava me perguntando: quais leis foram consolidadas? Esta dúvida pairava em minha mente desde quando iniciei as pesquisas durante o mestrado, sendo elucidada somente agora por Carvalho (1970), quando elencou as mesmas. Foram elas: I) a Lei Orçamentária nº 4.242, de 05 de janeiro de 1921, a qual determinou a criação de um serviço de assistência e proteção à infância abandonada e delinquente; a construção de um abrigo para acolhimento provisório e oficiais para estes; a criação do Juizado de Menores; definição das situações que poderiam ser caracterizadas como abandonados; as medidas a serem aplicadas a estes e aos pais; adoção de um processo especial para os infratores e a exclusão do critério do discernimento; II) o Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923, a qual regulamentou a assistência e a proteção aos menores abandonados e delinquentes, além de criar disposições mais específicas para o Distrito Federal, complementando e ratificando os preceitos da norma anterior, como a criação do Juizado de Menores; adoção de processo especial para os casos de abandono e menores delinquentes; suspensão e perda do pátrio poder; a regulamentação do Abrigo Provisório e dos Institutos Disciplinares; criação de um Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, à qual serviria para auxiliar as ações das atividades do Juiz de Menores; III) e o Decreto Legislativo nº 5.083, de 1º de dezembro de 1926, que ampliou a competência do Juiz de Menores, sendo o responsável pela guarda e proteção das crianças de primeira idade e dos infantes expostos, bem como da possibilidade de aplicar novas medidas, como: “a) a extensão da liberdade vigiada aos menores abandonados (art. 54); b) a regulamentação do trabalho dos menores (art. 59 e s.); c) a vigilância sobre menores” (CARVALHO, 1970, p. 26) pelo Juiz de Menores, sendo este responsável pelos casos referentes a abusos do pátrio poder, conforme previsto no artigo 77 do referido Decreto Legislativo.

Este Código foi muito criticado pela longa classificação que fez dos menores. Analisarei de forma mais profunda os menores delinquentes, hoje denominados de adolescentes infratores ou em conflito com a lei. Outrossim, deve-se atentar que o Código de

Menores foi instituído em 1926, pelo Decreto nº 5.083, de 1º de dezembro, mas só foi regulamentado pelo Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927.

Tendo sido criada especialmente para menores abandonados e delinquentes de ambos os sexos e com menos de 18 anos¹³ de idade, o que se faz a partir de uma interpretação *a contrario sensu* do artigo 1º do aludido Decreto. Explicando melhor, todos os menores, de ambos os sexos, com menos de 18 anos de idade deveriam ser submetidos à tutela assistencial e protetiva do Estado, sendo inaplicável outra norma como, por exemplo, o Código Penal¹⁴.

O Código de Menores de 1927 ampliou a classificação de menores prevista no Decreto nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923, e praticamente copiou os artigos sobre a questão processual para os menores, locais de acolhimento e do conselho de assistência e proteção. Entendo que esta foi a principal norma referente à proteção aos menores antes do Código de 1927 após a transição para a forma republicana de governo. A norma de 1923 trazia apenas duas classificações: abandonados e delinquentes; já o Código de 1927 trazia quatro classificações: “crianças de primeira idade”, “infantes expostos”, “menores abandonados” e “menores delinquentes”. Em ambos, porém, tratam dentro do conceito de abandonados os: pobres, vadios, mendigos e libertinos. Ademais, outros artigos também faziam menção aos “capoeiras”. Logo se percebe que a norma se amplia na questão assistencial para além dos “abandonados e delinquentes”, contrariando a especificidade da norma enfatizada em seu artigo vestibular. Passemos a comentar as classificações do Código de Menores de 1927.

As “crianças de primeira idade” eram crianças com menos de dois anos que estivessem sendo amamentadas, entregues para criar ou que estivessem sob a guarda de alguém, passando a ser responsabilidade das autoridades públicas com o objetivo de lhes garantir a vida e a saúde. Estas crianças não estavam em situação de abandono. O adulto que quisesse ter aos seus cuidados uma criança para criação, amamentação ou guarda receberia um salário para ajudar na sua manutenção, devendo declarar e se apresentar perante os funcionários do registro especial. A vigilância para a proteção destas crianças era feita pelos responsáveis que as tivessem aos seus cuidados, bem como dos escritórios e agentes de informações que tinham a função de encontrar uma colocação para elas. A presente norma delegou aos municípios e estados a organização destes serviços e o que fosse necessário para assistir estes sujeitos.

¹³ A Lei Orgânica nº 4.242, de 05 de janeiro de 1921 já determinava a adoção de processo especial para os “infratores menores de 18 anos, com a exclusão do critério do discernimento”. (CARVALHO, 1970, p. 26).

¹⁴ Neste período ainda vigorava o Código Penal de 1890.

Os “infantes expostos” eram crianças de zero a sete anos que se encontravam em situação de abandono. A presente norma aboliu o sistema de rodas dos expostos no seu artigo 15, sendo este o ponto mais relevante do capítulo da norma em comento. Aquele que pretendesse abandonar uma criança deveria entregá-la diretamente às instituições destinadas a acolher os “expostos”, garantindo-se o sigilo e mediante apresentação de registro de nascimento, além de informações que pudessem identificar a criança. A violação do sigilo era punida com multa, prisão celular e suspensão do trabalho.

Mas a abolição do sistema de rodas não impediu que o abandono de crianças continuasse a ocorrer, inclusive com situações de abandono na porta das próprias instituições que acolhiam estes infantes. A norma ainda obrigava a quem encontrasse crianças abandonadas de apresentá-las ou de avisar à autoridade policial ou pública mais próxima. Quem não atendesse a este mandamento, incorria em pena de multa. Vale ressaltar que a autoridade judicial que lidava com menores era denominada de “juiz de orphãos” ou “juiz de menores”, como passou a ser mais usual a partir do Código de Menores de 1927. O juiz de menores tinha que escolher entre três opções para decidir sobre o destino da criança: recolher o exposto em uma instituição para tal fim; deixá-lo sob a tutela voluntária de quem se interessasse ou ser tutelada compulsoriamente por nomeação judicial.

Classificavam-se como “menores abandonados” aqueles que tinham menos de 18 anos de idade, ou melhor, que tinham entre oito a dezessete anos; lembrando que de zero a sete anos eram denominados de “infantes expostos”. Caracterizavam-se abandonados aqueles que não tinham habitação certa e nem meios para prover a subsistência em decorrência dos pais serem falecidos, desaparecidos ou desconhecidos, sem tutor ou pessoa que detivesse a sua guarda, bem como em situações derivadas de indigência, enfermidade, ausência ou prisão dos pais ou responsáveis, bem como qualquer outro motivo que impossibilitasse a guarda da criança; se os responsáveis praticassem atos contra a moral e bons costumes, se os “menores” praticassem habitualmente a vadiagem, mendicidade e libertinagem, andassem em lugares de prática de jogos e com pessoas com moralidade duvidosa, viciosa ou de “má vida”. (BRASIL, 1927).

Outras situações abarcavam essa classificação, quando, por exemplo: o menor era submetido à prática de crueldades, abuso de autoridade, negligência e exploração dos pais ou responsáveis, além dos casos em que estes eram condenados por sentença irrecorrível. A presente classificação passou a ser considerada como um defeito da lei por englobar todas as crianças e adolescentes que, na verdade, não eram abandonados; até mesmo porque poderia haver, por exemplo, situações em que os pais tinham condições de prover materialmente e

moralmente seus filhos e querê-los em suas companhias. Porém, existiam casos em que o menor, “por seu comportamento ou tendência, revela dificuldade de adaptação a uma vida normal, ou se entrega à vadiagem, mendicidade, prostituição, ou indisciplina”. (CARVALHO, 1970, p. 29).

Tanto a expressão “abandonados” quanto “delinquentes” passaram a ser rejeitadas pelo direito moderno, em especial a partir da década de 1950, em face das legislações estrangeiras buscarem um tratamento mais humanizado, como já ocorria na Bélgica, França e Portugal, países estes que especializaram suas primeiras leis menoristas nos anos de 1911, 1912 e 1921, respectivamente (CARVALHO, 1970, p. 29), sendo atualizadas nas décadas de 1950 e 1960, além da legislação Suíça. Tais mudanças significavam em se referir às crianças e adolescentes como “em perigo”, que precisavam de “medidas de assistência educativa”, sempre de forma indireta, limitando-se “a fórmulas gerais, dentro das quais” (CARVALHO, 1970, p. 28) deveriam ser assistidos. O Brasil se espelhou nas leis destes países tanto para a elaboração do CM/1927 quanto na versão de 1979, apesar de permanências do uso da palavra “menor” em políticas públicas posteriores, como foi o caso do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069, de 13 de julho de 1990.

O Estatuto menorista utilizou a expressão, por exemplo, no artigo 60 da seguinte forma: “É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz”; no artigo 104 faz a seguinte menção: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei”; entre outros artigos. O ECA surgiu como uma política protetiva, ressocializante e afirmativa dos direitos e da condição das crianças e adolescentes, logo, trata de pessoas com idade inferior a 18 anos, onde o legislador deveria ter afastado por completo os estigmas da palavra “menor” do seu conteúdo, fazendo tal palavra desaparecer da sua redação. Assim, quando se dirigiu aos “menores de quatorze anos de idade” ou “menores de dezoito anos”, poderia ter escrito “às crianças e adolescentes que não tiverem atingido quatorze anos de idade” ou “pessoas com menos de dezoito anos”; poderia ainda ter utilizado: púberes, impúberes, sujeitos, indivíduos, entre outros.

Retomando a análise das classificações dos “menores” trazidas pelo CM/1927, quanto aos “menores delinquentes”¹⁵, consistiam naqueles com menos de 18 anos de idade, crianças ou adolescentes, “indigitado autor ou cúmplice de facto qualificado crime ou contravenção”. (BRASIL, 1927). Sendo que os que tivessem menos de 14 anos não deveriam ser submetidos a processo penal de qualquer espécie. Já os que tivessem entre 14 e 18 anos eram submetidos

¹⁵ Artigo 68 e 69 do CM/1927.

a processo especial, na forma da legislação em questão. Em outras palavras, eram absolutamente incapazes os menores de 14 anos; acima desta idade poderiam ser “punidos” de acordo com a legislação especial para menores, assumindo assim, uma relativização da responsabilidade pelos atos contrários à lei praticados por eles.

Quando apreendidos, a autoridade judicial procurava identificar se as crianças e adolescentes tinham algum tipo de “alienação ou deficiência mental”, se era epilético, “surdo-mudo, cego, ou por seu estado de saúde precisar de cuidados especiais”; ainda, se era “abandonado, pervertido ou estiver em perigo de o ser” (BRASIL, 1927), para, a partir daí realizar os encaminhamentos devidos.

“Pervertido”, segundo o artigo 85, era o menor de 18 anos, considerado reincidente pela prática de infração penal da mesma natureza ou não. Assim, era considerado moralmente pervertido aquele que tinha persistente tendência ao delito.

Quando as condições dos responsáveis pelo menor de 14 anos de idade que tivesse praticado crime ou contravenção fosse “perigosa”, bem como as circunstâncias da prática delituosa, o juiz poderia encaminhá-lo para um “asylo, casa de educação, escola de preservação, ou o confiara a pessoa idonea” até que completasse 18 anos de idade. Se o menor tivesse entre 14 e 18 anos, quando sentenciado à internação, o juiz o encaminhava às escolas de reforma. Neste caso, o juiz poderia retardar, suspender ou prolongar a internação do menor, a depender do delito praticado ou do seu comportamento durante o internato.

Quanto aos “menores” de 21 anos, ou melhor, os que tivessem entre 18 e 21 anos de idade (logo, maior para a esfera penal), aplicava-se uma atenuante quando da dosimetria¹⁶ da pena. O Código de Menores de 1927 abraçava essa faixa etária, denotando uma preocupação não só com a integridade física, mas também com o desenvolvimento mental dos jovens condenados, determinando que, ao serem encaminhados aos presídios para cumprimento de pena, fossem separados dos condenados maiores. Já os vadios, mendigos e capoeiras, na mesma situação, deveriam ser encaminhados às colônias correccionais pelo prazo de um a cinco anos.

Para tanto, consideravam-se “vadios” os menores de 18 anos que moravam com os responsáveis, mas não queriam receber instrução ou trabalhar, passando a vagar habitualmente pelas ruas da cidade. Também eram assim considerados os que deixavam de morar com os seus responsáveis sem causa legítima, ou mesmo quando, simplesmente, não tinham onde morar e nem uma pessoa que lhes valesse, passando a vagar pelas ruas com

¹⁶ Mensuração da pena pelo Juiz de Direito dentro dos limites previstos para cada crime, levando-se em consideração as causas aumento e diminuição da pena.

habitualidade, sem meios de sobreviver regularmente ou sobrevivendo por meio de ocupações imorais ou proibidas, como por exemplo, pequenos delitos ou prostituição. O artigo 399 do Código Penal de 1890 - Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890 - então em vigor à época em que o Código de Menores de 1927 foi promulgado, também conceituava o que consideravam como “vadios”, sendo este, aquele que deixasse de exercer a profissão, ofício ou qualquer atividade da qual ganhasse a vida, não possuindo outros meios de subsistência e nem habitação certa; ainda se enquadravam neste conceito aqueles que exerciam ocupações proibidas por lei, ofensiva à moral e aos bons costumes para prover a subsistência.

Quanto ao conceito de “mendigos”, o CM/1927 dizia que eram os menores de 18 anos que habitualmente pediam esmolas, mesmo que fossem para os seus pais, ou ainda quando pediam “donativos” em troca de um objeto ou camuflando-se em uma venda, como, por exemplo: o “oferecimento” ou “venda” de jujubas pelas ruas da cidade.

Outra classificação apresentada foi a prevista no artigo 30 do CM/1927: entendia-se por “libertinos” os menores de 18 anos de idade que habitualmente se empregavam à prática de atos obscenos, à prostituição, viviam ou frequentavam casas de prostitutas ou de tolerância para a prática de atos obscenos, ou mesmo quando não encontrados nestas, mas praticando tais atos ou vivessem da prostituição de terceiros. Nem o Código de Menores de 1927 e nem o Código Penal vigente no período (1890) conceituava “atos obscenos”. Este considerava crime de “ultrage público ao pudor”, em seu artigo 282, a ofensa aos bons costumes com “exibições impudicas, atos ou gestos obscenos, atentatórios do pudor” que ultrajavam e escandalizavam a sociedade da época.

Assim, denota-se que atos obscenos poderiam ser desde um beijo a abraços mais demorados ou mesmo gestos que expressassem algum comportamento reprovado socialmente. Quem decidia se o ato era obsceno ou não era a autoridade judicial.

Por fim, os “Capoeiras”, última classificação, foram citados uma única vez no Código de Menores de 1927, no artigo 78: “os vadios, mendigos, capoeiras, que tiverem mais de 18 annos e menos de 21, serão recolhidos à Colonia Correccional, pelo prazo de um a cinco annos” (BRASIL, 1927), referendando a política consciente de institucionalização de menores. Porém, não conceituaram quem eram considerados “capoeiras”. Uma explicação pode ser extraída a partir da exegese dos artigos 402, 403 e 404 do Código Penal de 1890 - Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.

O artigo 402 da referida norma dizia o seguinte:

Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal. (BRASIL, 1890).

Assim, pode-se depreender que os “Capoeiras” poderiam ser crianças, adolescentes ou adultos, que praticavam a “capoeira” ou “capoeiragem”, sendo este um exercício de agilidade e destreza corporal, considerado crime se praticado nas ruas e em praças públicas, posto que poderia causar temor ou algum mal às pessoas. Eles eram vistos como sujeitos capazes de causar outros crimes, como lesão corporal e homicídios, “ultrajar o pudor publico e particular, perturbar a ordem, a tranquilidade ou segurança publica” (BRASIL, 1890), e se fosse encontrado com armas as penas seriam cumuladas; era a previsão do artigo 404 da norma.

Segundo Lussac e Tubino (2009), o vocábulo “capoeira” já foi interpretado como aquele praticante do jogo-luta, bem como malfeitores, ladrões e bandidos. Durante a primeira metade do século XIX, a maioria dos “capoeiras” era composta por escravos e africanos, mas com o tempo passou a ser praticada por mestiços e índios. Já na segunda metade do século XIX, além daqueles, praticavam a “capoeira” os militares, portugueses, europeus e até integrantes da elite da sociedade brasileira. Adentrando ao século XX, uma gama da classe trabalhadora também a praticava. (LUSSAC e TUBINO, 2009, p. 8).

Os menores da FEBEM-SE também tiveram oportunidade de realizar esta atividade como prática educativa, uma mistura de arte, dança e luta dos negros escravizados no Brasil. Ao ser perguntado sobre a prática da capoeira na instituição de internamento sergipana, o ex-interno José (2016) respondeu que havia sim esta atividade, bem como outras práticas educativas, como as oficinas profissionalizantes: marcenaria, mecânica, entre outras. De acordo com a narrativa de Matias (2016), ex-servidor da FEBEM-SE, afirmou que quando começou a trabalhar na FEBEM-SE em 1980, era praticante de capoeira e foi designado para ensinar aos internos como atividade educativa. Corroborando, Menezes (2016), outro ex-servidor, disse que na instituição “também tinham atividades lúdicas, como, no caso: capoeira.” (MENEZES, 2016).

O próximo ponto desta pesquisa tratou do Código Penal de 1940, ainda em vigor, apesar de já ter sofrido várias modificações. Nele será possível verificar como uma norma geral, que trata sobre delitos para adultos, normatiza tais condutas quando praticadas por menores.

2.3 CÓDIGO PENAL DE 1940 (DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940)

O Código Penal de 1890 foi substituído pelo Código Penal de 1940, estando em vigor até a presente data, permeando todo o recorte temporal desta pesquisa. Ela não informa diretamente que a maioridade é alcançada aos 18 anos de idade completos; sendo abordada de forma indireta, tratando da menoridade ou da inimputabilidade em seu artigo 27: “os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial”. (BRASIL, 1940).

A legislação especial a que se referia o artigo era que normatizava a política do menor à época, no caso, o Código de Menores de 1927. Era esta lei que vigorava quando o Código Penal de 1940 (CP/1940) passou a fazer parte do ordenamento jurídico brasileiro. Ao longo de sua existência, duas outras leis especiais para “menores” advieram: o Código de Menores de 1979 (Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990). A previsão de ser adotada uma legislação específica para os menores foi contemplada pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 228, autorizando a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O CP/1940 recepcionou a menoridade estabelecida no CM/1927, posto que poderia ter adotado idade diversa já que a lei mais nova revoga a mais antiga, no todo (ab-rogação) ou em parte (derrogação). Outrossim, adotou o critério de presunção absoluta de inimputabilidade para os menores de 18 anos de idade, bem como o critério biológico em contraposição ao critério do discernimento; neste, as autoridades judiciais verificavam por meio de exames, relatórios e laudos, o grau de consciência que o menor tinha agido durante a prática do ato delituoso e assim dar a punição ou o encaminhamento devido. (DELMANTO, 1998, p. 52).

Este diploma penal recepcionou ainda as disposições quanto aos condenados que tinham entre 18 e 21 anos de idade. Assevere-se que durante todo o recorte temporal desta pesquisa, da mesma forma que o CP/1940, vigorou o Código Civil de 1916, o qual só foi revogado pela Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Isto importa conhecer porque a maioridade civil ocorria aos 21 anos de idade, como já comentado alhures. Mas para a legislação penal ocorria aos 18 anos. A lei penal entende que sobre o autor de delito que tivesse entre 18 e 21 anos de idade deveria recair as vantagens das atenuantes (artigo 65, I) e a redução dos prazos prescricionais (artigo 115). (DELMANTO, 1998, p. 53).

A imputabilidade “é a capacidade de a pessoa entender que o fato é ilícito e de agir de acordo com esse entendimento”; em contraponto, saliente-se que a inimputabilidade consiste na “isenção de pena se o agente, por doença mental ou carência de desenvolvimento mental, era – ao tempo de sua conduta – incapaz de compreender a ilicitude do fato ou de conduzir-se de conformidade com essa compreensão”. (DELMANTO, 1998, p. 49). Ou seja, é inimputável aquele que não tem a referida capacidade de compreender o fato ilícito. O artigo 26 do CP/1940, aduz:

É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. (BRASIL, 1940).

Há de se atentar que este dispositivo trata de pessoas com “moléstias mentais de qualquer origem (psicose maníaco-depressivo, esquizofrenia, paranóia, etc.)” (DELMANTO, 1998, p. 50), bem como os surdos e mudos que não conseguem se expressar. O desenvolvimento mental, incompleto ou retardado, é uma causa de exclusão de culpabilidade do autor do fato delituoso, posto que o crime existe, mas a pena não. Não obstante, segundo o autor, ao comentar o artigo 27 do CP/1940, disse que “o menor de 18 anos não tem personalidade já formada, ainda não alcançou a maturidade de caráter”. (DELMANTO, 1998, p. 52). Tendo como base estes artigos, entendo que o CP/1940 inferiu aos menores de 18 anos um desenvolvimento mental incompleto ou retardado (art. 26), posto que, segundo o próprio artigo 27, “os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis”.

Desta forma, os menores poderiam ser abraçados pelo artigo 26, sendo desnecessário o artigo 27. Talvez o legislador quisesse ratificar tal entendimento. Estas redações do CP/1940 podem levar a uma compreensão de que os nossos adolescentes possuem desenvolvimento mental incompleto ou retardado, semelhantemente às pessoas que têm algum transtorno ou deficiência intelectual, já que ambos, não possuem “personalidade” ou “maturidade de caráter” formadas. Outrossim, o critério biológico adotado pelo CP/1940 é absoluto, desconsiderando qualquer discernimento para os menores de 18 anos de idade que; porém, no primeiro instante do dia em que completa esta idade é considerado responsável por todos os seus atos.

No tópico seguinte comentei sobre a PNBM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor, documento criado pela FUNABEM, a qual ficou incumbida desta responsabilidade quando da sua instituição por meio de lei no ano de 1964, ano em que os militares assumiram a gestão do país.

2.4 A POLÍTICA NACIONAL DO BEM-ESTAR DO MENOR

A Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM) foi um documento elaborado por um grupo de conselheiros, técnicos e assessores de diversas entidades representativas do governo federal e da sociedade civil, como: ministérios governamentais, conselhos de representações religiosas, órgãos de classes profissionais, entre outras. Este documento foi publicado em 1973, tendo como base a Lei 4.513, de 1º de dezembro de 1964, a qual autorizava o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, extinguindo o Serviço de Assistência a Menores – SAM e incorporando todo o seu patrimônio e atribuições.

Segundo o artigo 5º da Lei 4.513/1964, “A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor tem como objetivo formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, mediante o estudo do problema e planejamento das soluções [...]” (BRASIL, 1964). Apesar de ter sido elaborada pelo governo federal, as ações para o enfrentamento do problema do menor deveriam ter a participação dos estados e municípios, visto se tratar de uma política nacional e por estarem mais próximos das suas respectivas realidades: “nos círculos de suas necessidades peculiares e próprias – podem suprir as deficiências que se apresentam” (BRASIL, 1973, p. 7), conforme aduziu Dr. Mário Altenfelder, então Presidente da FUNABEM. Seu objetivo foi de apresentar diretrizes para lidar com este problema social, advertindo que:

[...] o problema do menor no Brasil, especialmente o que se refere ao menor marginalizado ou em vias de marginalização, é dos mais agudos. Contrariamente ao problema do menor infrator, cuja incidência em nosso meio é quase insignificante, o menor carente se constitui em grave desafio. (BRASIL, 1973, p. 7).

Estas foram as palavras do aludido Presidente da FUNABEM, cuja sede era no Rio de Janeiro, quando da publicação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBM. O discurso deste gestor público me fez compreender que neste período, início da década de 1970, a preocupação do Estado era maior com as crianças e adolescentes pobres, órfãos e abandonados do que com os que cometiam infrações. Em outras palavras, eram de menor preocupação os casos que envolviam estes sujeitos, inclusive na ex-capital federal.

A PNBM, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela FUNABEM na sua lei criadora, entendia “por marginalização do menor o seu afastamento progressivo de um

processo normal de desenvolvimento e promoção humana até a condição de abandono, exploração ou conduta anti-social.” (BRASIL, 1973, p. 137).

Há que se observar que o Brasil vivenciava o Regime Civil-Militar desde 1964 e as políticas públicas deveriam se coadunar com os objetivos da Segurança Nacional; no caso, se apropriando dos menores marginalizados pela sociedade, dando-lhes apoio, assistência, educação e trabalho. A princípio, a ressocialização seria uma consequência das suas ações; os menores contribuiriam para o desenvolvimento do país, para a aceleração do progresso nacional, inclusive, com a colaboração das suas potencialidades, moldados a partir de “cuidados de ordem física, moral e social, para que possam desempenhar com dignidade o papel que lhes cabe no seio da sociedade nacional.” (BRASIL, 1973, p. 8). Segundo Dantas:

Da Doutrina de Segurança Nacional desenvolvida pela ESG¹⁷, inspirada em pregações americanas, [...], provinham os princípios que iriam nortear as diretrizes do Estado Autoritário nascente. Visualizando o mundo em guerra total, através da bipolaridade Ocidente x Comunismo, e considerando os Estados Unidos da América como bastião do mundo livre [...] Associando a ideia de desenvolvimento à da segurança nacional, dentro de uma engenhosa teoria, destacava-se a guerra revolucionária que elegia a segurança interna como prioridade máxima. (DANTAS, 2014, p. 24).

A ideia de Segurança Nacional citada pelo autor já tinha sido implantada por Getúlio Vargas em 1935 com o fim de se “manter a ordem, de combater o comunismo e o integralismo, com medidas assistenciais e corporativas [...]” (FALEIROS, 1995, p. 70); bem como agir sobre o que se denominou de política da infância ou política do menor, articulando-se “repressão, assistência e defesa da raça” (FALEIROS, 1995, p. 70), a qual teve uma longa duração e grande influência nas vidas das crianças e adolescentes pobres do Brasil.

Em seu governo, criou o DNCr - Departamento Nacional da Criança (1940), cujo fim era de implementar as questões relacionadas ao higienismo, articulando-se com outras entidades públicas e privadas, como: o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), o SAM - Serviço Nacional de Assistência a Menores (1941)¹⁸ e a LBA - Legião Brasileira de Assistência (1942): “a estratégia do governo é de privilegiar, ao mesmo tempo a preservação da raça, a manutenção da ordem e o progresso da nação e do país”. (FALEIROS, 1995, p. 67; 69).

Segundo este autor, o médico Mário Altenfelder, ao ser nomeado Presidente da FUNABEM, em 1965, criticou o internamento dos menores, dizendo que os reformatórios na

¹⁷ ESG – Escola Superior de Guerra.

¹⁸ Decreto-lei nº 3.799, de 5 de novembro de 1941.

verdade seriam “deformatórios” (FALEIROS, 1995, p. 77); ele se referia ao SAM, o qual estava vinculado ao Ministério da Justiça e que tinha a finalidade de orientar as políticas públicas para a infância, bem como:

[...] fiscalizar educandários particulares, investigar os menores para fins de internação e ajustamento social, proceder ao exame médico-psico-pedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos, promover a colocação de menores, incentivar a iniciativa particular de assistência a menores a estudar as causas do abandono. (FALEIROS, 1995, p. 68).

Neste diapasão, o Juizado de Menores teve o seu poder de atuação reduzido, cabendo-lhe apenas fiscalizar o regime disciplinar e educativo dos internatos, além da manutenção da ordem e da preservação da raça segundo os critérios definidos subjetivamente pelo Juiz de Menores e de acordo com a personalidade e periculosidade do menor. (FALEIROS, 1995, p. 68). Segundo os autores Irma Rizzini e Arno Vogel (1995), foi com a criação do SAM (1941) que “[...] as funções de organizar os serviços de assistência, fazer o estudo e ministrar o tratamento aos menores, foram retiradas da alçada dos juízes. [...] Portanto, com o SAM, a execução do atendimento foi parcialmente separada da instância jurídica, [...]” (RIZZINI; VOGEL, 1995, p. 276).

Altenfelder, quando assumiu a FUNABEM, pronunciou-se sobre a política do menor afirmando que a intervenção racional de toda a sociedade, a prevenção e a ação tecnocrata eram importantes no combate à marginalização do menor, deixando claro que o Estado deveria agir e exigir deles uma adequação ao sistema. A marginalização seria causada pela migração, urbanização e pelo afastamento da família, devendo-se reforçar o poder do Juiz de Menores onde a sua sentença deveria ser cumprida quanto à vigilância, proteção e educação para os menores nos bairros onde residiam além de “assistir sua família através de práticas educativas especiais”. (FALEIROS, 1995, p. 77).

Apesar do texto não informar o que eram “práticas educativas especiais”, entendo que ele se referia a atividades: a) de cunho preventivo (assistência educacional, cultural, profissional e de saúde aos menores e suas famílias) para aqueles que ainda não eram marginalizados, mesmo a pobreza sendo uma condição que, por si só, já estigmatizava as mesmas; b) e as de cunho terapêutico para as que já estavam em processo de marginalização ou marginalizadas da sociedade, as quais deveriam ser encaminhadas às unidades de acolhimento e realização de um trabalho assistencial com vistas a reintegrar os menores à

sociedade, bem como às suas famílias, nas áreas de educação, saúde, participação em cursos profissionalizantes, encaminhamento para empregos, entre outros.

Conforme pude depreender destes autores (RIZZINI, VOGEL, 1995; FALEIROS, 1995; RIZZINI, 1995), marginalizados seriam todos os menores que estivessem à margem da sociedade, excluídos das oportunidades e serviços que uma sociedade moderna tinha; ser marginalizado não significava estritamente ser um delinquente, infrator da lei. Devia-se compreender como crianças e adolescentes hostilizadas pela sociedade e desamparadas por suas famílias, fosse pelo abandono ou pela orfandade ou mesmo pela pobreza, gerando ações por parte delas que, em algumas situações, por desespero com o fim de sobreviverem, poderiam chegar a praticar ilícitos, como o furto de alimentos.

Neste universo de assistencialismo, incluía-se ainda o “tratamento psiquiátrico do menor portador de problemas de conduta anti-social” (SERGIPE, 1978, p. 41). Até 1978, a FEBEM-SE ainda não tinha um setor específico destinado à assistência de menores com alguma deficiência, física ou intelectual; este espaço só foi criado em um momento posterior. Em Minas Gerais, Amira Zaidan Amaral e Maria do Carmo Caixeta (1985), que foram Diretora e Psicóloga da Escola FEBEM Paulo Campos Guimarães, respectivamente, desenvolveram um projeto nesta unidade para atender “a criança deficiente mental”, como trazia no título da sua obra. Informaram que as crianças que se encontravam internadas provinham dos setores menos favorecidos da sociedade:

É um grande grupo que vive em situação de pobreza, excluído dos processos de desenvolvimento econômico, político, social e cultural do país. São pessoas da capital e do interior mas, na grande maioria, migrantes que, [...] nas cidades grandes, deparam-se com a miséria, a violência e a impossibilidade de manterem seus valores e padrões culturais. (AMARAL; CAIXETA, 1985, p. 15).

Desta forma, entendo que a PNBm foi pensada, inicialmente, para atender as crianças pobres, órfãs, abandonadas e infradoras, mas que teve que ampliar sua atuação para poder também acolher os menores com algum tipo de deficiência que, como disseram as autoras, foram duplamente excluídas da sociedade, pelo abandono e pela deficiência. Sua atuação estava pautada nas diretrizes da OMS – Organização Mundial da Saúde, de 1979, que, em síntese, “[...] ninguém pode ser considerado deficiente mental apenas levando-se em conta uma impressão subjetiva.” (AMARAL; CAIXETA, 1985, p. 16). Na época em que realizaram a pesquisa a escola atendia “120 crianças e jovens, na faixa etária de 04 a 33 anos, de ambos

os sexos, com diferentes graus de deficiência mental, e diversas outras deficiências associadas.” (AMARAL; CAIXETA, 1985, p. 19). Este trabalho passou a fazer parte da política de prevenção e de tratamento terapêutico preconizados pela PNBM.

Em 1976, a FEBEM-SE já contava com um Programa de Prevenção à Marginalização do Menor o qual tinha como objetivo “[...] corrigir os déficits cumulatórios do desenvolvimento das capacidades cognitivas da criança, biopsicossocial e culturalmente carenciada.” (SERGIPE, 1978, p. 21). Além deste programa havia os Núcleos Preventivos distribuídos pelos bairros da capital e municípios sergipanos e eram destinados tanto aos menores como aos seus familiares, ofertando serviços assistenciais. A assistência terapêutica constituía-se “pelo atendimento ao menor envolvido pelo processo de marginalização, através de uma ação educativa que visa atender às suas necessidades básicas, criando as condições indispensáveis a sua socialização e formação profissional.” (SERGIPE, 1978, p. 27). A ação terapêutica compreendia: o internato, o semi-internato, a oferta de subsídios às famílias dos menores, entre outros.

Este controle dos corpos, tanto dos menores quanto das famílias tinha o propósito de se estabelecer a ordem e o progresso nacional, onde a Segurança Nacional era o fio condutor para a criação de uma civilização moderna, direcionando a juventude para o trabalho e desenvolvimento do país. Desta forma, a FUNABEM acabou se moldando à tecnocracia e ao autoritarismo que, segundo Faleiros:

Neste contexto repressivo e do Regime Militar, a FUNABEM, que se propunha a assegurar prioridades aos programas que visem à integração do menor na comunidade, através da assistência na própria família e da colocação em lares substitutos, a apoiar instituições que se aproximem da vida familiar, respeitar o atendimento de cada região, acaba se moldando à tecnocracia e ao autoritarismo. (FALEIROS, 1995, p. 76).

O autor entende que este discurso se divide em dois momentos: o primeiro diz respeito ao controle social em nome da segurança nacional, cuja doutrina consistia em reduzir ou anular ameaças que se contrapusessem ao sistema governamental; o segundo refere-se ao tecnicismo, o qual tinha como pressuposto a verticalização da racionalidade, centralização e uniformidade dos comportamentos de acordo com a cientificidade. (FALEIROS, 1995, p. 76-77).

Segundo Irene Rizzini (1995), a década de 1960 foi inaugurada já com a certeza de extinguir o SAM, visto que a socialização das crianças e adolescentes nunca foi o único

interesse dos governantes, havendo uma dualidade com o bem-estar social. O objetivo do SAM era de excluir o “menor-problema” da sociedade, colocando-os em lugares distantes dos olhos das elites e da classe média, visto que enfeavam as ruas das cidades com suas aparências imundas, mau-cheiro, pés descalços, roupas e cabelos sujos. A pobreza, a miséria e a mendicância eram resultados de decisões políticas que não pensaram nas consequências de suas ações, como por exemplo: o incentivo tributário às indústrias para que se fixassem nos grandes centros urbanos; o descompromisso com a formação educacional de base; a ausência de uma assistência social efetiva, entre outras situações.

Por outro lado, a política do bem-estar do menor visava reintegrá-lo à sociedade por meio de um processo assistencial, educacional, esportivo, cultural e de lazer, além da formação para o trabalho. Isto deveria ser feito nos seios das sociedades e não de forma isolada dos centros urbanos, em instituições distantes, o que promovia ainda mais a exclusão. Logo, havia uma contradição de interesses da elite dirigente em relação aos menores e aos grupos sociais pobres ou marginalizados. Ademais, a política internacional, encabeçada pela Declaração Universal dos Direitos da Criança, aprovada pela ONU em 1959, por meio da UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, pressionava os países signatários a adotarem atitudes que humanizassem o tratamento às crianças e que lhes garantissem os direitos nela consignados. (RIZZINI, 1995, p. 149).

No final da década de 1950 e começo da década de 1960 o SAM passou a ser fortemente criticado por vários setores da sociedade. Segundo Faleiros, alguns juízes chegaram a dizer que o local era uma “fábrica de delinquentes, escolas do crime, lugares inadequados”. (FALEIROS, 1995, p. 73). Ainda, que contribuía para a formação de verdadeiros núcleos de criminosos e que não tinham condições de garantir a readaptação dos menores. A imprensa, parlamentares e a ASA – Ação Social Arquidiocesana do Rio de Janeiro também se posicionaram contra o SAM, dizendo que era um sistema desumano, ineficaz e perverso, havia superlotação, ausência de cuidados e imundice. (FALEIROS, 1995, p. 74).

O SAM passou a ser vista como uma instituição atribulada, sendo palco de vexames para a administração pública (RIZZINI; VOGEL, 1995, p. 141) e corrupta segundo informações destes autores, ao dialogarem com Paulo Nogueira Filho, ex-diretor do SAM da capital federal, a partir da sua obra denominada “*Sangue, corrupção e vergonha*”, de 1956. Asseveraram que o ex-diretor havia aberto para a sociedade o que realmente se passava dentro do SAM e que na maioria deles, pelo Brasil, havia sinecura, inclusive a inexistência de algumas destas instituições, mas que foram criadas pela administração pública com o fim de

designação de pessoal. Outra irregularidade apontada pelo ex-diretor foi, apesar da existência de alguns educandários, deixou-se de construir mais unidades, tendo em vista que outros estabelecimentos, não voltados ao internamento de menores, recebiam auxílios do SAM; ainda, a não definição do que seria “desvalido” ou “autênticos desvalidos”, uma vez que falsos desvalidos, ou seja, crianças de origem familiar com bons recursos financeiros eram matriculadas nos melhores educandários mantidos pelo SAM. (RIZZINI; VOGEL, 1995, p. 278).

Corroborando as críticas ao SAM, estes autores asseveraram que esta entidade também era visto como um depósito de menores, sendo criticado pela sociedade civil e imprensa pela forma que conduzia os seus trabalhos, em especial a partir da década de 1950. Na década de 1960 passou a ser alvo de sindicância do Ministério da Justiça, sendo de conhecimento que “os maus tratos impingidos aos menores era fato corriqueiro no cotidiano das instituições, principalmente naquelas dirigidas aos delinquentes” (RIZZINI; VOGEL, 1995, p. 281). Os castigos corporais eram comuns, uma prática rotineira, inclusive com surras que levavam à morte, chegando ao conhecimento público. Isto acontecia principalmente com os chamados rebeldes ou suspeitos no “presídio para menores”, ou melhor, no Instituto Governador Macedo Soares, na Ilha do Carvalho, Rio de Janeiro. Durante a madrugada eles eram retirados dos seus dormitórios superlotados e levados para um ritual de suplícios em um “local ermo para ser espancado, com palmatória, varas e porretes [...]” (RIZZINI; VOGEL, 1995, p. 281).

Os autores informaram ainda que “a corrupção no SAM atingia todos os níveis de sua estrutura – do gabinete do Ministério da Justiça aos estabelecimentos de atendimento” (RIZZINI; VOGEL, 1995, p. 285). Paralelo a esse problema social, discutia-se a elaboração da LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que tramitava no Congresso Nacional desde 1948, mas só foi aprovada em 1960, entrando em vigor em 1961. Ainda, a reformulação do Código de Menores de 1927 estava em ebulição, sendo travados intensos debates em vários estados brasileiros, influenciados pelas políticas e ações internacionais em defesa dos direitos das crianças, como foi o caso do IX Congresso Panamericano da Criança, ocorrido em Caracas, na Venezuela, em 1948. Isto resultou no “Novo Código de Menores”, publicado por meio da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. (FALEIROS, 1995, p. 75).

Vê-se que a sociedade estava clamando por uma ação da administração pública e “[...] em meio a tantos projetos e celeumas criadas pela imprensa ao reportar o aumento da criminalidade e da violência envolvendo menores, se havia um consenso na época sobre a matéria, esse pairava sobre a urgência de se extinguir o SAM.” (RIZZINI, 1995, p. 148). Foi

por estes, entre outros motivos, que o SAM foi extinto e substituído pela FUNABEM, por meio da Lei 4.513, de 1º de dezembro de 1964, a partir de um anteprojeto elaborado pelo então Ministro da Justiça e Negócios Interiores, Dr. Milton Soares Campos. (RIZZINI, 1995, p. 150-151).

Esta lei deu origem ao documento da Política Nacional do Bem-Estar do Menor - PNBM, que estabelecia diretrizes para a concretização dos ideais tecnocratas do governo brasileiro, como já aduzido no início deste capítulo. A PNBM foi dividida em introdução mais nove partes. Antecedido por uma apresentação do então presidente da FUNABEM, Dr. Mário Altenfelder, seguiu-se a introdução a Lei nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964, a qual autorizou a criação da FUNABEM, além de uma mensagem do ex-Presidente da República, Emílio Garrastazu Médici, dirigida aos jovens falando sobre família, educação, justiça e da importância da FUNABEM em substituição ao SAM.

O artigo 6º da Lei 4.513/1964 fixou diretrizes para a FUNABEM elaborar a PNBM, como: assegurar a integração do menor à comunidade e assistência em suas próprias famílias ou em famílias substitutas; incrementar a criação de instituições com características de uma casa familiar, sendo a internação a última alternativa caso estas ainda não existissem ou por determinação judicial – entendendo que o legislador quis se referir a abrigos, onde o rigor com a segurança e disciplina eram menos rígidos, ao contrário dos centros de recepção, casas de reforma e acolhimentos de menores com o fim de internamento. A última diretriz elencada foi a de respeitar as peculiaridades de cada região do país, estimulando-se as iniciativas locais, públicas ou particulares, para a efetivação dos objetivos da PNBM.

O Parágrafo Único do artigo 5º da Lei 4.513/1964 dizia que as atribuições do SAM passariam ser da competência da FUNABEM. O artigo 14 tratou das Comissões Regionais, criadas pela referida lei, e tiveram, entre outras atribuições, a administração dos estabelecimentos federais que estavam aos cuidados do SAM no Estados brasileiros, bem como os seus servidores públicos foram colocados à disposição da Fundação, conforme previsto no artigo 19 da lei em comento. Quanto ao seu patrimônio o artigo 4º, alínea “a” informava que seria constituído “pelo acervo do Serviço de Assistência a Menor (SAM), bens móveis e imóveis pertencentes à União, atualmente ocupados, administrados ou utilizados por êsse Serviço e para cuja doação fica desde logo autorizado o Poder Executivo”. (BRASIL, 1964).

Por isto que, quando da criação do SAM por meio do Decreto-Lei 3.799, de 5 de novembro de 1941, o Instituto Sete de Setembro (1932) foi transformado em sua sede no Distrito Federal. Esta lei foi assinada pelo então Presidente do Brasil Getúlio Vargas, e o

SAM ficou subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sendo os seus trabalhos articulados com o Juizado de Menores. Foram incorporados ao SAM os seguintes órgãos da capital federal: a Escola Quinze de Novembro, a Escola João Luiz Alves, o Patronato Agrícola Artur Bernardes e o Patronato Agrícola Venceslau Braz. Estes espaços serviram para enfrentar o problema do menor em sua época, tendo em vista que uma das atribuições do SAM era a de “sistematizar e orientar os serviços de assistência a menores desvalidos e delinquentes, internados em estabelecimentos oficiais e particulares” (BRASIL, 1941), conforme preceituava o artigo 2º, alínea “a” da referida lei.

A sistematização e orientação dos trabalhos tanto do SAM quanto da FUNABEM perpassava pela necessidade de se instituir uma regularidade diária, durante vinte e quatro horas, nos estabelecimentos de internação. Isto foi possível pela incorporação da disciplina no comportamento dos internos, bem como dos servidores que ali trabalhavam por longas jornadas, também vivenciando a clausura e os estigmas de uma instituição total. (GOFFMAN, 2015).

De acordo com Foucault (1987), a disciplina se refere à ideia de docilização do corpo humano, que visa o aumento das suas habilidades, aprofundamento da sujeição dos corpos, tornar o corpo obediente e útil ao mesmo tempo.

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma aptidão, uma capacidade que ele procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. (FOUCAULT, 1987, p. 127).

Este potencial de energia acumulada nos corpos deveriam se coadunar com os interesses políticos, detalhando-se os corpos de forma a compreender o que cada indivíduo poderia realizar. Segundo o Foucault (1987), a disciplina permite a distribuição (organização) dos indivíduos nos espaços: “às vezes exige a cerca, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado a si mesmo. [...]. Houve grande encarceramento dos vagabundos e dos miseráveis, houve outros mais discretos, mas insidiosos e eficientes” (FOUCAULT, 1987, p. 130); ela, a disciplina, permite concentrar as forças dos corpos em algo produtivo, bem como neutralizar ações inconvenientes como: agitações, cabalas, aglomerações inúteis e perigosas. Como exemplo citou os espaços dos quarteis, presídios e colégios. Em relação a estes disse que “o modelo convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como o

regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito” (FOUCAULT, 1987, p. 130).

A ideia era conhecer e dominar os corpos por meio de uma disciplina que organizasse os espaços, definindo o local (fisicamente falando) e a sua função (nos diversos espaços de internação), realizando um “quadriculamento” onde cada indivíduo deveria ocupar um determinado lugar. (FOUCAULT, 1987, p. 131). Nos espaços escolares, a classificação dos alunos podia ser percebida nas filas, corredores, pátios e tarefas escolares; classificavam segundo o nível escolar dos alunos, o “temperamento melhor ou pior, segundo sua maior ou menor aplicação, segundo sua limpeza, e segundo a fortuna dos pais” (FOUCAULT, 1987, p. 134-135).

A partir do olhar foucaultiano sobre o controle dos corpos e, retomando a PNBM, foi possível percebê-lo nas competências da FUNABEM, entre as quais estavam a realização de estudos e pesquisas, de cursos, congressos e seminários sobre o problema do menor; promover a articulação entre os setores públicos e privados, bem como de fiscalizar estas articulações e efetivação da política do menor; treinar pessoal para trabalhar com os menores e dar suporte técnico aos demais entes federativos e instituições particulares; opinar sobre questões relativas ao problema do menor quando solicitado pelo Presidente da República, Ministérios e pelo Poder Legislativo. (BRASIL, 1964). Nesta lei, que deu origem à PNBM, as dimensões do controle e hierarquização dos corpos nas instituições eram manifestos, locais onde as relações de poder eram definidas ou pela lei ou pelo autoritarismo dos gestores.

A FUNABEM era composta pelos seguintes órgãos: Conselho Nacional (CN); Conselho Fiscal (CF), da Diretoria e das Comissões Regionais (CR). Na composição do Conselho Nacional o envolvimento da sociedade civil era marcante, sendo um representante do(a): Ordem dos Advogados do Brasil, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Conselho Federal dos Assistentes Sociais (CFAS), Serviço Social Internacional (SSI), Legião Brasileira de Assistência (LBA), Serviço Nacional de Aprendizagem e Comércio (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), União das Associações Familiares (UNAF), Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), Confederação Evangélica do Brasil (CEB), Confederação das Entidades Representativas da Coletividade Israelita do Brasil (CIB). (BRASIL, 1964, art. 9º).

O Conselho Nacional ficou responsável pela elaboração do estatuto e por definir a política nacional do bem-estar do menor, bem como nomear e destituir os membros da Diretoria, entre outras competências.

O Conselho Fiscal era composto por três membros, sendo um representante da Presidência da República, outro do Ministério da Fazenda e um contador escolhido pelo Conselho Nacional da FUNABEM. Tinha a função de emitir pareceres sobre as contas relativas ao funcionamento da Fundação, apresentadas anualmente pela Diretoria e sobre as despesas extraordinárias autorizadas pelo Conselho Nacional. (BRASIL, 1964).

A Diretoria era composta por cinco membros, os quais deveriam ter nível superior e conhecimento sobre o problema do menor; sendo eles designados pelo CN e suas funções especificadas no estatuto da entidade, o qual foi aprovado pelo Decreto nº 56.575, de 14 de julho de 1965. Tinha como competência administrar a FUNABEM, realizar planejamentos gerais e de orçamentos, além de gestar o pessoal: admitir, exonerar, punir, transferir, entre outras. (BRASIL, 1964, art. 12).

As Comissões Regionais abrangiam um ou mais Estados ou Territórios, sendo os órgãos responsáveis pela efetiva implantação da política do menor em cada região, respeitando-se as peculiaridades das diversas localidades, ou seja, eram da sua competência a administração dos órgãos federais em cada ente federativo. (BRASIL, 1964).

Esta lei não mencionou a educação de forma objetiva; porém, ao fixar como diretriz a integração do menor à comunidade, respeitando-se as necessidades de cada região, deve-se realizar uma interpretação extensiva do texto legal com o fim de contemplar a intenção do legislador, estando a educação presente neste processo. Outrossim, foi dada ênfase à educação na Política Nacional do Bem-Estar do Menor, documento elaborado pela FUNABEM que estabeleceu as diretrizes para a efetivação de tal política.

A primeira parte deste documento faz um breve retrospecto da infância desassistida no Brasil, afirmando que a PNBM teve como fundamento a Declaração dos Direitos da Criança e a Lei 4.513, de 1º de dezembro de 1964. Desta forma, o Conselho Nacional definiu as diretrizes da PNBM: atender os menores em suas necessidades mais básicas com o fim de ajudar em suas subsistências e integrá-los à comunidade por meio de ações que envolvessem: saúde, educação e segurança social. Além destes cuidados, o documento informava a recreação, o amor e a compreensão como elementos para tal transformação. A proteção deveria começar desde a gestação, abarcando a alimentação e ambientes saudáveis, aperfeiçoando-se com a educação e cultura:

A todos os menores se reconhece o direito de uma educação fundamental e a uma iniciação profissional sistemática, ainda que mínima, para auferirem os benefícios da atividade econômica, fundada no trabalho digno e livre. (BRASIL, 1973, p. 3-4).

Ao tratar da segurança do menor, ficou clara a questão da “proteção efetiva” das crianças e adolescentes, perpassando pela reintegração do ambiente familiar, livrando-os do(a): abandono, crueldade, corrupção, exploração e trabalho que prejudicassem a educação, a saúde, ao desenvolvimento físico, mental e moral. Ressalto que o que está em análise é um documento e não o que realmente acontecia na FUNABEM e FEBEMs. Em uma relação do “dever-ser”, esta discussão se situa no campo do “dever”, ou seja, o que ou como “deveriam” se materializar as ideias. O “ser” refere-se à realidade, ao que efetivamente ocorria na sociedade, na FUNABEM/FEBEMs.

Na PNBm também havia a previsão de uma “educação especializada” para os menores com “necessidades especiais – físicas, mentais ou sociais”, onde deveriam receber cuidados de acordo com as suas respectivas limitações, tudo com o fim de promover a sua adaptação ou readaptação social. As famílias também eram assistidas; a FUNABEM concedia apoio financeiro e as incentivava a participar de “programas de fortalecimento da família, principalmente daquelas em processo de marginalização, bem como de prevenção do abandono de menores e atendimento aos abandonados e infratores.” (BRASIL, 1973, p. 5).

A última diretriz elencada deixa clara o papel da FUNABEM, dos Estados e municípios brasileiros quanto à PNBm. A Lei 4.513/1964 incumbiu à FUNABEM de definir e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, com deveres: normativos, de coordenação, assessoria e cooperação financeira aos entes federativos. Aos Estados competiam: planejar e executar as diretrizes acima citadas, ficando os municípios com um papel coadjuvante, além de realizar programas para o enfrentamento dos problemas pertinentes aos mesmos, respectivamente.

O bem-estar, de acordo com este documento, “abrange, direta ou indiretamente, todos os setores da atividade governamental, cujo objetivo de conjunto será, em princípio, o bem-estar de toda a população.” (BRASIL, 1973, p. 5). Desta forma, a FUNABEM assumiu a responsabilidade de combater as carências de ordem econômica, social e cultural, sendo os menores em processo de marginalização a sua maior preocupação, agindo de forma incisiva no campo da prevenção. Assim, estabelecia-se a prioridade e o sistema de trabalho da FUNABEM.

Ao iniciar a segunda parte da PNBm, tratou-se da importância da Declaração dos Direitos da Criança, elaborado por iniciativa da ONU (1959), a qual elencou dez princípios¹⁹

¹⁹ Em anexo.

que informavam que as crianças eram possuidoras de todos os direitos sociais, independente de qualquer discriminação racial, origem, religião, entre outras. Deveriam ser protegidas e oportunizadas condições para se desenvolverem física, moral e intelectualmente em ambientes sadios que garantissem um crescimento com dignidade. (BRASIL, 1973, p. 11).

A prioridade no atendimento às crianças já estava prevista nesta política, bem como à educação obrigatória e gratuita, ao menos no primeiro ciclo do ensino, inclusive para “a criança incapacitada física, mental ou socialmente, serão proporcionados tratamento, educação e cuidados especiais condizentes com sua condição” (BRASIL, 1973, p. 12), tudo com o fim de dar oportunidade de se tornarem cidadãos úteis para a sociedade.

Para a PNBM a família possuía um papel importante para a formação das crianças, sendo vista como uma instituição social fundamental. De certo que muitas das atribuições das famílias passaram a ser transferidas para outras instituições sociais, como a religião e, “No que diz respeito à educação, a escola é a agência responsável que capacita o indivíduo para o desempenho de atividades especiais. Contudo, todo o equipamento social básico que permite à criança nela integrar-se, é proporcionado pela família.” (BRASIL, 1973, p. 13).

A família era vista por este documento como o alicerce social e das crianças; afinal, sairiam dali os futuros adultos que iriam trabalhar e dar continuidade à sociedade. Para isso, também era necessário dar atenção às famílias mais necessitadas, ou carenciadas - como eram referidas à época. Era necessário fazer com que elas se relacionassem com a sociedade, com as demais instituições sociais, com o trabalho, com a escola; que fossem conhecedoras dos seus direitos e benefícios sociais concedidos pelo Estado.

Sobre a organização da FUNABEM, a PNBM definiu que esta era uma instituição federal com autonomia administrativa e financeira com o fim de combater o problema do menor. Asseverou que “o Serviço que mantinha se hipertrofiara e se demonstrara incapaz de deter a forte distorção em que se traduzia, na prática, a execução dos seus programas.” (BRASIL, 1973, p. 21). A citação se referia ao SAM e por esse motivo, além dos já mencionados, não foi reabilitado, sendo necessário um sucessor com características que atendessem, efetivamente, o bem-estar dos menores. Assim, a FUNABEM não foi apenas um órgão meramente executivo de uma política social, mas também “normativo por excelência, dentro da sua esfera de ação, ou seja, definir a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, o que dá ao organismo o caráter primordialmente normativo.” (BRASIL, 1973, p. 21-22).

Os acordos e convênios celebrados pela FUNABEM e FEBEMs eram importantes tendo em vista que as demais ações só poderiam ocorrer se estes fossem realizados primeiro:

Os convênios, na maioria das vezes, são de caráter bilateral, firmados entre a FUNABEM e o órgão estadual específico para executar na Unidade da Federação – Estado, Distrito Federal ou Território – a política do Bem-Estar do Menor. Frequentemente são também abrangidos projetos de iniciativa de entidades de direito privado. Sempre, porém, cabe ao serviço estatal exercer a função de órgão executor do convênio. (BRASIL, 1978, p. 27).

A partir desta informação fica clara a descentralização do enfrentamento do problema do menor marginalizado, do Governo Federal para os Estados, Distrito Federal e Territórios²⁰. Porém, o governo central continuou no controle das ações das respectivas unidades, com o fim de manter a ordem e o cumprimento das políticas de segurança nacional previstas pelo momento político brasileiro. Tal descentralização continuou com o advento do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069, de 13 de julho de 1990), mas articulada de forma conjunta com ações não-governamentais e governamentais, da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios, conforme descreve o artigo 86 deste diploma legal. Quanto aos menores que praticarem atos infracionais a responsabilidade para custodiá-los, zelando pela integridade física e mental, será do Estado, devendo adotar as medidas adequadas de contenção e segurança, conforme previsto no artigo 125 da mesma lei.

De acordo com a PNBM, era de suma importância que os Estados instituíssem suas respectivas fundações de acordo com as “Diretrizes’ da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, quando preceituam caber aos governos regionais e locais a execução dos programas que objetivam o bem-estar do menor.” (BRASIL, 1973, p. 38). Elas deveriam seguir os mesmos princípios da FUNABEM para que:

[...] observadas as características peculiares de cada região, conforme a lei prescreve, interpretam, adaptam e aplicam as normas e diretrizes daquela política. Bem assim, quando realizam sua atribuição específica executando as decisões do Poder Judiciário no que concerne ao menor. (BRASIL, 1973, p. 38).

Neste documento, a PNBM, havia um anexo que continha um modelo de criação de uma unidade da FEBEM para os Estados (BRASIL, 1973, p. 42-50). Na verdade um modelo de um projeto de lei para que fosse submetida às respectivas Assembléias Legislativas para que pudessem autorizar a criação e funcionamento das mesmas, por meio de lei. Em Sergipe, foi concretizada por meio da Lei 2.009, de 30 de abril de 1976.

²⁰ Durante o recorte temporal desta pesquisa, existiam os seguintes Territórios no Brasil: Acre, Tocantins, Amapá, Roraima e Fernando de Noronha. Atualmente não existem mais, somente a sua possibilidade de criação prevista na Constituição Federal de 1988. (PORTO, 1999).

Quando da sua criação, a Fundação Nacional estava sediada no Rio de Janeiro, antiga capital federal, apesar da Lei 4.513/64, em seu artigo 3º, ter previsto que seria no Distrito Federal que passara a ser Brasília desde 1960 (Lei 3.273, de 1º de outubro de 1957). Entretanto, o art. 24 daquela lei informava que a sede no Rio de Janeiro seria provisória e que a mesma deveria ser transferida para Brasília até o dia 31 de dezembro de 1966. (BRASIL, 1964). Porém, permaneceu no Rio de Janeiro até a sua extinção.

Com atuação nacional, valia-se dos programas e projetos em parceria com os setores públicos e privados com o fim de dotar as capitais de, pelo menos, um CRT – Centro de Recepção e Triagem, de pessoal treinado, de veículos, reformas ou construções de novas unidades, realização de estudos e seminários para ampliar os debates sobre a situação dos menores no país.

De acordo com o primeiro relatório trienal da FEBEM-SE (1976-1978), o então Presidente, Antônio Fernandes Campos, realizou em 1976 convênios para a implantação e funcionamento do CRTM, primeira unidade em Sergipe, a qual depois se transformou no CAM – Centro de Atendimento ao Menor (SERGIPE, 1978, p. 11; 19). Segundo este relatório, o CAM foi criado na mesma época e instalado no mesmo espaço do CRTM. Porém, no relatório da FEBEM-SE do ano de 1979, intitulado de *III Plano de Trabalho*, afirmou que em 1978 foi realizada uma reestruturação do CRTM, o qual passou a se chamar apenas de CAM, concentrando as programações e reduzindo custos.

Nascimento e Souza (1986), realizaram uma pesquisa monográfica para a conclusão do curso de serviço social intitulada *O menor na instituição – relação entre delinquência e utilização diária do seu tempo*, sendo a FEBEM-SE o local de pesquisa e os seus internos o objeto. Segundo as autoras, os menores carentes do sexo masculino davam entrada na instituição por meio dos plantões e os infratores por meio do Juizado de Menores, os quais eram encaminhados à Triagem (dentro do complexo do CAM), de lá eram enviados, por exemplo, para a Fazenda em Riachuelo, caso fossem infratores; os carentes eram encaminhados para instituições conveniadas ou para o CEMEC – Centro Educacional do Menor Eronildes Carvalho ou para o Instituto Lourival Fontes. Nesta época, o CEMEC funcionava em sistema de internato e semi-internato. Os menores deveriam permanecer na Triagem por, no máximo, noventa dias; mas acabavam ficando por um a dois anos. Quanto ao menor infrator, quando melhorava de comportamento era enviado para o CEMEC.

As meninas, de acordo com as autoras, em geral, davam entrada pelo plantão (do CAM) e após passarem pela Triagem eram encaminhadas “direto para as instituições

conveniadas porque a própria FEBEM não tem internatos para meninas.” (NASCIMENTO; SOUZA, 1986, p. 09). Raramente o Juizado de Menores encaminhavam meninas à FEBEM.

Aos cinco dias do mês maio do ano de 1976, o Jornal da Cidade, um periódico sergipano, publicou em suas páginas uma nota sobre a criação da FEBEM-SE, a qual dizia: “O Governador do Estado sanciona lei aprovada pela Assembléia Legislativa, criando a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. E que a fundação não se converta no bem-estar de alguns maiores...”. (JORNAL DA CIDADE, 1976, p. 6). Daí podemos verificar que a imprensa era vigilante e sabia que a entidade anterior, o SAM, já não realizava as funções para o qual foi criada, desviando-se das finalidades iniciais, corrompendo-se por inteiro, como visto acima. Por isso o tom irônico do articulista do jornal, almejando, não só ele, mas toda a sociedade que a FEBEM-SE não se desviasse dos seus propósitos, ou seja, que não passasse a contemplar o “bem-estar de alguns maiores”. Esta fonte nos faz retomar a discussão do parágrafo anterior e com o que Faleiros (1995) informou sobre o “fracasso da FUNABEM”, dialogando com um estudo realizado, em 1979, pela Diretoria de Estudos e Normas Técnicas da própria entidade:

Sob a ditadura, a FUNABEM, na avaliação de seus técnicos se torna uma camisa de força “na conotação da superioridade legal da Instância Federal sobre a Instância Estadual”, considerando que “o sistema de internamento do menor e do esquema de segurança montado nas escolas dá conotação de instituições fechadas. Indica que o Sistema de Atendimento privilegia de tal forma as relações menor-instituição que chega a esquecer as relações menor-sociedade”, “havendo um atropelo de competências”, que “assume um caráter assistencialista” e “sem condições de produzir um processo de reeducação” [...]. A partir destas considerações e dos dados acima indicados pode-se concluir que a política da ditadura para a infância foi um fracasso. (FALEIROS, 1995, p. 82).

A citação faz referência ao esquecimento de um dos objetivos da PNBM que era a de aproximar o menor da sociedade, de prepará-lo para o convívio social. Privilegiava-se a relação “menor-instituição”, tanto nas instituições de internamento quanto nas próprias escolas com perfil de instituições fechadas; é o que Goffman (2015) descreve como sendo *instituições totais*, locais onde os sujeitos, a mente e corpos são moldados e vigiados para atender os interesses das elites dirigentes da sociedade. Além de afirmar que a PNBM foi um fracasso, o autor complementou o raciocínio dizendo que estava havendo a transição para a democracia (ou redemocratização) e de “uma passagem do paradigma corretivo, que predominou nesse e em períodos anteriores, a um paradigma educativo e, mais que isso, de direitos para a criança e o adolescente.” (FALEIROS, 1995, p. 82-83).

Quanto às “condições gerais para a execução da política” do menor, era necessário mobilizar a comunidade, devendo ser apresentado à população e convidá-la à participação, conforme consignado na I Conferência Interamericana de Desenvolvimento da Comunidade, organizado pela OEA – Organização dos Estados Americanos, em 1970, em Santiago, Chile. (BRASIL, 1973, p. 54). O comprometimento financeiro era importante, mas o envolvimento pessoal era mais relevante, buscando-se indivíduos que fossem lideranças em suas comunidades e que tivessem disposição de agir com o fim de produzir uma transformação social, visto que “ao contrário do imobilismo, exige-se a ação coordenada e harmônica da comunidade e, conseqüentemente, a eclosão de movimentos e atividades que levam ao equacionamento do problema e à solução.” (BRASIL, 1973, p. 53).

As intenções do grupo que elaborou a PNBM almejavam o fim do problema da marginalização do menor; porém, a solução, como sabemos, era algo complexo e que só vinha tomando maiores proporções ao longo das décadas. Tanto era que a própria FUNABEM e suas unidades estaduais foram extintas; um sinal de que não estava atingindo mais os anseios sociais e políticos. Quanto a estes, pode-se refletir quanto a eficácia da Política da Segurança Nacional, controlando os corpos dos menores em instituições, “limpando” as ruas da cidade das anomalias sociais, ou seja, daquilo que não era tido como normal ou ideal em um país ordeiro e progressista.

Havia uma expectativa de efetivamente eliminar o problema social do menor: “o planejamento, tanto econômico como social, é inseparável e essencial ao desenvolvimento global e harmônico do país ou da região. Se tal não se der, o processo de marginalização social do menor não terá condições de ser erradicado” (BRASIL, 1973, p. 62). Para tanto, a PNBM trazia um anexo com um planejamento social e suas fases: definição do problema, pesquisa, diagnóstico e prognóstico, fixação dos objetivos e estabelecimento de prioridades, estudo e seleção de alternativas, acompanhamento e controle da ação, revisão e crítica da ação empreendida. (BRASIL, 1973, p. 65-66). Após a sua realização, necessária uma avaliação, consistente em um “exame dos resultados de um trabalho e a sua utilização para o planejamento futuro. Pode-se dizer, pois, que é um ‘olhar para trás’ com o fito de ‘olhar para a frente’.” (BRASIL, 1973, p. 70).

Outros pontos foram observados pela PNBM, como a questão da integração social dos menores, seus problemas – aqueles que destoavam das condições normais de vida, entendendo-se estas como aquelas capazes de serem solucionadas por eles mesmos ou com a orientação dos pais, por exemplo. A subnutrição e problemas psicológicos durante a gravidez eram outras questões verificadas, uma vez que comprometiam as potencialidades mentais das

crianças, sendo a avitaminose, causadora de cegueiras definitivas em crianças, algo comum, principalmente no Nordeste durante o período aqui pesquisado. (BRASIL, 1973, p. 77-78).

Os ajustamentos sociais dos menores eram importantes de serem colocados em prática para que se evitassem problemas futuros:

De fato, quem será capaz de negar que muitos marginais de nossos dias, muitos fracassados, muitos maus maridos, maus chefes de família e maus pais, que hoje responsabilizamos pelo número de menores carenciados, não tenham sido menores que deixaram de receber a atenção capaz de promover sua integração social nas comunidades em que deveriam um dia viver? (BRASIL, 1973, p. 78).

Fica demonstrada, mais uma vez, a perspectiva dos controles dos corpos pelo governo, o qual também se utilizava da educação, da formação profissional e do trabalho para prevenir a marginalização. A ausência de práticas educativas e de formação profissional nos meios onde viviam conduziam os menores, e mesmo seus pais, à ociosidade, mendicância, pobreza e os colocavam em uma situação vulnerável para a prática de delitos. Porém, não bastava a instrução convencional dirigida às faculdades intelectivas, “a capacitação da mão de obra ou simples aprendizagem artesanal, conforme a faixa etária, é imprescindível.” (BRASIL, 1973, p. 79). Logo, segundo a PNBM, se o menor tivesse condições de ser profissionalizado, dever-se-ia dar oportunidade “de aprender um ofício agrícola, ou agropecuário, industrial ou comercial, que poderá desempenhar no campo, em oficinas industriais, em lojas ou escritórios.” (BRASIL, 1973, p. 79).

Durante o regime civil-militar foi colocado mais um laço, entre Brasil e Estados Unidos da América, por meio do tecnicismo pedagógico plantado em nosso solo. Moreira (1990), ao tratar dos currículos e programas brasileiros, analisou alguns estudos sobre o currículo, como os de Barry Franklin (1974-1987), que ajudou a compreender como as teorias curriculares americanas se sedimentaram no Brasil, visto que eles possuíam intenções coercitivas para o controle social e entendiam que o currículo buscava:

adaptar os indivíduos à ordem industrial que se estabeleceu na virada do século nos Estados Unidos e para promover, na nova ordem, consenso, homogeneidade e solidariedade, supostamente características da comunidade rural que desaparecia com rapidez. (MOREIRA, 1990, p. 30).

Sua ideia sobre a teoria curricular coadunava-se com a visão histórica do currículo, buscando expandir entendimentos simplificados sobre o “pensamento curricular no Brasil

[...], já que o entendem como simples cópia da tendência tecnicista originada nos Estados Unidos.” (MOREIRA, 1990, p. 17).

Outro estudioso do currículo comentado pelo autor foi Martin Carnoy (1974), o qual “rejeita a idéia de que a escola tem o poder de alocar os indivíduos em determinados papéis sociais de acordo com seus talentos e capacidade [...]” (MOREIRA, 1990, p. 19). Entendia que o processo de transferência educacional visava:

[...] submeter os povos colonizados aos interesses dos colonizadores. [...] O interesse dos Estados Unidos em auxiliar a modernização dos sistemas educacionais dos países periféricos, por exemplo, envolve, basicamente, a intenção de promover, junto aos mesmos, a concepção americana de “uma sociedade eficiente e democrática”. (MOREIRA, 1990, p. 20).

A sua compreensão era de que “a modernização dos sistemas educacionais do Terceiro Mundo beneficia apenas uma pequena proporção da população que, no entanto, passa a ser dominada cultural e economicamente pelos países desenvolvidos.” (MOREIRA, 1990, p. 20). Desta forma, verifica-se a influência norte-americana na PNBM e a condução dos menores para uma educação voltada para uma formação profissional e mão-de-obra que sustentasse o capitalismo, especialmente o industrial.

As atividades integradas, o acompanhamento e a formação do currículo dos menores também foram abordados na PNBM. As atividades integradas consistiam em um plano diversificado de atividades, devidamente programadas, com o fim de atingir um êxito educativo, conciliando teorias e práticas educativas, às quais “visam a formação de bons hábitos” (BRASIL, 1973, p. 81), como por exemplo, entre o ensino escolar e trabalho, aprendizagem de algum ofício e mercado de trabalho, religião e a vida, escola e comunidade.

O acompanhamento consistia em dar atenção às necessidades básicas dos menores, como: abrigo, vestuário, alimentação, cuidados com a saúde e educação, o que se concretizava por meio das atividades terapêuticas, como eles denominavam. A preocupação do menor iniciava no momento que ingressavam em alguma instituição do sistema até o seu desligamento, onde também eram acompanhados por certo período até que encontrassem um emprego e um lugar para morar. (BRASIL, 1973, p. 82).

O currículo do menor estava inserido em uma perspectiva global, referindo-se não apenas às práticas educativas realizadas nas unidades do sistema ou entidades particulares conveniadas, mas também nas escolas da rede oficial de ensino. A PNBM ressaltava que a sociedade necessitava “de indivíduos com certos conhecimentos, sentimentos, capacidade de

compreensão e raciocínio” (BRASIL, 1973, p. 84), onde se deveria considerar não só “as expectativas da sociedade em relação ao indivíduo e, por outro lado, conhecer as necessidades, capacidades e também expectativas dos próprios alunos” (BRASIL, 1973, p. 84).

Nesse processo educativo, ressaltou a responsabilidade do docente no desenvolvimento do currículo escolar, especialmente nos casos dos menores carenciados ou marginalizados:

Por isso mesmo, há que se contar com elementos especializados que colaborem com os professores na seleção adequada de métodos e processos didáticos – ativos, motivadores da participação dos alunos; na adoção de procedimentos variados, como grupos diversificados de trabalho para recuperação de deficiências específicas particulares a determinados menores; [...] “Conselhos de Classe” para exame de anomalias de sua dinâmica ou para o estudo de problemática peculiar a determinados menores [...]. (BRASIL, 1973, p. 85).

O plano de prevenção à marginalização do menor na FEBEM-SE, quanto à educação, “fundamenta-se nos princípios piagetianos, e apresenta-se sob a forma de situações-problema, objetivando corrigir os déficits cumulatórios dos desenvolvimentos das capacidades cognitivas da criança biopsicossocial e culturalmente carenciada.” (SERGIPE, 1978, p. 21). Estavam associados, ainda, o “Método Montessori aos princípios psicopedagógicos piagetianos, no Núcleo Preventivo de Atendimento ao Menor – CAM, possibilitando o desenvolvimento integral da criança, a partir da manipulação do material concreto.” (SERGIPE, 1978, p. 21).

De acordo com Amaral e Caixeta (1985), reportando-se à FEBEM de Minas Gerais, mais especificamente à “Escola FEBEM Paulo Campos Guimarães - EFPCG”, disse que o papel de formar as crianças e adolescentes deve iniciar na fase mais tenra, antes dos sete anos de idade, sendo necessária não só a participação do professor, mas de todos os funcionários que compõem uma unidade da FEBEM ou de uma escola. As autoras se referiam aos professores e funcionários como educadores, visto que “espera-se que todo funcionário, atuando especificamente com o educando ou não, seja qual for sua função, dê uma parcela de contribuição ao processo educativo desenvolvido na Escola.” (AMARAL; CAIXETA, 1985, p. 39). Para tanto, todos deveriam ser preparados para que assumissem uma postura educativa e adotassem uma visão global das crianças, fossem “normal” ou “deficiente mental”. (AMARAL; CAIXETA, 1985, p. 39).

Outras questões trabalhadas pela PNBM foram a saúde, nutrição, higiene escolar e a prevenção de acidentes nos internatos. Os menores tinham um “fichário médico-sanitário, bastante completo [...] para tratar com maior acerto seus pequenos clientes [...] durante o período breve ou longo em que o menor permanecer na obra.” (BRASIL, 1973, p. 90). A atenção médica estava ligada à higiene escolar: postura, acuidade visual e auditiva, entre outros, sendo a educação física e a prática de esportes instrumentos de acompanhamento do desenvolvimento dos menores, havendo fichas com informações antropométricas: “crescimento estrutural, ponderal, capacidade torácica (espirometria), etc.” (BRASIL, 1973, p. 91).

A própria política aqui analisada inferia a sua relação com o tecnicismo americano, acima comentado, quando enfatizou a importância de um corpo saudável, em que o médico deveria “observar os menores para conhecer-lhes as atitudes e os movimentos a que são solicitados para executar operações de trabalho nas oficinas artesanais e, sobretudo, de aprendizagem profissional.” (BRASIL, 1973, p. 91). Esta atenção também servia na prevenção de acidentes “para evitar posturas desaconselháveis e assegurar a observância de princípios já consagrados pela Higiene do Trabalho.” (BRASIL, 1973, p. 91). Ainda, agiam em programas de prevenção e orientação sobre educação sanitária, puericultura, combate a verminoses, enurese noturna, educação sexual, entre outros.

Os distúrbios da linguagem recebiam atenção especial para evitar prejuízos de relacionamento das crianças, bem como a assistência dentária e a orientação alimentar, onde os menores deveriam seguir uma dieta equilibrada nas refeições das escolas que, segundo a Organização Mundial da Saúde, contribuiria para um bom desenvolvimento físico e psicológico desde a fase intra-uterina. A PNBM trazia como se deveria realizar o planejamento alimentar, a seleção e o seu preparo, inclusive com tabelas de orientação para os profissionais das unidades de acolhimento.

A higiene escolar preocupava-se com a localização do prédio, a arquitetura interna: corredores, salas de aula, banheiros, áreas de recreação; com o mobiliário (carteiras, quadro de giz, painéis, laboratórios, etc.), com a limpeza dos bebedouros, além da realização de trabalhos de prevenção quanto à “[...] sobrecarga de exercícios ou de matéria sem disciplinação de sua assimilação, etc.”, referindo-se aos estudos escolares dos menores. (BRASIL, 1973, p. 105).

Essa perspectiva alcança o tema da higiene nas demais escolas do Brasil, inclusive nas instituições que acolhiam crianças pobres, órfãs, abandonadas e delinquentes, passando a serem referidas como marginalizadas durante o recorte temporal desta pesquisa. Seguindo

orientações da OEA – Organização dos Estados Americanos – em um encontro realizado no Rio de Janeiro, em 1968, promovido pela FUNABEM com o fim de debater sobre o bem-estar do menor, era necessário educar às crianças quanto à prevenção de acidentes, no lar, em vias públicas, nas escolas ou no trabalho: “o zelo pela segurança da criança deve ditar uma série de cuidados, válidos tanto para o lar, como para uma instituição que a acolha, como interna ou não” (BRASIL, 1973, p. 106).

Os recursos humanos, como se referia a PNBM, possuía uma orientação para oferecer um atendimento de qualidade aos menores. Os servidores deveriam ser selecionados, identificados, ajustados aos trabalhos a serem desenvolvidos e receber remuneração adequada à função exercida. O treinamento deveria ser constante e a supervisão realizada com o fim de promover “um processo de controle para assegurar a consecução de padrões de trabalho, como um instrumento para realizar o treinamento dos servidores, tendo por base as responsabilidades funcionais a determinado trabalho especializado” (BRASIL, 1973, p. 120). Neste grupo, havia o “pessoal voluntário”, sendo uma prática comum da PNBM em receber a cooperação dos cidadãos da comunidade civil, fossem profissionais ou não. Sua seleção passava por um critério que verificava a natureza moral do indivíduo, a motivação e técnica, as quais se percebiam a capacidade de aprender e executar as determinações e programas estabelecidos pelo sistema, mas sempre sob o controle de um superior. (BRASIL, 1973, p. 124).

As ações terapêuticas idealizadas pela PNBM se materializavam a partir do CRT – Centro de Recepção e Triagem, que tinha como objetivo realizar estudos, diagnosticar e indicar tratamento aos menores, sendo o seu funcionamento de competência dos governos estaduais, atendendo às ações das Fundações e órgãos respectivos, bem como ao Poder Judiciário. Teoricamente, segundo este documento, para lá eram encaminhadas crianças e adolescentes de ambos os sexos, de zero a dezoito anos de idade incompletos. Dentro do CRTM deveria haver um setor específico para os menores de zero a seis anos de idade; mas o atendimento aos menores de zero a dois anos de idade deveria ser realizado junto às famílias, sendo a internação a última medida a ser adotada. (BRASIL, 1973, p. 139).

Os menores encaminhados pelo Juizado de Menores ao CRTM já vinham qualificados e direcionados para uma das duas categorias: a primeira - abandonadas, ou vítimas de violência (acrescento a orfandade, a pobreza e as deficientes intelectuais); e a segunda consistentes naqueles que tivessem praticado alguma conduta anti-social - infrações legais, rebeldias, desobediências, entre outros. Mas esta qualificação pelo Judiciário nem sempre ocorria em Sergipe, havendo situações onde o menor era apresentado à autoridade judiciária,

mas nem ela e nem a sua equipe técnica providenciava a documentação dos menores junto às suas famílias ou mesmo a retirada de documentos novos caso não os tivessem. Isto deixava os trabalhos da FEBEM-SE, especificamente o setor de triagem, sobrecarregados, onde os menores permaneciam por mais tempo do que o necessário, tendo em vista que o setor deveria ser apenas um local de trânsito.

O menor que chegava ao CRT – Centro de Recepção e Triagem - poderia permanecer no local até 72 horas, sendo acolhido ou não em uma das suas unidades. Nesse período, era cadastrado e atendido em suas necessidades básicas: alimentação, banho, saúde, além de ocupar o tempo com alguma atividade; ficando separado dos demais. Havia uma separação por setores, da seguinte maneira: de zero a seis anos; de sete a doze anos de idade e dos treze aos dezoito anos incompletos. Para os dois últimos, os quartos deveriam ser individuais, sendo que para os de sete a doze anos de idade poderia o responsável de plantão adotar o critério de pequenos grupos em quartos coletivos até que ficasse definido o encaminhamento para o setor adequado. (BRASIL, 1973, p. 140-141).

Uma vez identificados e observadas as suas características e personalidade - quando não devolvidos e acompanhados junto às suas famílias - eram encaminhados aos Setores de Estudo e Observação, denominados na PNBm de “A” e “B”. O Setor de Estudo e Observação “A” recebia menores de sete a doze anos de idade em situação de abandono ou vítima de exploração, e podiam permanecer lá até 30 dias, em quartos coletivos e, excepcionalmente, em quartos individuais. No Setor de Estudo e Observação “B” eram encaminhados os menores de treze a dezoito anos incompletos, podendo permanecer no local até 90 dias, sendo os quartos, necessariamente, individuais. (BRASIL, 1973, p. 142).

Os menores de doze anos de idade que tivessem conduta antissocial deveriam ser mantidos e acompanhados em suas famílias e, somente quando da sua falta, em unidades de educação especializada ou em centros de reeducação - CRTM. (BRASIL, 1973, p. 140). Os que tinha entre 12 e 18 anos de idade que tivessem praticado conduta antissocial eram acolhidos em um setor ou pavilhão separados dos demais (abandonados, pobres, perdidos, débeis mentais²¹, entre outros). Assim, os menores se enquadravam nas ações preventivas e terapêuticas, respectivamente, promovidas pelo Poder Executivo. (BRASIL, 1973, p. 140).

Segundo o entrevistado Manoel (2016), o CRTM na FEBEM de Sergipe era dividido nos setores: Triagem, Reeducação 1 (R1) e Reeducação 2 (R2). Na Triagem permaneciam as crianças pequenas – provavelmente se referia às que tinham entre 0 e 12 anos de idade

²¹ Termo utilizado à época.

(subdivididas entre 0 e 6 e entre 7 e 12 anos, como preceituava a PNBm). No setor R1 ficavam os adolescentes que tinham praticado infrações e considerados com algum grau de periculosidade; no setor R2 eram encaminhados os adolescentes que tinham bom comportamento. (MANOEL, 2016). Percebi que a FEBEM-SE adaptou sua unidade de acordo com a realidade local, perfil dos menores, recursos materiais e estruturais, visto que, apesar das informações do entrevistado não apresentar uma divisão por idade dos menores dentro do CRT/CRTM, tal previsão estava contida na PNBm, informando que deveria haver três faixas etárias, são elas: de 0 a 6 anos; de 7 a 12 anos e de 13 a 18 anos de idade nos CRTs (BRASIL, 1973, p. 141) – neste caso, a divisão deveria ser por faixa etária e não pelo grau de periculosidade.

Este documento ainda consignava como deveria ser a estrutura arquitetônica dos alojamentos e setores das FEBEMs: diretoria, secretaria, almoxarifado, quartos dos menores, entre outros. Os CRM – Centros de Reeducação de Menores eram unidades destinadas a “acusados de prática de ato anti-social, quando apresentar grave desvio de conduta [...]”. (BRASIL, 1973, p. 157), desde que tivessem entre 12 e 18 anos de idade, salvo exceções para menores de 12 anos de idade, como já salientado.

Ademais, a PNBm apresentou informações de como se deveria trabalhar preventivamente por meio de programas com as famílias, com os menores, nas escolas ou nos núcleos preventivos (desde o jardim de infância), com palestras, cursos, recreações, encaminhamentos para trabalho, assistência à saúde, nutrição, orientação sobre higiene, entre outros. (BRASIL, 1973, p. 224). Ao final da PNBm, foram anexadas nove plantas, sendo: três de CRTs, um modelo para cada faixa etária (de 0 a 6, 7 a 12 e de 13 a 18 anos de idade); uma para o setor administrativo, um para o de serviços gerais (garagem, almoxarifado, lavanderia, refeitório, entre outros), uma do centro de reeducação – CRM (para menores 12 a 18 anos de idade que tinha praticado atos anti-sociais), uma do centro de atendimento pré-escolar para crianças menores de seis anos de idade e, por fim, uma planta de um centro social. No rodapé de cada uma destas plantas havia uma observação dizendo que nenhuma delas era padrão e que “visava apenas ilustrar as diretrizes expostas” (BRASIL, 1973, p. 263-279) pela FUNABEM.

O CRTM – Centro de Recepção e Triagem de Sergipe funcionava onde hoje está sediada a ACADEPOL – Academia de Polícia Civil de Sergipe, sendo possível constatar uma semelhança arquitetônica com a planta do Centro de Reeducação anexada à edição da PNBm de 1973. Lá havia campo de futebol, duas quadras de esportes, uma área onde se praticava a horticultura, entre outros aspectos. Como a construção dos prédios não havia um modelo

único, penso que houve uma adaptação porque o número de menores em conflito com a lei não era tão expressivo em Sergipe, tomando-se como parâmetro os dados apresentados pelo primeiro relatório trienal da FEBEM-SE (1978).

Ainda de acordo com este documento, o CRTM de Sergipe começou a funcionar em setembro de 1976, onde desenvolvia três ações: recepção e triagem; estudo e observação e, por fim, reeducação de menores, sendo que no período de 1976 a 1978 deram entrada 1.057 menores nos programas terapêuticos, dentre eles 483 eram reingressos, sendo 574 o número de menores efetivamente assistidos. Destes, apenas 127 tiveram suas matrículas realizadas na rede oficial de ensino; enquanto no programa preventivo houve o registro de 6.405 menores, sendo que 5.066 destes estavam matriculados nas escolas oficiais. (SERGIPE, 1978, p. 34).

QUADRO 1: Registros de entrada nas instituições da FEBEM-SE (1976-1978).

REFERÊNCIAS	TERAPÊUTICA		PREVENTIVA	
	ENTRADA NAS UNIDADES	MATRÍCULAS EM ESCOLAS OFICIAIS	ENTRADA NOS NÚCLEOS PREVENTIVOS	MATRÍCULAS EM ESCOLAS OFICIAIS
TOTAIS	574 ²²	127	6.405	5.066

Fonte: Sergipe (1978, p. 34; 38).

Por fim, em 1978, o CRTM passou a se chamar CAM – Centro de Atendimento ao Menor, tendo como ações: a triagem, a reintegração social e/ou prevenção à marginalização, além de passar a atender as comunidades dos bairros adjacentes por meio de ações preventivas, principalmente na área da saúde: médico, dentista e psicologia. (SERGIPE, 1978, p. 38-39; 41).

No tópico seguinte realizei uma exegese do Código de Menores de 1979, apresentando os pontos que entendi relevantes para o desenvolvimento desta pesquisa, como foi a classificação dos menores, feita minuciosamente pelo legislador, deixando revelar como a sociedade brasileira enxergava as suas crianças e adolescentes; classificações que marcaram suas mentes e corpos, como pude comprovar na literatura apresentada e pelas narrativas dos ex-internos da FEBEM-SE que entrevistei.

²² Desconsiderando o reingresso no sistema.

2.5 CÓDIGO DE MENORES DE 1979

A lei 6.697, de 10 de outubro de 1979, substituiu o CM/1927, tendo como eixo norteador a política internacional que avançou na questão do tratamento dispensado às crianças e adolescentes em situação de perigo. As principais inovações apresentadas pelo CM/1979²³, foram: a) aplicação das mesmas medidas legais a qualquer “menor de 18 anos de idade” pela autoridade judicial; b) ter passado a se referir aos “menores de 18 anos de idade”, sob qualquer condição, como em “situação irregular”, em virtude da exclusão da classificação dos menores que existia, em especial, quanto aos abandonados e delinquentes, não só pela humanização dos sujeitos, mas também porque era uma excrescência legislativa.

Ressalte-se que, após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a humanidade ficou aterrorizada com as atrocidades cometidas tanto pelos países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), com o extermínio de milhares de judeus, ciganos, homossexuais, deficientes, entre outros, nos campos de concentração, quanto dos países Aliados (tendo a Inglaterra, França, União Soviética e Estados Unidos como as principais forças bélicas), especificamente quando os Estados Unidos pôs fim à guerra com a explosão de duas bombas atômicas, causando milhares de mortes e destruição total das cidades atingidas, sem dar nenhuma chance de defesa à população civil.

Estes fatos fizeram com que os países “Aliados” criassem a Organização das Nações Unidas – ONU, em outubro de 1945 (ONU-BR, 2016), que, por sua vez, publicou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948. No ano de 1946, foi criado pela ONU o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF (UNICEF BRASIL, 2016) e, em 1959, foi publicada a Declaração dos Direitos das Crianças (USP, 2016). Essa humanização dos povos refletiu na política interna dos países signatários e até mesmo dos não signatários, como: Hon Kong, Macau, Ilhas Cayman, Porto Rico, Palestina, Taiti, Aruba, entre outros (DEARO, 2016), os quais foram, e ainda são, pressionados para realizar políticas mais justas e humanizadas para os seus cidadãos.

Não foi diferente com o Brasil, o qual teve como referência principal a França, Bélgica e Portugal; além das leis de países, como: Suíça, Inglaterra, Estados Unidos, Uruguai, Argentina, Noruega, Suécia, Holanda, entre outros, que foram analisadas por estudiosos e autoridades, como: Lourenço Filho, Eudoro Magalhães, Manoel Bergstrom, Celso de Barros Franco, Meton de Alencar Neto, Padre Álvaro Negro Monte e Eurípedes Cardoso de

²³ Lei ° 6.697, de 10 de outubro de 1979.

Menezes, os quais formavam a Comissão do anteprojeto 1.000-56, de 29 de janeiro de 1951, submetido ao Congresso Nacional para a reforma do CM/1927. (CARVALHO, 1970, p. 43). Além de Ministros do Supremo Tribunal Federal, como: Nelson Hungria e Lafayette de Andrada (CARVALHO, 1970, p. 39), bem como o próprio autor que cito, Francisco Pereira de Bulhões Carvalho (1970), que foi desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara; entre outros estudiosos.

Além deste anteprojeto, existiram outros esforços para modificar o Código de Menores de 1927, como o Projeto ° 1.537-56; o anteprojeto criado pela Portaria 56-B, de 21 de março de 1961 (CARVALHO, 1970, p. 63 e 64); o Projeto 1.598-59 do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (CARVALHO, 1970, p. 92). Ainda, o Decreto Lei 3.914, de 09 de dezembro de 1941, que regulamentou a Introdução do Código Penal de 1940, em que o artigo 7º informava que o juiz de menores poderia encaminhar o menor à “escola de reforma” nos casos previstos no artigo 71 do CM/1927, ou seja, quando fosse imputado “crime” considerado “grave”, levando-se em consideração as circunstâncias do fato e do menor. A internação deveria durar, no mínimo três anos e, chegando os 21 anos e a medida não fosse revogada, era transferido para uma colônia agrícola ou instituto de trabalho, de reeducação ou de ensino profissional, passando a ficar à disposição de um juiz criminal.

Com a promulgação do Decreto Lei nº 6.026, de 24 de novembro de 1943, fez constar no §1º do artigo 2º que: “em casos excepcionais, o Juiz poderá mandar internar o menor perigoso em secção especial de estabelecimento destinado a adultos, até que seja declarada a cessação da periculosidade, na forma da alínea b dêste artigo” (BRASIL, 1943). A referida alínea “b” informava ser necessário um parecer do órgão administrativo, geralmente o diretor do estabelecimento, ou do Ministério Público para então o juiz decidir.

A crítica também se estabeleceu por ter como critério a periculosidade do menor, em maior ou menor grau, onde o juiz poderia escolher o melhor encaminhamento: deixar com os pais ou responsáveis; confiar a guarda a um tutor e, por fim, mandar internar em um estabelecimento de reeducação ou de preparação profissional. Resumidamente, a classificação era a seguinte: quando os atos não evidenciavam periculosidade; quando apenas evidenciavam periculosidade e quando a periculosidade estava efetivamente caracterizada.

Somente vinte e quatro anos depois este dispositivo foi suprimido pela Lei 5.258, de 10 de maio de 1967, mas ratificou o inciso II do art. 1º do DL 6.026/1943, abrindo uma discussão sobre o que viria ser “estabelecimento adequado”, dando aos juízes o entendimento de que poderia ser “a própria ‘penitenciária’ em ala separada”. (CARVALHO, 1970, p. 37).

No ano seguinte foi publicado o Decreto Lei nº 5.439, de 22 de maio de 1968, alterando algumas disposições da Lei 5.258, mas ratificando o art. 2º, mantendo a exclusão do §1º.

Desta forma, o DL 6.026/1943 ressuscitou o previsto no CM/1927, sendo que este havia sofrido uma reformulação pelo Decreto Lei 3.914, de 09 de dezembro de 1941, e dado um tratamento mais brando aos “perigosos”, sendo ratificado pelas Leis 5.258/1967 e 5.439/1968.

Em relação à execução das “penas” para os jovens que tivessem entre 18 e 21 anos de idade, foi publicada a Lei nº 3.274, de 02 de outubro de 1957, que informava no artigo 1º, XI que a internação deveria ser “em estabelecimentos apropriados”, sendo estes os institutos ou as “escolas de reforma”, tal qual previa o DL 3.914/1941, devendo estes estabelecimentos ter o trabalho como uma das suas atividades de ressocialização dos menores delinquentes.

De acordo com Faleiros (1995), entre os anos de 1966 e 1974 a FUNABEM realizou 271.880 atendimentos; entre os anos de 1971 e 1973, os atendimentos locais realizados pelas Fundações Estaduais foram na ordem de 157.201 ocorrências. O autor salientou que, em 1974, somente em 46,87% dos municípios brasileiros ocorreram fatos antissociais. Para tanto, realizei uma interpretação do texto original, chegando aos seguintes dados aproximados: os índices de furtos chegaram a 40% dos casos; 22% de delitos sexuais; 13% de homicídios ou tentativas de homicídios e 24% de outras ocorrências. (FALEIROS, 1995, p. 79).

Segundo a Comissão Parlamentar de Inquérito do Menor, de 1976, a maioria das verbas e dos órgãos de atendimentos aos “menores” estava concentrada na região Sudeste. Somente 11,73% das verbas eram destinadas para o Nordeste. (FALEIROS, 1995, p. 79).

Ainda, seguindo as ideias de Faleiros, a FUNABEM, que estava envolvida pelo sistema de estratégias repressivas, assistencialistas, autoritárias e tecnocratas do regime civil-militar instaurado em 1964, articulou-se para a reformulação do Código de Menores de 1927, sendo apresentado um projeto de lei, em 1974, pelo Senador Nelson Carneiro. Durante cinco anos este projeto foi modificado e revisado pelos parlamentares, sempre acompanhados das opiniões da Associação Brasileira de Juízes de Menores e do Executivo do Ministério da Justiça. Todas essas discussões, elaboração de projetos e anteprojetos, leis e decretos, fizeram nascer o Código de Menores de 1979 (Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979), substituindo o CM/1927.

Marcado pelo autoritarismo do regime militar, o período de 64 a 79 centraliza o tratamento do menor com a adoção de uma política repressiva. O novo Código de Menores, promulgado pela Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, transformou-se numa tentativa de adequar assistência, proteção e

vigilância dos menores à política vigente, assumindo, assim, um caráter predominantemente jurídico. (ARAÚJO, 2011, p. 198).

Quanto à organização e peculiaridades da sua estrutura, há de se observar que o Código de Menores de 1979 não fez alusão aos termos “criança”, “adolescente” (tal qual o CM/1927). Avançou, porém, a não mais fazer menção aos termos: “delinquente”, “preso” e “prisão”. Em relação à “crime”, menciona apenas quando ele é praticado por adulto contra o menor, não mais se referindo ao menor como autor de “crime”, palavra substituída por “infração penal”. Quanto ao termo “delinquente”, foi substituído por “autor de infração penal”. (Ex.: art. 2º, VI, arts. 41 e 99) ou “infrator” (Ex.: art. 112); o procedimento administrativo, que é feito antes do início do processo especial, passou a ser chamado de “auto de infração” (art. 111) para distinguir dos procedimentos para adultos - processos.

No entanto, a pecha do termo “menor” permaneceu no CM/1979 apesar de todos os esforços de humanizá-lo, tendo sido, mesmo assim, um grande avanço para a época. A “educação” e “instrução” são pouco citadas em tal norma, sendo a educação mencionada apenas uma vez no parágrafo único do artigo segundo e, da mesma forma, “instrução”, no inciso primeiro do mesmo artigo. O termo “escolarização” é pouco abordado e aparece, somente, no §2º do art. 9º, no art. 11 e 39, sempre seguida da “profissionalização”, denotando uma preocupação do legislador com o futuro trabalho a ser assumido pelos seus assistidos.

O legislador seguiu a mesma tendência de escrita do Código de Menores de 1927 quanto à educação e profissionalização; do DL nº 6.026/1943, da Lei 5.258/67 e do DL nº 5.439/1968, deixando um vazio quanto ao tipo de educação que deveria ser ministrada aos adolescentes. Desta forma, vislumbra-se que a educação deveria ser a mesma concebida para o ensino oficial, elaborada pelas autoridades da educação, dentre as quais destaco a LDB de 1961 e a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus de 1971, que vigoraram durante o recorte temporal desta Tese, as quais me reportarei mais adiante.

O CM/1979 suscita a ideia de “assistência, proteção e vigilância” ao longo do seu texto. Assim, pode-se dizer que o Estado pretendia dar um tratamento mais voltado a cuidados do que de classificação e segregação, como era previsto no CM/1927. A questão da “assistência” aparecia acompanhada da “proteção”, voltada às medidas assistenciais.

Segundo o artigo 59 da norma em comento, as medidas de assistência e proteção seriam criadas pelo Poder Público para acolher os “menores” até dezoito anos de idade e, nos

casos especiais, os que tivessem entre dezoito e vinte e um anos de idade. Porém, o artigo 10 informava que as entidades assistenciais particulares também poderiam funcionar, ou seja, serem utilizadas pelo Estado, desde que se adequassem às diretrizes da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBM) e ao disposto pelo novo Código de Menores, além de ter que se registrar no órgão estadual responsável por estas políticas, no caso, as FEBEMs, devendo tais registros serem comunicados às autoridades judiciárias e à FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor, responsável pela efetivação da PNBM.

Foi tão marcante a presença e a atribuição dada à FUNABEM que o CM/1979, no art. 4º, I, determinava que “a aplicação desta lei” deveria levar em conta a Política Nacional do Bem-Estar do Menor, definidas pela legislação vigente, qual seja: Lei 4.513, de 1º de dezembro de 1964, que vigorou para além do fim do regime civil-militar. A FEBEM-SE só foi substituída pela Fundação Renascer em 1991 (Lei 2.960, de 09 de abril de 1991 do Estado de Sergipe).

As “medidas de proteção e vigilância” foram abordadas de forma especial, cabendo-lhe o Capítulo I, do Título V, do código em comento. Primordialmente, a medida a ser aplicada ao “menor” seria da sua integração sócio-familiar. Sempre que fosse possível, as crianças ou os adolescentes deveriam ser devolvidos às suas famílias. A depender das circunstâncias do fato envolvendo o “menor”, a autoridade judicial poderia: adverti-lo, entregá-lo aos pais, responsáveis ou alguém que se prontificasse a recebê-lo, desde que fosse uma pessoa idônea e assinasse um termo de responsabilidade; ainda: colocação em lar substituto, imposição de liberdade assistida, colocação em uma instituição de semiliberdade ou de “internação em estabelecimento educacional, ocupacional, psicopedagógico, hospitalar, psiquiátrico ou outro adequado” (BRASIL, 1979). A questão da institucionalização se tornou comum no período, onde a docilização dos corpos, comentada por Foucault (1987), era uma opção dada pela lei e que foi muito acionada pelas autoridades judiciais e, em alguns momentos, compartilhada com os comissários de menores, autoridades policiais e pessoas comuns da sociedade civil.

Tais medidas poderiam ser cumuladas ou substituídas, sendo que a “internação” deveria ser o último recurso da autoridade judicial, cabida somente se as demais não tivessem sucesso. Quanto ao “menor com desvio de conduta ou autor de infração penal”, poderia ser internado até que o juiz de menores determinasse o seu “desligamento”, no entanto, tal medida deveria ser reexaminada em dois anos, no máximo. Em casos excepcionais, se não houvesse estabelecimento adequado, o “menor” poderia ser internado em estabelecimento destinado a maiores desde que ficasse totalmente isolado e incomunicável daqueles, além do

local ter instalações adequadas para a sua manutenção. Caso completasse vinte e um anos e a internação não fosse cassada, a competência para “cuidar” do jovem passava para o Juiz responsável pelas Execuções Penais, devendo o mesmo ser encaminhado para um estabelecimento adequado (BRASIL, 1979) que, segundo o meu entendimento, de acordo com a idade e periculosidade.

Saliente-se que o CM/1979 não fez diferença entre crianças ou adolescentes, tomando como parâmetro somente o critério biológico, ou seja, as idades para determinar uma ou outra providência. Como por exemplo, quanto à vigilância e proteção dos “menores” em frequentar espetáculos (em teatros, cinemas, circos, rádios e televisão), o art. 10 dizia que era proibida a entrada de menores de dez anos desacompanhados dos pais ou responsáveis em tais locais e, caso entrassem, só poderiam permanecer até às 22h. Também nenhum menor de dezoito anos poderia participar, entrar ou permanecer nos estúdios de televisão, rádio, teatro ou cinema, exceto se tivesse autorização do juiz de menores.

A norma ainda fixava os horários de apresentação de espetáculos de rádio e televisão por idade, ou seja, se o filme tivesse a censura para menores de 10 anos, só poderiam ser apresentados depois das 20h; se a censura fosse para menores de 14 anos de idade, só poderiam ser apresentados depois das 22h; e se a censura do espetáculo fosse mais ampla, de proibição para menores de 18 anos de idade, sua apresentação estava proibida em qualquer horário, ficando a critério do Serviço Federal de Censura determinar o horário que tais “espetáculos” poderiam ser veiculados. (BRASIL, 1979).

O CM/1979 não só tratou das questões formais quanto à lida com os menores, mas também processuais, tornando prática a instrumentalização da lei. O art. 94 previa a instauração de um procedimento especial para “verificar a situação do menor”, isto nada mais foi que um eufemismo para não mencionar que era, na verdade, uma “classificação” para depois adotar “as medidas adequadas” aos “menores” que chegavam às autoridades administrativas e judiciárias.

As infrações penais praticadas por “menores”, por conseguinte, tiveram tratamento diferenciado no Capítulo II, do Título II do CM/1979. Tinha-se que levar em consideração a idade do menor à data do fato, e quando apreendido, a apresentação ao Juiz de Menores deveria ser feita em 24 horas, no máximo. Sendo impossível, deveria ser encaminhado à repartição policial especializada, no caso: delegacia especializada para menores. Não havendo, deveria ser levado para um estabelecimento de assistência, público ou particular. Não havendo nem um e nem outro, o menor deveria aguardar a apresentação em uma dependência separada dos maiores de dezoito anos.

A autoridade policial, ao realizar as investigações para identificar a autoria de um fato considerado grave ou em coautoria com um adulto, percebendo a necessidade de mais tempo para concluir as investigações, poderia solicitar ao Juiz uma prorrogação do prazo de, no máximo, cinco dias para a apresentação do “menor”. Segundo o CM/1979, o documento elaborado para a investigação policial envolvendo “menores” era referido como “procedimento de apuração de infração cometida por menor”. Sendo assim, ficava custodiado em uma delegacia ou em outro local não pensado para acolher menores.

Estava previsto neste capítulo uma classificação etária dentre aqueles que praticavam infrações legais: 1º) Os que tinham até dez anos de idade – deveriam ser encaminhados imediatamente à autoridade judicial e, se já tivesse sido apresentado no prazo de 24 horas, poderia ser dispensado da audiência de apresentação, momento este que ocorria já na fase processual em que o Ministério Público era ouvido, bem como o menor pelo Juiz de Menores. 2º) Se tivesse entre dez e quatorze anos de idade, também deveria ser encaminhado imediatamente perante o Juiz de Menores e, dependendo das circunstâncias do fato, antecedentes, a condição que se encontrava. Após ouvido o Ministério Público, a situação do menor poderia ser já definida, que ia desde a devolução aos pais ou responsáveis à internação. 3º) Os que tinham entre quatorze e dezoito anos poderiam aguardar os trâmites e prazos previstos no CM/1979, sem tanta urgência quanto as previstas para os menores de quatorze anos, permanecendo em local adequado para ser apresentado à autoridade judicial.

Desta feita, era possível classificar os menores, fossem infratores ou não, quanto à prática de delitos ou mesmo para se referir a eles como sujeitos em situação irregular. Na verdade, mesmo adotando as tendências de humanização no trato com as pessoas, no caso, crianças e adolescentes, a classificação era necessária para poder identificar o perfil e a periculosidade de cada menor para que a autoridade judicial decidisse qual medida cabível, em cada caso, de acordo com uma análise prévia e parecer do Ministério Público.

A educação não foi abordada neste Código, sendo apenas referida indiretamente como responsabilidade e preocupação dos pais e autoridades. Assim, compreendo que a política oficial de ensino prevista para as escolas públicas e particulares foi adotada para os menores em situação irregular – isto pode ter sido pensado pelo legislador para ser assim, ou não, sendo uma solução alternativa para algo que não foi pensado, visto que o trato do problema do menor sempre deixou a desejar ao longo da nossa história.

No sub-tópico seguinte ressaltarei os principais aspectos de uma lei que foi referência na política educacional no Brasil dentro do recorte temporal desta pesquisa, qual seja: a Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus de 1971.

2.6 REFORMA DO ENSINO DE 1º E 2º GRAUS DE 1971

Antes de comentarmos sobre esta Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus de 1971 (Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971), que doravante irei me referir a ela apenas como Reforma de 1971, é necessário ressaltar que o Brasil conheceu duas leis que regularam as diretrizes e bases da educação nacional: a LDB de 1961 (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961) e a LDB de 1996 (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Esta última deixa explícita, no art. 92, que a LDB/1961 e a Reforma de 1971 foram revogadas, ou seja, seus textos não possuem mais força, devendo ser observado apenas o que dispõe a LDB de 1996, atualmente em vigor. Assim, irei apenas analisar as duas primeiras, tendo em vista que a última não está situada dentro do recorte temporal desta pesquisa.

A Reforma de 1971 não revogou totalmente a LDB de 1961, permanecendo alguns artigos em vigor, conforme previa o art. 87. Segundo Faleiros (1995), os debates que antecederam a criação da primeira LDB foram polarizados por discussões sobre: centralização e descentralização do ensino; monopólio ou liberdade para ensinar e a obrigatoriedade ou não do ensino. Uma das problemáticas levantadas foi o analfabetismo que, entre a faixa etária de 15 a 69 anos de idade, alcançou 50,3% e 39,5% nos anos de 1950 e 1960, respectivamente. Essas discussões iniciaram-se em 1948 e foram concluídas em 1961 com a promulgação da Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. (FALEIROS, 1995, p. 75).

É perceptível a simplificação dada pela Reforma de 1971, fixando-se apenas nas questões do ensino de 1º e 2º graus, no ensino supletivo, na formação dos professores e no financiamento destes ensinos. Em detrimento disso, via-se a LDB de 1961 mais completa, preocupada em regulamentar todos os tipos de ensino, que ia desde “a educação pré-primária - destinada aos ‘menores’ até sete anos” (BRASIL, 1961) - perpassando pelo ensino primário, secundário, técnico, formação de magistério para o ensino primário e médio, formação de orientador e inspeção, educação superior, além de ter dado previsões sobre o funcionamento das universidades e estabelecimentos isolados de ensino superior, que nada mais eram que as autarquias, fundações ou associações com o fim de ministrar cursos superiores. Ainda, tratou sobre a educação dos “excepcionais” e sobre os recursos de financiamento da educação.

Daí pode surgir o questionamento sobre como ficaram as outras questões que não foram abordadas por esta lei. Elas passaram a ser regulamentadas ou já estavam sendo previstas em outras normas, como foi o caso da citada educação para os “excepcionais” que já vinha sendo tratada pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969.

Tanto a LDB de 1961 quanto a Reforma de 1971, não traziam nenhuma previsão sobre educação para os menores abandonados e delinquentes e demais classificações previstas no Código de Menores de 1927. Portanto, a educação idealizada era para todos, indistintamente; para aqueles que estavam ou não sob a tutela do Estado. Os estabelecimentos de ensino, por sua vez, foram criados ou reorganizados para atender a nova estrutura do sistema educacional. O ensino de 1º grau era obrigatório dos sete aos catorze anos de idade, ou seja, crianças e início da adolescência. Quando tinham menos de sete anos, o ensino deveria ser ministrado por escolas maternais, jardins de infância ou em instituições equivalentes. (BRASIL, 1971).

Por conseguinte, o ensino de 2º grau era destinado aos adolescentes e poderia contemplar uma habilitação profissional, ou seja, a perspectiva de desenvolvimento das potencialidades e preparação para o trabalho faziam parte da formação educacional, previsto em seu artigo vestibular.

Sob a égide do regime civil-militar, a conjuntura política e econômica exigia a formação de uma sociedade organizada, sadia e preparada para o trabalho. O art. 7º da Reforma de 1971 tornou obrigatória a “Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de Saúde” nos currículos do 1º e 2º graus. Neste período foi criado um complexo sócio-industrial em articulação com multinacionais com a função de aumentar a produtividade. Assim, as multinacionais, estatais e iniciativa privada ampliaram e estimularam seus investimentos (FALEIROS, 1995, p. 76); para isso, foi necessário ter mão-de-obra qualificada, investindo-se nos jovens para se habilitarem em um ofício, uma formação técnica.

A educação física, tal qual a Educação Moral e Cívica e a Educação Artística, foram consideradas disciplinas necessárias para atingir os fins da conjuntura política, sendo regulamentada pelo Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971, e conceituada como “atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional”. (BRASIL, 1971a).

Estas modificações trazidas pela Reforma de 1971 não conseguiram elidir a questão da pobreza, da miséria, da desestruturação familiar, da corrupção dos menores pelos adultos e dos vícios em drogas e jogos; isto tudo potencializava a evasão escolar. Muitos também deixavam de ir à escola para irem trabalhar em subempregos ou mesmo em atividades agrícolas. Toda essa realidade contribuiu para a prática de infrações, seja em um instante de desespero ou mesmo de sobrevivência para terem o que comer.

Neste diapasão, segundo Irene Rizzini (1995), em 1980 o Brasil tinha uma população estimada em pouco mais de 120 milhões de pessoas. Entre os menores de 19 anos que viviam em famílias que ganhavam menos de dois salários mínimos e que somadas às que declaravam não possuir rendimentos, poder-se-ia considerar um público de 32 milhões de menores atingidos pela carência sócio-econômica (RIZZINI, 1995, p. 160), ou seja, mais de 1/4 da população brasileira.

Segundo o senso do IBGE de 1987, 42,1% da população brasileira tinha menos de 18 anos de idade, o que correspondia a 58.354.336 crianças e adolescentes. Realizado o comparativo por região, o Nordeste tinha 48%, o Sul 39,8%, o Sudeste 38,2% e o Norte 48,8%, das suas respectivas populações, de pessoas entre 0 e 17 anos de idade. Em relação à renda mensal, 44% deste público vivia em famílias que recebiam até meio salário mínimo por pessoa. Segundo este mesmo Instituto, o Brasil passou por uma grave crise econômica neste período. (BRASIL, 1989).

A questão do analfabetismo ou semi-analfabetismo sempre foi um problema preocupante na história educacional do Brasil, sendo considerado um fator de desajustes sociais, levando muitos a viverem em sub-empregos, nos submundos dos vícios, prostituição, miséria e até mesmo na criminalidade por não possuírem qualificação suficiente para se enquadrarem no sistema econômico e de trabalho exigido, que pudessem lhes proporcionar um mínimo conforto.

Estas perspectivas contrariam o fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana e os objetivos republicanos de construir uma sociedade justa e solidária, de erradicação da pobreza, da marginalização e desigualdades sociais.

No ponto seguinte desta pesquisa realizei uma análise sobre a educação prevista nas Constituições Federais de 1967 e 1988; um direito que foi elevado à uma garantia fundamental para todos, bem como o que elas consignavam sobre a educação para os menores, em especial os carenciados ou marginalizados, órfãos, abandonados, infratores, além dos considerados rebeldes ou indisciplinados, usuários de substâncias químicas (álcool, cola, maconha, solventes, combustíveis, entre outros), os homossexuais ou pervertidos, além dos deficientes; crianças e adolescentes oriundas, geralmente, de famílias desestruturadas.

2.7 CONSTITUIÇÕES FEDERAIS DE 1967 e 1988

Na Constituição Federal de 1967, a educação apareceu no art. 8º dentre as competências da União, informando que era de sua atribuição estabelecer os planos nacionais de educação (inciso XIV). No mesmo artigo dispôs que tinha a competência para legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (inciso XVII, alínea “q”). O art. 20, por sua vez, acrescentou que era vedado aos entes federativos criar impostos sobre o patrimônio, a renda e os serviços de instituições de educação, observando-se os requisitos fixados em lei. Refiro-me ao Código Tributário Nacional, Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966, o qual foi recepcionado tanto pela Constituição Federal de 1967 quanto de 1988, no art. 150, VI, “c”, guardadas as suas alterações, estando em vigor até a presente data.

Além destes artigos, a Constituição de 1967 criou o Título IV para tratar da família, educação e da cultura. Quanto à educação, foi abordada nos artigos 168 a 170, sendo registrado que a educação era um direito de todos, assegurada a igualdade de oportunidades, inspirando-se nos princípios de unidade nacional, liberdade e solidariedade humana. Verificasse assim um ideal de patriotismo permeando a educação advinda do momento sócio-político do Regime Civil-Militar iniciado em 1964. Além destes, foi prevista a possibilidade da iniciativa particular na educação e do ensino em todos os graus pelos poderes públicos.

O ensino secundário seria gratuito somente para aqueles que apresentassem um bom aproveitamento e que não tivessem recursos para custear os estudos, havendo, inclusive, a previsão de bolsas de estudo. Isto demonstra que a prioridade do governo era fomentar o ensino primário, ficando o ensino secundário e superior organizados para receberem somente aqueles que demonstrassem real aptidão para a continuação dos estudos. Tratou ainda do ensino religioso, da previsão de concursos para os cargos de docentes, além da liberdade de cátedra.

Como princípios norteadores da educação, complementou aduzindo que o ensino primário deveria ser obrigatório, gratuito e ministrado somente em língua nacional, estabelecendo a sua faixa etária dos sete aos quatorze anos de idade. O art. 169 informava que os Estados e Distrito Federal iriam organizar seus sistemas de ensino; já a União, a dos Territórios e de todo o sistema de ensino federal, cabendo-lhe ainda dar suporte técnico e financeiro àqueles. Neste diapasão, via-se já a preocupação com a educação dos “alunos necessitados”, o que podemos interpretar de forma lata, referindo-se aos desassistidos de toda natureza, como: os pobres, órfãos, abandonados, deficientes, além dos menores delinquentes.

Cabe pontuar que o uso da terminologia “menores”, no parágrafo único do art. 170, denota uma clara referência aos adolescentes pobres. Este artigo ainda informava que as empresas deveriam manter o ensino primário e gratuito para os seus trabalhadores, os filhos destes e os seus “trabalhadores menores” – estes eram pessoas pobres, órfãos ou abandonados que precisavam trabalhar e se inserirem socialmente para poderem sobreviver à dura realidade social, política e pessoal.

Em nenhum momento a Constituição Federal de 1967 tratou objetivamente da educação para os menores, da proteção e cuidados com as crianças e adolescentes pobres, órfãos, abandonados ou desvalidos em geral.

Por sua vez, a Constituição Federal de 1988 trouxe, no art. 6º, que a educação constituía um direito social, devendo a infância ser protegida desde a maternidade e a oferta de assistência aos desamparados. Neste podemos englobar os menores desvalidos em geral. É de se observar a utilização do adjetivo “desamparados” para se referir às crianças ou adultos que estavam necessitando de algum tipo de assistência oficial, como: moradia, alimentos, saúde, educação, entre outros. Ainda, dentro dos direitos sociais, o art. 7º deixou claro que a educação era uma necessidade vital, tal qual a alimentação, saúde e moradia, ao ter previsto que o salário mínimo deveria ser capaz de custear estas despesas, que eram consideradas básicas.

Da mesma forma que a CF/67, a CF/88 determinou que a União deveria legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional (art. 22, XXIV), agora com uma previsão de competência privativa, ou seja, que a União poderá delegar aos Estados determinadas matérias para legislar, desde que ainda não tenha sido regulamentada pela União. O art. 23, por sua vez, previu que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios deveriam proporcionar os meios de acesso à cultura, educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovações (inciso V). Além destas, o art. 24 dispôs que só a União, Estados e Distrito Federal poderiam legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino, desporto, entre outros, excluindo os Municípios. Quanto a estes, competia-lhes manter a educação infantil e o ensino fundamental com cooperação técnica e financeira da União e dos Estados. Existem outras previsões relacionadas à educação, como: contribuições previdenciárias dos ocupantes de cargos públicos do magistério (art. 40, §5º) e aposentadoria destes (art. 201, §8º).

Ademais, a CF/88 dispôs uma seção específica para a educação: do art. 205 ao 214. Nestes estão relacionados os princípios constitucionais da educação, como: igualdade de acesso e permanência na escola, liberdade para aprender e ensinar, gratuidade do ensino

público em instituições oficiais. Também tratou da autonomia das universidades, dos deveres dos Estados quanto à educação básica, educação especial, entre outros.

Segundo o meu olhar, levando-se em consideração a temática desta pesquisa, entendo que o ponto principal desta seção da Constituição foi quando afirmou que a educação básica era obrigatória dos quatro aos dezessete anos de idade, posto que abraça os sujeitos protagonistas desta pesquisa, ou seja, os menores. Não importa se eles estão com suas famílias ou internados em instituições públicas; todos devem ou deveriam ter direito ao acesso à educação dentro da faixa etária acima prevista. Logo, sendo infratores, abandonados, órfãos ou não, o direito à educação é uma garantia constitucional, um direito público subjetivo.

E é justamente este outro ponto que entendo ser relevante para comentar, visto que, independentemente da origem social, étnica, cultural da criança e do adolescente, é dever da Administração Pública garantir uma vaga no ensino oficial para elas. Se seus representantes legais resolverem matriculá-las no ensino privado, é uma faculdade que lhes assiste; mas caso queiram matricular seus pupilos em uma escola pública, a vaga deve lhe ser franqueada e de forma gratuita. É nisto em que consiste o direito público subjetivo à educação: da oferta e disposição de vagas nas escolas públicas para todos que estiverem na faixa etária de matrícula escolar obrigatória.

A partir do art. 226 da CF/88, o constituinte elencou a importância da família como base da sociedade, sendo seu dever, da sociedade e do Estado assegurar às crianças, adolescentes e aos jovens, com direito à educação, a convivência em família, entre outros; devendo todos os cidadãos colocá-los a salvo de qualquer ato que vá de encontro com os preceitos da dignidade humana, como: negligência, discriminação e violências.

Ratificando o contido no Código de Menores de 1979 e no Código Penal de 1940, a CF/88 previu, no art. 228, que os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis. Esta previsão constitucional foi recepcionada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei 8.069/90).

Ainda, da mesma forma que a Constituição Federal de 1967, a de 1988 não trouxe previsão direta sobre a educação para os menores em situação irregular, apesar de ter contemplado outras situações envolvendo a proteção deles, remetendo os instrumentadores da justiça e os cidadãos em geral à legislação especial de menores, no caso, o CM/1979 e depois o ECA. Assim, as previsões constitucionais comentadas nos remetem a um entendimento, mais uma vez, de que a educação é para todos, indistintamente, devendo as crianças e adolescentes que estiverem aos cuidados do Estado terem acesso à educação, mesmo aquelas que praticaram atos infracionais ou estão em orfanatos e abrigos para menores.

No tópico seguinte realizei uma análise do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre os aspectos que entendi relevantes em face do objeto e objetivos desta pesquisa. Consiste em uma norma indispensável para a proteção das pessoas com menos de dezoito anos de idade, como: direito à vida, liberdade, respeito, dignidade, educação, convivência familiar e social, cultura, esporte e lazer, e à preparação para o trabalho.

2.8 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Lei 8.069/1990, conhecida como ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, substituiu a Lei 6.697/1979, conhecida como Código de Menores de 1979. O ECA é uma lei específica para os menores de 18 anos de idade e que reconheceu, efetivamente, as crianças e adolescentes como cidadãos, ou seja, sujeitos detentores de direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal, inclusive à educação, ratificando tais direitos constitucionais e inovando ao explicitar que eles fazem parte da sociedade e precisam ser respeitados como pessoas em formação.

Analisando esta perspectiva, as referências a eles como sujeitos em situação irregular, previstas no Código de Menores de 1979, foram deixadas de lado para serem considerados cidadãos detentores de direitos pelo ECA. Segundo Ferreira:

Calcado na concepção de criança e adolescente como sujeitos de direitos, e na assertiva de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, ficam afastados os conceitos ideológicos e anticientíficos de situação irregular e menor, quer abandonado ou delinquente. (FERREIRA, 2010, p. 49).

Apesar de ter descartado as classificações formais de menores, a nova legislação trouxe uma diferenciação entre criança e adolescente no artigo 2º, onde criança é a pessoa com até doze anos de idade incompletos, ou seja, quem ainda não completou os doze anos. Adolescente, por sua vez, é a pessoa “entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990) incompletos. Outrossim, já comentei sobre a permanência do termo “menor” no Estatuto ao comentar sobre Código de Menores de 1927²⁴, visto que, mesmo quando o legislador teve a intenção de usar a palavra para se referir à pessoa com idade inferior à 18 anos, para o leitor,

²⁴ Página 43 do item 2.2 deste trabalho.

ficou a ideia de adjetivo, não só pelo que ela significou e que ainda simboliza no seio da nossa sociedade: um indivíduo perigoso, sujo, inútil e que enfeia as ruas das cidades.

A preocupação com a elaboração de uma lei especial para deixar claro que as crianças e adolescentes são pessoas, como o próprio artigo 2º consignou, deveu-se, entre outros fatores, o quantitativo populacional representativo desta faixa etária. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1990, o número total de habitantes no Brasil era de 147.305.524 pessoas, destes, 59.942.163 possuíam idades entre 0 e 17 anos, o que representava 40,69% da população brasileira.

Estes dados ressaltavam a importância social do Estatuto da Criança e do Adolescente uma vez que tratou da obrigatoriedade da educação para os menores e a responsabilização de quem não a cumprisse, ratificando a previsão constitucional de 1988 e a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, elaborada pela ONU, passando a vigorar no mesmo ano em que o ECA foi publicado (1990). Os artigos sobre este assunto foram recepcionados pela LDB de 1996, não contrariando os dispositivos que tratavam da educação, pelo contrário, ampliou outras temáticas como a questão dos recursos financeiros para a manutenção da educação. Vale salientar que o ECA sofreu resistência em sua aplicação, posto que as normas menoristas anteriores não tratavam da educação de forma direta, sendo as mesmas tratadas em “legislações específicas, como a LDB, resoluções e diretrizes.” (FERREIRA, 2010, p. 54).

A educação é abordada nos primeiros artigos deste documento (ECA), tendo o artigo 4º ressaltado que é dever da família, da comunidade, sociedade e dos poderes públicos a priorização e efetivação da educação às crianças e adolescentes, além de outros direitos garantidos constitucionalmente já comentados. Isto é ratificado o tempo todo em outros artigos, como ocorre no artigo 22, quando afirma a responsabilidade dos pais para com o sustento e educação dos filhos.

O artigo 18-A, por sua vez, foi uma emenda realizada em 2014 ao ECA pela Lei 13.010, de 26 de junho de 2014 (também conhecida como Lei Menino Bernardo), complementando a ideia de proteção e de garantia aos direitos fundamentais, visto que trouxe a proibição do uso de castigos físicos ou tratamentos cruéis ou degradantes quando da promoção da educação e nos cuidados do dia a dia pelos seus responsáveis legais ou qualquer pessoa, como: professores, familiares, babás, entre outros.

A própria norma conceituou “castigo físico” como sendo qualquer ação com o fim de disciplinar ou punir a criança ou adolescente que resulte sofrimento físico ou lesão. Já o “tratamento cruel ou degradante” consiste em qualquer conduta que humilhe, ameace gravemente ou ridicularize a criança ou adolescente. No entanto, a legislação ficou obscura

quanto ao que vem a ser sofrimento físico, uma ação de humilhação, ameaça grave ou de ridicularização. Ela deveria ser mais clara em face da objetividade da norma, trazendo conceitos sobre cada um destes atos, bem como poderia exemplificá-los nas exposições dos motivos para a sua criação, tudo para evitar uma má interpretação da legislação pelos pais, autoridades públicas (juízes, promotores, delegados, entre outros) e demais cidadãos.

O uso de castigos pelos responsáveis legais para com as crianças e adolescentes, inclusive na educação, deve ser submetido a ações administrativas, como encaminhamento a programas oficiais educativos para as famílias, advertência, além de outras sanções cabíveis, quando fosse o caso.

Mas o legislador não se satisfaz apenas com estas disposições legais e criou um capítulo tratando da educação, juntamente com a cultura, esporte e lazer, qual seja: Capítulo IV, do Título II, do Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 53 a 59), sendo os dois últimos artigos direcionados à cultura, artes e lazer. Os demais regulamentam o direito à educação, repetindo o que prevê a Constituição Federal, o que foi acompanhado também pela LDB/1996, como: a igualdade de condições e permanência das crianças e adolescentes nas escolas; o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive àqueles que não tiveram acesso na idade própria; direito de serem respeitados por seus educadores, entre outros.

Diante de tantos direitos, apesar de não se ver uma objetivação de deveres, fica implícito que as crianças e adolescentes também estão sob a tutela do cumprimento de obrigações. O art. 6º trouxe essa previsão: deve-se levar em conta não só os direitos, mas também os deveres individuais e coletivos para a interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo Ferreira (2010): “deve ficar patente que a todo direito corresponde a uma obrigação e que o direito do aluno tem como limite o direito do outro aluno, do professor ou funcionário”. (FERREIRA, 2010, p. 60). Coadunado com este pensamento do autor, entendendo que as crianças e adolescentes devem compreender os limites de suas ações e o dever de respeito para com outros sujeitos, como pais, responsáveis legais, transeuntes, familiares, outras crianças e adolescentes, adultos, idosos e demais pessoas. Para tanto cabe às autoridades, familiares, a mídia e, em especial, a rede de ensino, esclarecê-los que possuem não só direitos, mas também deveres.

No tocante à violação das leis, o ECA esclarece que os menores de 18 anos de idade não praticam crimes, mas sim, ato infracional que, segundo o disposto no art. 103, nada mais é que “a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. (BRASIL, 1990). Isto serve para distinguir do tratamento dispensado aos adultos, visto que o art. 104 ratificou a previsão

de inimputabilidade aos menores de dezoito anos de idade contida no art. 27 do Código Penal, devendo serem submetidos às medidas elencadas no Estatuto menorista.

No entanto, completados dezoito anos, deve-se adotar o previsto no Código Penal, porém, caso tenha entre dezoito e vinte e um anos de idade, deve-se aplicar excepcionalmente o ECA, como por exemplo: a liberação compulsória da internação aos vinte e um anos de idade; ser assistido pelos responsáveis legais que, neste caso, amplia-se a faixa etária contemplando os que já tiverem completado dezesseis anos de idade. Ressalte-se que o Código Penal vigente, no art. 65, I, prevê atenuação da pena para aqueles que, ao tempo do fato delituoso, tenham menos de vinte e um anos e, por conseguinte, seja maior de dezoito anos de idade.

Na discussão desta temática, as medidas socioeducativas devem entrar em cena, visto que a perspectiva do legislador é que o adolescente infrator possa ser reinserido na sociedade por meio de uma inculcação educativa ou reeducativa. A autoridade judicial, ao verificar a prática de ato infracional, poderá adotar as seguintes medidas: advertência, obrigação de reparar o dano decorrente da ação, prestação de serviços à comunidade, ficar sob liberdade assistida, em regime de semiliberdade, encaminhar aos pais ou responsáveis mediante assinatura de termo de responsabilidade, orientação, apoio e acompanhamentos temporários, inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente, a matrícula e frequência obrigatórios em estabelecimentos oficiais de ensino fundamental e a internação em estabelecimento educacional. (art. 112 c/c art. 101, I a IV do ECA).

Em qualquer uma dessas medidas, a obrigação da educação e frequência das crianças e adolescentes no ensino fundamental sempre será aplicada junto com as demais; mas o legislador não está sendo redundante, mas sim, ratificando e enfatizando a importância da educação para a ressocialização do adolescente infrator. Outrossim, a medida socioeducativa de internação nada mais é que a segregação da liberdade física do adolescente infrator em unidade específica do órgão competente para a execução destas medidas que, no recorte temporal desta pesquisa, foram: a FUNABEM e o SAM de Sergipe entre 1974 a 1976; a FEBEM-SE entre 1976 a 1991; e a Fundação Renascer a partir de 1991, ano em que finda o recorte temporal desta pesquisa.

Para o ECA, a internação deve ser medida excepcional e temporária – de no máximo três anos – adotada em situações em que a violação da norma tenha sido praticada mediante grave ameaça ou violência contra a pessoa, como roubos e homicídios. Deverá ocorrer em estabelecimentos exclusivos para adolescentes, levando-se em consideração a idade, a

compleição física e a gravidade da infração. O parágrafo único do art. 123 afirma que deverão ser realizadas atividades pedagógicas durante o período de internação. Assim, entendo que a assistência educacional e pedagógica deverão ocorrer durante toda e qualquer medida socioeducativa determinada pela autoridade judiciária, independentemente de internação. Por sua vez, o art. 124 trouxe o entendimento de que a internação é a privação da liberdade do adolescente, elencando mais uma série de direitos processuais e materiais, como o direito de receber escolarização e profissionalização durante a internação, ter acesso à cultura, esporte e lazer.

Estas são as principais disposições que tratam da relação entre a educação e os adolescentes que são internados em estabelecimentos socioeducativos por terem praticado atos infracionais. Fica demonstrada a importância desta norma para com os menores, em especial no que tange à educação, tendo a LDB/1996 a finalidade de regular outras situações quanto à organização do ensino no Brasil, como a divisão dos níveis e modalidades da educação, especialmente no que tange a Educação para Jovens e Adultos, por exemplo, em face da defasagem escolar dos menores em situação de internação que cumprem medidas socioeducativas.

No próximo item abordei as legislações do Estado de Sergipe que autorizaram a criação e o fim da FEBEM local, entidade que teve suas diretrizes registradas na PNBM, atendendo a um público de acordo com as nossas peculiaridades locais e regionais, conforme as suas próprias orientações.

2.9 LEI 2.009, DE 30 DE ABRIL DE 1976 E A LEI 2.960, DE 09 DE ABRIL DE 1991 DO ESTADO DE SERGIPE

A lei 2009, de 30 de abril de 1976, tem importância para a política de menores do Estado de Sergipe porque foi ela que autorizou o então governador estadual, José Rollemberg Leite, a construir a Fundação do Bem-Estar do Menor – FEBEM, pouco mais de onze anos depois de quando foi criada a FUNABEM, pela Lei 4.513, de 1º de dezembro de 1964.

Ressalte-se que a Cidade de Menores Getúlio Vargas, primeira instituição pública de Sergipe, criada especificamente para acolher menores abandonados e delinquentes, funcionou de 1942 a 1974. Situava-se em uma propriedade rural em Nossa Senhora do Socorro, município vizinho à capital, Aracaju, e era gerida pelo SAM – Serviço de Atendimento ao

Menor, entidade criada pelo Decreto-Lei nº 39, de 28 de abril de 1939, do Estado de Sergipe. Como já comentado, quando a Cidade de Menores foi desativada, em 1974, os menores foram encaminhados à Casa Santa Inês, que era um orfanato para meninas que ficava no bairro Médici, em Aracaju. O local foi desocupado e as meninas foram redistribuídas para outros abrigos e instituições religiosas. A Casa Santa Inês passou a se chamar Instituto Passos Miranda. Com a criação da FEBEM-SE (1976), houve um remanejamento de alguns menores deste Instituto e encaminhados a orfanatos diversos, como a Gurilândia, nos Capuchinhos, e Educandário São José, no bairro Santo Antônio, visto que a maioria era órfã ou pobre. Outra parte foi encaminhada ao Centro de Recepção e Triagem – CRT, também criado em 1976 para atender a demanda da Fundação e estava localizada na Av. 31 de março, bairro América (atual Av. Tancredo Neves), em Aracaju. (SERGIPE, 1978, p. 19; 1979, p. 33).

Assim, entre o fechamento da Cidade de Menores (1942-1974) e a criação do Centro de Recepção e Triagem – CRT (1976), o que funcionou foi o Instituto Passos Miranda. Neste, o público era diversificado: infratores, órfãos, pobres, deficientes, rebeldes entre outras classificações. O SAM – Serviço de Atendimento ao Menor geriu as entidades públicas para acolher menores marginalizados; autorizou e fiscalizou as instituições particulares, sendo substituída apenas em 1976 com a criação da FEBEM-SE.

Neste diapasão, a lei 2.960, de 09 de abril de 1991, modificou a estrutura administrativa do Estado de Sergipe e que, tratando apenas do que interessa para esta pesquisa, alterou a denominação da FEBEM para Fundação Renascer do Estado de Sergipe – RENASCER, sendo uma entidade da Administração Pública Indireta do Estado de Sergipe, vinculada à Secretaria de Estado da Ação Social. Esta norma deixou transparecer que o Estado de Sergipe, então governado por João Alves Filho, passava por uma crise financeira, visto que nesta mesma lei foram extintos mais de setecentos cargos em comissão e de funções de confiança. A própria RENASCER já nasceu com uma redução de 35 servidores, o que pode ter impactado na sua administração e cuidados com os menores.

Nem a norma que criou a FEBEM-SE (1976) e nem a que criou a Fundação Renascer (1991) abordou a questão da educação ou ensino, tampouco para menores delinquentes; trataram apenas de questões sobre a organização administrativa da FEBEM-SE e do Estado de Sergipe, respectivamente. Esta questão foi deixada de lado, denotando-se, assim, que devia-se atentar para as políticas públicas em educação em vigor, como a LDB de 1961. A PNBM orientou nesse sentido, uma vez que, as crianças e adolescentes internas ou semi-internas nos estabelecimentos oficiais ou conveniados, eram matriculadas nas escolas da rede oficial de ensino. Após às aulas, regressavam para as respectivas unidades.

Figura 1: Centro de Recepção e Triagem de Menores – FEBEM-SE.



Fonte: Sergipe, 1978, p. 39 – Acervo do Instituto Tobias Barreto.

A figura acima ilustra como era o local onde funcionava o CAM, antigo CRT. Neste local foi criado para realizar a triagem dos menores apreendidos pelos policiais e acolher menores infratores, mas como este público era muito pequeno, o espaço foi aproveitado para acolher menores marginalizados - como eram assim chamados - sendo a maioria formada por crianças de origem pobre.

De acordo com Dantas (2014), neste período, o Brasil estava sendo presidido pelo General Ernesto Geisel (1974-1979) e tinha entre as suas estratégias promover uma distensão do regime militar, apesar de ter sofrido muita resistência por parte da linha dura, que aos poucos foi afrouxada por meio de discursos e inspirando os Estados para um processo de liberalização. (DANTAS, 2014, p. 267-269). Porém, tornou-se contraditório com as ações que passou a adotar, como, por exemplo, a Operação Cajueiro deflagrada em 1976, sob o comando do General Fiúza de Castro, que prendeu militantes comunistas ligados ao PCB – Partido Comunista do Brasil, “com a participação da Polícia Federal, do DOPS e do DOI-CODI²⁵”. (DANTAS, 2014, p. 289).

²⁵ DOPS - Departamento de Ordem Política e Social (1924) e DOI-CODI – Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (1964).

Após meses de entraves e discussões políticas entre os partidos MDB – Movimento Democrático Brasileiro e ARENA – Aliança Renovadora Nacional²⁶, José Rollemberg foi escolhido para ser o governador do Estado de Sergipe, tomando posse em 15 de março de 1975. (DANTAS, 2014, p. 283). O clima na Bahia, Sergipe e Pernambuco era de repressão ao movimento comunista, sendo dezenas de militantes presos com base no conceito amplo dado à Segurança Nacional. (DANTAS, 2014, p. 285). Ainda em 1975, os diretórios estudantis voltaram a funcionar, “envolvendo a participação de diversos setores do Estado e da sociedade civil. Notava-se até um certo afrouxamento das práticas repressivas.” (DANTAS, 2014, p. 285). Segundo o autor:

Permanecia a Lei de Segurança Nacional, enquanto no campo exacerbavam-se os conflitos marcados por expropriação e violência até que, em 01.01.1979, foi revogado o artigo 182 da Constituição que correspondia ao AI-5 [...]. Eram os frutos de um processo de distensão marcado por avanços e recuos [...]. Em face da determinação do general Geisel e das pressões da sociedade civil, ao final poder-se-ia dizer que havia maior liberdade de manifestação de pensamento [...]. (DANTAS, 2014, p. 320).

Era nesta atmosfera de embates políticos e da Segurança Nacional que a FUNABEM e as FEBEMs estavam inseridas: um caldo de controle dos corpos, mentes e opiniões. As crianças e adolescentes representavam, de certa forma, uma ameaça para os dirigentes políticos porque seriam uma geração de adultos marginalizados e poderiam reivindicar direitos e pressionar o governo. Logo, era necessário controlá-la ainda na sua fase tenra para poder moldá-los de acordo com a “Ordem e Progresso” por meio da educação e formação para o trabalho, uma permanência que se constata nos escritos da vigente LDB, diferindo-se, entre outras questões, pela prática da institucionalização dos menores, tendo como instrumentos o Poder Executivo, onde os governadores eram escolhidos pelos militares, bem como o Judiciário, que materializavam a PNBM em parceria com as FEBEMs, havendo certa resistência no Legislativo, o que era rapidamente debelada. (DANTAS, 2014, p. 320).

Na próxima seção apresentei como foi organizada a parte administrativa da FEBEM-SE, as práticas educativas desenvolvidas, a importância dos passeios, esportes e o lazer na ressocialização dos menores; os programas e projetos desenvolvidos na prevenção e ressocialização dos menores, entre outras iniciativas e análises sobre o menor institucionalizado em Sergipe.

²⁶ O MDB representava a oposição e a ARENA os que apoiavam o regime militar.

3 A FEBEM EM SERGIPE: PRÁTICAS EDUCATIVAS E INSTITUCIONALIZAÇÃO

Nesta seção analisei como a FEBEM-SE foi criada tendo como base a legislação estadual, as narrativas dos entrevistados, documentos, bem como o uso de fotografias para ilustrar a escrita. Justifiquei o uso da legislação na seção anterior, mas ratifico a sua relevância pelo fato de ser um instrumento regulamentador das condutas humanas em nossa sociedade, bem como das instituições que a compõe. Por sua vez, a História Oral foi uma técnica utilizada para dar suporte, refutar e refletir sobre algumas impressões que os entrevistados deixaram sobre a questão da internação ao passo que fui dialogando com autores que trabalharam os mesmos aspectos em outros Estados do Brasil. Ao manter contato com os ex-servidores e, principalmente, com os ex-internos, percebi um entusiasmo para falar das suas experiências nas instituições totais, como escreveu Goffman (2015).

Outrossim, é a história oral que permite escutar pessoas que testemunharam fatos ou viveram em determinado tempo e espaço. Segundo as ideias analisadas por Delgado (2010): “o tempo é um movimento de múltiplas faces, características e ritmos, que, inserido à vida humana, implica durações, rupturas, convenções, representações coletivas, simultaneidade, continuidades, descontinuidades e sensações.” (DELGADO, 2010, p. 33). Segundo esta autora, as narrativas orais ou escritas consistem em uma arte que se traduz em palavras as memórias sobre um fato, lugar ou pessoa; sendo que os melhores narradores deixam “fluir as palavras na tessitura de um enredo que inclui lembranças, registros, observações, silêncios, análises, emoções, reflexões, testemunhos.” (DELGADO, 2010, p. 44). Para ela, a história oral é uma “metodologia primorosa voltada à produção de narrativas como fontes do conhecimento, mas principalmente do saber.” (DELGADO, 2010, p. 44).

Os diálogos com os sujeitos permitiram trazê-los para o texto, transcrevendo longos trechos das suas falas, de forma reiterada e intencional, por entender que representam o período aqui analisado e dão mais vida à pesquisa, além de ser uma oportunidade, talvez única, de deixarem registradas suas vivências e experiências com o sistema de internação de menores em Sergipe. Quando entendiam o tipo de trabalho proposto, prontificavam-se em colaborar e se sentiam, vamos dizer, percebidos, vistos, reconhecidos e gratos por suas histórias estarem sendo registradas em uma pesquisa científica.

Entretanto, foi na seção seguinte que dei maior espaço às narrativas dos entrevistados, quando puderam representar suas histórias na FEBEM sergipana.

Histórias estas que, segundo Le Goff:

Tal como as relações entre memória e história, também as relações entre passado e presente não devem levar à confusão e ao ceticismo. Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente. Compete ao historiador fazer um estudo "objetivo" do passado sob a sua dupla forma. Comprometido na história, não atingirá certamente a verdadeira "objetividade", mas nenhuma outra história é possível. O historiador fará ainda progressos na compreensão da história, esforçando-se por pôr em causa, no seu processo de análise, tal como um observador científico tem em conta as modificações que eventualmente introduz no seu objeto de observação. (LE GOFF, 1990, p. 41-42).

Logo, não se deve analisar o passado ou realizar uma pesquisa histórica com absolutismo, mas é legítimo que o pesquisador realize suas análises de acordo com o que tem em mãos, introduzindo modificações subjetivas sobre o objeto pesquisado, tendo-se a convicção de que “não atingirá certamente a verdadeira ‘objetividade’, mas nenhuma outra história é possível”. (LE GOFF, 1990, p. 42).

Veyne (2008) disse que a história é uma sucessão de eventos e tenta resumir em uma página ou em poucas palavras o que aconteceu em um século; semelhante ao que ocorre com um romance onde o autor tenta simplificar uma história, até mesmo de uma vida, em poucas páginas. Para o autor, os documentos elaborados por uma pessoa sobre um fato que se passou tornam-se indícios de informações para a posteridade, narrando apenas a sua visão sobre um determinado assunto em um espaço e tempo especificados, enquanto ocorriam inúmeros fatos paralelamente ao que foi registrado. Para ele, a história é um conhecimento obtido por meio de documentos. (VEYNE, 2008, p. 18).

Os documentos são fontes importantes para o historiador, responsável por dar amplitude ao que é pesquisado. Segundo Karnal e Tatsch (2013), para o senso comum “[...] o documento histórico seria uma folha (ou várias folhas) de papel escrito por alguém importante.” (KARNAL; TATSCH, 2013, p. 10). Para os autores:

A mutabilidade do documento tem relação com o sentido que o presente confere a tais personagens ou fatos. [...] Se concluirmos que não existe um fato histórico eterno, mas existe um fato que consideramos hoje um fato histórico, é fácil deduzir que o conceito de documento siga a mesma lógica. Fato e documento histórico demonstram nossa visão atual do passado, num diálogo entre a visão contemporânea e as fontes pretéritas. (KARNAL; TATSCH, 2013, p. 13).

Os autores afirmam que se deve ter cautela ao se valorar um documento como histórico, pois o papel é inerte e recebe a tinta de uma caneta ou de uma impressora sem se rebelar contra quem escreve. (KARNAL; TATSCH, 2013, p. 18). Assim, deve-se buscar a autenticidade dos documentos ou fontes confiáveis para realizar os processos de pesquisa.

De acordo com Tarcísio Mauro Vago (2002), a elaboração de um documento “não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido [...]” (VAGO, 2003, p. 17). Logo, precisa ser confrontando com outras fontes para dar legitimidade à informação.

As práticas educativas que, segundo Josineide Siqueira de Santana (2016), estão associadas às atividades escolares onde as crianças aprendiam sobre higiene, leitura, escrita, um simples folhear das páginas de um livro de figuras, o uso de uniformes, as brincadeiras e jogos nos recreios, namoricos, passeios, participação em festas religiosas e cívicas, entre outros, foram também abordadas na análise. Para a autora:

Enquanto algumas datas contavam com a explicação da professora, que geralmente ocorria na própria sala de aula, outras porém apresentavam maior visibilidade, pois não envolviam apenas o universo escolar, mas a comunidade como um todo, além de representar, para as internas, a oportunidade de demonstrar as habilidades adquiridas durante as aulas. (SANTANA, 2016, p. 196).

As internas mencionadas na citação acima referem-se aos sujeitos que a autora trabalhou em sua obra e que viveram parte de suas vidas em uma instituição total, no caso: o Orfanato de São Cristóvão e a Escola da Imaculada Conceição. O primeiro, para meninas pobres e desamparadas; a segunda, para meninas da elite sergipana.

Outrossim, as práticas educativas, descritas por Gilvan Vitor do Santos e Josefa Eliana Souza (2012), estavam afetas ao Círculo Operário Católico de Sergipe – COCS: “movimento que vai organizar a cultura operária, desenvolvendo práticas educativas para a construção de um trabalhador católico, dentro de uma formação voltada para os dogmas e valores da Igreja.” (SANTOS e SOUZA, 2012, p. 217). Segundo os autores, a entidade realizava práticas destinadas à formação moral, intelectual, social e física dos sujeitos ligados à mesma; sendo que a doutrinação também se servia dos jornais A Cruzada e A Voz Circulista, onde os trabalhadores eram levados à prática da leitura e de exercitar a sua condição de ouvinte para inculcar as informações dos líderes do movimento.

O que se pode perceber é que o conceito de práticas educativas vai além dos muros de uma escola, podendo ser observada em outros espaços e utilizando-se de diversos meios para disciplinar os sujeitos que estão vinculados às respectivas entidades de inculcação e manipulação das suas mentes e corpos.

Neste diapasão, deixo claro que, dentro da FEBEM-SE, não havia um ensino escolar formal, mas sim um reforço do que era ensinado nas escolas que as crianças e adolescentes frequentavam na rede oficial de ensino. Os internos recebiam atenção de professores licenciados e pedagogos na realização do “dever de casa” nas salas de aula que existiam dentro da Fundação, as quais possuíam mobília escolar, como: carteiras, birôs, quadro-negro, livros didáticos e outros materiais pedagógicos, semelhantemente a uma escola. Daí podemos refletir sobre a existência ou não de uma cultura escolar dentro da FEBEM-SE.

Segundo o conceito de Dominique Julia (2001), cultura escolar consiste em:

Conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas. (JULIA, 2001, p. 10).

Em outras palavras, é a transmissão e incorporação do conhecimento por meio de práticas diversas dentro do espaço escolar, o que denominou de cultura escolar. O que é produzido fora deste universo, por conseguinte, não seria cultura escolar? E o conhecimento produzido dentro da FEBEM, foi cultura escolar? Talvez estas dúvidas poderiam ser sanadas pelo próprio autor, isto porque os internos estavam submetidos a uma rotina, vestiam uniformes, tinham brincadeiras, recreação, esporte, utilizavam-se de materiais e mobília escolar, além da presença de professores para acompanhá-los e horários para realizar cada atividade, mas não era uma escola formal. Será que este espaço escolar informal poderia ser produtor de uma cultura escolar? Penso que sim, visto que a diferença se situa na formalização do espaço como sendo de uma escola tradicional ou não.

Outrossim, como discutido Santos e Souza (2012), outros espaços podem produzir um conhecimento e uma cultura, porém, não sendo um espaço escolar ou com características semelhantes, utiliza-se o conceito de práticas educativas, como acima comentado, para não se confundir com práticas produzidas em uma escola para crianças e adolescentes. Diante disto, utilizo o conceito de práticas educativas nesta pesquisa por ser mais amplo do que a cultura escolar, visto que dentro da FEBEM-SE se produziu, no meu entendimento, muitos outros conhecimentos e *habitus*, além da cultura escolar.

Segundo Norbert Elias (1994), *habitus*, consiste em uma

Composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é, certamente, um componente do *habitus* social – um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social. (ELIAS, 2014, p. 150).

Para o autor, parte-se da ideia de que o indivíduo leva consigo o *habitus* do grupo que está inserido e esse comportamento pode ser absorvido, ou seja, individualizado por ele, em um maior ou menor grau. Quanto mais complexas forem as sociedades, mais complexos serão os *habitus* sociais que os indivíduos deverão absorver.

Foi com base nestes conceitos, e outros já apresentados, que esta seção foi desenvolvida, abordando desde a criação da FEBEM-SE: motivações, interesses, sujeitos que faziam parte do mecanismo de internação, entre outros, até a sua extinção, com a descentralização da competência federal para a esfera estadual e municipal do problema do menor, o qual passou a ser visto como sujeito de direitos e detentor de proteção integral do Estado, sedimentado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. (Artigo 86, 88 c/c artigo 259, parágrafo único da Lei 8.069/90).

3.1 A CRIAÇÃO DA FEBEM EM SERGIPE

Por meio da lei estadual de nº 2009, de 30 de abril de 1976, retificada em maio do mesmo ano, foi criada a Fundação do Bem-Estar do Menor de Sergipe – FEBEM-SE, uma pessoa jurídica de direito privado a qual possuía autonomia administrativa, patrimonial e financeira, atuando em todo o território sergipano. O Governador do Estado de Sergipe, José Rollemberg Leite, foi autorizado a conceder um crédito de até Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), com o fim de constituir e instalar a FEBEM-SE. Dentro da estrutura administrativa do Poder Executivo local, estava vinculada à Secretaria da Justiça e Ação Social, conforme previsto pela Lei nº 1.917, de 18 de dezembro de 1974, do Estado de Sergipe. Antes da instituição da FEBEM-SE, as políticas públicas voltadas aos “menores” estavam sob a competência do SAM – Serviço de Assistência ao Menor.

A Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor, FEBEM-SE, foi criada pela Lei nº 2009, por iniciativa do Governador do Estado Dr. José Rolemberg Leite, em 30 de abril de 1976, originando-se do antigo SAM (Serviço de Assistência ao Menor), vinculada para efeito de supervisão e controle à Secretaria de Estado da Justiça e Ação Social. (SERGIPE, 1991b, p. 11).

Com sede administrativa em Aracaju, inicialmente localizada na Avenida Ivo do Prado, transferiu-se para o Conjunto Médici em 1978, onde ficava situado o “Instituto Passos Miranda”²⁷, local este destinado a menores do sexo masculino - antes Casa Santa Inês, abrigo para meninas órfãs²⁸. Tinha como objetivo promover o “bem-estar do menor” e regia-se pela Lei Federal nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964, e pela Lei Estadual nº 2.009, de 30 de abril de 1976. Dentre as suas competências, a FEBEM-SE deveria formular programas comunitários de prevenção da marginalização dos menores, bem como de seu acompanhamento quando infringiam a lei, além de prestar assistência aos pobres e abandonados. Podemos citar como exemplos as ações dos Núcleos de Prevenção e seus programas, analisados com mais profundidade no item 3.2.2 desta Tese.

A identificação do Instituto Passos Miranda, a sua denominação, localização e finalidades ficaram obscuras durante a minha pesquisa de mestrado, sendo apenas possível compreendê-los neste momento. Além das narrativas dos entrevistados, consegui identificar a existência deste Instituto no primeiro relatório trienal (1976-1978) da FEBEM-SE, onde o seu Conselho Deliberativo autorizou, em 31/07/1977, a “criação de um cargo de professor para a Unidade: Instituto Passos Miranda.” (SERGIPE, 1978). Este espaço só vigorou até 1978, dando lugar ao CEMEC- Centro de Menores Dr. Eronides Carvalho e à sede administrativa da FEBEM-SE.

Durante a transição de FEBEM-SE para Fundação Renascer, o governador do Estado de Sergipe era João Alves Filho, o qual estava em seu segundo mandato (1991-1995). Ele tinha como lema de campanha de governo “Mãos à Obra”. Neste momento, a já criada Fundação Renascer do Estado de Sergipe, foi vinculada à Secretaria de Estado da Ação Social, também reestruturada e passando a funcionar separadamente da Secretaria de Estado da Justiça. Assim, determinou-se a confecção de um documento denominado *Aspectos Históricos da Fundação Renascer* que, apesar de não ter data da sua elaboração, considereirei ser do ano de 1991 por causa da transição acima comentada. De acordo com esta fonte:

²⁷ Atualmente CASE – Comunidade de Ação Socioeducativa São Francisco de Assis (unidade de semi-liberdade).

²⁸ As órfãs foram encaminhadas para o Convento da Imaculada Conceição, em São Cristóvão-SE.

A FEBEM-SE instalada e inaugurada pelo Governador do Estado Engenheiro Dr. José Rolemberg Leite, teve a sua primeira sede administrativa na Av. Ivo do Prado, nº 468, no centro da cidade de Aracaju, transferindo-se no ano de 1977 para a rua 'O' S/N, Conjunto Médici I, bairro Grageru. (SERGIPE, 1991b, p. 11).

Inicialmente, de forma interina, quem assumiu a presidência da FEBEM-SE foi o economista Wilson Diniz Gonçalves, responsável pela implantação da entidade em solo sergipano. Os presidentes da FEBEM-SE foram os seguintes:

Quadro 2: Relação dos presidentes da FEBEM-SE (1976-1991)

Presidentes da FEBEM-SE	Períodos
Wilson Diniz Gonçalves	1976-1977
Antônio Fernandes Campos	1977-1979
Wilson Diniz Gonçalves	1979-1983
Jeremias Romão de Brito	1983-1987
Luiz Mário Oliveira Danas	1987-1989
Lenícia Mariza Lobão Menezes	1987-1991

Fonte: Sergipe (1991b, p. 11)

O Sr. Wilson Diniz Gonçalves, após implantar a FEBEM-SE, assumiu a Diretoria Administrativa, sendo suas atividades ligadas à parte burocrática para o seu funcionamento e contato com outras entidades estatais ou particulares, por intermédio do seu presidente.

Quadro 3: Relação dos diretores administrativos da FEBEM-SE (1976-1991)

Presidentes da FEBEM-SE	Períodos
Wilson Diniz Gonçalves	1977-1979
José Bispo dos Santos	1979-1981
Valdek Góis Cardoso	1981-1982
Rivanda Silva Carvalho	1982-1983
Zuleica de Aragão Leite	1983-1987
Carlos Alberto Monteiro Vieira	1987-1989
Ary Guimarães	1989-1991

Fonte: Sergipe (1991b, p. 12)

Além da Diretoria Administrativa, também ficava subordinada, à presidência da instituição, a Diretoria Técnica. Suas atribuições estavam voltadas a atividades fins da Fundação: “o bem-estar do menor, adaptando as peculiaridades locais e as diretrizes que informavam a política nacional traçada de acordo com a legislação federal em vigor na época de sua criação.” (SERGIPE, 1991b, p. 11). Em outras palavras, acolher (institucionalizar), educar (disciplinar), ressocializar (moldar) e preparar para o trabalho (profissionalizar).

O quadro a seguir apresenta a relação dos ex-diretores da equipe técnica da FEBEM-SE, setor que tinha a função de atuar nas áreas mais próximas dos internos, núcleos preventivos e funcionários para que funcionassem sem intercorrências.

Quadro 4: Relação dos diretores técnicos da FEBEM-SE (1976-1991)

Presidentes da FEBEM-SE	Períodos
Guiomar Machado Teles Barreto	1977-1979
Paulo Menezes Leite	1979-1983
Rivanda Silva Carvalho	1983-1985
Adriani Santos	1985-1987
Lenícia Mariza Lobão Menezes	1987-1991

Fonte: Sergipe (1991b, p. 11)

De forma geral, a FEBEM-SE deveria articular-se com os demais órgãos públicos e entidades privadas com o fim de realizar estudos e pesquisas sobre o “problema do menor” em Sergipe. Ainda: opinar, acompanhar e avaliar o cumprimento das políticas públicas para o menor, promover cursos, seminários e palestras, manter uma equipe técnica, criar programas para a integração social, desenvolver medidas preventivas e corretivas que implicassem suprir ou minimizar a falta de assistência, abandono, desajustes e condutas antissociais dos menores, entre outras competências. (SERGIPE, 1978).

Quanto ao patrimônio da FEBEM-SE, todos os bens móveis e imóveis administrados pelo SAM – Serviço de Assistência ao Menor, passaram para a sua administração, além daqueles disponibilizados pelo Estado de Sergipe, das verbas oriundas do governo federal, estadual, municipal, de autarquias, empresas públicas, bem como de outras pessoas jurídicas e físicas. Ainda, arrecadações, doações, legados, contribuições e demais receitas. (SERGIPE, 1978). Dentre elas existiam as rendas eventuais, inclusive as derivadas de prestações de serviços ou comercialização de produtos, como a que ocorria com a venda de hortaliças para supermercados da região, como o J. Prudente e o J. Carvalho, de acordo com as narrativas do Sr. Marcos (2016); além da lavagem de carros, venda de água sanitária, entre outras atividades desenvolvidas por meio das oficinas criadas pela FEBEM-SE.

Na época de sua instalação em Sergipe, em 1976, a FEBEM-SE “iniciou suas atividades operacionais com um atendimento voltado basicamente para menores de 7 aos 18 anos em sistema de internato, nas seguintes unidades oficiais:” (SERGIPE, 1991b, p. 12) o CRTM – Centro de Recepção e Triagem de Menores e o CAM - Centro de Atendimento ao

Menor²⁹. As crianças entre 0 (zero) e 6 (seis) anos de idade que se enquadrassem na situação de orfandade, abandono, pobreza ou em qualquer outra que colocasse a sua vida e desenvolvimento em risco eram encaminhadas a orfanatos masculinos, femininos ou mistos, conforme previsto no Quadro 2 (p. 133). Essas características se encaixam no perfil do menor marginalizado ou em vias de marginalização já comentado nesta pesquisa.

Em relação ao CRTM, pode-se dizer que:

Este Centro, localizado na Avenida 31 de março, também conhecida como Contorno, foi criado em 1976 com o objetivo de acolher menores encaminhados pelo Juizado de Menores de Aracaju e por outros juízes das Comarcas do Interior do Estado, para triagem, estudo e indicação de tratamento adequado a cada caso. (SERGIPE, 1991b, p. 12).

Segundo o entrevistado Manoel (2016), no CRTM estava subdividido em dois setores denominados de “R1” (Reeducação 1) e “R2” (Reeducação 2)³⁰. Corroborando este raciocínio, o entrevistado Menezes (2016) afirmou que “dentro do CENAM mesmo tinha uma ala chamada ‘triagem’ para aqueles meninos que chegavam recente; chegava e passava pela ‘triagem’ para depois serem encaminhados para outras alas.” (MENEZES, 2016). Disse ainda que os menores eram classificados pela idade e compleição física. Logo, este setor era um local de seleção dos menores.

O relatório da FEBEM-SE de 1991 informava que o CAM foi criado na mesma época do CRTM e funcionava no mesmo espaço, um anexo, destinado a menores que tinham praticado atos infracionais. Em relação ao CAM, disse que:

Este Centro, localizado no espaço aludido ao Centro de Recepção e Triagem, criado na mesma época, desenvolvia atividades especializadas visando a recuperação e ressocialização do menor de conduta anti-social e ainda aqueles encaminhados pelo Juizado de Menores por cometerem atos de infração penal. (SERGIPE, 1991b, p. 12).

Tendo analisado a implantação do CAM descrita no relatório de 1991 da FEBEM-SE, detectei no relatório de 1979 da FEBEM-SE, que:

Feita uma avaliação em dezembro de 1977, verificou-se a necessidade de uma revisão a estrutura do Centro, a fim de unificar sua programação, em

²⁹ Posteriormente denominado de CENAM e, por fim, o local passou a funcionar a USIP – Unidade Socioeducativa de Internação Provisória. O CENAM ganhou um novo prédio, onde ficava o campo de futebol, ao lado da USIP.

³⁰ Conforme analisado nas páginas 75 e 76.

torno de uma atuação mais coesa e menos onerosa, através de um trabalho de complementariedade, entre os seus técnicos. Após a sua reestruturação, já em 1978 passou a denominar-se de Centro de Atendimento a Menores, desenvolvendo programação polivalente, ou seja, atendendo o menor através das atividades de Triagem, Reintegração Social e/ou Prevenção à Marginalização, a depender de cada caso específico. (SERGIPE, 1979, p. 32).

As informações deste relatório (1979), convergem com o primeiro relatório trienal da FEBEM-SE (1978), conforme descrevi no item 2.4 (p. 51). Desta forma, entendo que o CAM passou a funcionar em 1978, absorvendo as funções do CRTM, realizando três ações: a triagem, a reintegração social e a prevenção à marginalização.

Além do CAM, também foi criado, em julho 1978, o Centro Educacional de Menores Dr. Eronides Ferreira de Carvalho – CEMEC (SERGIPE, 1978, p. 25): “Unidade de permanência da FEBEM-SE, atende atualmente a sessenta menores na faixa etária compreendida entre cinco e dezessete anos, em situação de carência e/ou abandono.” (SERGIPE, 1983, p. 18). Esta unidade ainda está em funcionamento, porém, atendendo pessoas do sexo masculino com deficiência, que deram entrada no sistema ainda quando menores de idade, à época da FEBEM-SE.

Ainda, neste mesmo ano (1978), foram instituídos novos Núcleos Preventivos³¹ (Almirante Tamandaré, Tiradentes e outro no próprio CEMEC), bem como o CEAF – Casa do Ex-aluno da FEBEM, onde os menores desligados ficavam hospedados por um período quando ainda não haviam conseguido um trabalho, algum lugar para morar ou retornar para as suas famílias. (SERGIPE, 1978).

Avançando um pouco mais no tempo, de acordo com o relatório do ano de 1983, o CAM já era chamado de CENAM – Centro de Atendimento a Menores, consistente em:

Uma unidade concebida para atender na triagem, menores na faixa etária compreendida entre sete e quatorze anos (na realidade está atendendo até os dezessete anos) e na reeducação menores com problemas de conduta entre quatorze e dezessete anos, o CENAM, atualmente, tem se caracterizado como Unidade de permanência cuja clientela é constituída, predominantemente, de menores abandonados e/ou carentes. (SERGIPE, 1983, p. 15).

Percebe-se, mais uma vez, que a maioria do público recepcionado pela FEBEM-SE, especificamente do CENAM, não era formado de menores infratores, revelando que o seu

³¹ Vide subseção 3.2.2 (p. 123).

quantitativo aparentava não ser expressivo, visto que o próprio relatório enfatizou que o público era formado, “predominantemente” de menores abandonados e/ou carentes. Este documento, na verdade era um relatório crítico, elaborado pela ASPLAN – Assessoria de Planejamento, em face de uma solicitação da Presidência da FEBEM-SE, Jeremias Romão de Brito (1983-1987).

Perceba-se que em Sergipe não foi criado um CRM – Centro de Reeducação para Menores, como previa a PNBM e que tinha a finalidade de internar menores infratores. Esta perspectiva corroborava com o que trazia o relatório em comento, ou seja, a desnecessidade de criar e manter um espaço desta natureza em virtude do número reduzido de casos envolvendo menores infratores em Sergipe. Com o fim de equacionar as despesas e atender à política menorista, foram criados setores de reeducação dentro do CRTM.

Assim, o CAM, tendo absorvido as funções do CRTM desde 1978, passou a ser dividido em setores para o acolhimento dos menores: a Triagem e a Reeducação. A primeira concebida para atender menores de 7 a 14 anos de idade, passando a ser um setor também de permanência, e a Reeducação destinada a menores de 14 a 17 anos com problemas de conduta social, informações estas que convergem com as narrativas descritas por Manoel (2016) e Menezes (2016).

A Triagem foi considerada, pelo relatório de 1983, como um problema para a instituição, visto que os menores passavam mais tempo do que deveriam, misturavam-se com os menores internos da Reeducação, entre outros.

Ao chegar neste setor, primeiro local onde o menor é submetido às ações técnicas específicas para em seguida ser procedido o encaminhamento devido e apropriado a cada caso, na realidade tem se constituído em mais uma ala de permanência da Unidade. Na triagem, menores com simples problemas de vadiagem, abandono, carência, passam a conviver com outros, portadores de problemas de condutas graves, com vício em tóxicos, etc. A gravidade da situação nos permite supor que se medidas urgentes não forem tomadas, a triagem poderá vir a se constituir num setor no qual o menor poderá se despertar para o início de um processo de marginalização. (SERGIPE, 1983, p. 16).

Esta situação comprometia o desenvolvimento dos trabalhos das unidades, dos programas e as condições dos próprios internos, visto que, segundo este relatório, a realização de atividades com todos os menores conjuntamente prejudicava a intervenção, a qual deveria ser feita em grupos de acordo com a classificação realizada pela triagem ou mesmo

individualmente, uma vez que cada um trazia na bagagem seus problemas e precisavam ser trabalhados pelos técnicos da instituição.

Figura 2: CAM - Centro de Atendimento ao Menor em 1978.



Fonte: Sergipe (1978, p. 14) – Acervo do Instituto Tobias Barreto.

O CAM (antes CRTM), compreendia todo o complexo onde hoje funciona: a ACADEPOL – Academia da Polícia Civil de Sergipe; a USIP – Unidade de Internação Provisória (2006) para adolescentes infratores; um prédio da enfermaria; a DEPCA – Delegacia Especial de Crianças e Adolescentes (para autores de atos infracionais)³²; um anexo administrativo – local que antes funcionava o Centro de Atendimento (1994) com a instalação da Vara do Juizado da Infância e da Juventude; além do próprio CENAM – um novo complexo construído para atender menores em cumprimento de medidas socioeducativas. Atualmente, o CENAM ocupa, somente, 1/4 da área original (1976), com prédios denominados de alas, semelhantemente a presídios, com muros altos, obstáculos de arames farpados, vigiados por dezenas de agentes de segurança e câmaras de monitoramento; grades em todas as celas, onde os menores permanecem enclausurados, ociosos, apesar dos esforços da equipe de profissionais tentar ocupar o tempo deles com atividades, educação e jogos de futebol em uma quadra de esportes situada dentro do próprio complexo. Segundo Marcos:

³² Nascimento e Souza (1986) fazem alusão a uma Delegacia de Menores em Sergipe (Aracaju) já no ano de 1986. (NASCIMENTO; SOUZA, 1986, p. 09).

Era tudo CENAM. Ali você tinha um campo de futebol, duas quadras, que uma hoje está dentro do complexo da ACADEPOL, e tem outra externa; tinha uma área onde nós tínhamos a horta, oficinas lá dentro: serralheria, marcenaria e tinha uma panificação. (MARCOS, 2016).

Nota-se que a estrutura para acolher os menores era ampla, com quadras, campo de futebol, hortas e oficinas. O campo de futebol situava-se onde hoje é o atual complexo do CENAM³³. Ainda, de acordo com o relatório de 1983, a FEBEM-SE estava construindo duas unidades Riachuelo com capacidade para atender 300 (trezentos) menores, entre 7 e 18 anos de idade, em regime de externato. Tinha como objetivos o aprendizado de técnicas agrícolas, assistência educacional, à saúde, profissionalização, lazer e “geração de renda, que propicie as crianças e adolescentes em situação particularmente difícil, oportunidade de reflexão e de crítica numa perspectiva de resgate dos seus direitos e cidadania”. (SERGIPE, 1991b, p. 40).

Estas unidades foram denominadas de Fazenda Olinda e o Abrigo de Menores Antônio Franco – AMAF. De acordo com o relatório de 1983, datado do mês de outubro, a primeira unidade situava-se na área rural e a segunda na sede do município; ambas eram destinadas a menores com problemas de conduta. Entendo por menores “em situação particularmente difícil” e com “problemas de conduta”, de acordo com o arcabouço documental e normativo da época pesquisado, aqueles classificados como rebeldes, indisciplinados, usuários de tóxicos e que praticavam atos infracionais.

Segundo Nascimento e Souza (1986) informaram que a Fazenda Olinda foi criada, pelo menos a princípio, para receber menores infratores. Outra observação das autoras foi que a unidade AMAF não possuía uma rotina que ocupasse os internos, deixando-os ociosos, sendo registrada a ausência de cursos ou oficinas para a qualificação dos menores. Perceba que a distância temporal entre a criação destas unidades e a pesquisa das autoras foi de apenas 3 (três) anos; o que denota um descaso, retirando as crianças e adolescentes das ruas, muitas vezes das suas famílias, para apenas promover a institucionalização em prol da ordem, progresso e segurança nacional/social.

³³ Vide anexo 1.

Figura 3: Aspecto do CENAM no início da década de 1990



Fonte: Sergipe (1991a).

Quanto ao fomento destas unidades da FEBEM-SE, de acordo com a Lei nº 2009, de 30 de abril de 1976, tanto o dinheiro disponibilizado pelo Poder Executivo Estadual quanto de outras origens, eram depositados no Banco do Estado de Sergipe. Poderia haver contribuições financeiras realizadas pela União, caso em que o dinheiro era depositado em um banco federal. Estas receitas ficavam diretamente à disposição da Fundação. A organização administrativa foi pensada inicialmente para ser composta por uma presidência, uma Diretoria Executiva, um Conselho Curador, conforme iniciada a análise acima, nesta subseção.

Além destes, havia um Conselho Estadual do Bem-Estar do Menor, deixando-se a possibilidade de serem criados outros órgãos ou setores para o melhor desempenho das atividades da Fundação.

O Presidente da FEBEM-SE deveria ter nível superior e era nomeado pelo Governador do Estado. Competia a ele superintender as atividades da Fundação juntamente com a Diretoria Executiva, convocar reuniões tendo direito ao voto de desempate, gerenciar o pessoal, representar a instituição dentro e fora dela, em juízo, administrativa e socialmente.

A Diretoria Executiva era composta por dois Diretores que, além de terem nível superior, deveriam ser conhecedores dos “problemas do menor”. Competia-lhes administrar a Fundação de acordo com o estatuto/regimento interno e apresentar ao Conselho Estadual do Bem-Estar do Menor, até o dia 30 de outubro de cada ano, os planos de trabalho e projeto

orçamentário para o ano seguinte e, até o dia 30 de janeiro de cada ano, um relatório geral das atividades do ano anterior.

O Conselho Curador tinha função fiscalizadora e consultiva, visto que apreciava e aprovava as contas da instituição, além de emitir pareceres contábeis e financeiros quando solicitados tanto pela Presidência quanto pelo Conselho Estadual do Bem-Estar do Menor. O Conselho Curador era composto por três membros, sendo que cada um era indicado com o seu respectivo suplente pelo Governador do Estado, pelo Secretário de Estado da Fazenda e Ministério Público.

O Conselho Estadual do Bem-Estar do Menor era composto por 8 (oito) membros, indicados pelas seguintes Secretarias: da Justiça e Ação Social, da Educação e Cultura, da Saúde Pública, do Planejamento, da Segurança Pública, da Arquidiocese de Aracaju, do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e Comercial – SENAI e SENAC, respectivamente. Quem presidia as reuniões era o Presidente da Fundação, com direito a voto de desempate. (SERGIPE, 1976). Tinha como competência: elaborar o estatuto/regimento interno; traçar diretrizes para a efetivação das políticas menoristas em Sergipe e, por meio de propostas do Presidente da instituição, designar ou destituir os membros da Diretoria Executiva, além de fixar a remuneração dos mesmos, desde que o Governador do Estado concordasse.

Além destas competências, também tinha a atribuição de aprovar os planos anuais de trabalho apresentados pela Diretoria Executiva; aprovar o quadro de pessoal da Fundação, com a criação e extinção de cargos, as condições de admissão e dispensa dos empregados, votar o orçamento anual e despesas extraordinárias, deliberar sobre a prestação de contas da Diretoria Executiva após parecer do Conselho Curador. Ademais, o Conselho Estadual do Bem-Estar do Menor poderia autorizar à Diretoria Executiva a praticar atos que envolvessem o patrimônio da instituição, desde que não fossem de gravames ou alienações; realizar operações de crédito, como antecipação de receita orçamentária desde que aprovada pelo Conselho Curador; firmar contratos com Governos, entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Os servidores que integravam a FEBEM-SE eram os provenientes do extinto SAM – Serviço de Atendimento ao Menor e os que estavam servindo no CRTM – Centro de Recepção de Triagem do Menor, fossem eles regidos pelas leis trabalhistas, efetivos, requisitados ou contratados pela Fundação.

A FEBEM-SE deveria manter um cadastro de instituições particulares existentes no Estado que lidavam com o “problema do menor”. As que recebessem verbas do Estado para

assistir as famílias, a infância e juventude deveriam aplicar o dinheiro de acordo com as orientações do Conselho Estadual do Bem-Estar do Menor. Anualmente estas entidades privadas deveriam submeter seus planos de trabalho e apresentar um relatório minucioso sobre suas atividades do ano anterior. Caso não seguissem estas orientações, ou não prestassem as informações necessárias, perderiam o auxílio financeiro do Estado. Assim, a Fundação fiscalizava o emprego de tais valores por meio dos seus órgãos internos, sem prejuízos de outros controles (externos), como era o caso da prestação de contas anual ao Tribunal de Contas do Estado. (SERGIPE, 1976).

A FUNABEM³⁴ estava vinculada ao Ministério de Justiça; o SAM, de atuação estadual, à Secretaria de Justiça, dando um condão de peso formalístico, político e jurídico, além do poder de polícia, nas questões menoristas, ficando a assistência social em segundo plano. Somente na década de 1970 é que foram criadas as sucursais estaduais; em Sergipe a FEBEM foi criada em 1976³⁵. As mudanças de concepções no tratamento dos menores ocorriam com certa frequência e a partir da década de 1980 os ideais de “proteção” aos menores de dezoito anos começavam a eclodir, em detrimento da situação “irregular do menor” prevista pelo Código de Menores de 1979 e da perspectiva de que o “problema do menor” era uma preocupação para a “política de segurança nacional”, apesar de a FUNABEM ter passado a ser subordinada ao Ministério da Previdência e Assistência Social em 1984 e não mais ao Ministério da Justiça. A FEBEM-SE, por sua vez, já estava enquadrada neste ideal assistencialista quando da sua criação, visto que estava vinculada à Secretaria de Justiça e Ação Social, onde a sombra do Judiciário pairava, pois era por meio desta Secretaria que o Juizado de Menores se comunicava para atender às demandas dos menores em Sergipe.

A atuação da FEBEM-SE se deu de forma incisiva e concreta em todo o território estadual, principalmente com programas preventivos para os menores e para os adultos por meio dos Núcleos de Prevenção. As representações dos sujeitos, tanto de ex-internos quanto de ex-servidores, serão apresentadas e analisadas na próxima subseção desta pesquisa, onde se poderá verificar a dinâmica do dia a dia da instituição e dos menores internos, fazendo-se um paralelo entre as mesmas e o que já foi apresentado sobre a FEBEM-SE nesta tese.

³⁴ Lei 4513, de 1º de dezembro de 1964.

³⁵ Lei Estadual nº 2.009, de 30 de abril de 1976.

3.2 PRÁTICAS EDUCATIVAS E O CONVÍVIO COM OS MENORES

Além da estrutura organizacional prevista pela lei estadual de nº 2.009, de 30 de abril de 1976, analisada na subseção 2.9, existiam outros cargos dentro das unidades de acolhimento de menores como: monitores, chefes de disciplina, cozinheira, professores, psicólogos, médicos, odontólogos, assistentes sociais, entre outros. Da mesma forma, havia uma organização setorial dentro das unidades, como: parte administrativa, de recepção e triagem dos menores, atendimento médico-odontológico, cozinha, alojamentos, horta, almoxarifado, além das oficinas, quadras de esporte e campo de futebol.

Dentre os profissionais da FEBEM-SE, os que tive mais acesso foram os monitores e os chefes de disciplina. Eram eles que trabalhavam diretamente com os menores, estando na companhia deles o tempo todo, vinte e quatro horas, sempre realizando alguma atividade. Os Chefes de Disciplina supervisionavam a equipe de monitores, controlavam os materiais que os adolescentes precisavam, como: fardamentos, roupas de cama e banho; como também eram responsáveis pelo recolhimento desse material para ser encaminhado à lavanderia. Sempre que podiam, também acompanhavam os menores em suas atividades internas e externas. De acordo com Marcos (2016), era uma função de grande responsabilidade, visto que, além das atribuições citadas, ainda elaboravam relatórios que eram encaminhados ao Juizado de Menores. O Juiz de Menores conhecia pessoalmente os Chefes de Disciplina, pois sabiam que, tanto eles quanto os monitores, estavam na linha de frente, em contato direto com os internos, sendo as informações ali contidas, teoricamente, as mais próximas da realidade.

Marcos (2016) é um ex-servidor da FEBEM-SE, exercia o cargo de monitor, mas também trabalhou como chefe de disciplina. Ele narrou o seguinte sobre a rotina dos menores:

Então, a gente acompanhava o dia a dia daqueles menores e toda alteração que houvesse de comportamento, você tinha que fazer um relatório. Relatório esse que era encaminhado para a Juíza. Por exemplo: dava entrada no plantão hoje, tinha alguma ocorrência, nós fazíamos um relatório. De manhã tinha uma secretária que ela vinha e recolhia o Livro de Ocorrências. Se tivesse alguma alteração, ela já datilografava, fazia um ofício, o Diretor da Unidade assinava e, de imediato, era encaminhado para a Juíza. E lá ela lia e já anexava na pasta daquele interno no próprio Juizado. (MARCOS, 2016).

Os monitores auxiliavam as atividades dos Chefes de Disciplina que, segundo Manoel (2016), tinham a função de acompanhar e observar os menores internos no “dia a dia, nas atividades diárias; nós levávamos à igreja, levávamos à praia, tínhamos horta, acompanhava o

adolescente à horta, ao trabalho na padaria, ao futebol; era uma coisa melhor de se trabalhar com o adolescente” (MANOEL, 2016). Este entrevistado também revelou que já foi Chefe de Disciplina.

Manoel (2016) ainda estava em atividade quando da concessão da entrevista para esta Tese e exercendo a chefia de um setor administrativo da Fundação Renascer, tendo ingressado na FEBEM-SE em 1983, no cargo de monitor. Segundo ele, havia muito mais facilidade de se trabalhar com os menores nesta época: “a gente se sentia mais à vontade; eu acho que, pra mim, era uma verdadeira medida socioeducativa” (MANOEL, 2016).

Solicitei que explicasse o que seria se sentir “mais à vontade”, tendo respondido que era porque tinha confiança nos menores a ponto de se dar uma enxada, uma pá ou gadanho para trabalharem na horta. Os monitores transitavam tranquilamente entre os internos, pelas alas e corredores, sentavam-se e vivenciavam o dia a dia deles. Afinal, eram as vidas daqueles jovens que corriam dentro da instituição. Estas atividades foram aos poucos deixando de acontecer a partir da década de 1990, visto que, se continuassem a agir da mesma forma, estariam dando armas nas mãos deles. (MANOEL, 2016).

Esse distanciamento se deu a partir de mudanças sociais, tais como: crescimento urbano dos principais municípios sergipanos, em especial da capital, Aracaju; ausência de uma efetiva ação assistencial aos mais necessitados; desinteresse dos menores pela escola e aumento da criminalidade. Este contexto coincidiu com a extinção das “FEBEM’s” no Brasil por meio da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, passando cada Estado a gerir a manutenção dos seus respectivos menores em entidades ou unidades de acolhimento, conforme previsto no seu artigo 125.

Segundo o Relatório da FEBEM (1978), eram desenvolvidas práticas educativas, nas suas unidades e nas instituições conveniadas, como: futebol, capoeira, atletismo, entre outros; atividades lúdicas e de lazer: bola de gude, banhos de rio, praias e visitas a instituições públicas e particulares; além das oficinas profissionalizantes, da horta e idas à igreja aos domingos. Porém, o Relatório da FEBEM-SE de 1983 criticou a ausência de programas de esportes e lazer efetivos, apesar de haver um professor exclusivo de Educação Física na Unidade. (SERGIPE, 1983, p. 16). Isto denota as fragilidades do sistema, que as estruturas não funcionavam necessariamente como planejado, onde as falhas se apresentavam e, quando não solucionadas, acabavam se tornando um problema crônico, ensejando, muitas vezes, a sua extinção ou substituição por outras ações.

A FEBEM-SE era uma instituição total que, segundo os ensinamentos de Goffman, consistia em uma instituição fechada, com princípios e regras muito próprias:

Seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais [...].” (GOFFMAN, 2015, p. 16).

Sendo um local para acolhimento de menores, era necessário ter um plano de trabalho para poder ocupar o tempo e as mentes deles, o que era feito por meio das práticas educativas instituídas pela FUNABEM e que deveriam ser realizadas de acordo com as realidades de cada unidade estadual (FEBEMs). Assim, retomando o conceito de práticas educativas apresentado no início desta seção e, de acordo com o entendimento de Nóvoa (1995), a formação docente vai além da inicial, devendo a mesma ser contínua, crítica e levar em consideração as experiências de vida do profissional, sendo que tudo isto deve ser adaptado às possibilidades de cada espaço educativo: “a formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou técnicas), mas sim através de um trabalho de refletividade crítica sobre as críticas e da construção permanente de um identidade profissional.” (NÓVOA, 1995, p. 25).

Assim, a formação do professor está articulada diretamente com as práticas educativas (NÓVOA, 1995, p. 28), as quais consistem nas experiências e vivências absorvidas a partir de uma reflexão crítica e desenvolvidas ao longo de um processo de ensino e aprendizagem em diferentes espaços e de acordo com as necessidades e interesses do local onde estão situados.

Nas subseções a seguir darei continuidade às análises das práticas educativas que ocorriam nas unidades da FEBEM-SE, oficiais ou conveniadas, indo desde à prática de esportes, perpassando pela educação formal, até a questão dos castigos aplicados.

3.2.1 Passeios, esportes e lazer

Os menores realizavam muitas atividades externas, como passeios a instituições privadas e órgãos públicos, praias, parques, cinema, além de participarem de campeonatos de futebol e irem à igreja aos domingos. De acordo com o entrevistado Sr. Marcos (2016), ex-servidor da FEBEM-SE, ainda na década de setenta, não sabendo precisar o ano, visitaram a TV Sergipe, referindo-se a esta como “Canal 4”. Afirmou que a Fundação, neste momento,

havia apenas uma Kombi para o transporte dos menores. As visitas eram feitas em pequenos grupos e, nesta oportunidade, foram “uns dez internos”. (MARCOS, 2016).

Havia uma burocracia para a realização das visitas, com apresentação de ofícios para poderem iniciar o passeio pelas instalações do local. Os menores estavam entusiasmados para descer do veículo e conhecer a empresa de televisão. Foi nesta ocasião que ele, então Chefe de Disciplina, recebeu um apelido de um menor que estava sentado na parte da frente do veículo, juntamente com o entrevistado e o motorista. Quando chegaram ao local, todos os adolescentes queriam descer ao mesmo tempo; foi quando o jovem disse, em tom de brincadeira, que só era para descer ele, o motorista e o Marcos, dando um apelido o qual é conhecido até hoje: Mestre³⁶. O entrevistado sorria rememorando este momento.

É importante verificar a quantidade de, aproximadamente, dez menores em relação a de profissionais que os acompanhavam: um Chefe de Disciplina e um motorista. Isto revela a relação de confiança que havia entre os menores e os profissionais da FEBEM-SE; mas é claro que havia casos, de fugas e indisciplina, com situações desagradáveis e animosidades em um momento ou outro durante a convivência no internato, como apresentarei mais adiante. Mas neste caso, ficou clara, a princípio, a demonstração de uma boa convivência entre eles.

Nos finais de semana havia passeios às praias. Quando não iam a uma praia de Aracaju, iam para outras no interior, como: Caueira, Abaís e Pirambu, o que era muito comum. Também iam aos balneários de Salgado e Boquim tomar banho de piscina, sendo corriqueiro a companhia de outros funcionários, como cozinheiras e professores, bem como os familiares destes: filhos, esposas, cunhadas, o que tornava o passeio muito familiar, distanciando-se de um passeio técnico ou tenso. Para a alimentação era preparado um “farofão” com galinha assada. (MARCOS, 2016).

Com a aquisição de um ônibus para a Fundação, passou-se a realizar passeios mais distantes. Entretanto, aos domingos, quando ele não era disponibilizado, os monitores levavam os menores para tomar banho de rio no “Aloque” em uma fazenda vizinha ao atual CENAM, sempre com o intuito de ocupa-los com alguma atividade.

O CENAM era o seguinte: dia de domingo, quando não tinha passeios, após o café, fez a limpeza... tudo era “sítio”. Quando eu cheguei no CENAM, tinha uma fazenda ali ao lado, que hoje é a Pio Décimo³⁷, ali era uma fazenda. Chegava depois do café: - “Cadê? Não tem passeio não?” [...]. Saía lá pelo fundo da Progresso, tem rio, tem não sei o quê, [?] quando eu olhava, tinha dois, três perto de mim; o restante já não via mais por dentro do mato.

³⁶ Apelido fictício para preservar a identidade do entrevistado.

³⁷ É uma Instituição de Ensino Superior privada situada na capital sergipana, Aracaju.

Mas marcava horário. Eu não sei como é que eles sabiam que era onze horas: “eu tô esperando na caixa d’água”. [...] do CENAM, uma caixa d’água bem grande; eu sentava ali e ficava esperando; daqui a pouco chegavam. Tinha deles que parecia que tava no barreiro de lama; era divertido. Aí pronto, chegava, tomava banho, almoçava e ia assistir. (MARCOS, 2016).

Mas não era tudo maravilhoso, sem intercorrências. O Sr. Manoel (2016) recordou de uma hostilização contra os menores, feita por cidadãos que estavam em uma praia sergipana:

A própria sociedade rejeitava, porque quando nós saímos pra Estância, na praia do Abaís, me lembro como hoje, no nosso ônibus “Trovão Azul”, quando nós chegamos com 34 menores, misturados, eu nunca esqueço: “triagem”, “R1” e “R2”; sabe o que foi que disseram? “vamos sair daqui que os ladrões já vem chegando”. Nunca esqueço disso, na praia dos Abaís. [...] A gente foi taxado disso: “lá vem os ladrões, vamos saindo”, aí se afastaram todo mundo. Então, o que foi que a gente fez? Nós criamos um raio, onde os nossos menores ficavam, e dali a gente recolhia todos os menores, tendo até briga com o pessoal da comunidade com os nossos menores. A gente teve que vir embora nas carreiras por causa de discriminação; porque quando chegamos, o pessoal das barracas disse: “olhe os ladrões”, “cuidado, olhe os ladrões da FEBEM”, porque pensavam que a FEBEM só tinha “ladrão”. Entendeu? A própria sociedade que rejeitava. (MANOEL, 2016).

O entrevistado comentou este episódio de forma indignada e salientou as suas vivências quando ia à Igreja dos Capuchinhos, aos domingos, com os internos da Fundação: “o povo ficava assustado, mas o que é que nós fazíamos? Nós mantínhamos o nosso grupo de 15, 20 menores, dois, três flancos, um atrás do outro, e os educadores [...] ficavam nas laterais, dois na frente, dois atrás, pra ver todo o movimento.” (MANOEL, 2016). Segundo ele, era uma forma de manter todos em ordem, asseverando que os menores não davam problema quando saíam.

Convergindo com estas representações, o Sr. Matias (2016), ex-monitor, tendo ingressado na FEBEM-SE, em 1980, como estagiário de monitor. Em 1984 foi contratado. No Início ficou responsável pela parte de recreação dos menores e, como era praticante de capoeira, passou seus conhecimentos aos internos. Segundo ele:

[...] fazia também atividades no campo de futebol, na quadra, saía com eles pra passeio pra os “Aloque”, com vários “menores”. A gente saía com quase oitenta menores pela rua, caminhando sem algemas, sem nada. Aí saía pela rua com os “menores”, tudo solto. A gente saía caminhando lá pro “Aloque”. Ía também pra praia, de ônibus, passeio, pra igreja, pra todo lugar... cinema. Cansei de ir pra cinema com os “menores”. (MATIAS, 2016).

Corroborando as narrativas de Manoel (2016) e Marcos (2016), Matias disse que, quando não havia transporte, realizavam atividades por perto do CRTM/CAM, porque podiam se deslocar caminhando e depois regressar com segurança. Afirmou que havia um ônibus que, quase todos os finais de semana, levava os internos para os passeios. Questionei sobre as representações que a sociedade tinha sobre os internos e ele respondeu que eram vistos “como um ‘menor abandonado’”. Tinham medo, mas não era tanto, porque sempre teve ‘aquela visão’ da FEBEM... mas não era tanto”. (MATIAS, 2016).

Figura 4: Ônibus utilizado pela FEBEM-SE



Fonte: Sergipe (1978, p. 15).

Observa-se na narrativa do Matias (2016) um eufemismo quanto à representação da sociedade para com os menores da FEBEM-SE, diferentemente do que afirmou o Sr. Manoel (2016). De fato, o que havia era um estigma para com estes sujeitos, para com os pobres e miseráveis.

Outra atividade muito praticada pelos internos do CENAM era o futebol, sendo uma das prediletas. Eles disputavam campeonatos organizados pelos órgãos públicos, com as outras unidades de acolhimento da Fundação, com a comunidade local e também com outras instituições fora do Estado de Sergipe. O local que hoje se encontra o prédio do atual CENAM era onde ficava o campo de futebol. Esta construção causou um grande

descontentamento para os educadores da Fundação, mais ainda para as crianças e adolescentes internos. Segundo a narrativa de Marcos:

Era justamente ali onde funcionava o campo. Foi uma revolta deles, na época, quando construíram ali porque acabou o campo. A gente tinha uma integração tão grande com a comunidade. Os “meninos” do CENAM tinha um professor que marcou muito, Pitanga, pelo envolvimento que ele tinha com os internos de promover campeonatos e dia de domingo era festa no CENAM. Aquele pessoal do bairro América descia pra jogar com eles e pegava o gancho dos Núcleos Preventivos e formava times, e formava campeonatos, era assim. Era uma festa dia de domingo naquele CENAM. (MARCOS, 2016).

Além de enfatizar a prática educativa por meio do futebol, a citação ilustra a integração da instituição total com a comunidade, visto que os jovens dos bairros periféricos iam jogar com os internos, promovendo uma atividade não só para as unidades terapêuticas, como também para as unidades preventivas, alcançando um dos objetivos da PNBM.

De acordo com Hamilcar Silveira Dantas Júnior (2010), em seu livro: *Jogos da Primavera de Sergipe: tradição, espetáculo e esportivização da escola (1964-1995)*, ao dialogar com Bourdieu a questão da relação entre dominantes e dominados em uma sociedade estratificada pelas diferenças econômicas, políticas e sociais de todos os gêneros, inferiu que a prática de esportes ou dos jogos em Sergipe era algo que demarcava as posições sociais. Isto ficou bem evidenciado com os Jogos da Primavera, seu objeto de pesquisa, que eram destinados às classes médias e urbanas, salvo exceções, com a participação do Colégio Estadual de Sergipe – CES³⁸, uma escola pública, mas que reunia filhos de famílias abastadas; a participação de algumas meninas da Escola Normal, as quais tinham uma tradição na participação em eventos dessa natureza desde a década de 1930; do Ginásio Municipal Presidente Vargas, o qual se situava no Siqueira Campos, um bairro periférico à época. (DANTAS JÚNIOR, 2010, p. 193).

Do interior, mencionou algumas escolas de Lagarto, Itabaiana, Barra dos Coqueiros, Propriá e São Cristóvão. Ademais, foi citada a participação da Escola Agrícola Benjamin Constant nos Jogos da Primavera durante a década de 1960 e nos Jogos Escolares Sergipanos – JES, na década de 1970 (DANTAS JÚNIOR, 2010, p. 193; 237). Esta instituição estava situada na área rural do município de São Cristóvão: “Os alunos da Escola Agrícola, internos e geralmente de famílias humildes do interior que viam na formação técnica em Agronomia a possibilidade de ascensão social [...]” (DANTAS JÚNIOR, 2010, p. 193), os quais também

³⁸ Atual Colégio Atheneu (DANTAS JÚNIOR, 2010, p. 254).

costumavam participar de campeonatos internos durante esta mesma década, com a iniciativa dos Jogos Internos Benjamin Constant (JIBECs). O autor informou que nesta época o perfil do alunado mudou com a chegada de filhos de fazendeiros; provavelmente atraídos por publicações nos jornais, mesmo que fossem apenas durante os Jogos da Primavera e outros campeonatos estudantis que ocorriam no Estado, como: os Jogos Universitários Sergipanos (JUS), os Jogos Escolares Sergipanos (JES), Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs) e os Jogos Escolares da Rede Pública do Estado de Sergipe (DANTAS JÚNIOR, 2010).

O Colégio Agrícola Benjamin Constant participou da primeira edição dos Jogos da Primavera, em 1964, até 1970, já na versão dos Jogos Estudantis Sergipanos. Voltou a participar de 1979 a 1981, deixando de figurar como participante nas demais edições. Porém, foi possível perceber uma abertura para que outras instituições escolares públicas também pudessem participar do evento, tais como: SESI, SENAI, SENAC, Escola Técnica Federal de Sergipe, além de escolas estaduais e municipais e da própria FEBEM-SE, tendo esta participado das edições de 1982 a 1985, e nas de 1989 e 1990, ano derradeiro do funcionamento da Fundação em Sergipe. A partir de 1991, já com o nome de Fundação Renascer, participou dos jogos até o ano de 1994, não aparecendo mais nas edições posteriores. (DANTAS JÚNIOR, 2010, p. 367-406).

A ideia de escolarizar o esporte estava sedimentada no sistema civil-militar que governava o Brasil. Segundo o autor, os jogos tinham um caráter festivo, tendo o esporte assumido um papel formador da moral e da saúde da juventude (DANTAS JÚNIOR, 2010, p. 88; 309), além de demarcar a posição do indivíduo na sociedade, em uma relação de quem é dominante e dominado, conforme a doutrina de Bourdieu, “esportivizando” os espaços escolares, formando cidadãos competitivos para a fase adulta:

Contudo, os professores conseguiram, baseados em suas experiências, ao longo das últimas décadas, demarcar suas posições, construir suas práticas e, ainda que, em esforços isolados, mostraram que é possível permanecer em tensão constante, lutando todos os dias pela dimensão da escola, que pedagogiza o esporte e o torna fundamental à formação da juventude. (DANTAS, 2010, p. 306).

Esse envolvimento com os esportes foi ratificado por todos os sujeitos que entrevistei. Vista como um instrumento relevante no processo de ressocialização dos internos, posto que era algo que os unia, fazendo-os trabalhar em equipe. A FEBEM-SE foi muitas vezes referida como uma “casa”, tanto nas narrativas quanto em documentos da própria instituição. As atividades internas: limpeza, arrumação das camas, da parte comum, entre outras, em sua

maioria, eram realizadas pelos menores, conjugando, como dizia a PNBM, a disciplina, educação e o trabalho para a ressocialização. Os menores gostavam muito das atividades lúdicas, de lazer e principalmente esportivas, visto serem momentos de maior integração entre eles.

Entretanto, os trabalhos de limpeza e manutenção da instituição, muitas vezes eram realizados contra a vontade dos internos. Segundo Nascimento e Souza (1986) estas tarefas em nada agregavam ao futuro dos menores, “pois o ‘homem’ só capta o que lhe interessa, e como estas atividades serão realizadas contra a vontade dos mesmos, não terá proveito nenhum e só restará grande revolta pela sua condição de vida.” (NASCIMENTO; SOUZA, 1986, p. 18).

Apesar de alguns se sentirem desta forma, “para a maioria dos menores as atividades que desenvolvem serão de grande utilidade futuramente, pois são oferecidos cursos que dão subsídios para que sejam assumidas várias profissões [...]” (NASCIMENTO; SOUZA, 1986, p. 18). As autoras compararam dados levantados sobre a FEBEM de Sergipe com os da FEBEM de São Paulo e, segundo os menores internados nesta instituição, afirmaram que os menores “não têm condições de se recuperar e levar uma vida normal futuramente. [...]. O contato com menores delinquentes influencia e modifica o comportamento de menores menos experientes, prejudicando-os, [...]” (NASCIMENTO; SOUZA, 1986, p. 18).

As autoras entendiam que a FEBEM-SE davam uma boa assistência aos menores internados por disponibilizarem educação, formação profissional, diferentemente da realidade da FEBEM paulistana. Enfatizaram que os menores, em geral, se adaptavam e não faziam objeção à rotina da FEBEM-SE, diferentemente da unidade de São Paulo que não tinha atividades, dificultando a adaptação dos internos. Mesmo assim, as autoras culpavam essa não adaptação aos menores. Como a culpa poderia ser deles se as próprias autores afirmaram que a FEBEM de São Paulo não ofertava atividades para os internos? Divirjo deste ponto da análise das autoras, corroborando em parte quanto à análise sobre a FEBEM de Sergipe: primeiro, concordo no tocante de que as realidades das instituições e dos menores sergipanos eram diferentes das paulistanas, sendo mais exequível trabalhar com aqueles, não só por causa do quantitativo relativamente menor de internos em Sergipe, mas principalmente pelo perfil que tinham, conforme aprofundarei a discussão na subseção 3.4.

Outrossim, de acordo com o entrevistado Sr. Matias (2016), ao ser indagado quais atividades os menores desenvolviam na FEBEM-SE, respondeu:

Futebol, tinha professor de basquete, professor de educação física que ensinava basquete, vôlei, hand-ball, e tinha campeonato de futebol que era das repartições públicas que “menores” participavam junto com a gente. Olhe a diferença, ó! Eu joguei, muitas vezes, bola com os “menores”, a gente jogava fora, no Batistão³⁹ e eles jogavam e eram do time da gente. (MATIAS, 2016).

A referência do conteúdo da citação acima se restringiu à prática de atividades esportivas; porém, muitas outras eram realizadas para poder completar a formação das crianças e adolescentes da FEBEM-SE, conforme já mencionado: passeios a praias, parques, idas à igreja, visitas a empresas, participação em oficinas profissionalizantes na própria instituição e fora delas, encaminhamentos a trabalhos ou estágios, visitas a instituições, repartições públicas e empresas privadas, como: SENAI – Serviço Nacional da Indústria, Secretaria da Fazenda, TV Atalaia, entre outras.

As festas cívicas e eventos esportivos tinham a participação dos menores internos das unidades oficiais da FEBEM-SE, como também das conveniadas a exemplo do Educandário São José, para meninos, e o Lar Imaculada Conceição, para meninas. Era um momento de festa, descontração e alegria para os envolvidos, onde poderiam circular no meio social, ver outras pessoas e serem vistas. Tanto os eventos cívicos quanto esportivos ajudavam, de certa maneira, a apresentar para a sociedade a existência daqueles sujeitos que foram produzidos e excluídos por ela mesma, com o intuito de que fizessem uma reflexão e passassem a assumir sua parcela de responsabilidade, mudando sua postura em relação aos menores desfavorecidos socialmente, de exclusão para inclusão e respeito.

³⁹ Estádio de futebol do Estado de Sergipe.

Figura 5: **Internos da FEBEM-SE nos jogos da administração pública de Sergipe.**



Fonte: Sergipe (1978) – Acervo do Instituto Tobias Barreto.

Em relação à imagem acima, o relatório da FEBEM-SE 76/78 dizia o seguinte: “Participação dos Menores e Funcionários da FEBEM em Eventos Esportivos. [...] A FEBEM no ano de 1978 se fez presente com sua equipe de futebol de campo formada por funcionários e mais menores com idade aproximada a 18 anos.” (SERGIPE, 1978). Este documento ratifica as declarações dos entrevistados: quem “organizava a maioria dos campeonatos de futebol, hand-ball, de basquete, de vôlei” (MATIAS, 2016), era o professor de educação física Eniceu Lisboa. Vê-se o grau de participação e envolvimento que os monitores e professores tinham com os internos da Fundação.

Os jogos, conforme salientado na figura acima, era algo muito presente no dia a dia dos internos da FEBEM-SE. As participações destas crianças e adolescentes nas diversas atividades sociais serviam justamente para promover uma integração social e aperfeiçoamento como cidadãos em formação e futuros adultos colaboradores da sociedade sergipana.

3.2.2 Núcleos Preventivos, projetos e programas

O Plano de Prevenção da Marginalização foi um projeto da FUNABEM, o qual tinha como finalidade debelar a marginalização infanto-juvenil, em especial no que tange às infrações perpetradas por menores, integrando-os à sociedade. Tal iniciativa tinha os meios de

comunicação em massa como instrumento para conscientizar e prevenir ações que iam de encontro com a legislação vigente. Conforme o relatório da FEBEM-SE: “O Plano de Prevenção à Marginalização do Menor tem por objetivo desenvolver programas preventivos com a participação da comunidade.” (SERGIPE, 1978, p. 21). Estes programas eram desenvolvidos nas unidades da Fundação e nos Núcleos Preventivos, implantados a partir de 1977 em Sergipe. Inicialmente nos bairros América e Almirante Tamandaré, estendendo-se, posteriormente, para o Castelo Branco, Lourival Batista, Coroa do Meio, entre outros. Os Núcleos também alcançaram os municípios sergipanos; foram os casos de Propriá, ampliando-se gradativamente para atender São Cristóvão, Gararu, Lagarto, Itabaiana, Estância, entre outros, além de uma fazenda em Riachuelo. (SERGIPE, 1978, p. 21).

Os Núcleos de Prevenção foram implantados, em muitos casos, a partir das associações de moradores nos bairros e conjuntos habitacionais, organizações muito difundidas no período desta pesquisa. Lá, os menores ocupavam o tempo com atividades lúdicas, jogos - como capoeira e futebol - palestras, aprendiam artes, além de um reforço escolar; tudo ocorria no horário oposto ao da escola. Ademias, recebiam assistência médica e odontológica, alimentação, tomavam banho, entre outros. Este trabalho também era feito com os adultos, familiares dos menores, havendo dias específicos para reuniões com as mães, por exemplo, onde o menor também deveria participar; recebiam atendimento médico-odontológico, psicológico, assistência social, e demais serviços, da mesma forma que os menores.

Ao entrevistar Marcos, ex-servidor da FEBEM-SE, questionei se os Núcleos Preventivos eram eficientes, tendo respondido: “E como funcionavam, e bem!” (MARCOS, 2006), sendo perceptível o entusiasmo do entrevistado ao falar sobre o assunto.

Fátima, ex-interna do Lar Santa Inês e do Lar Imaculada Conceição, ao ser questionada sobre onde havia trabalhado, respondeu que trabalhou nos Núcleos Preventivos da FEBEM-SE, depois nos abrigos para meninas:

Eu estava estudando o pedagógico, aí fui como estagiária. Aí trabalhei na FEBEM, que era um dos Núcleos Preventivos; em cada conjunto tinha uma casa que se chamava assim. Minha mãe trabalhava lá como cozinheira e eu permaneci uns quatro anos e meio trabalhando. A gente fazia reforço escolar, seguia todas as normas. As crianças vinham com as tarefas da escola e a gente fazia lá, ainda dava um reforço. E fazia outras coisas, tinha cursos pra os maiorzinhos, tinha muitas coisas nessa época. (FÁTIMA, 2017).

Após atuar nos Núcleos, Fátima foi trabalhar nos abrigos femininos, onde perdurou vinte e dois anos nesta atividade. Ela conhecia os meandros do sistema de internação, visto que também foi uma interna em orfanatos para meninas - a sua genitora não tinha condições de prover o seu sustento e de mais quatro irmãos.

Em compasso com as informações descritas sobre os Núcleos Preventivos, foi possível detectar no primeiro relatório trienal da FEBEM-SE a abertura de créditos para a implantação dos Programas de Prevenção à Marginalização (SERGIPE, 1978, p. 6).

Os programas foram: o Programa de Apoio Indireto – PRAI, que tinha a finalidade de dar suporte e atender às necessidades dos Núcleos e às instituições particulares convenientes, além de sensibilizar o “Poder Público, Entidades e Grupos de Trabalho [...] com o objetivo de agilizar e dinamizar recursos capazes de abranger a extensão da ação preventiva.” (SERGIPE, 1978, p. 19-24). Este Programa, também chamado de Ação Integrada de Apoio dava suporte às “programações das áreas Preventivas e Terapêuticas [...]” (SERGIPE, 1991b, p. 15).

Também houve o PRECOM – Programa de Educação Complementar para Menores, outra iniciativa que agia junto aos menores e tinha a função de “desenvolver os seguintes conteúdos: pensamento criativo, o raciocínio social, a linguagem e a saúde” (SERGIPE, 1978, p. 22), bem como realizava reforço escolar em horário oposto ao da escola, associando os princípios de Piaget aos de Montessori, com o fim de corrigir deficiências de aprendizagens e desenvolver a parte biopsicossocial da criança, além da realização de visitas domiciliares pelos técnicos da Fundação, de excursões, encaminhamentos para cursos profissionalizantes, atendimento à saúde na FEBEM-SE, a cartórios para a retirada de registros de nascimento, entre outras ações. (SERGIPE, 1978, p. 22).

Estes programas tinham o condão assistencial mantido pelo governo para atender a população carente, dirigida às crianças e adolescentes que se encaixavam na situação de marginalidade ou pobreza. Em uma análise mais ampla é possível perceber o caráter preventivo das ações da FEBEM-SE, tanto em relação aos menores quanto atuando incisivamente junto às famílias, promovendo cursos para eles, como: datilografia, manicure, costura, entre outros.

Figura 6: Uso do material concreto pelas crianças da FEBEM-SE



Fonte: Sergipe (1978, p. 22) – Acervo do Instituto Tobias Barreto.

Nesta figura é possível observar crianças em uma sala de aula em um dos Núcleos Preventivos mantidos pela FEBEM-SE manipulando o Material Dourado criado pela italiana Maria Montessori, médica e educadora, para o aprendizado da matemática nas séries iniciais.

O PRECOP – Programa de Educação Complementar para Pais, outro programa, tinha características semelhantes ao programa anterior, com acompanhamento de casos, para cursos profissionalizantes, retirada de documentos nos cartórios, atendimento à saúde na própria FEBEM-SE, entre outras atividades. (SERGIPE, 1978, p. 23).

Figura 7: Educação Profissional para os pais



Fonte: Sergipe (1978) – Acervo do Instituto Tobias Barreto.

Além destes, ainda havia o PIPIMO – Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial – que era uma política pública voltada para a qualificação da juventude. Instituído por meio do Decreto nº 53.324, de 18 de dezembro de 1963, estava ligado ao Ministério da Educação e Cultura e deveria atuar em parceria com escolas de ensino técnico-industrial, associações estudantis de empresas industriais, entidades públicas e classistas de empregados e empregadores; sendo mantido por meio do Fundo Nacional de Ensino Primário e Médio. Em 1982, foi extinto pelo Decreto nº 87.795.

Também havia o PROEP – Programa de Ocupação, Educação e Profissionalização, que tinha o objetivo de oferecer aos menores que eram atendidos pela FEBEM-SE, de forma direta (CRTM e CAM) ou indireta (Núcleos Preventivos e unidades conveniadas), uma educação profissionalizante e integrá-los ao mercado para que pudessem ter uma remuneração a partir do trabalho.

As suas ações básicas consistiam no desenvolvimento de atividades de ensino regular, cursos de iniciação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho, beneficiando os menores internos das unidades de permanência e outros das comunidades assistidas pelo programa de ação sócio-preventivo. (SERGIPE, 1991b, p. 15).

Ademais, existiram ainda o Plantão Social e o Programa de Nutrição e Saúde. O Plantão Social era considerado pela PNBM/FEBEM-SE como o principal meio de acesso dos menores ao seu sistema de atendimento e rede de programas. Também era dirigido aos pais ou responsáveis dos menores, onde eram realizados estudos de caso e orientações para a solução de problemas familiares ou sociais. (SERGIPE, 1991b, p. 15). O Programa de Nutrição e Saúde tinha por finalidade orientar os menores e suas famílias quanto à preservação e cuidados com a “saúde física e mental, bem como orientá-los com visitas a melhoria dos hábitos alimentares, obedecendo a um planejamento racional adequado às suas condições físicas, econômicas e regionais.” (SERGIPE, 1991b, p. 16). Segundo este documento, o programa atendia os preceitos da medicina preventiva e da medicina terapêutica.

Desta forma, foi possível encontrar informações sobre a criação de vários programas educacionais e de formação para o trabalho, tanto para menores quanto para os pais, tanto na área preventiva quanto na área terapêutica para os menores. Assim, a partir de 1977, foram implementados os seguintes programas na FEBEM-SE:

Quadro 5: Programas de FEBEM-SE a partir de 1977

Programa de Apoio Indireto – PRAI	Dar suporte às unidades e programas de ações preventivas e terapêuticas.
Programa de Educação Complementar para Menores – PRECOM	Ofertar educação, apoio biopsicossocial e profissional aos menores.
Programa de Educação Complementar para Pais – PRECOP	Ofertar educação, apoio biopsicossocial e profissional aos pais dos menores.
Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial – PIPIMO	Instituído pelo Decreto nº 53.324/1963, foi recepcionado pela PNB, FUNABEM e FEBEMs com o objetivo de ofertar formação profissional para a indústria à juventude.
Programa de Ocupação, Educação e Profissionalização – PROEP	Oferecer aos menores uma educação profissionalizante e integrá-los ao mercado para que pudessem ter uma remuneração.
Plantão Social	Realizar estudos de caso e orientação para solução de problemas. Destinados aos menores e seus pais, era o principal meio de ingressar no sistema e participar dos seus programas.
Programa de Nutrição e Saúde	Orientar os menores e suas famílias sobre os cuidados com a saúde física, mental hábitos alimentares.

Fonte: Sergipe (1978, p. 15-24); Sergipe (1991b, p. 15-16).

A partir de 1988, em face de uma reestruturação técnica-administrativa, foram desenvolvidos outros Programas Sociais, com as seguintes denominações e objetivos:

Quadro 6: Programas Sociais da FEBEM-SE a partir de 1988

NOME DO PROGRAMA	OBJETIVOS
Meninos e Meninas de Rua	Atender menores que perambulavam pelas ruas, entre 7 e 18 anos, ofertando assistência educacional, à saúde, capacitação profissional, emprego, entre outros, com o fim de promover a sua integração na sociedade.
Programa de Apoio Técnico e Financeiro às Famílias e Adolescentes de Baixa Renda	Melhorar as condições de subsistência dos menores e suas famílias, estimulando-os para o interesse no trabalho.
Programa de Esporte e Lazer	Despertar nos menores o espírito harmônico, a participação individual e coletiva por meio de atividades desportivas.
Programa de Apoio às Associações Comunitárias	“A FEBEM-SE implantou este programa dando apoio técnico e financeiro a 13 (treze) associações de moradores, onde as crianças e adolescentes assistidos foram beneficiados através de atividades de esporte e lazer e de iniciação profissional.”(SERGIPE, 1991b, p. 17).
Programa de Educação pelo Trabalho	Ofertar educação e formação profissional, de produção, comercialização e geração de renda para que os menores pudessem ser inseridos no “mercado formal e informal de trabalho”. (SERGIPE, 1991b, p. 18).

Fonte: Sergipe (1991b, p. 17-18).

Estes programas e a organização estrutural da FEBEM-SE, registrados em documentos oficiais, relatórios e diretrizes, apresentam informações objetivas, ou seja, a prática, a vivência e experiências das pessoas assistidas; no entanto, suas vozes não aparecem nestes documentos. Podemos indagar se a PNBm era realmente eficiente, se surtiu efeitos positivos, em que medida e até em que momento; se é que é possível mensurar; tendo em vista que a FUNABEM e respectivas FEBEMs foram extintas por vícios semelhantes aos do SAM.

De acordo com Roberto da Silva (1997), os menores da FEBEM de São Paulo provinham de famílias desestruturadas, de mães solteiras ou separadas, de pais ignorados, do adultério, da pobreza, de pais usuários de drogas, sendo o alcoolismo um dos maiores problemas familiares, entre outros aspectos. Em relação à estrutura das unidades de internação de São Paulo, disse: “já vimos que a infra-estrutura oferecida pela FEBEM estava em grande descompasso com as reais necessidades da clientela que se propunha atender.” (SILVA, 1997, p. 105).

Então, houve permanências ou transformações em relação à política menorista? Entendo que sim; houve aspectos positivos, como podemos perceber nas vozes dos ex-servidores e principalmente dos ex-internos; porém, os pontos negativos prevaleceram levando a extinção da PNBm e suas fundações, como: corrupção, superlotação, ineficiência dos programas, violências, entre outros.

3.2.3 Educação e trabalho

A FEBEM-SE tinha uma atuação ampla, tanto preventiva quanto terapêutica, como denominava o primeiro relatório trienal da instituição. Segundo as informações nele contidas, em ambas situações agia nos cuidados com a saúde, educação, trabalho, lazer, entre outros. Para tanto, aos poucos a Fundação começou a aumentar sua rede de setores, pessoal, convênios e programas assistenciais para as crianças, seus pais e as populações circunvizinhas dos seus núcleos ou unidades. Neste sub-item apresento os aspectos relativos à atuação no campo da educação, trabalho e disciplina a partir das representações dos entrevistados e documentos administrativos da instituição em comento.

Ao contrário da Cidade de Menores (1942-1974), a FEBEM-SE não possuía escolas em suas unidades. Os internos tinham que frequentar as escolas públicas mais próximas, como o Colégio Estadual Prof. Arício Fortes, no bairro América. Os internos do CAM iam e

voltavam sozinhos, sem problemas. Mesmo assim, nas unidades da Fundação, existiam professores que acompanhavam os alunos, reforçando o que foi visto na escola. Os menores que eram assistidos preventivamente frequentavam as escolas que ficavam, em anexo, nos Núcleos de Prevenção.

De acordo com Matias (2016), ex-servidor da FEBEM-SE, os internos eram matriculados nas escolas oficiais, visto que dentro da Fundação não havia uma escola formal: “aqui dentro eles faziam aula com o professor que era contratado, fazia ‘banca’ [...]. De manhã, o que não fazia esporte, à tarde ia pra escola. Tinha sala de aula e tudo; tinha a sala de aula deles, por idade” (MATIAS, 2016). Segundo ele, havia situações em que o menor não podia sair da unidade e, por isso, tinham “um ‘reforço’ pra não deixar o ‘menino’ só pensando besteira; pra não ficar parado” (MATIAS, 2016).

Na instituição havia três salas de aula, sendo lembrados por Manoel (2016) os nomes de algumas professoras: Prof^a. Ivani, Prof^a. Augusta, Prof^a. Vilma e Prof^a. Renildes. Cantava-se o Hino Nacional e hasteava-se a bandeira, coisas que deixaram de ocorrer com o fim da FEBEM-SE, segundo o entrevistado.

A Prof^a. Augusta também foi citada por Marcos (2016); ela e outros professores ensinavam às crianças e adolescentes por meio de um reforço escolar dentro da própria Fundação, onde os entrevistados, por vezes, referiam-se a esta como “casa”. Afirmou também que os menores frequentavam as escolas públicas, exemplificando com o Colégio Estadual Prof. Arício Fortes, situado no bairro América⁴⁰, muito referenciado pelos entrevistados.

O ensino escolar era algo acompanhado de perto pelos educadores da FEBEM-SE, e quando tiravam notas baixas deixavam de participar dos passeios organizados pela instituição. Isto era tido como uma punição. A educação formal dos internos era apenas uma dimensão do que se idealizava para a formação e ressocialização deles, posto que a realização de oficinas profissionalizantes, colocação em estágios e trabalhos, além da prática de passeios, visitas, participação em eventos cívicos e sociais, como os Jogos da Primavera, completavam estes objetivos.

Os internos da FEBEM-SE eram encaminhados a estágios e trabalhos, tanto na iniciativa privada quanto pública, pois entendiam que isto era parte importante no processo de socialização e integração dos menores. Nas décadas de 1970 e 1980, os locais mais corriqueiros para o encaminhamento de trabalho foram as Secretarias Estaduais, as empresas H Dantas (de embarcação), Celi (de construção civil), Cosil (de construção civil), entre outras.

⁴⁰ Também pode ser referido como situado no bairro Novo Paraíso ou Capucho.

Marcos (2016), relatou o caso do menor Pedro⁴¹ que estagiou em algumas Secretarias Estaduais e, ao completar 18 anos, perdeu o estágio. O jovem havia comprado com o dinheiro do seu trabalho uma cama e outros objetos, mas não tendo para onde ir, permaneceu interno. A sua estada começou a incomodar, visto que “chegou um pessoal diferente pra trabalhar: ‘e esse menino? Tá aqui, não vai embora? Esse homem [...] que não sai?’”. (MARCOS, 2016). Com a chegada de um novo Presidente da FEBEM-SE, Dr. Jeremias Romão de Brito, o entrevistado foi pedir ajuda e informar que alguns objetos que estavam dentro do “Passos Miranda” eram frutos do trabalho daquele jovem.

Assim, o Presidente da Fundação o encaminhou para ir morar em um quarto no bairro América, nos fundos da casa de uma funcionária da instituição, tendo perdido o contato com ele a partir de então. Passados muitos anos, o entrevistado estava em uma festa de aniversário e as pessoas se dirigiam à sua pessoa como “Marcos”. Percebeu que um rapaz ficava observando, deixando-o sobressaltado; foi quando ele se aproximou e perguntou: “é você que é Marcos, é?”; respondeu: “Sou”, e o rapaz completou: “o senhor que ‘criou’ o meu pai, né?”. O jovem se referia a Pedro. A partir de então, o entrevistado passou a ter amizade com o rapaz que, atualmente trabalha em uma empresa de segurança privada da capital sergipana.

Já na década de 1980, os menores podiam contar com uma estrutura maior. Segundo Manoel, a FEBEM-SE tinha:

[...] uma fazenda em Riachuelo, na qual os adolescentes “menores” iam para lá trabalhar; lá tínhamos pocilga, tínhamos tudo. E dentro do próprio CENAM, tínhamos “esquadrilha de alumínio”, “marcenaria”, “padaria” e “fábrica de água sanitária”, que é onde funciona hoje a ACADEPOL; o CENAM começava dali e ia até onde é o CENAM de hoje. E onde funciona o atual CENAM era o campo de futebol, antigamente. Era totalmente diferente; hoje a gente não vê essas coisas... com a mudança do Código de Menores para o ECA... Eu me sentia mais à vontade para trabalhar. (MANOEL, 2016).

Percebe-se a intenção da Fundação em ocupar o tempo dos internos com trabalhos e oficinas não só com o intuito de prepará-los para o exercício de algum ofício, mas também para não deixá-los ociosos. Tudo isso sem se desprender da instrução escolar formal. Muitos eram encaminhados s instituições públicas ou privadas para estágios ou trabalhos, como já aludido.

⁴¹ Nome fictício em face do disposto no art. 17 e 143 do Estatuto da Criança e do Adolescente c/c art. 5º, X da Constituição Federal.

Figura 8: Aspecto da Fazenda Olinda em Riachuelo no início da década de 1990



Fonte: Sergipe (1991a).

Desta forma, havia trabalhos desenvolvidos, por exemplo, nas oficinas da Fazenda Olinda, situada em Riachuelo, como: marcenaria, padaria, esquadria de alumínio, de água sanitária, chaparia de automóveis, mecânica de automóveis, fábrica de picolés, de detergente, entre outras. Também se cultivava hortaliças; o que era produzido pelos alunos nestas atividades era para consumo interno, o excedente era vendido a instituições parceiras, como supermercados, sendo uma parte do dinheiro arrecadado depositada em uma caderneta de poupança; quando eram “desligados”, chamava-se um dos pais e entregava a “caderneta”. A outra parte era para repor o material e manutenção da horta. Segundo Marcos, ir à horta era uma terapia, ocupava o tempo e a mente dos internos: “Nunca morreu um menor que trabalhou de enxada, pelo contrário” (MARCOS, 2016).

Parece que o uso de espaços desta natureza era uma possibilidade para as FEBEMS, visto que em Pernambuco havia a Fazenda Santa Rosa (em Garanhuns), local onde funcionava um antigo sítio e que hoje dá nome a um bairro de Recife. O local foi descrito como temido pelos internos pelo seu alto rigor disciplinar, com aplicação de surras severas como punição. (MIRANDA, 2014, p. 55).

De acordo com Menezes (2016), ex-servidor da FEBEM-SE, na Fazenda Olinda tinha criação de galinha, porcos e umas vacas leiteiras; a produção era para manter a cozinha da Fundação. O excedente era vendido: “tinha horta, até na feira do interior vendiam coentro, essas coisas; eram vendidos lá na feira. O dinheiro ficava para os menores como se fosse uma

poupança e assim que eles saíssem tinham o seu dinheiro no banco, em Riachuelo” (MENEZES, 2016).

Figura 9: Práticas de criação de animais e cultivo de hortaliças na Fazenda Olinda, em Riachuelo



Fonte: Sergipe (1991a) – Imagem adaptada.

O ex-presidente da FEBEM-SE, Francisco⁴² (2017), afirmou que foi ele quem criou as oficinas de chaparia, uma padaria e uma fábrica de picolés. Em relação a esta disse que tinha uma satisfação maior porque via nas crianças uma alegria quando pegavam os carrinhos de picolé para vender pelas ruas. Era uma forma de ter contato com o mundo externo de forma ordeira e dentro das regras sociais. Uma parte dos lucros com as vendas era guardada em uma poupança para as crianças e a outra parte era empregada na compra de matérias-primas. Durante a entrevista, salientou que já estava no fim da sua vida, adoentado, mas que iria morrer feliz por ter feito o melhor de si em benefício das crianças sergipanas.

Segundo o Relatório Técnico-Financeiro-Administrativo da FEBEM-SE, de 1983, era evidente a questão de formação para o exercício do trabalho, fazendo uma crítica ao sistema de internamento nas unidades oficiais e conveniadas em Sergipe:

⁴² Nome fictício para preservar a identidade do entrevistado.

Toda a nossa ação se encaminha para dotar o menor de condições para sua absorção no mercado de trabalho, e é neste momento que percebemos a dicotomia entre o escrito e a realidade ocorrida, enquanto não dispomos de oficinas nas nossas unidades, apenas oferecemos cursos ocupacionais que não preparam o menor para a absorção no mercado de trabalho e o marginaliza, deixando-o à mercê de subempregos geralmente trabalhando para um maior e o que é mais grave, afastado das atividades escolares, sem possibilidades de crescimento pessoal e de acesso aos bens e serviços da comunidade. (SERGIPE, 1983, p. 7).

A associação educação e trabalho deveria acontecer; não podiam ocorrer isoladamente, eram complementares. Isto me fez refletir de onde vem essa ideia de preparar crianças e adolescentes para o exercício de uma profissão. Tereza Cristina Cerqueira da Graça (2002) disse que o bom patriota era “[...] aquele que tem noção de pertencimento e deveres de um conjunto para com a pátria, que a ama incondicionalmente e cumpre suas leis, que trabalha para produzir sua riqueza e respeita o poder e a hierarquia.” (GRAÇA, 2002, p. 112). As ideias de Dewey (2007) também povoaram o ideal de educação no Brasil no início do século XX, com o dualismo existente em seu discurso de formação educacional do indivíduo, como trabalho e lazer, individualismo e coletividade, entre outros.

De acordo com o Relatório da FEBEM-SE, de 1987, foram adotados os métodos educativos de Montessori e de Pestalozzi em suas unidades (SERGIPE, 1978, p. 21), os quais visavam desenvolver os sentidos das crianças, o psicológico, físico, a um ensino ativo e a possibilidade de aprender fazendo. Para Montessori: “Se nada auxilia a criança, se o ambiente não foi preparado para a receber, será um ser em contínuo perigo, sob o ponto de vista de sua vida psíquica.” (MONTESSORI, s/d., p. 87).

Este discurso me pareceu contraditório, visto que, segundo a PNBM, era proposta uma educação voltada para o trabalho ou preparação para um ofício, remetendo-nos ao tecnicismo, já comentado nesta pesquisa, uma influência dos Estados Unidos, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, para a formação de mão-de-obra para o sistema capitalista, sem preocupação com a educação humanizada das crianças. Era direcionada às classes sociais mais pobres, aos marginalizados e desfavorecidos socialmente; enquanto a burguesia dirigente preparavam seus filhos para ocupar os postos mais altos neste sistema.

Para tal intento, além das oficinas preparatórias para o trabalho que existiam nas unidades da FEBEM-SE, a entidade também contava com convênios com outras instituições, públicas e privadas, para ofertar cursos profissionalizantes e vagas de estágio profissional. Paulo (2017), ex-interno da FEBEM-SE, chegou a frequentar o SENAI, por exemplo, além de ter iniciado sua vida como trabalhador na empresa de saneamento de Sergipe – DESO.

No Educandário São José eu fui encaminhado pra ser preparado no SENAI, eu estava fazendo Tornearia Mecânica, que na época era Mecânica Geral. Não concluí porque eu estava com pressa de ir trabalhar com o intuito de ajudar a minha mãe. Eu iniciei, passei dois anos, três, aí eu vi que já estava querendo...(trabalhar), tinha da 5ª série até fechar a 8ª série, dentro do SENAI, estudava e fazia o curso. (PAULO, 2017).

Disse ainda que no Educandário São José não existiam oficinas profissionalizantes, mas durante o tempo que ficou internado, neste e no Instituto Passos Miranda, havia outras práticas educativas, como: oficina de desenho, reforço escolar, futebol, atletismo, educação física, academia de ginástica, passeios a praias, cinemas, igreja, entre outras:

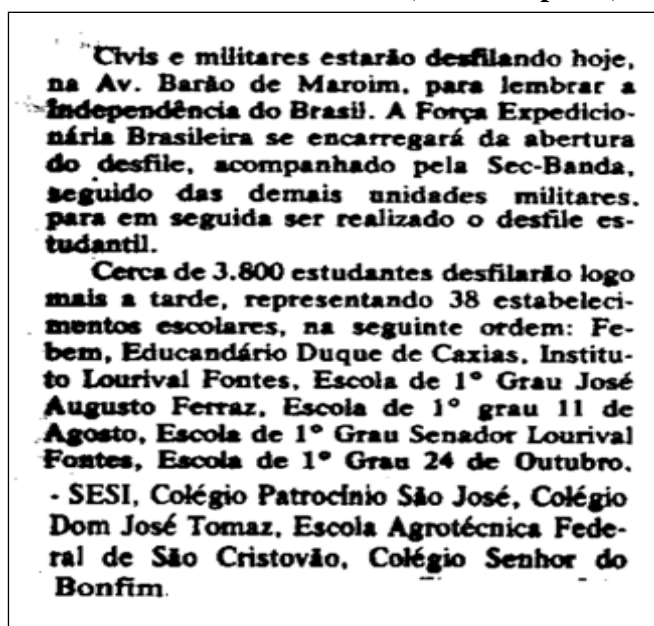
Tinha um futebolzinho, tinha uma chácara pra gente fazer um lazer. A chácara era dentro do Instituto Passos Miranda mesmo, tinha mangueira, cajueiro, laranjeira, vários tipos de frutas. Tinha um cinema, no final de semana, tirava um domingo, saía de casa e ia pra lá e a gente era destinado pra outros setores: um cinema, um circo e vários outros. Fazia também passeios à praia; tinha uma igreja lá dentro também, dentro do Instituto Passos Miranda. Na época tinha aquele lazer de Natal (na Praça Teófilo Dantas), que acabou, né? Não sei o que levou os governantes passados que veio destruir o lazer que o pobre tinha. (PAULO, 2017).

Dentre os aspectos das práticas elencadas, percebe-se a ludicidade e o contato dos menores com a natureza, no caso, uma chácara arborizada com frutíferas, além da formação religiosa, inclusive com uma “uma igreja lá dentro também, dentro do Instituto Passos Miranda”. (PAULO, 2017). Relembrando, o Instituto Passos Miranda era uma unidade oficial da FEBEM-SE, enquanto o Educandário São José era uma unidade particular conveniada. O entrevistado lembrou da participação em eventos esportivos e cívicos quando era interno no Educandário. Quando perguntado sobre estas práticas, disse:

Eu participei quando eu era do Educandário São José, que eu me lembro que fui estudar no Lourival Fontes, lá no Santo Antônio, na Igreja, tem um colégio lá. Aí, teve um evento da Coca-Cola, que levou todo tipo de aparelho referente a atletismo: salto em altura, correr, salto em vara e várias outras atividades. Fiz muitas participações de Sete de Setembro, desfile dos Jogos da Primavera através do Colégio... Eu, só atletismo. (PAULO, 2017).

Os desfiles cívicos eram notícias nos jornais sergipanos; envolvia escolas públicas e particulares do Estado, instituições governamentais, como: as Forças Armadas, Banda de Música Estadual (Sec-Banda), entre outras. Eram considerados grandes eventos para a cidade e todo o Estado, uma vez que escolas do interior também vinham para desfilar seus alunos na capital, em um momento de exaltação do patriotismo e civilidade conforme o contexto político do período.

Figura 10: Notícias sobre o desfile cívico-militar de 7 de Setembro do ano de 1980. (Texto adaptado).



Fonte: Gazeta de Sergipe, 7 de setembro de 1980.

Nota-se que, no segundo parágrafo do recorte acima, a FEBEM foi a instituição que abriu o desfile - semelhantemente ao desfile dos Jogos da Administração Pública de Sergipe, comentada na subseção 3.2.1 - parecendo uma forma que os dirigentes políticos tinham de mostrar à sociedade o trabalho que faziam na instituição e de forma indireta chamando a atenção sobre a questão dos menores desfavorecidos e da necessidade de mobilização de todos para a conscientização e enfrentamentos das desigualdades sociais.

Retomando a discussão sobre educação e trabalho, Manoel (2016) lembrou de outro ex-interno, chamado Carlos⁴³, que estudou no SENAI. Os menores estudavam juntos com outros garotos que não eram da FEBEM-SE, sem qualquer problema. Eram tão bons quanto os demais. De acordo com o narrado, Carlos fez um curso de solda e ainda hoje trabalha como

⁴³ Nome fictício em face do disposto no art. 17 e 143 do Estatuto da Criança e do Adolescente c/c art. 5º, X da Constituição Federal.

soldador. “Existiam também projetos e os diretores corriam atrás de cursos para os adolescentes: bombeiro hidráulico, instalação elétrica. Para as meninas... as meninas, eu lembro: faziam bordado, pinturas em tecidos...” (MANOEL, 2016).

Dialogando com dados do IBGE sobre educação, importante salientar que a política de atendimento pré-escolar, iniciada em 1985, fez com que índices sobre a frequência escolar duplicassem em quase todas as faixas pesquisadas para menores de 18 anos de idade. Das crianças que tinham entre 5 e 6 anos, 46,9% frequentavam a escola em 1987; entre 7 a 9, 84,5%; entre 10 e 14 anos de idade, 82,3%, entre 15 e 17 anos, 52,6%. No geral, a taxa de escolarização considerada de 5 anos, no mínimo, detectou que 89,3% das crianças até 10 anos de idade frequentavam a escola. A partir dos 14 anos de idade caiu para 69%; chegando aos 44,2% aos 17 anos de idade. (BRASIL, 1989).

Houve uma redução nos indicadores do IBGE de 1988 sobre o analfabetismo em relação ao início da década, mesmo assim, os índices da população entre 7 e 17 anos continuavam elevados, o correspondente a 21,9% da população nacional. No Nordeste, proporcionalmente, os índices de analfabetismo chegavam a ser 5 a 6 vezes maior que no Sudeste entre os grupos entre 10 e 17 anos de idade (entre 10 e 14 anos de idade, 35,4%; entre 15 e 17 anos de idade, 21,9%). (BRASIL, 1989).

Em relação à educação, a população adolescente no Brasil, entre 12 e 17 anos de idade, em dados divulgados em 1991, contava com 16.505.202 alfabetizados, contra 2.671.139 adolescentes analfabetos. Em Sergipe havia 156.802 adolescentes alfabetizados, de um total de 217.257 adolescentes residentes no Estado. Em outras palavras, 27,8% dos adolescentes sergipanos eram analfabetos. No anexo 4 apresento quadros referentes à escolaridade dos menores da FEBEM-SE do ano de 1979. Percebe-se uma linha decrescente de matriculados da 1ª série ao segundo grau.

Segundo Nascimento e Souza (1986), durante suas pesquisas junto aos menores da FEBEM-SE, pediram para que eles dessem opiniões de mudanças na instituição e entre as sugestões havia a de “aprender fazer o nome”. (NASCIMENTO; SOUZA, 1986, p. 24). Logo se vê que nem todos os menores internados tinham acesso à escola, o que de fato constatei a partir dos relatórios emitidos pela própria FEBEM-SE, corroborando com as pesquisas realizadas pelo IBGE, com dados divulgados em 1991:

Quadro 7: Analfabetismo entre adolescentes no Brasil e em Sergipe (1991)

Referências/variáveis	BRASIL		SERGIPE	
	Quantitativos	Percentual	Quantitativos	Percentual
Total de alfabetizados	16.505.202	86,1%	156.802	72,2%
Total de analfabetos	2.671.139	13,9%	60.405	27,8%
Total de adolescentes	19.176.341	100%	217.257	100%

Fonte: IBGE (1991).

Além do número populacional elevado de crianças e adolescentes do período pesquisado, a política internacional também pressionava para que houvesse mudanças, o que ficou consubstanciado pela Convenção sobre os Direitos das Crianças da ONU – Organização das Nações Unidas, em 1989, sendo oficializada como lei internacional em 1990. (UNICEF/BRASIL, 2016).

Desta forma, era necessário enfrentar o analfabetismo e preparar a juventude marginalizada do Brasil por meio da educação e formação para o trabalho para que não se tornassem um problema mais complexo na fase adulta. Segundo Marcos (2016), só quem não se tornou bem sucedido foi quem não quis alguma coisa com a vida. Muitos ex-internos da FEBEM-SE conseguiram ingressar para trabalhar em instituições conceituadas do Estado e do Brasil, como: Petrobrás, Energipe⁴⁴, DER, IPES, DESO e Secretaria de Segurança Pública, além de outros exemplos, como: advogado, professor de inglês, segurança, entre outros. “Eu, graças a Deus, eu só tenho amigo entre eles... pais de família, casados, aposentados. Já tem gente até aposentada [...] (risos)”. (MARCOS, 2016).

Manoel (2016), ao se referir a um ex-interno da FEBEM-SE, que trabalha como segurança de um supermercado de Aracaju, disse que quando o mesmo o vê pede a bênção: “bença pai... Um homem da ‘poxa’, entendeu? (o entrevistado sorri com orgulho), o respeito que existia.” (MANOEL, 2016). Esta relação entre um monitor e internos nem sempre acontecia. Pelo contexto analisado, os que se adaptavam ao sistema ganhavam a atenção dos servidores, os que não se ajustavam à disciplina e tinham a rebeldia como defesa deixavam de participar, muitas vezes, das atividades esportivas ou passeios a título de sanção pela prática de eventual ato de indisciplina.

A educação escolar e educação pelo trabalho na FEBEM-SE parecem ter sido instrumentos importantes para a ressocialização dos menores. Nas narrativas dos ex-servidores, chamavam os menores de alunos. Tanto as unidades oficiais quanto as instituições particulares conveniadas possuíam uma rotina semelhante, o que exigia um rigor na disciplina para que tudo pudesse transcorrer nos horários previstos pela Direção. O ex-interno Paulo

⁴⁴ Atualmente chama-se Energisa.

(2017), disse o seguinte sobre o período que viveu no Instituto Passos Miranda e no Educandário São José:

Eu ia pela manhã e à noite estava em casa. Nesse período da manhã até à noite, que era umas 5 horas da tarde, às 17 horas, a gente tinha uma atividade que era: estudar pela manhã; tinha o horário de ir para a banca, fazer exercício igual a uma escola normal e tinha a alimentação três vezes ao dia e cada dia um cardápio. Começando a estudar lá, tinha lazer, tinha dentista, médico, psicólogo, tinha tudo. (PAULO, 2017).

Asseverou ainda que quando estava semi-internado no Instituto Passos Miranda, estudava na Escola Emílio Garrastazu, no bairro Médici I, onde ficava sediada a unidade de menores. Depois passou a ser interno no Educandário São José que também tinha os mesmos serviços: educação, médico, dentista, refeições, entre outros.

De acordo com Nascimento e Souza (1986), a rotina dos menores na Triagem da FEBEM-SE era, exemplificativamente, a seguinte: 05:30 – Acordar; 07:00 – Tomar café; 08:00 – Sala de aula; 09:30 – Lanche; 11:00 – Banho; 11:30 – Almoço; 15:00 – Lanche; 17:00 – Jantar; 21:00 – Dormir. Tanto no período da manhã quanto da tarde alguns menores participavam de cursos profissionalizantes promovidos pela instituição, como: serralheria, curso de fibras (de cordas), entre outros. (NASCIMENTO; SOUZA, 1986, p. 18).

Ademais, as unidades conveniadas recebiam menores pobres, órfãos ou em situação de vulnerabilidade, enquanto as oficiais acolhiam menores delinquentes, usuários de entorpecentes, violentos, rebeldes, considerados pelo sistema como difíceis (de recuperação). A tentativa de controle destes sujeitos gerava uma tensão e, quando havia uma rebeldia, as punições entravam em cena, eventualmente seguidas de alguma agressão física. A indisciplina não combinava com os interesses da PNBm, sendo as fugas um dos meios que os menores tinham para demonstrar a insatisfação de estarem internados compulsoriamente.

3.2.4 Disciplina e fugas

A FEBEM-SE, sendo uma instituição que acolhia centenas de menores com idade inferior a 18 anos em suas unidades, era necessário haver um controle, uma fiscalização e disciplinamento. É neste ponto que irei me deter para trazer à baila as representações de alguns sujeitos. O entrevistado Marcos (2016), ex-funcionário, disse que no CRT havia um setor denominado de “R1” (Reeducação 1) - onde ficavam os menores mais violentos e que

tinham praticado atos graves contrários às leis – relembrando que houve um período que o lugar chegou a acolher cerca de 150 (cento e cinquenta) menores.

De acordo com o ex-interno Paulo (2017), disse que os menores que ingressavam na FEBEM-SE eram encaminhados para unidades diferentes a depender do perfil que tivessem. Segundo ele, os “delinquentes já iam para outro setor, o CRT; se eram órfãos, meninos assim que tinha um pouco de recuperação ficava ali na FEBEM. Os que não tinha recuperação, eram já marginalizados mesmo, iam para o CRT. Onde hoje é o CENAM.” (PAULO, 2017). O entrevistado se referiu ao Instituto Passos Miranda, onde funcionava a sede da FEBEM-SE, para o acolhimento de meninos órfãos ou “com possibilidade de recuperação”; os “irrecuperáveis” eram encaminhados ao CRT. Porém, já foi comentado que este Centro de Recepção e Triagem estava dividido em: triagem; R1 – para adolescentes que eram rebeldes ou praticaram atos infracionais; e R2 – para adolescentes com bom comportamento.

No CRT, pela manhã, todos eram colocados em fila para a realização da chamada e a passagem do serviço da equipe do turno da noite para a equipe do turno do dia. Feito isto, os menores eram encaminhados ao refeitório, eram servidos em bandejões, contendo todos os talhares para a refeição, inclusive facas. Eram servidos, sentavam-se, faziam uma oração e em seguida se alimentavam. Os que tinham escola pela manhã, escovavam os dentes, pegavam seu material e se dirigiam às escolas que se situavam no bairro América, vizinho ao CRT.

Mas “quem ficava na casa: fazer limpeza do refeitório, limpeza de banheiro, corredor, quarto [...]. Quem ia pra horta, ia pra horta; quem ia pra marcenaria, marcenaria, e aí as atividades. Quem ia fazer ‘banca’⁴⁵, quem tava fraco em alguma matéria...”. (MARCOS, 2016). Nas unidades de acolhimento contavam com professores para acompanhar os alunos nas tarefas de “casa”. Por volta das onze horas da manhã, os que tinham ido à escola começavam a chegar; preparavam-se para o almoço e à tarde, os que tinham ido à escola pela manhã, iam “fazer manutenção da ‘casa’, algum curso que tivesse ou ‘banca’ de novo” (MARCOS, 2016), e quem tinha ficado pela manhã ia à escola pela tarde.

Para Foucault (1987), a disciplina nos diversos espaços surgiram para poder atender os interesses dos dirigentes do poder, micro ou macro, visto que “lugares determinados se definem para satisfazer não só a necessidade de vigiar, de romper as comunicações perigosas, mas também para criar um espaço útil” (FOUCAULT, 1987, p. 132), como as escolas, hospitais, quartéis e manicômios, onde o horário, ou melhor, a regulamentação dos ciclos de repetição “muito cedo foram encontrados nos colégios, nas oficinas, nos hospitais, [...] as

⁴⁵ Aulas de reforço escolar.

novas disciplinas não tiveram dificuldades para se abrigar; as casa de educação e os estabelecimentos de assistência [...]” (FOUCAULT, 1987, p. 136). O autor se referia ao disciplinamento do corpo, que saiu da punição física para a dimensão das liberdades, ou seja, da perda de direitos, como: de ir e vir, dos bens, de benefícios, entre outros.

Dialogando com Herbart (1971), a disciplina é um elemento fluido que, de acordo com as circunstâncias, o caráter e a moral estão imersos e que “se mostra eficaz, sobretudo em relação à arbitrariedade e também, em parte, à inteligência.” (HERBART, 1971, p. 59). Convergingo com tal pensamento, Spencer (1988) também relaciona a disciplina à formação moral para que o indivíduo possa se ajustar aos anseios sociais. De acordo com este autor: “[...] a disciplina pela qual a natureza ensina à criancinha a regular os seus movimentos, é a mesma que retém sobre a lei a grande maioria dos homens e pela qual eles são mais ou menos moralizados; [...]” (SPENCER, 1988, p. 166).

A rotina interna das unidades da FEBEM-SE fazia com que os menores inculcassem um sentido de organização das tarefas, afazeres e compromissos a serem realizados ao longo do dia, da semana. Isto serviria para regular seus comportamentos, corpos e mentes, moldando-os para a vida adulta. No entanto, nem todos se adaptavam às regras do sistema; a violação das normas gerava a quebra da disciplina e ordem interna, ocasionando reações da instituição materializadas nas punições. Com medo ou por rebeldia, alguns empreendiam fugas das unidades, sendo que muitos eram encontrados pela polícia e comissários de menores perambulando pelas ruas, sendo levados de volta para as unidades. Desta forma, geravam-se muitas reincidências, ou seja, nova entrada dos mesmos menores; o que foi constatado quando analisei os Boletins dos Menores no Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe.

Em Pernambuco, Miranda (2014) disse que as fugas representavam a resistência das crianças ou simples astúcias que desafiavam a vigilância da FEBEM. Em outros casos, eram motivadas pela saudade de suas famílias e queriam regressar para suas casas, muitas vezes distantes da capital. Quando ocorriam fugas, logo acionava-se o sistema judiciário e de segurança pública (polícia) para poder controlar a situação internamente, bem como de saírem no encalço dos fugitivos. Relatou o uso de uma Kombi preta pelo Juizado de Menores que recolhia pelas ruas da cidade os menores em situação de marginalidade. (MIRANDA, 2014, p. 100).

Durante o período da pesquisa realizada por Roberto da Silva (1997), dentro da sua amostragem 32,4% dos menores fugiram da FEBEM de São Paulo, sendo que mais da metade eram infratores. Segundo o autor:

Os que se tornaram infratores representam aqueles que, de uma forma aleatória e desordenada, tentaram resistir ao processo de institucionalização e às tentativas de completa supressão da sua autonomia. A fuga, a maior agressividade, a rebeldia e a desobediência são indicadores claros desses mecanismos de resistência e o tornar-se infrator indica que àqueles meninos não foi oferecida nenhuma alternativa para que aprendessem a lidar positivamente com a sua rebeldia, com a revolta e com a indignação. [...] Fugir ou tentar fugir é uma prerrogativa inalienável de todo e qualquer ser vivo que se sinta oprimido. Dentro das instituições totais existe – por parte dos internos – um pacto irretratável quanto ao direito de fuga e ninguém ousa quebrá-los sem sofrer graves consequências. (SILVA, 1997, p. 110-111).

O alto índice de fugas pode servir de espelho para outras unidades federativas, visto que durante a minha análise dos documentos do juizado de menores encontrados no Arquivo Judiciário de Sergipe, pude verificar que, de uma amostragem de 100 (cem) menores apreendidos, 13 (treze) tinham fugido ou foram encaminhados diretamente ao CRT⁴⁶, 11 (onze) foram reincidentes⁴⁷, totalizando 24% do universo analisado.

O Relatório Técnico-Financeiro-Administrativo da FEBEM-SE (1983) criticou as estruturas e segurança das unidades: “Constata-se, na Triagem, o maior número de fugas registradas no CENAM” (SERGIPE, 1983, p. 15), devido à permanência prolongada por ter o Juizado de Menores encaminhado menores sem qualquer estudo prévio com informações básicas que deveriam acompanhar o internamento, ou por causa de problemas internos, como; falta de viaturas para as visitas domiciliares, a carência e o abandono dos menores constatadas pela equipe técnica, a necessidade de qualificar os profissionais, a grande rotatividade de menores no CRT, a falta de materiais e equipamentos – lençóis, toalhas, armários individuais, material didático, entre outras situações. (SERGIPE, 1983, p. 14-15).

Nesta época, um novo prédio para acolher os menores foi construído onde havia um campo de futebol no CAM, passando a se chamar CENAM – Centro de Atendimento a Menores. Segundo o referido relatório, o novo local possuía uma boa estrutura física, mas inapropriada, quente, escura:

[...] além de muito desprotegida e excessivamente aberta, o que possibilita não só a fuga frequente de menores, como também a entrada de pessoas estranhas, especialmente à noite, que perturbam a ordem interna da casa e conduzem tóxicos para serem distribuídos entre alguns menores. (SERGIPE, 1983, p. 15).

⁴⁶ Variáveis que constavam nos Boletins Individuais. Neste caso, foram menores que tinham fugido e, apreendidos novamente pelos comissários ou polícia, levados de volta ao CRT.

⁴⁷ Menores que tinham sido liberados pela autoridade judicial, mas que voltaram a praticar atos infracionais.

De acordo com o narrado por Marcos (2006), nos finais de semana, caso os menores fossem para a casa dos pais, um destes deveria comparecer para pegar o filho e levá-los de volta na segunda-feira. A Juíza de Menores deste período quando entrevistava os pais ressaltava esta responsabilidade. Quando um menor ia passar o final de semana em casa e fugia para não retornar à FEBEM-SE, os pais compareciam às respectivas unidades onde seus filhos estavam internados para avisar aos Diretores ou à autoridade judicial. Aguardava-se um tempo para ver se o menor aparecia à unidade; quando não, a juíza mandava procurá-lo onde estivesse.

De acordo com Silva (1997), nas unidades da FEBEM de São Paulo, era muito comum a prática de fugas, no entanto, a maioria retornava espontaneamente por não ter para onde ir. A FEBEM se limitava a: comunicar apenas a fuga, o retorno do menor e quando ele completava 18 anos para que pudesse ser desinternado; mas nenhuma diligência era adotada para localizar o menor que fugisse. Os motivos das fugas geralmente eram por causas sentimentais, no caso, para tentar encontrar suas famílias; por terem praticado infrações disciplinares (gerando um castigo) e a internação prolongada. (SILVA, 1997, p. 110).

No Rio de Janeiro, o Setor Técnico era muito cobrado pela superlotação das unidades da FEBEM, especialmente os assistentes sociais, visto que depois do Setor de Disciplina era o que permanecia mais tempo nas unidades, as quais não tinham nenhuma conotação de ressocialização de fato; “nada lá foi tocado ou mudado, em consequência, o número de fugas de menores aumentava a cada dia, fato anteriormente praticamente inexistente.” (LIMA; SILVA; VIEIRA, 1987, p. 145).

Na FEBEM-SE era comum que os educadores saíssem para passear com os menores, tanto pelas adjacências das unidades de internação quanto para lugares mais longínquos, como as praias e centro da cidade. Aos domingos, os menores eram levados à Igreja Católica dos Capuchinhos, no bairro América; porém, quando os educadores queriam levá-los para passear no “Parque Olímpio Campos”, aproveitavam para assistir a missa na Catedral, situada na mesma praça. Segundo as narrativas, eram grupos de 60 a 70 menores. Após a missa, os monitores ficavam com eles na praça por alguns minutos para que passeassem. Nestes passeios, eventualmente tinha um ou outro que fugia, mas os monitores ficavam atentos, mas já chegaram a sair ao encalço dos fugitivos, evitando, assim, maiores problemas com a direção da FEBEM-SE e com o Juizado de Menores.

O entrevistado Francisco (2017), ex-presidente da FEBEM-SE, disse que as fugas existiram, mas esporadicamente. Segundo ele “As fugas que os meninos empreendiam nessa época não eram necessárias [...]; os meninos ficavam amontoados, um bando de meninos que só maquinam o mal” (FRANCISCO, 2017). Mencionou que quando estava como presidente da instituição, muitas vezes levou seus filhos para almoçar junto com os menores internos. Mas isto se tornou impossível com o passar do tempo por causa da mudança do perfil dos menores que passaram a ser acolhidos, referindo-se ao comportamento violento.

As fugas, assim, eram consideradas atos de indisciplina e por isso precisavam ser punidas; não só elas, mas qualquer ato que denotasse uma violação às normas internas das unidades, pondo em risco o controle pela instituição total.

Na subseção seguinte foram abordadas as questões atinentes aos castigos praticados nas unidades da FEBEM-SE, oficiais ou conveniadas, tema que não apareceu nos quatro relatórios da unidade sergipana analisados para esta tese, mas que figuraram de forma direta ou subliminar nas narrativas dos entrevistados e ratificado pela literatura.

3.2.5 Castigos

Ao menor, recém-chegado ao sistema, eram-lhe apresentadas as regras internas da instituição: tanto as previstas em seus regimentos ou portarias, quanto os hábitos e costumes criados pelos internos. Elas serviam para adequar o comportamento dos novatos - bem como dos veteranos; momento que podia suscitar nos mesmos uma adesão e se tornarem obedientes ou um revoltado, causando problemas ao estabelecimento, aos funcionários ou aos demais internos. Assim, “um internado que se mostra insolente pode receber castigo imediato e visível, que aumenta até que explicitamente peça perdão ou se humilhe.” (GOFFMAN, 2015, p. 26). Segundo relatos dos ex-internos da FEBEM-SE e na literatura especializada, a punição poderia ser uma simples advertência verbal até a colocação em local isolado e, não raro, perpassando por agressões físicas, por um tapinha na cabeça, um puxão de orelha, até mesmo o uso da palmatória.

De acordo com o autor, as humilhações em instituições totais como: manicômios, prisões e conventos podiam partir dos funcionários ou dos próprios internos, como: baixar a cabeça, curvar-se, inclusive para “pedir algumas coisas pequenas – por exemplo, fogo para cigarro, um copo d’água ou permissão para usar o telefone.” (GOFFMAN, 2015, p. 30). Ainda, ofensas verbais, xingamentos, apelidos pejorativos, além da obrigatoriedade da

realização de atividades diárias consideradas estranhas à vida deles. Estas situações podiam desencadear um processo de mortificação da identidade dos presos ou internos.

Foucault (1987), em sua obra *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, informou como ocorreu a evolução dos castigos desde a Idade Média, momento em que surgiu o inquérito para estabelecer a verdade de um crime e aplicação de sanções. Isto se deu de forma lenta e com dificuldades visto que, por exemplo, na França do século XV “o magistrado tinha o direito de receber denúncias anônimas, de esconder do acusado a natureza da causa, de interroga-lo de maneira capciosa, de usar insinuações” (FOUCAULT, 1987, p. 36); o acusado não tinha acesso ao processo, de saber quem eram os acusadores, os motivos, bem como de serem assistidos por advogados, circunstâncias de uma época que “diante da justiça do soberano, todas as vozes devem se calar.” (FOUCAULT, 1987, p. 35-36).

A partir de indícios de um crime, o suspeito ou acusado era submetido a um processo de confissão, geralmente conseguida por meio da tortura, usada como meio de se produzir ou reproduzir a verdade sobre um crime. Este, quando perpetrado, causava um dano não só à vítima imediata, mas também ao soberano, ou seja, o Estado, o que era suficiente para justificar uma punição que atingisse fisicamente o autor do delito. (FOUCAULT, 1987, p. 44-45).

Para a aplicação destas punições havia a figura do carrasco, o executor de um suplício, tortura, castigo ou pena; era ele quem exibia a força física do príncipe, acompanhada de chutes e pontapés – permanências que podem ser observadas ao longo da história. De acordo com o autor, o carrasco que não sabia executar o suplício, fazia malfeito ou fora das regras do esquadramento, por exemplo, era punido com a subtração de algum bem ou mesmo com prisão. Resumindo, o juiz ou o príncipe, se valia do executor para não sujar as suas mãos, visto que a execução era a parte mais horrenda de uma condenação. A justiça foi se distanciando cada vez mais da aplicação efetiva da pena, delegando a terceiros esta medida vil e desagradável. (FOUCAULT, 1987, p. 48-50).

Assim, o poder sobre o corpo do Estado na figura do juiz vai se modificando com o tempo. Os castigos físicos com fim de infligir sofrimento ao condenado deixam de ser centrais, passando o corpo a sofrer de forma indireta, com: perda de bens e direitos, da liberdade, realização de trabalhos forçados, redução de alimentos, uso da masmorra, entre outros. Houve um afrouxamento da severidade penal nos dois últimos séculos. O corpo e o sangue são sucedidos pelo castigo da alma, sobre o coração, o intelecto e a vontade. (FOUCAULT, 1987, p. 20-21).

As medidas de segurança passam a ser acompanhadas de proibições de permanências em determinados locais, liberdade vigiada, tutela penal, tratamento médico obrigatório, tornando-se as novas maneiras do Estado controlar os corpos. O objetivo é “[...] tornar o criminoso ‘não só desejoso, mas também capaz de viver respeitando a lei e de suprir às suas próprias necessidades;’ [...] controlar o indivíduo, a neutralizar a sua periculosidade, [...]” (FOUCAULT, 1987, p. 22).

Os espetáculos de sacrifícios humanos vão se extinguindo no final do século XVIII e começo do XIX: as execuções passaram a ser rápidas com o uso de guilhotinas e carrascos decaptadores. Essa tendência foi acompanhada por outros países como: Inglaterra, Suíça, Áustria e Estados Unidos (FOUCAULT, 1987, p. 13-19), apesar da pena de morte, ou seja, o uso do corpo para punir, ainda permanecesse em vários países. A execução se transformou de espetáculos em praças abertas com esquadrejamentos para mecanismos que não causassem sofrimentos duradouros aos condenados e em espaços reservados.

Os castigos são punições administradas pelos dominantes aos dominados, ou seja, pelas elites dirigentes de uma sociedade ou por sujeitos que exercem um macro ou microfísica do poder: reis, príncipes, políticos, juízes, promotores, delegados, diretores de instituições de cerceamento de liberdade, pais, professores, entre outros.

Neste processo de punição também se enquadravam os menores que eram tratados como adultos principalmente quanto às questões criminais, sendo colocados em prisões juntamente com adultos, sofrendo as atrocidades físicas e psicológicas inerentes a estes espaços. Em meados do século XIX a questão dos menores passou a chamar atenção das autoridades governamentais e judiciais, tendo em vista o grande número de crianças que perambulavam pelas ruas, mendigando e praticando pequenos delitos, como furtos de frutas para se alimentarem. Isto causava incômodo aos nobres e enfeavam os espaços públicos.

No Brasil, como já citado, o Código Criminal do Império - de 1830 - punia menores de 14 anos quando praticavam atos indesejados pela sociedade. Passou-se, então, a discutir sobre a forma de tratamento dispensado às crianças e púberes da nossa sociedade para que tivessem tratamento mais humanizado e de acordo com as suas respectivas idades. Sendo um país recém criado, seguir as tendências legiferantes dos países tidos como civilizados – França, Inglaterra, Estados Unidos, Suíça, Áustria, por exemplo – era uma forma de não cair no atraso civilizatório e tentar acompanhar e ser aceito pelos países desenvolvidos. Assim, com a chegada da República é que se percebe um incremento na criação de leis específicas para menores, geralmente a partir do que era posto pela e para a capital federal, sendo seguida pelos demais estados brasileiros.

Apesar de ser o menor estado do Brasil, Sergipe sempre esteve a par das discussões sobre a questão do menor. A criação de um espaço oficial para o acolhimento de menores delinquentes ocorreu pela primeira vez em Sergipe no ano de 1942, em Nossa Senhora do Socorro, em uma fazenda, denominada Cidade de Menores Getúlio Vargas. Com o passar dos anos passou a aceitar todo e qualquer tipo de classificação de crianças e adolescentes: pobres, órfãos, doentes, deficientes, entre outros, talvez porque o número de infratores era insignificante diante da demanda diversificada de menores que o governo tinha que lidar.

A sociedade sergipana cresceu e foi necessário criar novos espaços para o acolhimento de menores. Hoje, é possível apenas encontrar as ruínas das instalações da Cidade de Menores. Em 1964, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor é instituída sob a tutela da FUNABEM, mas somente em 1976 foi criada a FEBEM em Sergipe. Nestes espaços, em um momento ou outro, houve algum tipo de violência contra os sujeitos ali acolhidos. De acordo com Fátima (2017), ex-interna do Orfanato Santa Inês e do Orfanato Imaculada Conceição - a primeira oficial e a segunda conveniada à FEBEM - havia uma rigidez muito grande das instituições, principalmente no Imaculada Conceição que, segundo o entendimento dela, porque era particular e tinham mais cuidado com as internas.

Questionei Fátima (2017) se havia rigidez nas instituições em que foi interna e tivemos o seguinte diálogo:

- Havia uma rigidez na disciplina?
- Tinha sim. Tinha castigo também.
- De qual tipo?
- Você não vai pra esse lugar; passeio se tivesse não ia; você não vai sair...
- Mas tinha palmatória ou outro tipo de castigo físico?
- Não, não. No Santa Inês eu era criança... no Santa Inês tinha [...] que gostava de bater.
- Mas era palmatória, chinelo?
- Era chinelo.
- Onde era?
- Na mão.
- Ao invés da palmatória usava o chinelo pra servir de palmatória?
- Era, chinelo. Eu via... se eu disser: você já apanhou? Não, eu não. Mas eu via nas outras pessoas, eu via.
- Além da palmatória, havia outro tipo de castigo?
- Não tinha palmatória, eu nunca vi palmatória não.
- Mas tinha outros tipos de castigos?
- Tinha: ficava no quarto, puxava a orelha, dava uns balanços.
- Isso nas duas ou só na Santa Inês?
- Acho que só no Santa Inês. No Lar Imaculada elas botavam só de castigo: tirava a televisão; não tinha muito com o que se divertir, era só televisão. (FÁTIMA, 2017).

Apesar de ter dito que não sofreu qualquer castigo quanto foi interna, caiu em contradição mais adiante na entrevista ao tecer elogios às instituições:

Ai, a gente tinha muita coisa (no Santa Inês). Eu gostava. De vez enquanto eu me lembro do meu Natal, me lembro, eu gosto, eu me lembro... Ah! Meu Deus do céu como era bom o Santa Inês (entrevistada alegre e sorridente), era bom. O outro também era bom, só que era mais preso. Era, o Lar Imaculada. Elas tinham mais medo... protegia muito a gente, entendeu? E cá não, era mais solto... Avé Maria! Era um Lar enorme, ali onde é a Fundação Renascer. De vez enquanto, quando vou lá, vivia muito lá... eu me lembro. Bom demais. Não tenho o que dizer coisa ruim não. Minha infância e minha adolescência, de vez enquanto eu digo: ah! Eu queria voltar àquela época porque foi bom. Tinha castigo? Tinha. Puxavão de orelha? Tinha. Mas porque fiz alguma coisa, né? Entendeu? Mas era bom. (FÁTIMA, 2017).

Os entrevistados, por vezes, tenderam a esconder algumas informações sobre suas memórias, por vergonha, por ser doloroso ou qualquer outro motivo pessoal. Eles ficavam emocionados, nervosos e alguns chegaram a chorar quando lembraram das suas infâncias. A Fátima mencionou ainda que passaria pela mesma experiência novamente, que foi muito bom, que não lhe faltava nada, que comia de tudo e a cada dia um prato diferente no cardápio. Porém, ao ser perguntada se internaria um filho ou filha nas mesmas condições e circunstâncias, respondeu que “Não! Era bom, mas não. Tinha de tudo, mas não. Eu queria estar perto, quero o meu filho perto de mim, todos os dias” (FÁTIMA, 2017).

Paulo (2017), da mesma forma que a Fátima, primeiro disse que não havia castigos nas instituições que frequentou, Instituto Passos Miranda (oficial/FUNABEM) e Educandário São José (particular/conveniado), mas depois mencionou que havia vários tipos de castigos. Ele respondeu o seguinte:

- O castigo que existia era aquele de você não apanhar, e sim aquele castigo de: não vai sair hoje pro seu lazer; fique aí; quando terminar a hora do lazer você vai sair do castigo e vai fazer a atividade seguinte.
- O senhor nunca ouviu falar de nenhum tipo de castigo físico, tipo palmatória, ou mesmo agressão física, bater?
- Desse período aí, só pra aqueles pra que não queria atender mesmo, aqueles que tinha cabecinha já pra fugir do lugar. Aí tinha aquele castigo... tinha uma palmatoriazinha. Na sabatina sempre existiu, numa arguição sempre existiu uma palmatoriazinha. (PAULO, 2017).

Além destes, o entrevistado também narrou que havia um tipo de castigo na hora das refeições para aqueles que chegavam atrasados: comiam menos, meia ração ou era retirado algum acompanhamento. Disse que acreditava que isto era um tipo de punição, salientando que depois dos “dois dias que eu cheguei atrasado e não tive a qualidade de alimentação

(cardápio completo), eu entrei na linha de chegar cedo. Nunca mais eu faltei o horário de comer aquele cuscuzinho com carne e etc. (risos)” (PAULO, 2017).

Apesar dos pontos negativos, atribuiu gratidão pelos lugares que foi interno por causa da necessidade, não só dele mas de todos que estavam ali; era bem tratado pelos funcionários ou servidores: “Tratavam como se fosse um filho. De rejeição nunca teve, de dizer assim: você é diferenciado daquele outro, nunca teve isso não. Nunca fui maltratado não. Na época do Instituto Passos Miranda e Educandário São José, sempre fui bem atendido.” (PAULO, 2017).

O entrevistado ainda mencionou a vontade de ser professor ou coordenador de algo na atual Fundação caso ainda fosse como na época em que foi interno. O alimento, a escola, o lazer e a convivência com terceiros foram citados como pontos positivos. Quando perguntado se passaria pelo sistema novamente ou se internaria um filho, respondeu que sim, diferentemente da Fátima (2017).

Nenhum ex-servidor da FEBEM/SE mencionou qualquer tipo de agressão física aos menores, exceto o Francisco (2017), o qual pude depreender das entrelinhas narradas que alguns menores levavam palmadas quando ficavam bravos ou rebeldes.

Os demais ex-servidores comentaram que as punições ocorriam de outra forma, como foi mencionado pelo ex-monitor Manoel: lavar os setores das unidades de internação ou ficar no quarto por alguns minutos, mas sem castigos físicos. Disse:

[...] sua punição vai ser essa: lavar o setor. O adolescente pegava a vassoura, pegava o balde e lavava o setor e pronto. [...] A gente poderia deixar: você está de castigo, suba, fique lá no alojamento. Nessa época não existia o quarto de reflexão [...]. Depois foi que veio surgir [...] é o que existe hoje, mas antigamente não tínhamos esse quarto. (MANOEL, 2016).

Em um ou outro momento, como no caso desta citação, pude detectar algum tipo de castigo infligido aos menores da FEBEM-SE. O regimento ou o estatuto interno deveria prever as punições, elencando de forma clara as principais ocorrências e deixando para um conselho de disciplina a apreciação de casos não previstos. Não consegui encontrar nenhum documento dessa natureza, impedindo uma análise mais aprofundada.

Ficar recolhido no alojamento por um determinado tempo, apesar de não ser o “quarto de reflexão”, parecia ser uma prática comum da “casa”. Tal procedimento também ocorria em outras FEBEMs do país e recebiam nomes diversos; por exemplo: as cafuas - eram “celas para castigar os menores indisciplinados” (LIMA; SILVA; VIEIRA, 1987, p. 145), existentes em

uma instituição para menores delinquentes do Rio de Janeiro da década de 1970. As autoras mencionaram a existência de uma sala no Setor de Disciplina do estabelecimento de internação onde trabalhavam: era a menor de todas e “se assemelhava às cafuas em tamanho e diferenciava-se pela porta, de madeira e não de grades de ferro, bem como pela existência de mesa e cadeira.” (LIMA; SILVA; VIEIRA, 1987, p. 145).

De acordo com Foucault (1987), a pena tinha que ser individualizada, onde a solidão era considerada um instrumento positivo de reforma e “realiza uma espécie de auto-regulação da pena” (FOUCAULT, 1987, p. 211-212), para que gerasse no indivíduo uma reflexão, remorso e uma consciência dos seus atos.

Logo, pode-se entender que dentro das cafuas não existiam móveis, apenas uma grade de ferro que lhes dava acesso: eram celas que isolavam os internos por terem praticado alguma indisciplina grave: brigas, agressões, xingamentos, desrespeito aos servidores, entre outros. Havia apenas o local para a realização das necessidades fisiológicas e um colchão, com roupa de cama. Não havia energia elétrica, isto prevenia ocorrências, como: suicídio, incêndio, curto circuito nas instalações do prédio, entre outros. A iluminação era feita por uma luminária colocada do lado externo, fora do alcance do menor. Ademais, o local também servia para preservar alguns menores que eram ameaçados pelos demais internos.

Sônia Altoé (1993), descreveu sobre outros tipos de castigos executados nas instituições, também do Rio de Janeiro: agulha (ficar com o corpo a um metro da parede com o braço esticado e apoiado em um dedo por muito tempo); ficar em pé em posição de sentido sem se mover por uma ou duas horas; além da “bolacha”, cubículo – outra denominação para as cafuas; bater na boca do estômago, bater arbitrariamente, entre outros. (ALTOÉ, 1993, p. 43; 44; 50; 73). A autora relatou que a disciplina nestes espaços era compreendida como importante para a manutenção da ordem, mas que poderia impactar na fase adulta:

A disciplina vem, invariavelmente, associada às formas de punição, uma vez que pequenas faltas disciplinares são tratadas com castigos diários. A punição severa muitas vezes não se relaciona à falta cometida, mas ao rigor ou à raiva do funcionário. [...]. O castigo exagerado, indiscriminado, resulta por levar à revolta e ao ódio. São situações que marcam o indivíduo durante o tempo de internação e após o desligamento. (ALTOÉ, 1993, p. 44).

Este comportamento dos funcionários ou servidores foi ratificado pelos estudos de Lima; Silva e Vieira (1987). Para as autoras, eles eram tão institucionalizados quanto os menores. Referiam-se, em especial, aos que compunham o setor de disciplina, que passavam 24 horas trabalhando em regime de jornada de plantão. Eles praticavam violências contra os

menores e com eles mesmos, numa mistura de pressões superiores e sentimentos pessoais, ao passo que tinham consciência que eram fundamentais para que o estabelecimento existisse, ou melhor, funcionasse. Porém, “a instituição ignorava-os enquanto pessoas e enquanto cidadãos, usando-os como postos de contenção e prática de violência” (LIMA; SILVA; VIEIRA, 1987, p. 150). Em suas pesquisas, concluíram que, após acompanhamento psicológico pela equipe técnica, os funcionários “começaram a se dar conta de violências exageradas no estabelecimento e de como isso funcionava como válvula de escape às frustrações” (LIMA; SILVA; VIEIRA, 1987, p. 150) que carregavam.

De acordo com o entrevistado Pedro (2017), ex-interno da FEBEM-SE, existiam agressões físicas nas unidades, sendo ele mesmo vítima destas violências. Ao ser questionado se havia castigos nos estabelecimentos em que foi interno, disse o seguinte:

- É. Porque aqueles que, sem muita educação, muito ignorante, existia os castigos.
- Quais tipos de castigos?
- Ficar de joelho, ficar de joelho por meia hora, e depois umas pancadas, uns tapas que dava, né?
- Pancadas, uns tapas? Aonde? Nas mãos, nas pernas?
- Nas mãos, dava as pancadas aí depois se ajeitava.
- E o castigo nas mãos era dado com o quê? Era palmatória, chinelo, o que era? Existia palmatória?
- Não, não; que eu me lembre, não. (Entrevistado agitado, nervoso). Que era raro também eu apanhar ali, eu era raro ali.
- Era raro, mas quer dizer que o senhor chegou a apanhar?
- Não, também não. Eu já cheguei, eu já cheguei mas foi pouco, não era muito não. Não é dizendo que eu só era bonzinho não. Não, não tinha essa palmatória não, essa palmatória não tinha não.
- Como era o castigo? Como era a surra?
- Era o cinturão, era tapa que eu via mesmo, nas costas: “Pá!” Mesmo, isso era. Existia os tapas mesmo pesados, tinha tapa nas costas mesmo. (PEDRO, 2017).

Percebe-se sempre uma fuga da pergunta pelos ex-internos, mas depois assumem que realmente havia castigos, muitas vezes exagerados, aviltantes, humilhantes e desproporcionais: ficar de joelhos por meia hora e depois ser submetido a pancadas e tapas, ser surrado com um cinturão na mãos, nas costas. Talvez fosse isso mesmo que o sistema quisesse instituir para docilizar os corpos dos marginalizados, algo semelhante ao que ocorria em outros estabelecimentos governamentais com o fim de se manter a ordem. Pedro informou que os motivos que ensejavam os castigos eram banais: brigas entre os internos; por responderem com má educação aos monitores ou funcionários; por estarem fazendo coisas erradas; não cumprir uma ordem; má criação; teimosia; por colocar a roupa fora do lugar; desrespeitar as regras da unidade, entre outros.

Ao ser questionado se passaria novamente pela experiência, respondeu que não gostaria de passar, a não ser que não tivesse outra opção, como foi o seu caso à época, e desde que fosse o modelo de instituição total anterior, ao tempo em que foi interno, visto que não acredita no atual. Disse que só tem a agradecer à FEBEM-SE, apesar dos pontos negativos, inclusive os castigos, pois foi por meio dela que conseguiu oportunidade para estudar e ter um emprego – trabalha para a mesma empresa até os dias atuais. Afirmou que, caso não tivesse condições, internaria seu filho naquela instituição “Porque é uma ótima instituição, que tem educação ali, tem esporte, tem tudo ali, lazer, tem a segurança, tem a liberdade também, que não era preso, tinha a sua liberdade, alimentação, roupa, tudo de bom.” (PEDRO, 2017).

Esta é uma representação diferente da que a Fátima (2017) teve, porém, próxima a de Paulo (2017), visto que este não pestanejou ao afirmar que voltaria ao sistema, inclusive também internaria o seu filho.

José (2016), outro ex-interno da FEBEM-SE, não entrou em maiores detalhes sobre a prática de castigos, dizendo que era comum encaminhar o menor para ir dormir mais cedo ou ficar sem assistir televisão. Penso que também havia punições coletivas, alcançando a todos quando apenas um cometia uma falta, como ressaltou Altoé (1993, p. 73). Apesar de não ter se aprofundado no assunto, foi possível ratificar tais informações em um outro momento das narrativas do Manoel (2016). Ao ser questionado sobre a disciplina e quais tipos de punições existiam, respondeu que:

Perdia o passeio, lavava o setor; setor grande... A gente dizia: “olhe, o seu castigo vai ser esse”, e eles lavavam tranquilo; pegavam a vassoura e o rodo, vinham jogando água, puxando a água. A punição era essa. Acima de tudo o diálogo. [...]. A gente tinha os meninos lá e isolava eles no dormitório: “vá, suba, fique lá”, de castigo. (MANOEL, 2016).

Na citação acima é necessário fazer uma reflexão do que o entrevistado entendia por “diálogo”: se havia flexibilidade na concessão dos pedidos e vontades dos internos ou se eram rígidos com as decisões institucionais com o fim de manter a disciplina.

Os menores entendiam que a exclusão dos passeios era uma das piores punições, visto que durante as atividades externas tinham contato com as pessoas, podiam ver o movimento das ruas, transitar pelas praças, parques e praias. Era sofrível tanto quanto as agressões físicas. Na citação acima foi salientada a questão do diálogo com o menor acima de qualquer outra, sendo a punição, por conseguinte, a última alternativa.

As informações de alguns entrevistados foram de encontro com as de outros. Marta (2017), genitora de Fátima, José, Pedro e João, trabalhou na Cidade de Menores e na FEBEM-SE enquanto os seus filhos viviam o internato nas mesmas. Ela disse que na primeira, os menores não eram tratados muito bem, principalmente quando eram desligados. Quando a instituição foi extinta em 1974, muitos jovens com 18 anos de idade foram desinternados, mas não tinham para onde ir; foi quando ela decidiu acolher alguns em sua casa enquanto procuravam suas famílias ou algum outro lugar para morar.

Quanto à FEBEM-SE, teceu elogios, afirmando que os menores tinham um bom suporte educacional, de saúde, de preparação para o trabalho, entre outros. Que não havia castigos. Porém, pude perceber em sua narrativa a existência de tais práticas: “Não. Assim, quando era pequeno e merecia qualquer coisa... Não, de maneira nenhuma. [...]. A FEBEM tratou bem. Não tinha espancamento; chega, bater! Não.” (MARTA, 2017). Reticente em falar qualquer coisa sobre o tema, deixou escapar algo que sugeriu a existência de castigos físicos na instituição.

Marcos (2016), outro ex-monitor, afirmou que uma juíza de menores, à época da FEBEM-SE, era atenta às demandas dos servidores e levava em consideração os relatórios encaminhados ao Juizado de Menores. Porém, detectei um indício em sua narrativa de que pode ter havido - ou eventualmente ocorria - fatos de agressões físicas na instituição ao mencionar que esta autoridade judicial orientava os servidores a não agredir os menores, caso contrário sofreriam as devidas sanções: ficar de castigo no quarto, não assistir TV, não participar de um passeio, entre outros. Na subseção seguinte comentarei sobre a atuação das autoridades judiciais quanto à questão dos menores.

Compreendo que em instituições com esta natureza de internamento, semelhantemente aos quartéis, hospitais, escolas, conventos, entre outros, possuem regras e dentre elas geralmente existem as sanções por eventuais transgressões. Logo, é plausível algum servidor ou ex-servidor da instituição total negar a existência de castigos físicos ou para além dos previstos em seus regimentos. Mas internos negarem a existência de castigos severos e humilhações, é questionável. Tanto é que todos os ex-internos entrevistados acabaram por revelar tais práticas; já os ex-servidores disseram que os castigos eram singelos: ficar de castigo no quarto, não participar de passeios ou não assistir televisão; sem contatos físicos.

As práticas de castigos ocorreram, ainda que pontuais; da mesma forma que existiram em outras instituições das FEBEMs nos demais estados brasileiros, como foi o caso relatado por Miranda (2014): de um menor internado na Fazenda Santa Rosa, em Pernambuco, onde o

diretor e monitores utilizavam um pedaço de tábua bem fina para surrar os internos quando praticavam atos de indisciplina. (MIRANDA, 2014, p. 89).

Ficou evidenciado, em todos os trabalhos e registros que me aportei, o uso de punições severas, agressões físicas, uso de cinturões e palmatórias, tapas, pancadas nas costas, no estômago, humilhações e tantas outras atrocidades, as quais acabaram por afetar o desenvolvimento comportamental e psicológico de muitos menores. Depreendo, assim, que as agressões eram mais recorrentes em crianças que em adolescentes, visto que aquelas eram pequenas, fracas e sem noção de defesa, diferentemente dos adolescentes que, por vezes foram relatados como: homens, rapagões, grandes e fortes.

Se as crianças e adolescentes eram brutas, sujas, sem estudos, se não sabiam ler ou escrever, não importava, pois o que devia-se perceber era que elas precisavam de atenção e carinho, uma vez que advinham de famílias desestruturadas, de mães solteiras e pais desconhecidos, do ambiente de rua, do contato com a prostituição, drogas e criminalidade. Mais do que isso, a ausência de um lar, de alguém para protegê-las. Ao serem institucionalizadas compulsoriamente pelo estado, depararam-se com um ambiente desconhecido, com a segregação, com adultos a observar cada passo que davam para evitar a indisciplina, fugas e moldá-las de acordo com os interesses das políticas nacionais.

3.3 JUIZADO DE MENORES E A POLÍCIA SERGIPANA

Alguns juízes de menores foram muito participativos no dia a dia das unidades da FEBEM-SE, conforme descrito por Marcos (2016). Foi o caso da Dra. Maria⁴⁸ a qual fez reiteradamente referências positivas; ela sempre visitava as unidades para saber como os menores estavam sendo tratados e apoiava os servidores desde “que ele andasse direito, não espancasse, não fosse agressivo com os internos; que do mesmo jeito que ela lhe apoiava, ela lhe punia” (MARCOS, 2016). Esta declaração do ex-monitor me fez inferir que pode ter acontecido casos de maus tratos aos menores; porém, até o momento desta escrita não encontrei nenhum processo ou documento registrando agressões na FEBEM-SE. Isto não significa que não houve, como já salientei, pois a violência está em todos os lugares onde o homem está inserido, nas ruas, nas casas e instituições. Até mesmo porque, diante da ausência

⁴⁸ Nome fictício

documental desta natureza, tais fatos foram ratificados tanto por ex-internos quanto por ex-servidores da aludida entidade.

Outrossim, foi narrado que a juíza de menores também era muito exigente quando solicitava um estudo sobre um menor, por exemplo; visto que ela queria minúcias sobre o perfil, comportamento e seu desempenho nas atividades de reeducação e ressocialização. Não gostava de relatórios fantasiosos, pois percebia quando eram eufêmicos. Porém, dava crédito aos relatórios elaborados pelos monitores da instituição porque eles tinham um contato mais próximo com os menores. Desta forma, era natural que as Assistentes Sociais dialogassem com as equipes de monitores antes de elaborarem seus respectivos relatórios, consultar as pastas dos menores arquivadas nas unidades, conversar, observá-los, tudo com o fim de ter uma boa base para poderem elaborar os relatórios sobre a situação de internamento de cada um.

Houve situações que, na sala de audiência, após a análise dos relatórios encaminhados pela Fundação, a juíza pedia para que buscassem a pasta do menor no arquivo do Juizado de Menores e verificava se suas anotações convergiam. Em seguida, decidia pela manutenção ou não da internação do menor. Desta forma, ela tinha um maior controle da situação, até mesmo porque conhecia muitos deles por causa das visitas sistemáticas que realizava às unidades, bem como por causa das reincidências contumazes: em um intervalo de três meses detectei nos Boletins Individuais do Juizado de Menores sete recidivas de um menino de 12 anos de idade, sempre pelo mesmo motivo – furto: três das apreensões foram feitas pelos comissários de menores durante as rondas pelas ruas no centro da cidade; sendo que uma delas constava como fugitivo do CRT; duas por populares e duas pela polícia, inclusive permaneceu custodiado em uma delegacia⁴⁹ até as devidas providências judiciais.

Outra autoridade judicial citada pelos entrevistados foi o Dr. Cícero⁵⁰, considerada uma pessoa muito séria e calma; também ouvia e considerava o trabalho dos servidores da Fundação. Quando havia rebelião, princípio de fugas, rixa entre os internos, por exemplo, em alguma unidade, a diretoria da unidade de internação encaminhava um ofício com a relação dos nomes dos adolescentes que participaram e, de imediato, adotava as devidas providências, como: apresentação dos envolvidos, encaminhamento para outra unidade, entre outras, com o fim de inibir mais atos desta natureza. Manoel disse que as vezes que o procurou “[...] ele

⁴⁹ À época ainda não havia delegacias especializadas para menores infratores. A DEPCA – Delegacia Especial de Proteção da Criança e do Adolescente foi inaugurada em dezembro de 1994 para acolher menores infratores, durante o governo de João Alves Filho.

⁵⁰ Nome fictício.

sempre deu atenção, sempre deu apoio. Muita gente dizia que ele era o ‘pai dos menores’. Claro que era! Ele que era o responsável [...]” (MANOEL, 2016). Porém, mesmo recebendo este “título”, ele não deixava de responsabilizar os menores que se envolviam em atos de indisciplina.

O Juizado de Menores chegou a funcionar em um prédio anexo ao CENAM, o que facilitava as audiências e a interação com as unidades. Mas quando da implantação da FEBEM-SE, em 1976, situava-se em um prédio de esquina na Praça Olímpio Campos – hoje funciona o memorial do Poder Judiciário de Sergipe. Atualmente está localizado em um prédio na Av. Engenheiro Gentil Tavares, no bairro Getúlio Vargas, onde funciona apenas duas varas judiciárias para atendimento aos menores.

Durante as minhas investigações pude perceber a redução do envio de menores a presídios e casas de detenção, bem como a permanência deles em delegacias e quartéis, passando os casos a serem excepcionais, comparando-se com os períodos anteriores ao recorte temporal desta pesquisa. A minha dissertação, defendida em 2014⁵¹, onde pesquisei este objeto de 1942 a 1974, os registros já eram menos frequentes, convergindo com o ideal das políticas nacionais e internacionais. Saliento que houve uma redução e não uma extinção.

O ex-servidor Matias (2016), ao ser indagado se havia a prática de encaminhamento de menores a delegacias ou penitenciárias, respondeu que “era muito difícil, mas já teve, já aconteceu. Acontecia claro, um tempo atrás, eu lembro que aconteceu. Mas não era frequente, não era comum”. (MATIAS, 2016). Rememoro que, no período de funcionamento da FUNABEM/FEBEMs (1964-1990), a questão do menor esteve sob a tutela do Códigos de Menores de 1927 que permitiu o envio de adolescentes a presídios em situações excepcionais, como já aludido nesta pesquisa, mesmo havendo instituição específica para acolhimento de menores no local.

Marcos (2016) mencionou a história de um adolescente com 16 anos de idade que havia sido encaminhado ao Instituto “Passos Miranda” por ter praticado o “facto”⁵² qualificado como homicídio no interior sergipano. Passado algum tempo de internação, o entrevistado foi incumbido de avisar que o menor, já com 17 anos de idade, seria liberado para casa. Como a limpeza das instalações das unidades e da administração da FEBEM-SE fazia parte das atividades dos menores, ao dar a notícia da sua liberação e que arrumasse suas roupas, o entrevistado designou a realização da sua última tarefa na instituição: limpar o

⁵¹ Vide referências: Mendes (2014).

⁵² De acordo com o art. 68 e 69 do Código de Menores de 1927 (Decreto nº 1.794, de 12 de outubro de 1927), à ação do menor que violava a norma penal deveria ser referida como “facto qualificado como crime ou contravenção”.

prédio da administração - onde hoje funciona a presidência da atual Fundação. “Ele, na maior alegria, limpou, faxinou tudo. Quando eu estou aqui, quem chega? Um carro da polícia”. (MARCOS, 2016). O monitor não entendia o que estava acontecendo, visto que o menor iria ser liberado para casa, mas foi encaminhado à penitenciária. Não soube dizer os motivos para tanto, recordando que tentou conversar com o menor, e este lhe disse: “Não..., não se preocupe não” (MARCOS, 2016).

Marcos disse que não sabia que aquilo iria acontecer e que se sentia enganado, tendo passado o restante do dia se sentindo mal. No domingo seguinte fez uma visita ao menor na penitenciária. Lembrando que ele era fumante, levou maços de cigarro. Ao chegar, foi informado por um servidor para procurar o adolescente na enfermaria, visto que ele não poderia ficar junto aos adultos.

Segundo Goffman (2015), o controle da comunicação nas instituições totais é muito rígido: “Assim como há restrição para conversa entre as fronteiras, há também restrições à transmissão de informações, sobretudo informação quanto aos planos dos dirigentes para os internados. Geralmente estes não têm conhecimento das decisões quanto ao seu destino.” (GOFFMAN, 2015, p. 20). Isto mantém a distância e facilita o controle dos internados.

Conceição (2017) informou que o internato nas escolas era percebido como um modelo que possuía as suas próprias práticas educativas, caracterizando-se pelo isolamento “do mundo (controle das saídas, do tempo de férias, entrada de jornais, correspondências, controle de livros e revistas e da intervenção de pessoas estranhas) e pela formação integral através da utilização de uma determinada organização e controle do tempo e do espaço.” (CONCEIÇÃO, 2017, p. 20).

Corroborando o pensamento, Foucault (1987) afirmou que o corpo pode ser manipulado, modelado, treinado, “que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam” (FOUCAULT, 1987, p. 125) em espaços como as instituições militares, escolares, hospitalares, conventos e oficinas. Para o autor, a disciplina é relevante neste processo porque é ela quem permite a docilização dos corpos humanos; estes lugares são criados para vigiar e controlar as mentes e corpos.

O entrevistado não soube dizer em que ano este fato ocorreu, mas a legislação era clara. O Código de Menores de 1927 dava tratamento diferente do Código de Menores de 1979. Segundo o CM/1927, com a rubrica do art. 71:

Si fôr imputado crime, considerado grave pelas circumstancias do facto e condições pessoais do agente, a um menor que contar mais de 16 e menos de

18 anos de idade ao tempo da perpetração, e ficar provado que se trata de indivíduo perigoso pelo seu estado de perversão moral o juiz lhe aplicar o art. 65 do Código Penal, e o remetterá a um estabelecimento para condenados de menor idade, ou, em falta deste, a uma prisão comum com separação dos condenados adultos, onde permanecerá até que se verifique sua regeneração, sem que, todavia, a duração da pena possa exceder o seu máximo legal. (BRASIL, 1927).

O artigo 65 citado estava inserido no Capítulo VI, o qual tratava das medidas aplicáveis aos menores abandonados, como: entregá-los aos pais, tutor ou pessoa idônea para que assumissem a guarda, educação, vigilância, entre outras medidas e cuidados necessários com os menores. Mas a intenção do legislador mencionar este dispositivo no artigo 71 foi de que a permanência do menor em “estabelecimento para condenados de menor idade, ou, em falta deste, a uma prisão comum com separação dos condenados adultos”, deveria ser revista de três em três anos, tal qual ocorria com as medidas previstas no artigo 65 para os abandonados.

O CM/1979, por sua vez, não admitiu mais o encaminhamento de menores para cadeias ou presídios para adultos, nem mesmo para serem custodiados em local separado, tendo em vista a tendência internacional de se dar tratamento especial e diferenciado aos menores: ressocialização, amparo material, psicológico, educacional e preparação para o trabalho. Porém, o fato pode ter ocorrido tanto na vigência do CM/1927 – antes de 1979, quanto após este período, no caso, contrariando a legislação.

As delegacias também chegaram a ser utilizadas pelo sistema em situações excepcionais, como em brigas violentas, casos graves entre os menores. Por exemplo, os quartos nos alojamentos do CENAM não tinham portas e, certa vez, um menor desferiu uma facada em outro. Quando fatos desta natureza ocorriam, o Diretor encaminhava o(s) menor(es) agressor(es) à delegacia e, se as agressões fossem mútuas, ficavam em delegacias separadas. Em seguida, comunicava ao Juizado de Menores por meio de ofício para conhecimento e providências da autoridade judicial. (MARCOS, 2016).

Casos graves ou violentos eram aqueles que colocavam em risco a vida, integridade física ou causavam outros prejuízos aos internos e/ou servidores. Quando a situação não era tão grave, os menores permaneciam dentro da unidade de internação, mas separados, oficiando-se ao Juiz de Menores para conhecimento e providências. Antes da criação da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DEPCA (1994), as unidades da FEBEM em Aracaju solicitavam apoio das delegacias mais próximas, como a 3ª e 4ª Delegacias

Metropolitanas, sendo aquela a mais usual para a custódia de menores porque estava situada no bairro Capucho, conforme mencionado pelo ex-servidor Manoel (2016).

De acordo com Faleiros (1995), em 1945 foi criada a delegacia especial para menores no Rio de Janeiro; em 1958, em São Paulo. Estas delegacias eram órgãos onde os policiais se destacavam “na repressão à perturbação e à suspeita de perturbação da ordem.” (FALEIROS, 1995, p. 95). Eram estratégias repressivas instituídas pela política nacional que também tinha a participação de advogados, juízes e desembargadores articulados com a legislação para controlar “as ameaças, a vadiagem, a delinquência de crianças e de intervir no pátrio poder.” (FALEIROS, 1995, p. 95).

Irene Rizini (1995) aduziu que a polícia sempre apareceu no cenário menorista ao lado dos serviços assistenciais e do judiciário. A autora comentou sobre um ofício encaminhado por um juiz ao Chefe de Polícia para que intervisse e apreendesse menores que vadiavam pelas ruas, os quais:

Seriam encaminhados a uma Delegacia Especial de Menores Abandonados. Neste local, a autoridade policial investigaria as condições morais e materiais do menor e dos seus pais e responsáveis, até que o Juízo pudesse colocá-lo definitivamente nos patronatos agrícolas existentes nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. (RIZZINI, 1995, p. 140).

A participação da polícia também ocorreu em Sergipe. Os policiais que encaminhavam menores às unidades da FEBEM-SE eram considerados parceiros importantes pelos ex-servidores. O correto era os menores serem encaminhados pelo Juizado de Menores por intermédio dos comissários de menores ou da polícia. Entretanto, a depender da situação, o menor era encaminhado às unidades de internação sem passar primeiro pelo crivo do Judiciário. Por exemplo, em uma situação de apreensão de um menor durante a madrugada: era recebido pelos servidores da FEBEM-SE, verificavam se tinha hematomas, conversavam e orientavam o menor. Pela manhã, levava ao Juizado para apresentá-lo à autoridade judicial.

O Juizado de Menores, nesta época, era o caminho oficial para se institucionalizar o menor, isto porque a Polícia bem como a população, também encaminhavam menores em situação de marginalização, conforme constatei nos Boletins de Menores e das narrativas dos entrevistados, tanto ex-internos quanto ex-servidores. Apesar do argumento de que todos os menores deveriam passar pelo Juiz de Menores para que este decidisse o seu destino, na prática, também havia a apreensão de menores pela Polícia e população e apresentação direta ao CRTM. Nesta unidade, e nas demais, havia uma equipe técnica composta, dentre outros profissionais, por assistentes sociais e psicólogos, os quais identificavam os menores. Em

qualquer situação a FEBEM-SE comunicava ao Juizado de Menores que um(a) menor havia sido apresentado e estava aos seus cuidados, dando-lhe conhecimento e aguardando providências.

Percebi também que essa faculdade da Polícia apreender crianças e adolescentes pelas ruas e apresenta-los diretamente à FEBEM-SE variou ao longo do seu funcionamento, não ficando clara o seu papel quanto ao Problema do Menor, isto porque, a princípio, caso os policiais identificassem algum em situação de marginalização, deveriam acionar os Comissários do Juizado para que estes pudessem fazer o acolhimento e encaminhar à autoridade judicial.

Com a promulgação do ECA, em 1990, o papel de ação ostensiva em relação às crianças e adolescentes, ou seja, de trabalhar diretamente nas ruas, casas e famílias passou a ser realizada pelos Conselheiros Tutelares. Mas isto não retirou a prerrogativa dos Comissários de Menores agirem, porém, sua atuação se tornou mais circunscrita à atividade dos juízes de menores, com função fiscalizadora dos espaços de abrigo e internação de menores, consubstanciadas por meio de relatórios, dotados de grande confiança e respeito pelas autoridades judiciais.

De acordo com Lima, Silva e Vieira (1987), a polícia não obedecia a lei, não diferenciava o menor dos adultos, apesar, de muitas vezes, advirem da mesma classe social. Pareceu-me uma espécie de revolta ou raiva que precisavam descontar em alguém, semelhantemente ao que acontecia com monitores da instituição - situada no Rio de Janeiro - relatados pelas autoras, comportamento abordado na subseção anterior. Disseram também que havia um pacto entre o juizado de menores e a polícia, sendo conivente com a violência perpetrada por esta. (LIMA; SILVA; VIEIRA, 1987, p. 156).

Michel Foucault, tanto no seu livro *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (1987) quanto em *A verdade e as formas jurídicas* (2013), descreve como ocorria o exercício do direito de punir pelo estado e as formas de execução das penas. No primeiro trata com mais especificidade a questão das formas de punir e no segundo como surgiu o direito de se julgar uma pessoa. De acordo com o autor, dista na Antiguidade as práticas jurídicas e estavam entre as práticas sociais mais relevantes para um povo.

Inicialmente, as contendas eram resolvidas entre o autor do fato e a parte ofendida; em um segundo momento foi necessária a mediação do rei (ainda não se podia falar em Estado); em um terceiro momento o rei também passou a se sentir vítima e por isso passou a punir o autor de fatos contrários às leis além de exigir uma indenização, fosse por custas do trâmite do

processo ou uma reparação propriamente dita, resumindo-se ao pagamento de uma multa; independentemente da reparação feita à vítima do fato.

Na Grécia Antiga surgiu o inquérito como instrumento para se investigar um crime, tendo caído no esquecimento por muitos anos, só retomado na Idade Média pela Igreja. Esta, por séculos, tornou-se o centro da coerência na Europa, tendo instituído o Inquérito Espiritual para os pecados e faltas cometidas pelos cristãos. Tal mecanismo foi utilizado pelos reis para investigar as infrações.

Para Foucault:

A infração não é um dano cometido por um indivíduo contra outro; é uma ofensa ou lesão de um indivíduo à ordem, ao Estado, à lei, à sociedade, à soberania, ao soberano. A infração é uma das grandes invenções do pensamento medieval. Vemos assim, como o poder estatal vai confiscando todo o procedimento judiciário, todo o mecanismo de liquidação interindividual dos litígios da Alta Idade Média. É assim que aparece, com o mecanismo das multas, o grande mecanismo das confiscações. Confiscações dos bens que são, para as monarquias nascentes um dos grandes meios de enriquecer e alargar suas propriedades. As monarquias ocidentais foram fundadas sobre a apropriação da justiça, que lhes permitia a aplicação desses mecanismos de confiscação. Eis o pano de fundo político desta transformação. (FOUCAULT, 2013, p. 69).

O autor entendia que a ação do rei/Estado nas contendas entre os indivíduos tinha uma intencionalidade: o seu enriquecimento. Da mesma forma que compreendia que a disciplina, as práticas punitivas e a criação de estabelecimentos similares aos panótipos também tinham: moldar o comportamento dos sujeitos.

No Brasil, em 1923, foi prevista a criação do primeiro Juizado de Menores, no Rio de Janeiro, mas que só foi efetivado em 1924, constando Mello Mattos como o primeiro Juiz de Menores do país. Porém, as discussões e projetos para a criação de um Tribunal ou Juiz especializado na questão do menor vêm de longa data, inclusive houve um Projeto de Lei apresentado pelo Deputado Federal João Chaves, no ano de 1912, para criar um Tribunal Juvenil e, seguindo a orientação de um projeto do ano de 1906, de Alcindo Guanabara e com contribuições de Mello Mattos, a criação de um Depósito para Menores. (RIZZINI, 1995, p. 121-128). Em Sergipe, a função de “Juiz de Direito de Menores” foi criado em 24 de novembro de 1951, por meio da Lei nº 384, iniciando suas atividades a partir de 1º de dezembro do mesmo ano na 5ª Vara da Capital, também referida como Vara de Menores ou

Vara Privativa de Menores Abandonados e Delinquentes, tendo como seu primeiro Juiz de Menores o Dr. Waldemar Fortuna de Castro. (MENDES, 2014, p. 47)⁵³.

Após as análises feitas sobre os Juizados de Menores e a participação da polícia na questão do menor, na subseção seguinte analisei sobre quem eram os menores, de onde vinham, suas práticas de subsistência e origens familiares. Desta feita, pretendo vislumbrar o perfil dos menores que viveram nas unidades da FEBEM em Sergipe.

3.4 PERFIL DOS MENORES DA FEBEM SERGIPANA

Segundo os entrevistados, o perfil dos menores que eram acolhidos pela FEBEM-SE, em suas unidades e abrigos, era muito variado. Havia abandonados, usuários de entorpecentes, com problemas de relacionamento com os familiares, rebeldia, infratores. Estes eram poucos. Segundo Marcos (2016), ao ser indagado sobre se havia apenas “menores infratores” no Instituto Passos Miranda, nos anos iniciais da Fundação, respondeu o seguinte: “Não era só menores infratores não. Tinha infratores, adolescentes com problemas familiares também. Mas os infratores que ‘tinha’ eram poucos. A maioria era mais por abandono de família, problemas familiares. Que eu lembre mesmo, era muito pouco” (MARCOS, 2016).

Isto coaduna com a percepção de Silva (1997), ex-interno da FEBEM de São Paulo, o qual asseverou que não havia uma separação rígida dos menores infratores dos que não eram, salvo exceções quando o delito era muito grave, como homicídio, estupro, roubo. Afirmou ainda que “não há registros de que a delinquência e a criminalidade já fossem uma constante na vida dos meninos dessa amostra, enquanto internos da Febem” (SILVA, 1997, p. 120).

De acordo com o entrevistado Matias (2016), ao ser indagado sobre os menores infratores da FEBEM-SE, disse que “não tinha; quase não tinha ‘menores infratores’. Eram mais ‘menores de rua, abandonados’” (MATIAS, 2016). Salientou ainda que, em relação à instituição em si: “O perfil de antes era quase de uma escola; não totalmente uma escola, uma escola mais agitada; mas o perfil era mais ou menos de uma escola de meninos de uma situação, até, difícil” (MATIAS, 2016).

Em relação a São Paulo, guardadas as devidas proporções com Sergipe, observei que o tratamento dispensado aos menores descritos no livro *Os filhos do governo*, de Roberto da

⁵³ Em 1965 estava funcionando no antigo prédio da Escola Normal Rui Barbosa, hoje Centro de Turismo e Artesanato, situado na Praça Olímpio Campos, centro de Aracaju. (Ofício nº 839, de 06 de outubro de 1965 - FUNDO AJU/J. MENORES. CX 06. Período: 1964-1965. AC 03/M I. Nº Geral 5582). Em outro momento passou a funcionar na mesma praça, nº 417, onde hoje funciona o Memorial do Poder Judiciário de Sergipe. (FUNDO AJU/J. MENORES. CX 01. Período: 1949-1983. AC 03/M I. Nº Geral 5566).

Silva (1997), tiveram momentos de convergências e divergências com os dados que levantei. O autor revelou suas impressões, suas experiências como ex-interno da FEBEM de São Paulo. Disse que a média de internação da sua amostra foi de 12,3 anos e que mesmo passando tanto tempo internados, apenas 18,2% haviam conseguido estudar mais do que quatro anos e que apenas 26,5% tiveram algum curso profissionalizante. Outro ponto marcante foi a questão da desnutrição, onde mais de 80% da sua amostra possuía defasagem entre peso, altura e idade; o que, segundo o autor, “não raro, levaram crianças à morte” (SILVA, 1997, p. 58-59).

O autor foi interno de 1963 a 1972, dos seis aos quinze anos de idade, sendo que em 1969, com doze anos de idade, foi transferido para uma unidade para menores infratores da capital paulista, denominada de Instituto Modelo de Menores, sob a justificativa da prática de “atos de indisciplina”. Ainda com esta idade começou a prestar serviços como estafeta (office-boy) no Cartório do 1º Ofício do Juizado de Menores. Na mesma época, conseguiu outro emprego, com a mesma função, em um escritório de engenharia; porém, tal fato foi descoberto por funcionários da FEBEM-SP e foi desligado do sistema sob a alegação de que tinha dois empregos e, por isso, poderia se manter sozinho. Passou a morar em uma pensão, tendo a dona confiscado seus pertences por falta de pagamento. Decidiu, então, dormir escondido no escritório. Descoberto, ficou envergonhado e abandonou o emprego. Com dezesseis anos, tornou-se um menino de rua. (SILVA, 1997, p. 18-20).

Comparando com o vivido por José (2016) na FEBEM-SE, tem-se que o mesmo foi desligado aos 16 anos de idade e encaminhado para trabalhar como office-boy em uma instituição pública do Estado de Sergipe, mas voltou a morar com a genitora. Tempos depois foi efetivado e ainda permanece ativo na mesma instituição. Vê-se que os caminhos do Silva (1997) e do José (2016) possuem algumas semelhanças, mas também muitas diferenças. A realidade que fez nascer o rótulo de meninos marginalizados é comum a todos que passaram pela FUNABEM/FEBEM.

Após a primeira internação, os caminhos destes meninos eram parecidos, porém, o futuro de cada um era uma incógnita. O reingresso ou a prisão foi o destino de alguns; para outros: o retorno ou a busca por suas famílias, o ingresso no mundo do trabalho (formal ou informal) e a construção de suas próprias famílias. Nem todos tiveram êxito, apesar da maioria dos entrevistados terem dito que a instituição proporcionou oportunidade para todos. Segundo o ex-interno João, “tinha uns colegas da gente que não estavam preparados para tocar a vida sozinhos” (JOÃO, 2016); alguns permaneceram ligados à instituição após o desligamento, trabalhando na mesma em troca de moradia e comida.

Retomando o diálogo com Roberto da Silva (1997), o autor afirmou que a primeira geração de ex-menores da FEBEM-SP aprendeu a ser insensível à dor e às punições. (SILVA, 1997, p. 118). Isto faz presumir que não eram bem tratados, sendo punidos com certa severidade a ponto de ocasionar uma dor, física e psicológica. Da mesma forma, asseverou que a instituição não tornava os internos aptos para a “desinternação”, sendo um momento considerado de tensão “pois foram preparados, treinados e educados para viver dentro de uma instituição e não dentro de uma sociedade livre e competitiva”. (SILVA, 1997, p. 118). Disse que, em sua amostra para a pesquisa, 64% dos internos não eram infratores (SILVA, 1997, p. 77), em outras palavras, os delinquentes não eram a maioria do universo analisado.

De acordo com Arruda (1983), ao analisar os dados fornecidos pelo IBGE e da FEBEM-SP, concluiu que, em 1977, o número de menores “abandonados e assistidos” por esta entidade foi de 22.846; em 1980 atingiu a marca de 40.000. O número de “infratores” era de 3.898 e 8.000, respectivamente; em ambas as categorias deve-se considerar as reincidências. (ARRUDA, 1983, p. 31). A população de menores entre 0 a 19 anos de idade em São Paulo em 1980 correspondia a 84% do total (7.073.171 menores). Na capital paulista havia 1.200.000 menores carentes; dois milhões na Grande São Paulo e 500.000 só nas favelas. Ao dialogar com Luppi⁵⁴, disse que:

[...] dez mil desses menores praticam atos anti-sociais e no Estado eles somam 18 mil. Segundo ele, esse ‘exército’ de menores é responsável pela organização de cerca de 1.200 quadrilhas ou bandos que agem indistintamente nos 45 mil quarteirões da capital paulista. (ARRUDA, 1983, p. 31).

Estes dados se coadunam com a perspectiva dos depoimentos consignados nas entrevistas que realizei e dos documentos levantados em relação ao perfil majoritário do público da FEBEM-SE. Segundo o Relatório da FEBEM-SE 1976-1978, a instituição trabalhava com duas linhas de ação: a preventiva e a terapêutica. A área preventiva contava com vários programas que funcionavam junto aos Núcleos Preventivos, os quais eram situados em vários bairros de Aracaju e em alguns municípios do estado sergipano; geralmente instalavam-se nas associações de bairros, conforme abordado na subseção 3.2.2.

Entre 1977-1978 havia 207 profissionais trabalhando nesta área e foram atendidos 5.995 menores e 3.088 famílias (soma do biênio) no sistema preventivo. Vale ressaltar que dentro do CEMEC (antigo Instituto Passos Miranda) e do CAM (antigo CRTM), também

⁵⁴ Carlos A. Luppi, que escreveu o livro *O massacre do menor no Brasil*, publicado em 1981.

havia Núcleos Preventivos, visto que a ideia da FEBEM-SE era de transformá-los em espaços de atuação polivalente, ampliando o atendimento para toda a comunidade.

Figura 11: Serviços oferecidos pela FEBEM-SE às crianças das comunidades carentes



Fonte: Sergipe (1978, p. 27). Acervo do Instituto Tobias Barreto

Havia um Plantão do Serviço Social no CAM (atual CENAM), sendo um dos meios de acesso do menor aos diversos programas mantidos pela FEBEM-SE:

Sua clientela é constituída por pessoas da comunidade, procedentes dos bairros periféricos da cidade, que procuram espontaneamente os seus serviços ou são encaminhados por outras entidades sociais e autoridades competentes. De acordo com a problemática apresentada pelo cliente, os casos que exigem tratamento baseado em necessidades individuais são distribuídos pelos programas na área terapêutica e preventiva e nessa oportunidade o Assistente Social não se omite a prestar orientação a toda a clientela que aflui à FEBEM. (SERGIPE, 1978, p. 41).

Observa-se a importância do Assistente Social para as crianças e seus pais, sendo muitos casos resolvidos imediatamente e outros encaminhados para os serviços ofertados, como: médicos, dentistas e psicólogos; bem como para internamentos nas “Unidades de Permanência da Rede Própria e Particular Conveniente.” (SERGIPE, 1978, p. 41).

Por sua vez, a área terapêutica tinha como objetivo agir diretamente junto aos menores e famílias já envolvidos no processo de marginalização, promovendo a educação para a sua ressocialização e profissionalização. Entre 1976-1978 deram entrada nas instituições oficiais

da FEBEM-SE da área terapêutica (CEMEC e CAM) 1.152 menores, mas apenas 719 foram efetivamente atendidos em todo o período. Em 1978, deram entrada 478 menores no CAM (atual CENAM), mas apenas 323 permaneceram internados, levando-se em consideração a rotatividade ao longo do ano, com entradas, saídas e reincidências. Proporcionava-se atendimento à saúde, educação, profissionalização, além de um suporte financeiro aos menores e seus familiares. Neste mesmo período foram atendidas 97 famílias.

A ação socioterapêutica era ampla; porém, desde 1991, com a vigência do ECA, a ação passou a se chamar de medidas socioeducativas que, na prática, se reduz unicamente ao internamento dos menores. Só há semelhanças de tratamento quanto aos que estão no semi-internato: escola, oficinas, atividades físicas, passeios, entre outros. Em 1978, foram 927 registros para o atendimento terapêutico no CAM, mas apenas 557 foram efetivamente atendidos.

A ação preventiva e terapêutica envolvia 15 entidades conveniadas, além das oficiais: CEMEC e CAM. Estas eram as responsáveis por acolher os menores que cometiam algum tipo de infração legal, visto ser de responsabilidade direta do Estado a sua custódia. Para as entidades conveniadas eram encaminhadas as crianças abandonadas, órfãs ou pobres (miseráveis, cujas famílias não tinham condições de mantê-las), onde permaneciam em regime de internato ou semi-internato. Em 1978 havia 392 vagas nestes estabelecimentos disponibilizados ao Estado/Juizado de Menores para encaminhamentos.

Quadro 8: Ofertas de vagas nas instituições conveniadas (1976-1978)

Instituições	Sexo	Regime de atendimento	Vagas cedidas		
			1976	1977	1978
Centro Educacional Bem me Quer	Mas/Fem	Semi-internato	05	25	17
Externato São Francisco de Assis	Mas/Fem	Semi-internato	08	16	24
Casa Maternal Amélia Leite	Mas/Fem	Semi-internato	05	15	40
Instituto Lourival Fontes	Mas	Internato e Semi-internato	07	14	28
Oratório Festivo São João Bosco	Fem	Internato e Semi-internato	17	14	36
Lar Evangélico Assembleia de Deus	Fem	Internato e Semi-internato	34	47	65
Casa Santa Zita	Fem	Internato e Semi-internato	19	04	12
Sociedade Eunice Weaver	Mas/Fem	Internato e Semi-internato	03	26	18
Casa D. José Vicente Távora	Mas/Fem	Semi-internato	-	03	40
Gurilândia	Mas	Internato	-	26	60
Lar Imaculada Conceição	Fem	Internato	21	20	26
Lar Nossa Sra. das Graças	Fem	Internato	02	05	06
Lar São José	Fem	Internato	-	14	10
Lar São Vicente (Estância)	Fem	Internato	-	10	03
Lar São Vicente de Paula (Própria)	Mas/Fem	Internato e semi-internato	-	60	07
TOTAL			123	299	392

Fonte: Sergipe (1978, p. 30) – Quadro adaptado. Acervo do Instituto Tobias Barreto.

Este quadro converge, em sua integralidade, com o previsto no documento *Aspectos Históricos da Fundação Renascer* (SERGIPE, 1991b, p. 13). Nele, verifica-se a predominância das entidades confessionais, sendo o Lar Evangélico Assembleia de Deus a que mais disponibilizou vagas ao longo dos três anos analisados, perfazendo um total de 146. Com a exceção do Centro Educacional Bem-Me-Quer, da Casa Maternal Amélia Leite e da Sociedade Eunice Weaver, as outras onze entidades tinham origem católica. Outro ponto relevante de análise foram as instituições voltadas ao acolhimento exclusivo de meninas, em número de sete; seis entidades que recebiam ambos os sexos e somente duas somente recebiam exclusivamente meninos.

Outra questão observada foi o predomínio de instituições que mantinham o sistema de internato e semi-internato ao mesmo tempo (onze), destas, cinco atendiam somente em internato; somente quatro adotavam o semi-internato. Vê-se a tendência cultural de se institucionalizar as crianças e adolescentes, em especial as meninas. Isto me fez questionar: será que o número de meninas institucionalizadas era maior do que o de meninos?

A inserção das crianças no sistema de internação também contemplava aqueles ditos rebeldes, consistindo em atos que geravam desentendimentos constantes com familiares, fazendo com que os menores preferissem ficar na rua a estarem em suas casas. Isto desencadeou uma iniciativa do Juizado de Menores em que um veículo percorria a cidade para apreender os menores e levava para as unidades de acolhimento. Além das instabilidades familiares, a própria fase da adolescência potencializava a questão da rebeldia; fase caracterizada por conflitos de ideias, de autoafirmação e da necessidade de pertencimento a algum grupo social, passando a rua a ser, muitas vezes, a sua única opção. Segundo Tarcísio Mauro Vago (2002), a rua é um “lugar da marginalidade e do vício”. (VAGO, 2002, p. 14). Ou seja, era onde as pessoas ficavam expostas à violência (ativa ou passivamente), aos vícios de entorpecentes, sendo mais comuns à época desta pesquisa: o álcool, cigarro, maconha e cola. Estas duas últimas eram as mais corriqueiras entre os menores que adentravam na FEBEM-SE, conforme asseverou o entrevistado Marcos (2016).

Convergindo com o que foi dito em relação ao uso de drogas, o entrevistado Matias, disse que:

Tinha muito. Claro que o convívio do menor na rua leva a fazer isso, e tinha muito. Quase não tinha aquela droga, maconha, a maioria era cheirar cola. Como ele vivia na rua, ele cheirava cola. E claro que o menino que cheirava cola, tá na rua, sempre leva ele a roubar, mas não era assaltante de banco, violento. [...] Com a chegada do ECA o perfil foi mudando pra muito pior.

Hoje nós temos menores que cometem latrocínio, que é o roubo seguido de morte. Hoje ele assalta banco, farmácia, casa lotérica. (MATIAS, 2016).

Vê-se, nesta citação, que o informante não só nos apresenta a questão da droga mais usada na época pelos menores, mas também fez uma associação do seu uso à prática de delitos, apesar de ter afirmado que os “meninos” e os delitos não eram violentos; ao contrário do que passou a ocorrer com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, ainda dentro do recorte temporal desta pesquisa.

Segundo o ex-servidor Menezes, o uso da “cola de sapateiro era mais comum”. (MENEZES, 2016). O fato de serem encontrados com cola era motivo dos menores serem recolhidos pelo Juizado de Menores sergipano, mesmo sem terem praticado qualquer delito violento, sendo uma constante o retorno dos mesmos adolescentes à FEBEM-SE. De acordo com o ex-servidor Manoel:

A droga, tinha muito... a gente pegou muitas crianças com “droga” [...]. No ‘tempo’ cheiravam muita cola também, era uma droga que eles usavam muito, muita cola. [...] Nós tínhamos um menino chamado ‘João’⁵⁵, coitado, esse menino era pego pelo juizado e mandado pra lá; quando chegava já sentíamos o cheiro de cola. Cheirava cola pela rua, aquela coisa e outra, e ia pra lá. (MANOEL, 2016).

Quando perguntado ao Sr. Menezes se os menores eram encaminhados para a FEBEM pelo fato de estarem apenas perambulando pelas ruas ou fazendo uso da cola de sapateiro, respondeu que: “eram encaminhados para lá mesmo, mesmo sem ter praticado” (MENEZES, 2016) qualquer delito. Ou seja, eram encaminhados para a FEBEM-SE. Ressalte-se que o uso de entorpecente era considerado crime pela lei 6.368, de 21 de outubro de 1976⁵⁶:

Art. 16. Adquirir, guardar ou trazer consigo, para o uso próprio, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - Detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e pagamento de (vinte) a 50 (cinquenta) dias-multa. (BRASIL, 1976).

Desta forma, o uso de cola de sapateiro também era considerado um delito, por haver uma dependência química com a substância. Por serem menores, não respondiam pelo crime,

⁵⁵ Nome fictício em face do disposto no art. 17 e 143 do Estatuto da Criança e do Adolescente c/c art. 5º, X da Constituição Federal.

⁵⁶ Foi a primeira lei do Brasil Republicano que regulamentou o tráfico e uso de entorpecentes.

porém, a “pena” que eram submetidos poderia ser mais severa, visto que muitos ficavam internados na FEBEM-SE por meses a fio; outros permaneciam até o limite permitido para o internamento, três anos ou até os 21 anos de idade.

Como visto nas citações acima, as ruas não perdoavam quem nelas passavam a viver, principalmente crianças e adolescentes que, por falta de opções e iludidas pela ideia de liberdade, pela imaturidade e inexperiência de vida se tornavam alvos fáceis da violência, preconceitos, marginalidade, dos vícios e de todas as desventuras que, materialmente e moralmente, estavam expostos.

As ruas eram vistas como locais de exposição e aproximação com o submundo das drogas, da corrupção, prostituição e violências de todos os tipos. Posso afirmar que as representações dos entrevistados, tanto ex-servidores quanto ex-internos, sobre as ruas eram semelhantes.

O chamado “problema do menor” também passou a ter uma representação similar, sendo a chegada do ECA⁵⁷ um marco divisor no tratamento dispensado aos menores. Foi esta norma que pôs fim à FUNABEM/FEBEMs, a qual passou a ter vícios semelhantes aos do antigo SAM, levando à sua extinção. Entretanto, falo de uma realidade sergipana, como preconizava a PNBm, onde devia-se observar as peculiaridades de cada região e localidade. Para os entrevistados, os anos pretéritos ao ECA eram considerados menos violentos, com um número muito reduzido de menores autores ou cúmplices de fatos descritos como crimes ou contravenção em Sergipe, além do método de reeducação e ressocialização serem diferentes: sem “trancas”⁵⁸, muros ou apetrechos de defesa pessoal, como: escudos, capacetes e tonfas.

Entendo que não foi a norma que criou esta diferença de tratamento, mas sim a reestruturação da sociedade: aumento da população, surgimento de novas tecnologias e meios de comunicação, reorganização política, modificações nas orientações comportamentais, entre outros. Essas mudanças fizeram surgir problemas sociais, entre eles o agravamento da prática de atos infracionais por menores, o desemprego, o aparecimento de novas drogas, entre outras questões que o governo e a sociedade precisam refletir como solucionar, minimizar ou pelo menos controlar tais desgastes sociais.

Levando-se em consideração o recorte temporal desta pesquisa e os dados do IBGE, a população do Brasil em 1970 era de 94.508.583 habitantes; em 1991 a população era de 146.917.459 habitantes; houve um aumento populacional de aproximadamente 55,46%. Em Sergipe, a população era de 911.251 em 1970 e 1.491.867 em 1990; um aumento de

⁵⁷ Lei 8069, de 13 de julho de 1990.

⁵⁸ Quartos com grades assemelhados a xadrez ou celas.

aproximadamente 63,71%. Percebe-se um crescimento elevado em um lapso temporal relativamente pequeno.

Quadro 9: Relação da população entre os anos de 1960 e 1990/1

População/Ano	1960	1970	1980	1990/1
Brasil	70.992.343	94.508.583	121.150.573	146.917.459
Sergipe	760.273	911.251	1.156.642	1.491.867
Aracaju	114.162	183.670	293.131	402.341

Fonte: IBGE – biblioteca/catálogo 2016.

Além do aspecto populacional, houve mudanças na política com a redemocratização em 1985, a nova Constituição Federal em 1988, entre outras nuances; o que promoveu uma abertura sobre no que se idealizava sobre direitos e garantias fundamentais, dentre eles a liberdade de expressão e o de ir e vir, de acordo com a lei.

Foi nesta década que a maioria dos entrevistados ex-servidores ingressou na FEBEM-SE. Suas experiências de vida e profissionais permitiram visualizar as mudanças da sociedade sergipana ao longo das últimas décadas sem que as políticas públicas as acompanhassem, inviabilizando o suporte necessário à nova estrutura social que se formava. Um novo contexto civilizatório começava a acontecer em Sergipe e em especial no que tange à capital, Aracaju.

Segundo o ex-servidor Marcos, na FEBEM-SE, em 1976, o número de menores infratores era pequeno; a faixa etária predominante era entre 16 e 18 anos de idade, sendo que entre “os pequenos eram poucos” (MARCOS, 2016). Entretanto, neste período foi possível encontrar internos dos 10 aos 21 anos de idade. Eles eram divididos entre as unidades existentes à época, que eram o CRT e o Instituto Passos Miranda. Além destas, havia a sede da FEBEM-SE, a qual estava situada na Av. Ivo do Prado, nº 468⁵⁹. (SANTANA, 2011, p. 21). Os menores que estavam na Cidade de Menores (1942-1974) foram levados para o Instituto Passos Miranda, apesar de alguns terem sido encaminhados ao CRT - Centro de Recepção e Triagem. “Mas os que foram pra lá, vindo da Cidade de Menores, não davam trabalho porque eles, já rapazes, trabalhavam, entendeu?” (MARCOS, 2016). Logo, compreendo que a periculosidade não foi o critério de divisão, visto não ser um fator predominante entre os internos da época, mas sim, por questões de limitação das acomodações no Instituto Passos Miranda.

⁵⁹ O Instituto Passos Miranda deu origem à nova sede da FEBEM-SE, no bairro Médice da capital sergipana. Atualmente, no local funciona a sede da Fundação Renascer de Sergipe, a CASE – Comunidade de Ação Socioeducativa São Francisco de Assis (Unidade de Semi-liberdade masculina) e a unidade feminina.

A permanência nas unidades até os 21 anos de idade estava prescrita pela legislação vigente, que era o Código de Menores de 1927⁶⁰. O §2º do Art. 68 desta norma dizia:

Si o menor fôr abandonado, pervertido ou estiver em perigo de o ser, a autoridade competente proverá a sua collocação em asylo casa de educação, escola de preservação ou confiará a pessoa idonea por todo o tempo necessario à sua educação contando que não ultrapasse a idade de 21 annos. (BRASIL, 1927).

Esta possibilidade de manter a internação até os 21 anos de idade continuou no Código de Menores de 1979 e depois com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em regra, completado os 18 anos de idade, o jovem era desinternado. Durante a vigência da FEBEM-SE, era analisada a perspectiva da volta do mesmo para a casa dos pais; caso o local não fosse seguro em face dos eventuais desafetos, era alugada uma casa ou um quarto em outra localidade. O jovem recebia um pequeno enxoval da Fundação: cama, colchão, filtro e uma feira. Se estivesse desempregado, a instituição mantinha os alugueres por três meses; após esse período, o mesmo e seus familiares deveriam providenciar a sua manutenção. Em muitos casos, mesmo passados mais de seis meses da desinternação, o egresso retornava à FEBEM-SE para receber orientações da assistente social e atendimento psicológico. Este vínculo só era rompido quando eles estavam encaminhados profissionalmente ou assistidos pela família. (MARCOS, 2016).

Já na década de 1980, Manoel disse que o CRT chegou a acolher crianças com idades bem inferiores às descritas acima. Segundo ele: “peguei, na ‘Triagem’, menininhos de 4, 5, 6 anos, miudinhos”. (MANOEL, 2016). Neste caso, aplicavam-se medidas protetivas e eram levados para abrigos de menores desta faixa etária. Ao ser questionado sobre o público que era recebido, nesta época, respondeu que era variado: infratores, carentes, abandonados e até deficientes em geral.

Para Manoel (2016), os menores que ingressaram no sistema após o ECA são muito diferentes da época da FEBEM-SE; eles passaram a ter um comportamento mais agressivo, olham para os instrutores e educadores como se quisessem fazer algum mal:

Eles ficam observando a gente... no primeiro ponto fraco [...] ele aplica em cima da gente. A gente pode servir de refém, [...] ninguém entra numa ala sozinho. Entra seis, oito, doze homens, porque tem que ser um contingente de igual para igual. E antigamente não, era um homem só pra tomar conta de “trinta”. (MANOEL, 2016).

⁶⁰ Decreto nº 17.943, de 12 de outubro de 1927. Esta só foi revogada pelo Código de Menores de 1979 – Lei 6.697, de 10 de outubro de 1979.

Nota-se mudanças de comportamento dos “menores” para os “adolescentes”, não só formais, mas concretas. “Antigamente a gente sentia, o menor chorava, conversava, a gente via, a gente sentia.” (MANOEL, 2016). Segundo o entrevistado, o desenvolvimento da sociedade fez com que as crianças e adolescentes saíssem da sua “menoridade”, “principalmente pela lei, pelo ECA. Eles percebem que nada toca neles. [...] a violência toda a vida houve, roubo, furto, o crime, tudo, mas eu sentia melhor antigamente em condições de educá-los” (MANOEL, 2016). Isto me fez refletir sobre, enquanto instituição, o que aconteceu na FEBEM-SE para que os menores também mudassem seus comportamentos.

Esta resposta foi dada nas entrelinhas das representações do Manoel (2016), visto que, para ele, com a chegada do ECA, os adolescentes passaram a ficar aquartelados, diferentemente da época em que ingressou no sistema, no início da década de 1980. Disse que havia um convívio respeitoso com os adolescentes; transitavam tranquilamente pelas “alas” e sabiam o que estava acontecendo com os menores e em todas as instalações da Fundação, sem o fantasma do medo, da desconfiança. Pelo contrário, pegavam de 15 a 30 menores e iam para a Igreja dos Capuchinhos, no bairro América, a pé, um atrás do outro; da mesma forma quando iam tomar banho de rio no “Aloque”, no bairro Jabotiana. Quando perguntado se eles fugiam nestas atividades externas, respondeu que não. Entretanto, existiam casos isolados de fugas, como já apresentado anteriormente. Este tratamento sofreu uma ruptura e, desde então, houve um processo de aprisionamento em celas dos adolescentes infratores. A situação nos orfanatos não sofreu muitas alterações, uma vez que o público se constituía por órfãos, abandonados e crianças muito pobres.

Estas informações dos entrevistados convergem no sentido de que, segundo eles, era mais fácil lidar com as crianças e adolescentes durante o período que funcionou a FEBEM-SE. Elas eram criadas de forma livre, sempre em contato com o dia a dia da sociedade, tanto na capital quanto no interior. Caminhavam pelas ruas da cidade em grandes grupos, apenas supervisionados por dois a quatro monitores. Porém, com a perspectiva do ECA, moldada para atender às políticas internacionais, aliada ao aumento populacional urbano e a nova dinâmica social, os menores infratores passaram a ficar cada vez mais segregados em unidades que se pareciam com presídios.

Porque quando eu cheguei aqui era “cerca”, várias vezes eu cansei de entrar pela “cerca”, pelo buraco da “cerca”, aí foram fazendo o muro, “eles” foram bagunçando, algumas coisas acontecendo devido a várias ocorrências pesadas e fazendo... eu sei que terminou hoje... hoje é um “presídio”, a FEBEM, porque era praticamente uma “escola”. (MATIAS, 2016).

Matias também ingressou na FEBEM-SE na década de 1980 como monitor-estagiário, em 1984 foi efetivado e transferido para o município de Riachuelo. Disse que no convívio com os menores havia liberdade, respeito e diálogo. Pelo que ele e os demais entrevistados afirmaram, apesar de ter havido uma separação por faixa etária, compleição física e a motivação do ingresso do menor na instituição, durante o dia todos conviviam no mesmo espaço, realizando as atividades corriqueiras. À noite, eram separados, cada um ia para o seu respectivo alojamento, previamente definido na “triagem”.

De acordo com Nascimento e Souza (1986), dentro do universo que trabalharam, excluindo-se as respostas omitidas, aproximadamente 67,5% dos menores internados na FEBEM-SE eram pobres ou órfãos, enquanto 32,5% eram delinquentes ou indisciplinados. Entre as infrações praticadas, as de maiores incidências foram as seguintes, aproximadamente: 28,6% - furto; 21,4% - vadiagem; 21,4% - desentendimentos familiares; 14,4% - drogas; 7,1% homicídio; 7,1% - brigas. (NASCIMENTO; SOUZA, 1986, p. 23).

O Relatório Trienal da FEBEM-SE (1976-1978) não informava o número e nem uma classificação de menores que estavam aos seus cuidados. Como já analisado, constava apenas que havia uma ação preventiva e outra terapêutica, os seus quantitativos, deixando clara a assistência a menores pobres, abandonados e deficientes, não fazendo alusão aos infratores. No entanto, pude traçar um perfil dos menores a partir de Boletins Individuais do Juizado de Menores do ano de 1976 que, após a análise do juiz, muitos eram encaminhados para as unidades da FEBEM-SE, visto a tendência de internação adotada na época.

Quadro 10: Número de ocorrências e motivo da apreensão dos menores

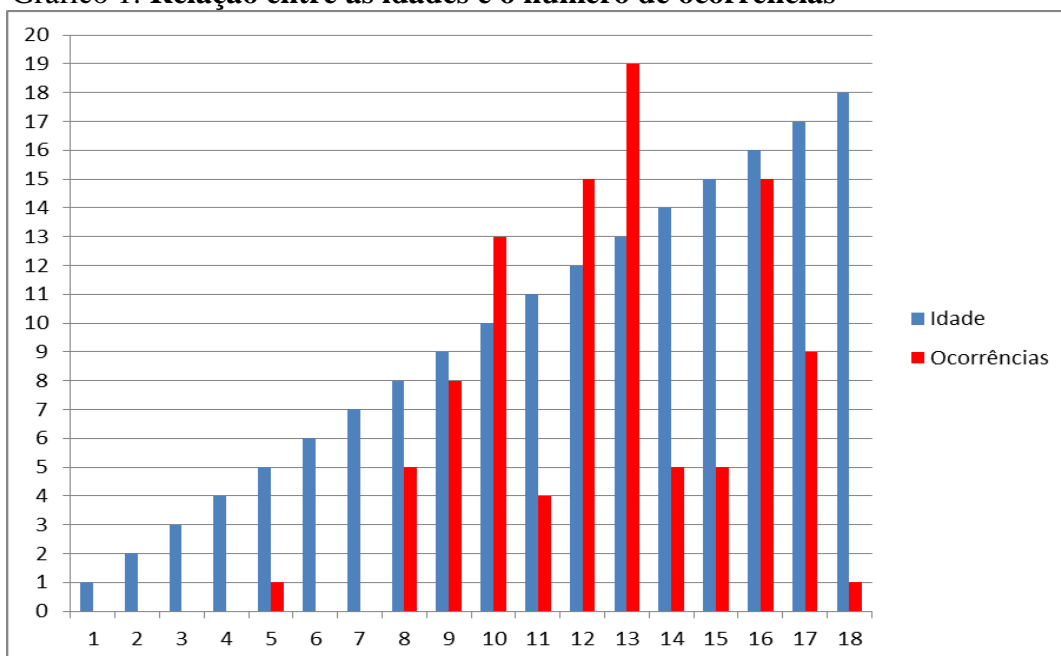
41 – furtos	3 – abandonados
14 – vadiagem/perambulando	2 – sequestro de menor
11 – uso de cola ou maconha	1 – desobediência à mãe
7 – agressões ou lesões corporais	1 – perdido
7 – roubo	1 – homossexualismo
5 – débil mental	1 – estupro
4- foragidos do CRT	1 – tentativa de assassinato

Fonte: Criado pelo autor a partir dos documentos do Arquivo Judiciário de Sergipe - Fundo Aju/J.Men; série: diversificada; subsérie: boletins individuais; nº CX: 01; período: 1943-1976; acervo: 03; m módulo: 01; nº geral: 5576.

A partir do quadro apresentado, percebe-se que a maioria dos atos praticados não tinham violência ou grave ameaça às pessoas, outros nem se configuravam em delitos na forma da lei, corroborando com a análise acima citada de Nascimento e Souza (1986). Foram cem boletins individuais analisados; destes, 17 foram do sexo feminino e 83 do sexo

masculino. Quanto a idade dos menores, elaborei o seguinte gráfico para melhor visualização dos números:

Gráfico 1: Relação entre as idades e o número de ocorrências



Fonte: Criado pelo autor a partir dos documentos do Arquivo Judiciário de Sergipe - Fundo Aju/J.Men; série: diversificada; subsérie: boletins individuais; nº CX: 01; período: 1943-1976; acervo: 03; m módulo: 01; nº geral: 5576.

Na amostra, observa-se uma oscilação entre as idades, sendo os menores de 12 e 13 anos o maior público, seguidos dos menores com 17 e 10 anos de idade. A maioria dos atos ou apreensões foram realizadas no centro da cidade de Aracaju, sendo as lojas e bancas do mercado vítimas constantes da ação dos menores. As meninas geralmente furtavam roupas, mas também sandálias, lençóis, toalhas, roupas íntimas, entre outros. Os meninos, por sua vez, furtavam bicicletas, roupas, frutos para comer, inclusive automóveis.

O fato de ter encontrado documentos informando a recepção de menores com 5 anos de idade nos Boletins Individuais, bem como de outras duas crianças com 6 anos de idade nas investigações realizadas no Arquivo Judiciário de Sergipe, ratifica o mencionado acima pelo ex-servidor Manoel (2016). Outrossim, a FUNABEM e FEBEMs foram criadas para acolher todos os menores de 18 anos que se encontrassem em situação de marginalização ou em vias de marginalização, como já analisado nesta Tese. Desta forma, não poderiam deixar de receber crianças pequenas, desde recém-nascidos até a permanência de um jovem com 21 anos de idade, conforme prescrito na lei; uma vez que existiam unidades de prevenção, onde

funcionavam os orfanatos e creches, bem como unidades de internação para menores delinquentes – como denominados na época, efetivando a PNBM.

Durante o levantamento de dados foi comum encontrar relatos de menores que furtavam veículos para passear. Na edição de 22 de maio de 1976, a Gazeta de Sergipe noticiou: “Menores Viram Carro”:

Relata que o proprietário do VolksWagen estacionou o seu veículo em frente a Delegacia da Receita Federal e “pediu para que um dos pivetes que ali fazem ponto, lavasse e desse polimento no mesmo”. Após fazer o serviço, “o lavador juntou mais nove pivetes, e, resolveram dar uma volta pela cidade”. Logo que saíram do local viraram o veículo; desceram e desviraram o carro que ficou com uma das laterais amassada. Nenhum deles ficou ferido, mas todos fugiram do local. (GAZETA DE SERGIPE, 22 de maio de 1976).

De acordo com os registros dos Boletins Individuais, eram menores que moravam na periferia da cidade: bairro América, Santos Dumont, Paulo Barreto, 18 do Forte. Deixavam de frequentar a escola para esmolar nas ruas da cidade, carregar cestos nas feiras, encontrar ou furtar algum alimento para saciar a fome. A maioria das crianças e adolescentes era apreendida por comissários do Juizado de Menores, seguidos por policiais (militares, civis, inclusive federais), vigilantes, seguranças particulares e populares. Quando não eram encaminhados ao Juizado de Menores, eram custodiados em delegacias, tanto da capital quanto do interior.

De acordo com o ex-servidor Milton (2016), os menores eram de origem social pobre, com predomínio da cor parda ou negra, tendo como motivação para o internamento a prática de infrações, o abandono pelas famílias, o vício em entorpecentes, por perambularem pelas ruas, entre outros. Disse que também houve internos de alta periculosidade:

[...] a gente recebeu muitos aqui adolescente de alta periculosidade, nunca deixou de ter [...] o homicida e o usuário de drogas: ou porque só andava na rua abandonado pela família, ou adivinha de outros estados, percorrendo um estado pra outro estado [...]. (MILTON, 2016).

Este era o perfil das nossas crianças e adolescentes que por desventuras da vida e da opressão social, acabaram sendo excluídos de direitos sociais, das suas garantias fundamentais como seres humanos, contrariando as orientações internacionais e nacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração Universal dos Direitos das

Crianças (1959) e as Constituições Federais (1967/1988)⁶¹. Crianças totalmente desamparadas por seus pais ou familiares, pelo governo e pela sociedade que chegavam a vagar de um estado para o outro em busca de algo ou alguém que lhes estendessem a mão e fossem tratadas como gente, com respeito e dignidade. Não queriam muito, apenas um lugar para morar, um casa, pessoas que pudessem considerar como família, que lhes dessem carinho, cuidados e amor.

Na próxima subseção apresentei algumas análises sobre a existência de menores deficientes que eram acolhidos na FEBEM, denotando uma perspectiva de inclusão, conforme previa a PNBm.

3.4.1 Os deficientes mentais da FEBEM-SE

Durante as minhas pesquisas de campo pude observar a apreensão de alguns menores com deficiências mentais – termo utilizado à época; os quais eram encaminhados ao Juizado de Menores. Foram três crianças no universo de cem Boletins Individuais analisados, sendo que uma delas foi apreendida três vezes; duas meninas de 12 anos de idade e um menino de 6 anos. As apreensões foram feitas pelo Corpo de Bombeiros e um dos casos a criança compareceu espontaneamente ao Juizado de Menores – o que me fez crer que ela entendia que as pessoas daquele lugar lhe dariam proteção e que poderiam lhe ajudar: devolvê-la à família. Também teve apreensões sem que constasse a informação de quem as realizou, impedindo uma melhor análise do contexto, mas posso afirmar que geralmente eram feitas por policiais, populares ou comissários do Juizado de Menores. Acredito que este número pode ter sido bem maior em face da ausência de informações nos campos que deviam ser preenchidos nos Boletins Individuais que analisei.

De acordo com Nascimento e Souza (1986), havia “deficientes mentais” convivendo com menores “normais” na FEBEM-SE, ou seja, apesar das tentativas de se realizar uma triagem e fazer os encaminhamentos devidos, ocorria de menores com algum tipo de deficiência intelectual ser internado junto com os que não tinham, o que poderia acarretar algum tipo de violência física ou psicológica àqueles. (NASCIMENTO; SOUZA, 1986, p. 24).

⁶¹ Em 1969 houve uma grande reforma da Constituição Federal de 1967.

Em Sergipe, a FEBEM passou a acolher menores com deficiências intelectuais no Centro Educacional de Menores Eronildes Carvalho – CEMEC, mas que, inicialmente, foi criada para acolher menores “normais”. Situava-se em um anexo da sede administrativa e ainda hoje funciona no mesmo lugar sob a responsabilidade da Fundação Renascer. As crianças que chegaram lá na década de 1980 ainda permanecem aos seus cuidados, contando com idades próximas aos 40 anos. Elas não têm para onde ir, foram abandonadas pelas famílias, tendo o Estado assumido os cuidados com eles. Atualmente são apenas 5 internos do sexo masculino.

Martha Moraes Minatel, em sua Tese de doutorado: *Institucionalização e educabilidade da infância anormal em Sergipe (1940–1979)*, trouxe à tona a política de internamento de crianças e adolescentes – denominadas idiotas, imbecis, alienados, loucos, retardados e tantos outros – tendo o seu recorte temporal de pesquisa englobado o início do Regime Civil-Militar no Brasil, em 1964, bem como a inauguração da FEBEM-SE, em 1976. A autora destacou o funcionamento de uma escola dentro do Centro de Reabilitação Ninota Garcia, denominada Escola Bertilde de Carvalho (1966), destinada à ação pedagógica de crianças com deficiências intelectuais, ditas anormais. Ela também analisou a participação da APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (1967) e de tantas outras instituições no processo de institucionalização-educação destes menores.

Minatel (2018) informou ainda a importância do método da médica italiana Maria Montessori, voltado para a educação dos anormais, também utilizado nas unidades da FEBEM-SE⁶². Apresentou ainda o método Doman-Delacato, que foi introduzido pela Escola Bertilde de Carvalho, trazido para Sergipe na década de 1960 a partir da APAE do Rio de Janeiro. O método foi criado nos Estados Unidos e chegou ao Brasil em 1957, tendo como preceitos básicos o adestramento e tratamento por meio da repetição de movimentos e treinamento de hábitos voltados para os “retardados mentais”. (MINATEL, 2018, p. 168).

O Jornal Gazeta de Sergipe, de 09 de setembro de 1980, apresentou uma nota denominada “Assistência aos Excepcionais”, informando que o Ministério da Previdência e Assistência Social – MAPS, por intermédio do seu Ministro Jair Soares, assinou uma portaria determinado a assistência aos excepcionais por seus órgãos, por meio de programas preventivos e terapêuticos, além de programas de aperfeiçoamento de pessoal e de pesquisas relativos ao assunto. O artigo ainda informava que para a referida entidade governamental “foram consideradas excepcionais a criança, o adolescente ou o adulto portador de deficiência

⁶² Vide página 72.

que gere acentuado desvio dos padrões médicos de desenvolvimento físico, mental, sensorial e psíquico [...]”. (GAZETA DE SERGIPE, 1980, p. 5). Ainda:

Pela mesma portaria a FUNABEM será responsável pelo desenvolvimento de programas preventivos e terapêuticos para o menor excepcional, sempre que possível, e mediante convênio, em assistência técnica e ajuda financeira à entidade integrante do sistema próprio do Bem-Estar do Menor. (GAZETA DE SERGIPE, 1980, p. 5).

Duas situações me chamaram a atenção neste informativo: o primeiro foi o da necessidade de se criar uma portaria ministerial para estender o atendimento previdenciário e de assistência social aos “excepcionais”. Não havia antes? O segundo ponto foi o da portaria dar incumbência à FUNABEM de assistir menores “excepcionais”, mas desde que fosse possível. Mas, quando seria ou não possível? A PNBM já previa a assistência à crianças com deficiências; sendo que esta portaria deu margem para diretores de FEBEMs e de governadores se esquivarem da responsabilidade, delegando-a para outras áreas do governo, como a saúde. Por fim, na mesma página do jornal em comentário havia uma propaganda da APAE convocando a sociedade sergipana para participar da Feira da Bondade, solicitando ajuda. Vê-se como este campo social era tratado neste período e percebamos o desenvolvimento das políticas públicas voltadas aos deficientes no Brasil e em Sergipe.

Em Pernambuco, Humberto da Silva Miranda, por meio da sua Tese de doutorado intitulada *Nos tempos das FEBEMs: memórias de infâncias perdidas (Pernambuco/1964-1985)*, fez o registro de que a FUNABEM ampliou sua atuação - ou pelo menos passou a colocar em prática o que previa a PNBM – dando atenção aos “deficientes físicos e mentais” e até mesmo acometidos de doenças, como foi o caso das crianças com tuberculose e hanseníase. Porém, enfatizou que o maior problema ainda era o das crianças órfãs, visto que, “como um dos maiores motivos de causa de internamento, o abandono passou a ser uma preocupação efetiva da Funabem, uma questão amplamente discutida pela equipe dirigente e de especialistas da área da assistência social e da jurisprudência.” (MIRANDA, 2014, p. 49). O autor ressaltou também que a FUNABEM financiou o atendimento aos deficientes a partir de convênios com diversas instituições, inclusive com a APAE, com o Instituto Benjamin Constant para deficientes visuais, com o Instituto Nacional de Surdos, entre outros. (MIRANDA, 2014, p. 49).

Em Minas Gerais, Amira Zaidan Amaral e Maria do Carmo Caixeta (1985) publicaram um livro denominado *A criança deficiente mental: uma experiência de trabalho na FEBEM*, o qual descrevia o funcionamento, a estrutura e os internos que compunham a

Escola FEBEM Paulo Campos Guimarães, uma unidade oficial da Fundação de Minas Gerais. As autoras disseram que o público era formado por “120 crianças e jovens, na faixa etária de 04 a 33 anos, de ambos os sexos, com diferentes graus de deficiência mental, e diversas outras deficiências associadas.” (AMARAL; CAIXETA, 1985, p. 19).

Afirmaram ainda que os internos provinham das camadas menos favorecidas da população, excluídos do processo econômico, político, social e cultural; pessoas que vinham com suas famílias da zona rural e da própria capital com o objetivo de conseguir melhores trabalhos e condições de sobrevivência. Porém, encontraram a violência, a miséria, inclusive a impossibilidade de manterem seus valores e culturais: “Nosso educando surge então de um contexto social-político e econômico excludente, marginalizador, onde as precárias condições de sobrevivência conduzem o indivíduo a um esfacelamento físico, mental e moral.” (AMARAL; CAIXETA, 1985, p. 15).

Ressaltaram ainda que a educação era um processo importante de transformação e construção do indivíduo, contínua e dinâmica, somando-se a importância do papel da mãe desde a gestação, sendo a sua ausência algo que iria marcar o desenvolvimento das crianças por toda a vida, apesar dos esforços das mães substitutas da instituição, visto que tinham que dar atenção a dezenas de crianças ao mesmo tempo. O lazer e o esporte, respeitando os limites individuais, foram citados como formas de oportunizar um bom desenvolvimento e educação para os internos, não se admitindo qualquer tipo de violência.

Criticaram a visão da sociedade para com os internos, os quais se referiam a eles como pessoas doidas ou doentes (AMARAL; CAIXETA, 1985, p. 42) ou, em um contexto nacional, como loucos (ALTOÉ, 1993, p. 52). Nos Boletins Individuais do Juizado de Menores de Sergipe constavam as referências aos menores apreendidos como débeis mentais; porém, os relatórios da FEBEM-SE analisados para o desenvolvimento desta Tese não mencionaram absolutamente nada sobre o acolhimento de menores com deficiências ou transtornos intelectuais.

Roberto da Silva (1997), ex-interno da FEBEM de São Paulo, relatou que 25,9% dos internos que analisou tinha algum tipo de deficiência mental, mas que apenas 13% recebeu tratamento. Quanto às deficiências físicas, foram diagnosticadas em 8,1% dos meninos, sendo que apenas 5,4% recebeu algum tratamento. As mais comuns eram: na visão, nas mãos, pés, fala ou na audição. Caso fosse algo mais complexo, que exigisse um procedimento cirúrgico, certamente não eram tratados. Observou ainda que houve casos de doentes mentais considerados irrecuperáveis que permaneceram para muito além dos ditos normais, dando-se o desligamento aos 25 anos de idade. (SILVA, 1997, p. 59-61; 76; 97).

Afirmou ainda que: “foi interessante notar que o fato de ser portador de algum tipo de deficiência física ou mental não foi fator de inibição para que alguns meninos cometessem delitos na maioridade.” (SILVA, 1997, p. 97). Isto implica dizer que muitos menores deficientes intelectuais ou físicos, que não foram ressocializados ou reeducados quando internos, chegaram a praticar delitos na fase adulta, com diagnósticos de: doente mental irrecuperável; sem orientações adequadas com possibilidade de evoluir para psicose e delinquência; com distúrbios de comportamento, entre outros, a partir de relatórios sociais e psicopedagógicos analisados pelo autor. (SILVA, 1997, p. 138).

Outrossim, a Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBm, também contemplou entre os seus fundamentos a questão das crianças e adolescentes que tinha alguma deficiência: “O menor com necessidades especiais – físicas, mentais ou sociais – deve receber cuidados de natureza também especial, de acordo com o problema ou limitação que apresente. Tais cuidados abrangerão educação especializada, com vistas a sua adaptação social” (BRASIL, 1973).

Desta forma, vislumbra-se uma ampliação da atuação das FEBEMs para acolher também menores com algum tipo de deficiência. Como sujeito institucionalizado, penso que além das consequências derivadas das limitações impostas pelas respectivas deficiências, também se somaram a problemática da institucionalização: punições, falta de materiais, mão-de-obra deficiente ou escassa, preconceitos, problemas psicológicos, entre outros.

Na subseção seguinte tratei da questão da sexualidade dos menores, tendo em vista os relatos na literatura que me aportei, bem como por ter detectado informações da existência de comportamentos promíscuos (como eram chamados à época), a homossexualidade e a violência sexual entre os menores.

3.4.2 Promiscuidade no internato

Durante as minhas investigações sobre o internamento de menores nas FEBEMs, encontrei nos Boletins Individuais do Juizado de Menores a apreensão de um menino que se autodenominava de Rute⁶³; tinha apenas 13 anos de idade e fora “recolhido” pela ronda do Juizado de Menores, provavelmente, com a sua “conhecida Kombi”. Tantas outras foram identificadas como vadiagem, mas penso que algumas deviam se referir ao comportamento

⁶³ Denominação fictícia

promíscuo dos menores - esta era a forma que a literatura e a legislação se referiam a eles. Estas apreensões me suscitaram questionamentos sobre a sexualidade dos menores, como eles foram acolhidos pelo sistema de internação nas unidades da FEBEM-SE e como era a convivência com os demais internos. Não encontrei nada além destas informações, mas é notório, pelo contexto sócio-político e social que os mesmos não tinham nenhuma atenção diferenciada, permanecendo junto a todas as crianças e adolescentes.

Lima, Silva e Vieira (1987), informaram que em uma instituição para menores da FEBEM do Rio de Janeiro, havia uma manipulação da sexualidade, no caso, a homossexualidade (a instituição era de internação masculina). As manifestações de cunho sexual eram proibidas, mas eram inevitáveis. Quando os casos de homossexualismo se apresentavam de forma mais aberta eram “tratados” pelo setor de psicologia. Desta forma, “a abordagem institucional era a de encarar o homossexualismo como uma doença a ser tratada, portanto uma perversão. Ao mesmo tempo, a sexualidade vivida de forma homossexual pelos menores era mudamente consentida” (LIMA; SILVA; VIEIRA, 1987, p. 157). A explicação sobre este assunto para a sociedade e visitantes era de um discurso de contenção, mas internamente havia um consentimento velado, como se fosse um comportamento permitido entre os internos. Isto fez as autoras pensarem que o manejo da sexualidade “estava a serviço da evitação de conflitos para a manutenção do equilíbrio institucional” (LIMA; SILVA; VIEIRA, 1987, p. 157), um mecanismo de contenção utilizado pela unidade de internação.

Ainda no Rio de Janeiro, Altoé (1993) destacou a violência sexual como um assunto que é pouco abordado nos estudos sobre internatos. Disse que era comum que os internos mais velhos abusassem dos novatos e, durante a noite, segundo relatos dos seus entrevistados, tinha-se que ficar alerta, para não ser abusado por outros menores. Alguns ficavam acordados durante a noite para que isto não acontecesse com eles; só conseguindo dormir quando o número de servidores fazendo ronda era suficiente para evitar tais atos. Estes eram vistos pelos dirigentes da instituição como um desvio de comportamento e sendo, no máximo, punido internamente.

A autora mencionou ainda que “a experiência homossexual, vivida como uma violência sexual, certamente marca os indivíduos de diversas maneiras”. (ALTOÉ, 1993, p. 48). Aduziu que:

Desde a entrada no internato o “menor” sofre diversos tipos de violência, seja por parte dos rituais institucionais (perda de objetos pessoais, roupas, etc.), seja por parte dos colegas com quem é obrigado a compartilhar seu

espaço e tempo. Vamos considerar aqui, particularmente, a violência que eles vivem realizadas pelos próprios colegas que já estão internados há mais tempo e têm mais idade. Ser roubado nos poucos objetos pessoais que lhes restam no ritual de entrada é algo comum e freqüente. A outra violência a qual são submetidos, e que os ex-internos deram relevância como expressão de uma vivência negativa do internato, foi a “violência sexual” ou a ameaça de, na “ronda à cama” de quem dorme. (ALTOÉ, 1993, p. 46).

Salientou que a narrativa dos seus entrevistados direcionava para um sentimento de desproteção, ficando em situação de vulnerabilidade dentro de um espaço desconhecido e propensos a sofrer tais violências, não podendo procurar segurança em outros espaços pelo fato de estarem “presos”.

De acordo com a autora, em um dos relatos que obtive foi de que havia relações sexuais entre os colegas e entre os colegas e funcionários, bem como a prostituição masculina dentro do internamento. Estas experiências acabaram por marcar negativamente a vida de muitos menores, sendo apresentado para eles uma nova forma de olhar o mundo e de obter dinheiro rápido, passando a manter a prostituição após os desligamentos. Altoé (1993) nos apresenta a perspectiva da promiscuidade em relação aos menores sob três ângulos: a de internos com internos ou com funcionários, de forma consentida ou não; e a da prostituição, com o fim de ganhar dinheiro.

No Brasil, a promiscuidade também ocorria nas ruas entre alguns menores. Em São Paulo, Arruda (1983) informou que, durante sua pesquisa de campo, andava “no meio daquele burburinho, cheio de meninas novas se prostituindo, ‘trouxas’ (trabalhadores ou gente metida a malandro)” (ARRUDA, 1983, p. 36). Isto ocorria à noite indo até o meio da madrugada, com grupos parados nas esquinas ou em bares sinalizando para os que passavam para “conversar”. Era comum a prática de assaltos naqueles espaços e a polícia rondava para tentar manter a ordem.

Desta forma, passei a refletir sobre a possibilidade de um menino ou menina eventualmente cair nas mãos da polícia ou do Juizado de Menores e acabassem internados(as) na FEBEM: como seria a recepção e seus comportamentos com os demais internos? Talvez uma das explicações seja a apresentada e discutida por Lima, Silva e Vieira (1987), mencionada acima.

Em uma unidade para internação de menores infratores da FEBEM de São Paulo, onde Roberto da Silva (1997) teve acesso aos relatórios sociais e psicopedagógicos, relatou a existência de menores homossexuais internados. Segundo estes documentos, os motivos para eles terem seguido para a internação foi a prática de furtos, assaltos, estelionato, uso de

entorpecentes entre outros. Os relatórios traziam a palavra diagnóstico para se referirem à homossexualidade dos menores: “diagnosticado homossexual e comportamentos antissociais”, “diagnóstico precoce de homossexualismo”. (SILVA, 1997, p. 141). Esta percepção de que a homossexualidade era um problema de saúde coaduna com a análise de Lima, Silva e Vieira (1987) acima apresentado como um problema de ordem psicológica.

Em Pernambuco, também se tem registros sobre homossexualidade e de atos dentro das unidades da FEBEM. Segundo Miranda (2014), o relato de um entrevistado confirmou esta prática entre os menores, inclusive assumidamente travestis, denominados por eles como *peru*. Tudo ocorria, geralmente, no período noturno, sendo que era proibido um menor entrar no quarto de outro, sendo isto objeto para punição. Da mesma forma, e com muito mais rigor, eram punidos aqueles que fossem pegos fazendo “safadeza”: levavam uma surra que deixava marcas da *tabica de fogo* - um pedaço de tábua fina que os menores batizavam dessa forma por arder que nem fogo quando eram surrados. (MIRANDA, 2014, p. 89; 91; 99).

Em Sergipe não se tem pesquisas aprofundadas sobre este assunto, envolvendo menores internos da FEBEM-SE. Como já mencionado, encontrei vestígios de registros de menores que se identificavam com o de outro gênero, bem como a utilização da palavra “homossexualismo” para justificar a sua apreensão.

Na seção seguinte tratei das representações da sociedade sergipana a partir dos jornais, bem como de ex-internos e de ex-servidores a partir das entrevistas que me foram concedidas, sempre tentando ratificar o que era dito por um com a fala dos demais, além do uso de documentos judiciais e da literatura para dar sustentação à pesquisa.

4 REPRESENTAÇÕES DOS MENORES DA FEBEM-SE

A política de internação em Sergipe acompanhou o movimento nacional desde a segunda metade do século XIX; porém, com a ausência de instituições de acolhimento no Estado os menores delinquentes eram encaminhados para cadeias públicas, prisões, quartéis, permanecendo separado dos presos adultos, pelo menos era assim que deveria ser. Alguns intelectuais e autoridades sergipanas, como: Tobias Barreto⁶⁴, Olímpio Mendonça⁶⁵, Carvalho

⁶⁴ Tobias Barreto de Menezes nasceu em 1839 em Campos, hoje Tobias Barreto, município de Sergipe e faleceu em 1889 em Recife. Foi escritor, poeta, professor de latim, formou-se em Direito em Pernambuco e deputado provincial.

Neto⁶⁶ já discutiam e cobravam das autoridades a construção de uma instituição específica para acolher somente menores delinquentes e desvalidos sergipanos; mas isto só se efetivou em 1942 quando foi inaugurada a Cidade de Menores Getúlio Vargas, em Nossa Senhora do Socorro.

Segundo Sônia Altoé (1993), as instituições de internamento de menores apagavam a sua identidade; o momento da infância era substituído por regras que deveriam ser cumpridas sem erros, sob pena de sofrerem algum castigo. “Não poder errar é arrancar o ser humano da dimensão da escolha, ou melhor, não poder ter um erro seu reconhecido é uma cruel cassação da possibilidade de se reconhecer humano, singular, errante.” (ALTOÉ, 1993, p. 15).

A análise destas instituições por diversos autores e pesquisadores, como Irma Rizzini (2010), Irene Rizzini (1995), Sônia Altoé (1993), Rinaldo Sérgio Vieira Arruda (1983), Alessandra Bispo (2007), inclusive por um ex-interno da FEBEM-SP, Roberto da Silva (1997), entre outros, dão conta de que apesar da intenção de promover um “Bem-Estar do Menor” em situação de vulnerabilidade, na verdade havia uma grande complexidade de relações e interações que aos poucos foi se tornando mais difícil de administrar, gerando prejuízos de ordem física, psicológica, educacional, profissional ou social aos internos.

A complexidade de relações ou interações, a qual me refiro, é a colocação do indivíduo em um sistema de internação onde se vivia apenas para a instituição, em um mundo fechado e circunscrito às suas regras, onde as tarefas eram previamente planejadas e executadas cartesianamente nos horários previstos, uma vez que as atividades estavam organizadas em uma sequência a serem cumpridas estrategicamente com o intuito de ocupar todo o tempo do interno, evitando a ociosidade.

Isto era um anseio da sociedade para tentar controlar e amparar a orfandade, os pobres e os que se desviavam da lei. Estes sujeitos eram vistos como um problema social, que enfeavam os espaços e ocupavam as ruas; isto causava desconforto, medo e insegurança para a elite sergipana que, como um Estado progressista e ordeiro, precisava se alinhar com os demais entes federativos, moldando-se em um ideal de civilização tupiniquim.

Desta forma, era natural que a sociedade externalizasse o que sentia e pensava, no caso, sobre estes sujeitos, por meio de representações. Para tanto, pesquisei nos jornais sergipanos e foram encontrados alguns textos, os quais passarei a descrevê-los e comentá-los

⁶⁵ Juiz de Menores em Sergipe entre as décadas de 1930 e 1950. Além da magistratura, envolvia-se com a questão do menor por meio de palestras e conferências, sendo reconhecido em seu meio pela atuação.

⁶⁶ Antônio Manuel de Carvalho Neto nasceu em 1889 em Anápolis, hoje Simão Dias, município de Sergipe, formou-se em Direito no Rio de Janeiro. Retornou à Sergipe assumindo cargos como o de deputado estadual, juiz de direito, diretor da Instrução Pública de Sergipe, presidente da seção sergipana da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Penitenciário de Sergipe; professor de direito, entre outros. Faleceu em 1954.

a seguir. Da mesma forma, foi possível extrair das narrativas de alguns entrevistados o que a sociedade da época pensava dos menores.

4.1 OS MENORES NA PAUTA DOS JORNAIS SERGIPANOS

Os jornais sergipanos estamparam diversas notícias sobre os menores carenciados: os que perambulavam pela cidade e aqueles que estavam nas instituições de internação. Neles, era possível encontrar as representações que a sociedade tinha sobre o “problema do menor”, o qual já vinha se alastrando desde o século XIX, tomando grandes proporções a partir do século XX. Dialogando com Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas (2003), a autora asseverou que as representações permitem, de forma objetiva e/ou subjetiva, que o indivíduo exprima a sua condição material a partir das estruturas impostas pela sociedade sobre uma determinada realidade “enquanto indivíduos representantes de uma coletividade” (FREITAS, 2003, p. 39).

De acordo com Chartier (1990), as representações podem ser compreendidas a partir de três situações: da classificação e delimitação da realidade pelos diferentes grupos sociais, os quais constroem percepções diferentes da mesma; das práticas ou experiências de vida concebidas por meio de uma identidade social, de uma posição ou estatuto simbolicamente instituído e, por fim, os modos de perceber o mundo de forma institucionalizada e objetiva, sendo recepcionadas pelos sujeitos, marcando e perpetuando “a existência do grupo, classe ou comunidade.” (CHARTIER, 1990, p. 23).

Assim, podemos encontrar as representações de uma coletividade sobre um determinado fato social no testemunho de um indivíduo, em jornais, documentos oficiais ou em outras fontes que, no caso da pesquisa em História da Educação, devem ser cruzadas para dar credibilidade ao seu conteúdo. Neste momento darei enfoque aos jornais da época para extrair as representações da sociedade sergipana, devidamente situada no tempo e espaço, sobre o problema no menor.

Para Foucault a imprensa tem uma perspectiva específica como fonte de pesquisa:

O noticiário policial, junto com a literatura de crimes, vem produzindo há mais de um século uma quantidade enorme de ‘histórias de crimes’ nas quais principalmente a delinquência aparece como muito familiar e, ao mesmo tempo, totalmente estranha, uma perpétua ameaça para a vida cotidiana, [...]. (FOUCAULT, 1987, p. 251).

Assim, para este autor, os jornais revelam uma realidade social e quando se trata de assuntos relativos à violência, marginalidade, tornam-se cotidianos e passam a ser absorvidos com mais familiaridade pela sociedade. Todavia, nem ela e nem as autoridades devem perder de vista que as matérias publicadas são alertas, uma vez que tais fatos constituem verdadeiras ameaças à ordem e à paz pública: “Os jornais populares propõem muitas vezes uma análise política da criminalidade que se opõe termo por termo à descrição familiar dos filantropos (pobreza-dissipação-preguiça-bebedeira-vício-roubo-crime)”. (FOUCAULT, 1987, p. 252). Para Foucault, a origem da delinquência está na sociedade e não nos indivíduos criminosos. Os noticiários policiais reproduzem, dia a dia, características dos que se comportam de forma desajustada, contrárias ao que se idealizava para uma civilização ordeira, espelhando os sentimentos e as atitudes da elite dirigente de cada sociedade.

A edição de 11 de março de 1976 do jornal Gazeta de Sergipe publicou um artigo intitulado “Problema de Estado”, referindo-se à marginalização dos menores e ressaltando a importância da FUNABEM, do Estado, das famílias e da sociedade no enfrentamento deste tema. Em seu texto continha informações referentes à criação de uma CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito pela Câmara dos Deputados Federais, conhecida como a CPI do Menor - para discutir o “problema do menor” e analisar as suas causas em todo o país.

Para tanto, deveria contar com a participação da FUNABEM em face da sua experiência na lida com os menores e sob o novo olhar sociológico de que tal problemática era fruto da marginalização social do adulto em todo país que, sem condições de proverem as suas subsistências, abandonam os seus filhos, ficando fora das escolas e perambulando pelas ruas das cidades. Vejamos o seguinte fragmento do artigo jornalístico:

Nos nossos dias o problema do menor abandonado mostra-se mais angustiante, sendo estimado em 25 milhões o número deles, no país. Milhões de menores, até 18 anos de idade, em completo abandono, formando com os próprios pais a grande classe miserável, expostos nas ruas das cidades brasileiras. Não podemos deixar de ficar perplexos face à gravidade do problema, cujas perspectivas de atenuação (pelo menos) parecem remotas. (GAZETA DE SERGIPE, 11 de março de 1976).

Percebe-se uma angústia quanto à solução do problema, ou pelo menos a sua atenuação, tendo em vista que já havia se passado mais de uma década da criação da FUNABEM e as coisas pareciam não melhorar, pelo contrário, o número de menores

destituídos de toda a sorte só aumentava. Em 1980, estimava-se que a população brasileira era de 119.002.706 habitantes (IBGE, 1872-2000, Tabela 2.2), a de Sergipe 1.140.121 habitantes (IBGE, 1872-2000, Tabela 2.2) e Aracaju 293.131 habitantes (IBGE, 1872-2000, Tabela 2.4). O número de pessoas entre 0 e 17 anos no país era de aproximadamente 53.939.271 habitantes; em Sergipe havia 590.517 pessoas nesta faixa etária (IBGE, 1980-1991, Tabela 2.52).

Assim, segundo as informações do IBGE acima, infere-se que a porcentagem aproximada de pessoas com menos de 18 anos no Brasil, em 1980, era de 45,32%; e a de menores abandonados era de 21%, em relação à toda a população brasileira. Tomando-se como parâmetro apenas o número de pessoas com menos de 18 anos de idade no Brasil, a porcentagem de menores abandonados se eleva para aproximadamente 46,3%. Juntos com os seus pais, essas criança e adolescentes eram vistos como uma classe miserável, desprovidos de educação, de formação para o trabalho, desafortunados, que circulavam pelas ruas das cidades em busca de algo para comer, a pedir esmolas, o que incomodava os mais abastados da sociedade.

A CPI do Menor (1976), diagnosticou que no Brasil havia aproximadamente 25 milhões de menores abandonados ou carenciados, ou seja, 1/3 da população infanto-juvenil era ou estava em situação de marginalidade. Entre outras causas, citou o grande crescimento da população, a migração e urbanização, as quais desencadearam o aparecimento de cinturões de pobreza, sobretudo nas metrópoles. Salientou que esta situação poderia ficar insuportável com o passar dos anos, visto que em “1970, 60% da população brasileira vivia em cidades e se estimava que este número atingiria os 2/3, em 1980”. (VOGEL, 1995, p. 314). Ademais, fez um pronunciamento contundente ao dizer que a FUNABEM não possuía mais condições de solucionar o problema do menor em face do crescimento demográfico e que as suas ações passaram a ser mais incisivas apenas no centro-piloto, no Rio de Janeiro; alertando que se o governo federal não tinha essa capacidade tampouco as fundações estaduais, nem mesmo os municípios teriam recursos para lidar com um problema de tamanha dimensão.

O texto jornalístico em comento ainda afirmou que estes sujeitos:

Representam grupos, constituem setores sociais sem qualquer participação ativa e positiva no processo de desenvolvimento nacional, que exige esforço de todos, tratando-se de um país de características continentais. Não participando do processo de produção, acham-se privados do gozo dos bens e serviços distribuídos pela nação. Não estudam por carência de recursos materiais. Não recebem formação profissional. (GAZETA DE SERGIPE, 11 de março de 1976).

Percebe-se na citação a rotulação de que os desfavorecidos, incluindo os menores, eram pessoas que não contribuíam com o desenvolvimento do país, pelo contrario, um fardo social que deveria ser compensado com os esforços e trabalhos de outros para poder manter o processo de produção do país ativo. O seu afastamento do que a sociedade entendia como necessário para o crescimento do indivíduo e da nação (educação, formação moral e cívica, religiosa e trabalho) os destituía dos serviços que o poder público podia lhes oferecer, o que, ao meu entender, gerava um ciclo vicioso e interminável de permanência da pobreza, estratificando a sociedade entre pobres e ricos, procrastinando a mesma situação indefinidamente a altos custos com a verba pública, gastos em programas falaciosos.

A ausência de recursos materiais, segundo o texto, era fator para não se estudar e consequentemente ficavam despreparados para o exercício de trabalhos mais complexos. Isto pode ser percebido como mais uma forma de se referir aos marginalizados como desqualificados, sem educação e formação (familiar, escolar e profissional). Faleiros (1995), ao analisar uma publicação da FUNABEM de 1984, corroborou que a marginalização consistia em um “afastamento progressivo do processo de desenvolvimento” (FUNABEM *apud* FALEIROS, 1995, p. 77), tanto individual quanto social das crianças e adolescentes. Segundo o autor, “essa marginalização seria causada [...] pela urbanização e pelo esfacelamento da família e acrescenta que ‘dentro desse sistema, programas específico serão montados para favelas e mocambos’ [...]” (FALEIROS, 1995, p. 77), referindo-se a um discurso do ano de 1965 do médico e primeiro presidente da FUNABEM, Dr. Mário Altenfelder, sobre a sua gestão.

Sônia Altoé (1993) realizou uma pesquisa com menores de São Paulo entre 1988 e 1989 e ressaltou que:

A marginalidade, para os ex-internos entrevistados, é representada pelo ‘mundo do crime’. Segundo eles, o marginal é aquele que se envolve com tráfico de drogas (‘maconheiro’), que vive na ‘bandidagem’ (‘que só imagina matar’) e que inventa as suas próprias leis. Desta forma, a marginalidade é sempre relacionada ao mundo do crime. (ALTOÉ, 1993, p. 103).

Para a autora, a marginalidade leva o indivíduo a se deparar com os perigos das ruas, destacando a perda da vida de vários ex-internos que estiveram em confronto com a polícia ou em disputa com marginais. (ALTOÉ, 1993, p. 106). Estas representações de marginal ou marginalidade às vezes aparecem de forma confusa na PNBM, onde a questão do menor “[...]”

especialmente o que se refere ao menor marginalizado ou em vias de marginalização, é dos mais agudos. Contrariamente ao problema do menor infrator, cuja incidência em nosso meio é quase insignificante, o menor carente se constitui em grave desafio.” (FUNABEM, 1973, p. 7). Assim, para esta política, marginal ou em processo de marginalização consistia naqueles que se encontravam em situação de baixa renda e, por conseguinte, desprovidos de acesso a bens materiais e culturais ocasionando uma desinformação dos seus direitos sociais: educação, saúde, entre outros (FUNABEM, 1976, p. 14), diferindo-se dos menores infratores.

Resumindo, a PNB/M/FUNABEM designou a expressão *menor desassistido* para se referir a todos os menores em qualquer situação de marginalidade ou em processo de marginalização; estes sujeitos constituíam o que denominavam como *problema do menor* ou *menor-problema social*, destacando duas categorias: a do o menor carente, ou seja, o pobre, cujos pais eram desassistido de condições econômicas para proverem suas subsistências, em situação de exploração, de abandono material, intelectual, ou eles mesmos abandonados de fato, entre outras situações; e a do menor de conduta antissocial, consistente naquele que praticava atos infracionais, ou seja, delitos. (FUNABEM, 1976, p. 21).

Estes sujeitos faziam parte das classes populares que, segundo Peres (2002), identificavam “o conjunto de indivíduos marginalizados social, econômica e culturalmente, [...] desempregados, subempregados, crianças prestadoras de serviços domésticos, aprendizes de ofício ‘incorrigíveis’.” (PERES, 2002, p. 14). Faziam parte de um contexto maior, o das classes sociais que a autora, dialogando com E. Thompson (1987), concordou que “é um fenômeno histórico, que ocorre efetivamente nas relações humanas. [...] Classe social não existe no abstrato, senão numa dada formação social e cultural.” (PERES, 2002, p. 14).

Assim, havia uma segregação intencional entre os grupos dominantes e dominados, da mesma forma discutida por Norbert Elias e John Scotson (2000) em *Os estabelecidos e os outsiders*. Eles realizaram uma pesquisa em um povoado da Inglaterra onde foi possível observar claramente a divisão social entre duas classes sociais: os *establishment* e *established*, que designavam “grupos e indivíduos que ocupam posições de prestígio e poder.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 7). Viam-se como a “‘boa sociedade’, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência: “os *established* fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 7).

Os *outsiders*, por sua vez, designavam “os não membros da ‘boa sociedade’, os que estão fora dela”. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 7). Eram as pessoas pobres do lugar, oriundas de famílias desestruturadas, usuárias de álcool, que praticavam delitos diversos, sendo o furto

o mais comum; exerciam trabalhos que não exigiam qualificação ou trabalhos braçais; não possuíam higiene corporal, muitas vezes rotulados como “sujos”; a prática sexual acontecia com frequência, principalmente entre os jovens em idade escolar, entre outras situações que caracterizavam este grupo de pessoas. Os *outsiders* eram vistos “como indignos de confiança, indisciplinados e desordeiros.” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 27).

Retomando o noticiário jornalístico sergipano em comento, já na sua parte final, ratifica o ceticismo quanto à solução rápida do “problema do menor”, que nem mesmo em um século poderia ser resolvido já que a fome seria a principal mazela que afligia a infância e juventude, impactando na formação do corpo, da mente e da personalidade. Diante deste quadro, o autor do artigo questionou se era justo exigir dos menores: “educação, nobreza de espírito, respeito ao direito, à religião, à moral?”. (GAZETA DE SERGIPE, 11 de março de 1976). Enfatizou que não se pregava a extinção das ações coercitivas contra os menores, mas que se passasse a agir com mais rigor contra os pais que os deixavam em situação de abandono e miséria, sendo um clamor de juízes, juristas e sociólogos a elaboração de uma lei que exigisse maiores cuidados com os filhos “ante a realidade e gravidade do problema do menor, em todo o país.” (GAZETA DE SERGIPE, 11 de março de 1976).

Percebe-se como a sociedade estava representada nos jornais da época, sendo a mendicância, inclusive de mulheres e crianças, considerada uma ferida aberta na sociedade sergipana, especialmente na capital. Em outra edição do jornal Gazeta de Sergipe (1976), esta intencionalidade se apresentou de forma explícita; vejamos:

Muitas vezes temos tratado o problema da mendicância, que dia a dia recrudescia à medida que se vão acentuando as dificuldades da vida. É deprimente o espetáculo que desfila aos nossos olhos, nas ruas de nossa capital. Chagas e deformidades expostas, os mendigos perambulam pelas ruas, abordando os transeuntes, invadindo lares, repartições públicas, cafés, à cata de esmola, além de mulheres e crianças estendidas nas ruas, numa promiscuidade lamentável. Essa desgraça ambulante depõe contra nossos foros de gente civilizada. [...]. O triste quadro de mendicância em nossa capital, que, por ser conhecido de todos dispensa maiores comentários deprime e sensibiliza. Por isso, insistimos para que maior boa-vontade de todos, autoridades e particulares [...], talvez uma colônia, na qual fossem aproveitadas as aptidões desses párias, poupando-os ao espetáculo degradante do esmolar. [...]. (GAZETA DE SERGIPE, 05 de março de 1976).

O que chamou a minha atenção neste artigo foi a inclusão das crianças no “problema da mendicância”. Pela leitura, entende-se que muitos homens e mulheres, adultos e crianças, faziam parte deste cenário, sendo adjetivados como: deprimentes, chagas e deformidades

expostas, promíscuos, desgraças ambulantes, degradantes e que causavam tristeza, deprimiam e sensibilizavam os foros da gente civilizada aracajuana. Assim, crianças perambulavam pelas ruas em uma promiscuidade lamentável. Mas o que queria dizer com isto? Será que se referiam à forma de se vestirem, de conviverem, de se comunicar, de andar em grupos? O texto não deixa claro, mas entendo que sim; via-se como tal aquele que estivesse em situação de mendicância, ou seja, em situação de marginalidade, como já discutido nesta sessão.

A palavra “pária” foi utilizada como mais um adjetivo, tendo em vista que significa: homem excluído da sociedade; derivada da palavra “tâmil” que se refere ao povo que vivia no Sul da Índia e no Norte e Oeste do Sri Lanka, consistente em um sistema hindu de castas, sendo ela a mais baixa e o seus integrantes destituídos de todos os direitos religiosos e sociais. (FERREIRA, 1986, p. 1271).

Outro ponto que merece comentário é o espaço da rua; por onde os mendigos perambulavam, circulavam, abordando e incomodando as pessoas “estabelecidas” e que, caso houvesse uma porta aberta, adentravam para pedir esmolas, algo para comer ou vestir. Era comum ver “mulheres e crianças estendidas nas ruas” esmolando. A “boa sociedade” chegou a sugerir às autoridades que criassem uma colônia para que eles fossem recolhidos e as suas aptidões aproveitadas para o trabalho.

Ainda, em relação a esses espaços, eram consideradas como “meios peçonhentos, com crianças seminuas, isoladas ou em maltas, dormindo na rua”. (FALEIROS, 1995, p. 58). Local de pessoas caracterizadas como desclassificadas, onde a apreensão de menores era uma prática corrente (IRENE RIZZINI, 1995, p. 134; 141). De acordo com Roberto da Silva, as apreensões ocorriam até pelo simples fato dos menores estarem perambulando pelas ruas. (SILVA, 1997, p. 88). Segundo Tarciso Mauro Vago, as ruas eram:

Lugares da marginalidade, do vício, da vagabundagem, outros significados podem ser percebidos nas representações de idosos sobre seus tempos de infância. Ruas da racionalidade, ruas da marginalidade, eram também ruas de ludicidade: um grande quintal, como escreveu Clarice Nunes. Nelas, o corpo das crianças podia tornar-se encantador, brincante, insubmisso à racionalidade urbana. (VAGO, 2002, p. 57).

Logo, o espaço das ruas era mais do que um lugar da liberdade no sentido da libertinagem, promiscuidade, vícios e delinquência; pois também eram locais onde a liberdade podia ser entendida como lugar de brincar, correr, cantar, de ir e vir, de sentir o vento e o sol tocar a pele, de respirar, ver, tocar nas pessoas e coisas; de escutar e aprender tantas outras; de saborear os doces do homem que vende o quebra-queixo, o cavaco chinês, o doce na bodega

próxima de casa, o sonho da padaria; de sentir o perfume das pessoas que passavam, das flores dos jardins das casas e praças.

Em outra edição do aludido jornal sergipano, relatou-se a prisão de um indivíduo com 18 anos de idade, mas que já tinha várias passagens pelas delegacias da capital, tendo iniciado a vida de crimes aos 15 anos de idade. A nota do jornal foi publicada com o seguinte título: “Pedrinho⁶⁷, especialista em roubar residências”. Vejamos o seu conteúdo:

O perigoso ladrão “Pedrinho”, volta à cela da 1ª Delegacia Metropolitana, após furtar vários objetos de uma residencia localizada no Bairro Cirurgia. Pedrinho, apesar de ter apenas 18 anos de idade, tem uma larga visão para penetrar nas residencias alheias. Os seus furtos geralmente são de grandes valores quando ocorre de não encontrar dinheiro. A prisão do vivaldino ocorreu a noite passada [...]. A Delegacia Metropolitana já conhece o marginal há 3 anos atrás, quando o lalau começou a entrar na vida de arrombamentos e outras espécies de furtos. Fichado em três delegacias Pedrinho acha muito difícil abandonar essa profissão. Para ele, já está marcado pelos policiais. (GAZETA DE SERGIPE, 20 de novembro de 1976).

De início, cabe ressaltar o tipo de infração que o Pedrinho sempre praticava: furto ou arrombamento seguido de furto. O arrombamento consiste em uma qualificadora do crime de furto, o que faz aumentar a pena. Mas o que importa sublinhar aqui é que estes delitos não geram grave ameaça às vítimas, visto ser uma ação sorrateira, onde o agente subtrai algum objeto sem que a vítima perceba. Mesmo assim, a imprensa taxou-o de “perigoso ladrão”. Este tom demasiadamente excessivo pode ser por causa da frequência com que o Pedrinho vinha cometendo ações dessa natureza, o que fez receber outro atributo, o de “vivaldino com ampla visão”, ou seja, um sujeito muito esperto e possuidor de grande experiência no que fazia. Entendo ser negativo receber das autoridades, sociedade ou imprensa este estigma, pois transforma o indivíduo em uma pessoa perigosa, temida pela população e por seus pares, no bairro e na rua onde residia, transitava ou mesmo dentro de instituições totais, como: delegacias, presídios ou FEBEM.

Ressalte-se que quando o Pedrinho foi preso contava com 18 anos de idade, mas que há 3 anos já era conhecido da polícia. Logo, desde os 15 anos de idade estava envolvido com práticas delituosas. Não encontrei no Arquivo Judiciário de Sergipe informações a respeito do Pedrinho, porém, pelo fato de já ter passado por várias delegacias metropolitanas quando menor, é possível que o mesmo tenha sido internado em alguma unidade da FEBEM/SE. A

⁶⁷ O nome fictício.

sua vida tangeu para um lado indesejável pela sociedade e até, porque não, por ele mesmo. Era a realidade dele naquele momento; as circunstâncias que envolviam a sua vida, as suas necessidades, tendo encontrado no furto um meio para sobreviver, mesmo que passasse a ser mais “esperto” com o tempo, subtraindo objetos de alto valor, conforme descrito no anúncio do periódico.

Deixar esse meio de vida ilegal era algo difícil de ocorrer ao chegar à fase adulta, sendo que esta temática já vem sendo discutida há muito tempo. De acordo com Elias e Scotson (2000), no início da pesquisa que realizaram em uma comunidade do interior da Inglaterra envolvendo crianças e adolescentes marginalizados, asseverou que todos que estavam sendo observados “figuravam entre os piores alunos, tirando as notas mais baixas” (GOFFMAN, 2000, p. 153). Três destes jovens tinham sido “condenados” pela prática de furtos em lojas e casas da região onde moravam, apesar de que todos possuíam algum tipo de trabalho: maquinista, trabalhador braçal, entre outros. (GOFFMAN, 2000, p. 154-155).

De acordo com o autor, os rótulos, os estigmas impostos pelas elites, *establisheds*, excluía os pobres, *outsiders*, da sociedade e dos benefícios que a mesma poderia oferecer. Essa pressão social levava a muitos indivíduos praticarem delitos:

[...] a experiência da atribuição de um status inferior à própria família **deixa marcas na autoimagem e na autoconfiança dessa pessoa em épocas posteriores**. É a identificação nesse sentido mais amplo que se mostra relevante para os problemas levantados [...], dentre eles os problemas da delinquência juvenil. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 188). (grifos meus).

Percebe-se que a atribuição de rótulos que inferiorizam as pessoas deixa marcas, onde a autoimagem e autoconfiança vão sendo minadas com o tempo, causando baixa estima em uns e, em outros, uma revolta, levando muitos jovens a delinquirem. Quando o autor consignou que tais atitudes poderiam deixar marcas em *épocas posteriores*, entendo que se referia à fase adulta.

Neste sentido, Roberto da Silva (1997), afirmou que a falta de escolarização e profissionalização propiciou a prática de delitos na fase adulta em virtude do modo de socialização que os menores internos na FEBEM/SP foram submetidos. O autor também enfatizou a desestruturação das famílias, o abandono, a ausência de um referencial familiar como favorecedores para os desvios dos indivíduos, da menoridade à fase adulta. Para ele, o estigma da institucionalização (FEBEM ou cadeia) era um destino que, “irremediavelmente, não conseguirão se livrar.” (SILVA, 1997, p. 127). De acordo com o autor, o futuro dos “ex-

menores” que delinquiram quando adultos era a morte ou viver nas ruas; outros, com mais sorte, conseguiram trabalhar no serviço público a partir de encaminhamentos pela FEBEM ou tentavam reconstruir suas vidas à procura dos seus familiares ou mesmo constituindo as suas próprias famílias. (SILVA, 1997, p. 128-129).

Em outra edição da Gazeta de Sergipe do ano de 1976, foi possível perceber a ausência de sensibilidade da comunidade para com o problema do menor, enquanto outros setores tentavam solucionar ou minimizar este fenômeno social. O artigo do jornal levava o seguinte título: “Menor e Desenvolvimento”; por ser extenso, replicarei apenas alguns trechos e outros tecerei comentários:

Mais que nunca as atenções dos técnicos, sociólogos, de juristas, de parlamentares, da comunidade (esta, ainda pouco sensível), voltam-se para o grave problema do menor abandonado. Na verdade, lutar em favor da proteção do menor é um dever de todos, no qual o poder público e o cidadão somam parcelas iguais de responsabilidade. Enfatiza-se muito, nos nossos dias, a relação estreita existente entre o menor marginalizado e a luta pelo desenvolvimento nacional. É isso, sobretudo, constatado nas grandes cidades, para onde os movimentos migratórios atraem as grandes levas rurais, ocasionando frequentemente o fracionamento familiar. (GAZETA DE SERGIPE, 4 de maio de 1976).

De início, o título já nos dá uma ideia do conteúdo do texto, visto que o problema do menor estava na pauta das discussões das autoridades políticas, policiais, jurídicas, dos aristocratas, em outras palavras, da elite dirigente sergipana. Era um problema social que se procrastinava de um governo para outro sem que se conseguisse contê-lo; isto ia de encontro à ideia de desenvolvimento, ordem e progresso do Brasil, passando a entrar na questão da segurança nacional instituída pelo regime civil-militar.

O texto transparece fazer um alerta de que a responsabilidade para com os menores não era apenas da administração pública, mas também da população, uma vez que ainda não estava sensível à problemática do menor carente e que vinha assolando a sociedade há décadas, especialmente nos grandes centros urbanos, onde o êxodo rural propiciava o inchaço das cidades e trazendo consigo outros problemas, como: violência, prostituição, doenças, entre outros. Assim, muitas famílias acabavam se desestruturando, mulheres e crianças eram abandonadas por seus maridos e, por vezes, consumidos pelos vícios que os espaços urbanos ofereciam, especialmente o álcool.

Elias e Scotson (2000) disseram que muitas famílias não conseguiam administrar as suas relações, para que se mantivessem equilibradas e de acordo com as normas sociais

estabelecidas. Tal fato ocorria porque era possível que muitas pessoas não tivessem vivido uma tradição que lhes ensinasse como deveria ser a rotina de uma família ordeira. Outro fator que o autor registrou foi a ausência de exemplos individuais, a falta de oportunidade dos pais e transtornos na situação familiar, como: guerras, desemprego, doenças, sendo a pobreza e a instabilidade empregatícia os fatores que causavam mais desajustes familiares. Estas famílias eram denominadas de “famílias problemas”, onde os “filhos problemas” geralmente advinham de “pais problemas”. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 162).

Não só os adultos consumiam álcool, visto que era comum encontrar menores fazendo uso da substância. Com o tempo eles experimentavam e passavam a consumir, com habitualidade, inicialmente a cerveja e depois outros tipos de bebidas. Eles gritavam, falavam em voz alta, brigavam, faziam badernas e enfatizavam a revolta de serem excluídos e estigmatizados pelos “esnobs”. Muitas vezes a polícia era acionada, mas apenas advertiam os envolvidos quando era a primeira infração e nos casos que não eram graves. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 157; 160).

De acordo com Faleiros (1995), estas problemáticas sociais tinham como causas: a concentração de renda, inflação, urbanização, migração do campo para a cidade, imigração, industrialização, falta de educação da população e crescimento da criminalidade (FALEIROS, 1995, p. 86). Segundo Marco Antônio Cabral dos Santos (2010), uma das causas do aumento da delinquência nos grandes centros urbanos era a corrupção da infância que, por sua vez, faltava-lhe educação, cuidados da família e da própria sociedade. (SANTOS, 2010, p. 215).

Dialogando com Zaluar (1994), Faleiros (1995) informou que em Goiânia foi desenvolvido um projeto com meninos e meninas de rua em parceria com o CETI – Centro de Triagem Integrada e outros, com o intuito de “não deixar a criança ao arbítrio da polícia, o que nem sempre acontecia” (FALEIROS, 1995, p. 87). Este autor completou o pensamento salientando que, em 1985, dos encaminhamentos de menores ao Centro de Triagem de Goiânia, 9,8% foram por uso de drogas; 8,8% por furto; 14,6% por suspeita de furtos seguidos por fuga; 21,7% por vadiagem e 11,3% como perdidos. O texto jornalístico representou os menores como um elemento nocivo ao desenvolvimento nacional.

Isto não é contraditório? Almejava-se o desenvolvimento nacional que, para tanto, necessitava de mão de obra nas fábricas, indústrias e empresas situadas, em sua maioria, nos grandes centros urbanos, os quais não dispunham de recursos humanos suficientes para ocupar os postos de trabalhos disponibilizados. Esta demanda passou a ser suprida com a chegada dos cidadãos interioranos, que largaram a vida de camponeses para tentar a sorte de melhores empregos e remuneração nas grandes cidades. Uns iam sozinhos, deixando suas

famílias no campo, outros levavam suas esposas e filhos que, muitas vezes eram abandonados pelos homens e aí se iniciava o desmantelamento das famílias. O número alto de imigrantes do campo e sua falta de qualificação para o trabalho fez com que muitos passassem a morar nas periferias das cidades, em cortiços ou pelas ruas. Neste caldo de dificuldades e ausência de apoio das autoridades públicas, muitos eram levados a vícios, prostituição, prática de jogos de azar e à delinquência. Mulheres e crianças eram facilmente encontradas pelas calçadas das ruas, mendigando, sujos e maltratados, focos de doenças e algo que os olhos dos estabelecidos (ELIAS; SCOTSON, 2000) não queriam ver, pois enfeavam a cidade.

Com a industrialização e desenvolvimento das grandes cidades pouco se pensou nesta questão. O Estado assumiu a responsabilidade de resolver este problema social e mesmo tentando mobilizar toda a sociedade, continuou, de certa forma, sozinho neste enfrentamento, ocasionado por um ideal desenvolvimentista que só visava lucros para os grandes empresários. Estes se aproveitaram da situação e em nada ou pouquíssimo fizeram para diminuir as mazelas sociais ocasionadas por eles mesmos. Assim, não se pode pensar ou compreender que o *menor marginalizado* surgiu do nada, que simplesmente apareceu e a responsabilidade de lidar com os mesmos era simplesmente da administração pública. Consistia em um grande emaranhado criado pelas políticas federais, recepcionadas pelos estados federados, proliferou-se e se tornou mais difícil de lidar com o passar das décadas.

A sociedade civil tinha grande contribuição na configuração deste cenário, como no caso dos grupos sociais mais ricos que realizavam uma exploração escorchante da mão-de-obra dos pobres, visando apenas seus lucros e sem preocupação com os danos causados por suas ações. Os grupos medianos, por sua vez, tentavam “se equilibrar para não cair” na pobreza, visto que não possuíam muitos instrumentos para combater a força das elites empresariais e políticas da sociedade; por fim, os pobres que se enfileiravam nas portas das indústrias ou que estavam trabalhando no chão de fábrica, estigmatizados e excluídos de uma verdadeira assistência social ao qual o Estado se comprometeu em ofertar, não lhes restando muitas opções além de tentarem sobreviver.

Em um segundo momento o texto da publicação do jornal disse que:

Tem-se debalde procurado remover esse grave problema, que impede o progresso do país e compromete o futuro da nação. De qualquer modo, mercê da revolução de março passou o tempo em que as distorções sociais serviam de pasto à subversão, favorecendo à desintegradora luta de classes, e na sua ação restauradora, saneadora, desencadeou uma série de medidas objetivando aos governos federal, estadual e municipal, e a organizações particulares, unirem-se no sentido de desenvolver uma política voltada para

o bem-estar do menor, buscando preservá-lo do perigo que, para si e para a sociedade, representa sua condição de carência afetiva e material. (GAZETA DE SERGIPE, 4 de maio de 1976).

Não havia como fazer o país progredir sem criar “esse grave problema” pelo simples fato de não se ter constituído um projeto que contemplasse os menos favorecidos economicamente. As distorções sociais, as lutas de classes e a subversão continuaram a existir mesmo durante o regime civil-militar que, apesar de ter tentado restaurar a ordem da nação, permaneceram na clandestinidade e que, após a redemocratização do país, proliferou-se por todos os lados. Quanto às “organizações particulares”, as instituições religiosas agiam sozinhas ou em parcerias com a administração pública para lidar com o problema do menor. Segundo Pilotti (1995): “em muitos países, o histórico e influente papel da Igreja nos temas referentes à infância pobre se materializa, com frequência, por uma ativa presença e participação nos espaços onde a delimitação entre o público e o privado é muito difusa” (PILOTTI, 1995, p. 28).

Outrossim, cabe salientar a forma como o autor do texto se referiu aos menores: *grave problema*. Isto torna a condição deles mais delicada em virtude da veiculação e difusão pelas mídias da sua representação na sociedade, que era tida como uma distorção social e, por conseguinte, serviam de motivação à subversão, estando expostos aos perigos que a sociedade poderia lhes causar ou até a si mesmos, sendo vistos como sujeitos carentes de afeto e de condições materiais.

Já na parte final do artigo do jornal, verifica-se as discussões na Assembléia Legislativa de Sergipe para a criação da FEBEM:

Em Sergipe, acha-se em discussão no Plenário da nossa Assembléia Legislativa um projeto que cria a Febem, fundação estadual do bem-estar do menor. Lamentavelmente, talvez mera mudança de siglas, mais um organismo de prevenção que não atenuará o grave problema, visto que a causa da **marginalização** está nas transformações sociais que se refletem nas famílias de ínfima renda, desagregando-as na pobreza e mudança de valores. Temos sustentado que as soluções ao problema permanecerão sempre demagógicas, desde que não sejam fundadas em soluções econômicas. Por isso, a mais eficaz política preventiva da **marginalização do menor** será a política familiar, de estabilidade da família. (GAZETA DE SERGIPE, 4 de maio de 1976). (grifos meus).

Como já mencionado, a FEBEM-SE foi criada pela Lei 2009, de 30 de abril de 1976, que, por coincidência, foi publicada no Diário Oficial do dia 04 de maio de 1976, mesmo dia

em que foi publicada a crítica citada acima. Mais uma vez se enfatizou o termo “marginalização” ou “marginalização do menor” para se referir aos grupos desfavorecidos economicamente, a pessoas oriundas de famílias de “ínfima renda”, as quais se desestruturavam e se desagregavam por causa da pobreza. Além disso, as transformações sociais impulsionavam este quadro, sendo a questão econômica o ponto nevrálgico a ser combatido, caso contrário, os discursos seriam demagógicos; só assim as famílias poderiam adquirir estabilidade social e econômica, sendo esta a melhor forma de prevenir a marginalização do menor.

A incredulidade na criação da FEBEM-SE ficou explícita no texto, acreditando-se que seria apenas uma troca de siglas, de mera mudança de denominação institucional, permanecendo infrutíferas as ações preventivas, referindo-se à questão da pobreza, das famílias desestruturadas e da marginalização como um *grave problema*. São estigmas ou rótulos socializados por um meio de comunicação muito utilizado na época, o jornal impresso. Os cidadãos passavam a enxergar os menos favorecidos economicamente como uma grave ameaça ao desenvolvimento e à ordem social, até mesmo um temor pessoal ao se deparar ou ser abordado nas ruas por uma pessoa pobre ou um mendigo.

Em outro periódico, Jornal da Cidade (1976), também exteriorizava a sensação de descrédito quanto à criação da FEBEM-SE: “O Governador do Estado sanciona lei aprovada pela Assembléia Legislativa, criando a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor. E que a fundação não se converta no bem-estar de alguns maiores...”. (JORNAL DA CIDADE, 5 de maio de 1976).

A preocupação com eventuais desvios dos futuros administradores desta instituição era plausível pelo fato de que o SAM – Serviço de Atendimento ao Menor, entidade criada em 1941 e que administrava o *problema do menor* no país antes da FUNABEM, a corrupção e os maus tratos foram motivos para a sua extinção: “alguns juízes, passam a condenar o SAM como fábrica de delinquentes, escolas do crime, lugares inadequados.” (FALEIROS, 1995, p. 73). Eram espaços que não tinham condições para garantir a readaptação dos menores, ao contrário, contribuíam para a formação de verdadeiros criminosos, superlotados, descuidados e imundos. (FALEIROS, 1995, p. 74).

O governo de Vargas pensava em solucionar o “problema dos vadios, mendigos e menores” (IRENE RIZZINI, 1995, p. 136-137) com o fortalecimento da Assistência Social, e o SAM foi um dos seus instrumentos. Porém, com pouco tempo de criação, em 1948, era tida como de ação atribulada, causando vexames ao governo federal, à sua população e ao próprio serviço público. (IRENE RIZZIN, 1995, p. 141). Escândalos que incomodavam a elite

dirigente e demais cidadãos também contribuíram para o seu fim, como fugas dos menores e apreensão de meninos ricos. Transformado em uma fonte de recursos para a locupletação, “O SAM chegou a um nível de corrupção que autoridades do próprio Governo e outros setores da sociedade começaram a acreditar na impossibilidade de sua recuperação, já que os vícios dominavam toda sua estrutura” (IRMA RIZZINI, 1995, p. 287). A concepção de que o SAM deveria ser extinto era uma certeza na década de 1960, em face das pressões internacionais, como as normas da “Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1959. Este documento foi uma carta de direitos sem precedentes para os cidadãos desde a sua infância, [...]” (IRENE RIZZINI, 1995, p. 149), sendo recepcionada pelo Brasil e formando alianças entre a UNICEF, o Ministério da Justiça e o Ministério da Ação Social.

A FUNABEM e as FEBEMS tiveram as mesmas motivações para o seu fim. De acordo com Faleiros (1995), analisando uma avaliação da Diretoria de Estudos e Normas Técnicas do ano de 1979 e publicado pela FUNABEM em 1984/1987, afirmava que esta passou a agir como uma camisa de força ao impor a sua superioridade sobre as FEBEMS, sufocando qualquer discricionariedade para agir e decidir sobre a questão do menor localmente, esquecendo-se de estabelecer a relação do menor com sociedade, assumindo um caráter meramente assistencialista, não tendo mais condições de manter um processo de reeducação. Os relatórios das unidades estaduais reafirmavam o fracasso da política do bem-estar do menor. Desta forma, o sistema nacional pouco alterou a estrutura de desigualdade social, a qual penalizou as crianças e adolescentes de baixa renda durante todo o período, desde a sua instituição, menos ainda se elevou ou pouco contribuiu com a cidadania, dignidade e a ressocialização destes sujeitos. (FALEIROS, 1995, p. 82).

Em Sergipe, os programas da FEBEM-SE convergiam com a intencionalidade da Política Nacional do Bem-Estar do Menor, havendo uma estrutura de unidades, de órgãos públicos e particulares com o fim de prevenir a marginalização do menor, inclusive com ação preventiva junto às famílias. Entretanto, não significava dizer que todos eles funcionavam a contento, pelo contrário, a deficiência de pessoal qualificado, equipamentos, alimentação e demais materiais para a execução dos trabalhos eram limitados.

Segundo Francisco (2017), ex-presidente da FEBEM-SE, asseverou que a PNBM e a política circunscrita ao funcionamento da FEBEM-SE era “pernóstica”:

O desprezo na área social, falo da área que atuei, a gente, muitas vezes se sentia como um mendigo com o prato vazio e a sociedade cobrando, mas

quem tinha o poder de decidir não decidia. O Brasil, em relação às crianças é um país pernóstico; ele não gosta de crianças, não gosta de negros, não gosta de mulheres, não gosta de idoso. Até agora essa realidade mudou muito pouco. (FRANCISCO, 2017).

De acordo com o relatório elaborado em 1985 pela Assessoria de Estudos, Projetos e Avaliação - AEPA e Assessoria de Planejamento e Controle - ASPLAC, intitulado de *Visão Diagnóstica do Problema do Menor em Sergipe*, disse que:

A ação educativa e assistencial [...] sem dúvida caracteriza a política social da FEBEM/SE e se ajusta aos objetivos da PNBEM. Por todos os meios tenta-se evitar o paternalismo assistencial, contudo, a limitação dos recursos alteram as metas e comprometem a execução dos programas. [...] O programa preventivo, iniciado em 1977, concebido para atender menores perambulantes em ociosidade e/ou sub-emprego, configurou uma situação pouco consequente em termos de alternativa para prevenção da marginalização do menor, face o enfoque fundamental centrado na privação cultural e educação compensatória. (SERGIPE, 1985, p. 08).

A partir desta citação, observa-se a decadência estrutural da FEBEM-SE ao longo dos anos, baseada em interesses ou posições políticas. Atente-se que o ano de elaboração do documento em análise já estava próximo do fim da existência da entidade. Não consegui encontrar fontes informando sobre a existência de corrupção na instituição sergipana, mas o fim da FUNABEM/FEBEMS se deu por motivos semelhantes ao do SAM, ou seja, tratamento desumano com os menores, corrupção, desestruturação organizacional, interesse/desinteresse político, entre outros.

A crítica do relatório em comento também alcançou o programa terapêutico da FEBEM-SE:

A propósito do menor institucionalizado, a reestruturação do programa terapêutico é uma exigência imediata, tornando-se inviável permanecer com a mesma sistemática. É necessário dotar o programa do menor institucionalizado de condições pedagógicas apropriadas de atendimento, sobretudo no que concerne a especificidade da situação do menor a fim de que se possa assegurar a adoção de medidas compatíveis com a sua problemática. A internação, vista como alternativa última, nunca deverá favorecer uma ambiência ante educativa, arcaica, ociosa e propiciadora de condições atentatórias ao crescimento e à dignidade do menor e da sua família. (SERGIPE, 1985, p. 08).

Desta forma, todo o sistema estava se desgastando, os programas de prevenção e terapêuticos não estavam mais funcionando como no início. Ouvi muitos ex-internos e ex-

servidores dizendo que a FEBEM-SE era uma instituição que funcionava e atendia suas finalidades. Podia até ser, afinal, ela foi idealizada com o propósito de institucionalizar menores, não por amor ou por atender preceitos internacionais como o respeito aos direitos humanos ou das crianças; mas sim para moldar uma juventude que um dia se tornaria adulta e ingressaria no mercado de trabalho, tornando-se sujeitos capazes de exercer direitos e deveres, não se encaminhando para a marginalização social.

Entendo que o olhar “de dentro” criou representações diferentes daqueles que estavam fora do sistema. Para muitos ex-servidores da FEBEM-SE, o exercício das suas funções era realizado de forma objetiva e seguindo as regras institucionais, atividade delicada em face da subjetividade das relações que se estabeleciam com os menores: seres humanos que carregavam dezenas de privações. Estes, por sua vez, entendiam que era a única solução para a sua condição ou da sua família e que a FEBEM-SE tinha sido uma tábua de salvação diante do seu contexto existencial, caso contrário, poderiam ter se desviado da vida honesta e ingressado na criminalidade ou terem uma vida adulta cercada de dificuldades.

A questão da criminalidade era algo preocupante para os governantes, visto que não estavam dando conta do seu controle, as políticas e leis não conseguiam funcionar, a marginalização de adultos e menores só crescia. Nas regiões “marginais” das cidades a ação da administração pública era menos presente: segurança pública, saneamento, iluminação, escolas, entre outras situações. Isto facilitou a criação de um submundo, uma força paralela ao Estado, estabelecido por bandidos, onde as ruas, mais do que em qualquer outro lugar, eram portas abertas para os vícios, vulgarização dos sujeitos, criação de uma cultura própria, fazendo nascer uma identidade entre os que nelas viviam. Tudo isso contribuiu para a criminalidade, para a violação das normas escritas e sociais.

De acordo com Foucault, o crime:

[...] é coisa quase exclusiva de uma certa classe social; que os criminosos, que antigamente eram encontrados em todas as classes sociais, saem agora quase todos da última fileira da ordem social, [...] de matadores, de assassinos, de ladrões e de covardes procedem do que chamamos de base social. [...] classe degradada pela miséria cujos vícios se opõem como um obstáculo invencível às generosas intenções que querem combatê-la. [...] hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo em nome de todo mundo; [...] que em princípio ela obriga a todos os cidadãos, mas se dirige principalmente às classes mais numerosas e menos esclarecidas. (FOUCAULT, 1987, p. 242).

Esta assertiva do autor corrobora o meu entendimento sobre a temática analisada, quanto o seu raciocínio de que as leis se dirigem “às classes mais numerosas e menos

esclarecidas”. Sim, os pobres são a maioria em nossa sociedade, uma permanência que advém desde as primeiras iniciativas de povoamento dessa Terra de Vera Cruz. A ausência de esclarecimento destes grupos, como citado pelo autor, leva-nos a entender que os mesmos não tinham acesso à educação, ou, quando tinham, não conseguiam permanecer nos espaços escolares. O mesmo autor salientou que estes sujeitos acabavam se envolvendo em problemas judiciais, figurando como acusados ou réus, já que eles, “por falta de recursos e de educação, não sabem permanecer nos limites da probidade legal.” (FOUCAULT, 1987, p. 243).

No Jornal da Cidade, de 6 de maio de 1976, ao anunciar a criação da FEBEM em Sergipe, afirmou em seu texto que foi uma iniciativa oportuna porque o Estado estava precisando “disciplinar o problema do menor por ele escandalosamente abandonado” (JORNAL DA CIDADE, 06 de maio de 1976). Continuou sua crítica referindo-se aos menores pobres e abandonados como marginais tolerados:

Sergipe é um Estado em que o problema do menor é da maior importância e seriedade. O menor pobre, desassistido, abandonado é, apesar da força de expressão, um marginal tolerado. Ele enche as ruas da capital e do interior, geralmente longe da escola que não sabe ou não tem condições de frequentar. Muito comum, em Sergipe, menores ajudando os pais no trabalho duro, não raro amargo. São inteligências esquecidas, vocações desprezadas, seres aos quais se volta as costas num gesto tão injusto quanto impiedoso. (JORNAL DA CIDADE, 06 de maio de 1976).

Os menores, segundo o jornal, enchiam as ruas das cidades, não frequentando as escolas, seja por desconhecimento de que tinham direito ao acesso ou simplesmente por não terem condições de frequentar; afinal, era necessário adquirir uma farda, material escolar, providenciar um transporte e alimentação. Logo, uma criança ou adolescente pobre ou miserável, não teria condições de frequentar a escola, sendo prioridade a sua sobrevivência, o que era feito indo em busca de algo para comer pelas ruas da cidade, perambulando sem destino certo. Muitos passavam a trabalhar com os “pais no trabalho duro, não raro amargo”. O artigo disse que a exclusão dos menores à educação era um gesto injusto e sem piedade. O *menor* era: pobre, desassistido, abandonado, um marginal tolerado, que perambulava pelas ruas da cidade, que trabalhava em subempregos, sem educação formal e, porque não dizer, também doméstica.

A Gazeta de Sergipe, veiculada em 20 de maio de 1976, fez críticas justamente à exigência de uniformes às crianças pobres das periferias das cidades para acessarem os bancos escolares ou, já frequentando, eram submetidos a situações vexatórias pelos educadores que

lhes envergonhavam ao advertirem para a condição ou situação das roupas ou uniformes que usavam.

É essa coisa de se exigirem arrumações de roupas e uniformes de alunos dos estabelecimentos oficiais, notadamente das zonas pobres, de população paupérrima. Entendemos as atitudes dos diretores e dos professores exigindo farda bonita, sapato de tal jeito, farda de gala e do diário, penteado assim, assim. Mas não as aceitamos. Não aceitamos porque os alunos são pobres. Se eles pudessem ter essas berimbelas estariam estudando em colégio pago. (GAZETA DE SERGIPE, 20 de maio de 1976).

Esta exigência desestimulava as crianças e adolescentes, inclusive os pais ficavam envergonhados diante das suas condições de miséria. Um dos motivos deles irem à escola era o lanche que ganhavam, para terem o que comer. Não se deveria se preocupar com um uniforme alinhado e sapatos impecáveis, pois ninguém era pobre porque simplesmente queria ser, conforme salientou o texto jornalístico.

O afastamento das crianças dos espaços escolares, das instituições sociais, contribuía para o seu processo de marginalização. A falta de conhecimento dos pais, das crianças e adolescentes, ou mesmo a barreira imposta socialmente para determinar a cada um o lugar que deve permanecer na sociedade, por meio de preconceitos, gestos, palavras ou ações como a mencionada na citação acima, desmotivava a todos dos grupos desfavorecidos economicamente. Além disso, era necessário sobreviver em meio à selva de pedra; para tanto, vagavam pelas ruas das cidades à procura de comida.

Quando não conseguiam algum trabalho penoso, geralmente informal, por tarefa ou prestando um serviço, como os trabalhos braçais (capinação; de carrego e descarrego de mercadorias dos caminhões - conhecidos como “chapas”; auxiliar de pedreiro; flanelinhas, entre outros), acabavam esmolando pelas ruas da cidade ou praticando pequenos furtos de alimentos para subsistirem, o que poderia progredir para o furto de objetos diversos à proporção que fossem criando coragem.

A instituição da Caixa Escolar nas escolas públicas também suscitou discussões. Foi um fundo mantido por meio do pagamento de uma taxa pelos menos necessitados para ajudar os mais pobres com os gastos escolares básicos. (CARVALHO; VIEIRA, 2008, p. 5). O artigo 130 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 1937, informava que o ensino primário era obrigatório e gratuito, mas a gratuidade não excluía o dever de “solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma

contribuição módica e mensal para a caixa escolar” (BRASIL, 1937). Porém, a Constituição de 1967, sob a égide do regime civil-militar, a qual abraça todo o recorte temporal desta pesquisa, dizia em seu artigo 168, §3º, II e III que o ensino dos sete aos quatorze anos era obrigatório, sendo gratuito nos estabelecimentos primários oficiais. Desta forma, não se poderia cobrar taxa para contribuir com a Caixa Escolar de alunos matriculados no ensino primário.

Porém, acrescentou que “o ensino oficial ulterior ao primário será, igualmente, gratuito para quantos, demonstrando efetivo aproveitamento, provarem falta ou insuficiência de recursos” (BRASIL, 1967). Realizando uma interpretação a contrário sensu do texto constitucional citado, a taxa escolar deveria ser cobrada nos ensinos secundários e superior caso os alunos, ou seus pais, demonstrassem condições econômicas suficientes. Em outras palavras, o pagamento era obrigatório para o ensino secundário e superior; só deixando de ser para quem provasse a falta ou a insuficiência de recursos.

Na edição de 4 de maio de 1976, o Jornal Gazeta de Sergipe publicou um artigo intitulado “alunos reclamam: caixa escolar”, onde a Secretaria Estadual de Educação e Cultura de Sergipe instituiu e já estava cobrando uma taxa para a Caixa Escolar. Um pai de aluno foi à Secretaria para pedir dispensa do pagamento e perguntou qual seria a punição caso não pagasse o valor, sendo-lhe respondido que seria obrigado a retirar os seus filhos da escola. Era um pai de origem pobre, com uma família extensa, com vários filhos; com muito sacrifício comprou as fardas e livros para eles, sem receber qualquer ajuda da escola. O fim da Caixa Escolar era justamente “ajudar aos estudantes pobres, na aquisição de fardas, livros e no seu regulamento, determina a espontaneidade no pagamento” (GAZETA DE SERGIPE, 1976), não podendo ser exigido do referido senhor.

O periódico ainda divulgou os valores diferenciados das escolas públicas da capital sergipana: Colégio Atheneu Sergipense, Castelo Branco e Colégio Tobias Barreto.

No Colégio Estadual Atheneu Sergipense, o preço ainda não foi determinado, no entanto já se comenta que será de 30 cruzeiros mensais; no Castelo Branco já ficou determinado que os alunos pagarão mensalmente Cr\$ 6 cruzeiros, além de já pagarem Cr\$ 5 cruzeiros para terem seus testes mimeografados. No Colégio Tobias Barreto os alunos do 1º grau pagarão em dez prestações mensais Cr\$ 50 cruzeiros enquanto que os do 2º grau terão que pagar dentro de 30 dias a importância de Cr\$ 60 cruzeiros⁶⁸. (GAZETA DE SERGIPE, 1976).

⁶⁸ De acordo com a Medida Provisória 542/1994 e Lei 8.880/1994, o valor unitário do Cruzeiro (1970) corresponde ao valor unitário do Real (1994).

Observa-se a cobrança da referida taxa no ensino primário, contrariando a previsão constitucional. A mesma só poderia ser cobrada no ensino secundário e superior, salvo se fosse alegada e provada a insuficiência de condições financeiras para pagar as mensalidades. Esta obrigatoriedade gerou um clima de revolta entre os estudantes, os quais ameaçaram em não pagar, alegando que tal contribuição deveria ser espontânea.

O pagamento da taxa para a Caixa Escolar atingiu à FEBEM-SE que, por meio do Relatório de 1976-1978, informou que houve uma relevante expansão no processo de escolarização no ano de 1978, tornando-se uma das prioridades da instituição; mas isto ocorreu devido a algumas ações, como: “solicitação de isenção do pagamento da taxa da caixa escolar dos menores assistidos pela Fundação”. (SERGIPE, 1976-1978, p. 32).

A imposição de certos requisitos para que as crianças tivessem acesso às escolas empurravam-nas para o abandono escolar, forçando-as a irem trabalhar muito cedo ou para a mendicância. Era um ciclo, complexo de compreender e de resolver; em muitos casos não deixavam outra opção aos indivíduos senão a prática de delitos, tanto adultos quanto crianças e adolescentes; homens ou mulheres, o que contribuía ainda mais para o agravamento da miséria das famílias, seu desmantelamento e dispersão.

A máquina administrativa funcionava para o lado contrário, quando para elidir tal realidade seriam necessários mais investimentos, criar espaços, como: delegacias, presídios, hospitais, centros de recepção e triagem de menores, abrigos para menores, com funcionários, equipamentos e manutenção, entre outros, visto o aumento da demanda e a estruturação destas instituições totais.

Em um artigo intitulado “Prevenção da Família”, o Jornal Gazeta de Sergipe (1976) comentou sobre a criação da FEBEM, a qual teria a finalidade de promover a “proteção ao menor abandonado, em processo de marginalização e delinquente, em Sergipe. Fez-se isso antes, em planos inteiramente dissociados da realidade social sergipana” (GAZETA DE SERGIPE, 7 de maio de 1976). Esta afirmação teve como entendimento que não era possível erradicar o problema do menor, mas atenuá-lo, sendo necessária a participação da família tanto na ação terapêutica quanto na preventiva. A pobreza mais uma vez foi representada como causadora deste problema, visto que as famílias não possuíam renda suficiente para prover uma boa educação, saúde e nutrição para os seus filhos. O jornal, com base em dados fornecidos pela FUNABEM, asseverou que em Sergipe havia mais de 200 mil menores abandonados e eram oriundos de famílias com baixos níveis de renda. Deste número, 95%, ou seja, 190 mil menores, tinham pais trabalhando em subempregos e 90%, equivalente à 180 mil menores, tinham mães que trabalhavam como empregadas domésticas. Assim, chegaram à

conclusão de que a “marginalidade do menor é o resultado da marginalidade econômica e social das famílias” (GAZETA DE SERGIPE, 7 de maio de 1976).

As representações sobre o problema do menor me pareceram muito graves e até assustadoras quando me deparei com os textos dos jornais sergipanos. Para dificultar mais a situação, a sociedade parecia desacreditada nos órgãos competentes, nos programas, projetos e planos governamentais, com a mudança de nomes e siglas das entidades assistencialistas, com a promoção demasiada de simpósios, congressos, encontros e discursos alusivos ao enfrentamento do problema do menor, posto que nada se concretizava, não se via resultados positivos destas ações, pelo contrário, o problema aumentava vertiginosamente, conforme constava no informativo do periódico em comento:

Não temos motivos para otimismo, quando a participação dos organismos específicos se tem limitado, até agora, à formação de programas sem aplicação, porque não se fundam na dinâmica social. [...] Nada resolve, porém, apenas dizer que o problema deprime, angustia, quando o que se tem de fazer é enfrentá-lo, e trabalhar na busca de uma solução atenuadora, mais adequada, e que não pode ter outro fundamento senão numa larga política de prevenção da família, sem que o problema do menor continuará a indicar índices alarmantes, capazes de comprometer o futuro da nação. (GAZETA DE SERGIPE, 7 de maio de 1976).

A família (pai, mãe e filhos) deveria ser assistida pelo Estado por meio de iniciativas que provesses o mínimo para que pudessem viver com dignidade. Era decepcionante e vergonhoso para um pai e mãe de família não conseguir dar o alimento para os seus filhos. Na realidade, a PNBM e demais políticas públicas, o judiciário e a sociedade dirigente representavam as famílias populares tendo como parâmetro a família burguesa, posto que era visível a desestruturação daquelas: crianças perambulando pelas ruas, muitas vezes eram separadas dos seus irmãos quando colocadas em famílias substitutas ou em internatos diferentes; mães solteiras ou que tinham seus esposos trabalhando em lugares distantes; pais ou mães desempregados, internados em hospitais ou encarcerados; pais mortos ou desconhecidos, era na “maioria das vezes, a própria condição de existência e sobrevivência das famílias pobres no Brasil.” (ARANTES, 1995, p. 216).

Ainda dialogando com esta autora, em contraponto, as famílias burguesas cuidavam dos corpos, do espírito, da educação e higiene dos seus filhos, estimulando-os ao crescimento psicopedagógico, sempre sob a vigilância dos pais. Esta configuração de famílias estruturadas facilmente se transformava em instrumento de repressão e controle dos pobres por não terem condições de manterem um padrão estabelecido pelo Estado.

Assim, ao serem comparadas às famílias burguesas, eram representadas como: “desagregada, desestruturada, incapaz ou ignorante e as crianças, frutos dessas famílias, como encontrando-se em situação de patologia social [...]” (ARANTES, 1995, p. 214), ficando sujeitas às ações do judiciário, da polícia, das instituições totais e da sociedade em si, digo, das pessoas que não se enquadravam neste padrão familiar.

Os jornais impressos são fontes da história de uma sociedade, visto que registram e contam o dia a dia de uma cidade, de um país, de personalidades, de pessoas ou acontecimentos relevantes para os seus respectivos cidadãos. De acordo com Foucault (1987), a imprensa tinha a função de noticiar os fatos sociais, inclusive os crimes; este era o que se publicava nos noticiários policiais que, com o tempo, passou a ter os seus próprios jornais. “O noticiário policial, por sua redundância cotidiana, torna aceitável o conjunto dos controles judiciários e policiais que vigia a sociedade; conta dia-a-dia uma espécie de batalha interna contra o inimigo sem rosto [...]” (FOUCAULT, 1987, p. 251), consistentes na violência, na criminalidade e, no que é pertinente a esta tese, o problema da marginalização do menor.

Assim, por meio das fontes utilizadas nesta subseção, jornais e literatura, analisei o que se passava na sociedade sergipana da época; como os menores eram representados, não só os infratores, mas também abandonados e pobres. Estes eram em maior número em todo o país, classificados, geralmente, como marginais, marginalizados, ou em vias de marginalização, recaindo na complexidade do “problema do menor”.

Na subseção a seguir foram descritas várias representações dos ex-internos e ex-servidores da FEBEM-SE, a partir da história oral, sobre a sociedade, a instituição, a internação e de si mesmos enquanto sujeitos institucionalizados, tornando-se protagonistas das mesmas histórias, mas em polos diferentes numa microfísica do poder – segundo Foucault (1987) – ou numa relação de dominação, conforme descrita por Elias e Scotson (2000).

4.2 EX-INTERNOS E EX-FUNCIONÁRIOS DA FEBEM-SE: AS VÁRIAS FORMAS DE OLHAR

Nesta subseção analisei as representações dos ex-internos e ex-servidores que “viveram” a FEBEM-SE. Eles comentaram sobre suas experiências, positivas ou negativas,

suas críticas ao sistema, as percepções que tinham sobre si mesmos e da sociedade sergipana, bem como desta para com eles.

Foram 12 (doze) entrevistados, sendo 5 (cinco) ex-internos e 7 (sete) ex-servidores da FEBEM-SE. O critério de seleção foi de localizar os sujeitos que ocuparam os diversos cargos da FEBEM-SE. Em relação aos ex-internos, consegui entrevistar cinco deles. Tendo como parâmetro o modelo criado por Altoé (1993), elaborei o seguinte quadro de entrevistados:

Quadro 11: Relação dos ex-internos da FEBEM-SE entrevistados

Nomes dos ex-internos ⁶⁹	Idade atual	Idade quando foi internado(a)	Idade quando foi desligado(a)	Tempo de internação	Escolaridade	Emprego atual
JOÃO	58	7	18	11	Escolaridade incompleta	Chefe de setor em uma Instituição de Ensino Superior
JOSÉ	52	10	16	6	Escolaridade incompleta	Servidor Público – Auxiliar Administrativo da FEBEM/SE.
PEDRO	51	10	16	6	Técnico em bombas hidráulicas	Servidor Público – DESO.
FÁTIMA	55	3	17	14	Superior	Pedagoga
PAULO	51	6	16	10	Técnico em bombas hidráulicas	Servidor Público – DESO

Fonte: elaborado pelo autor.

Quanto à variável “escolaridade”, quando incompleta, é importante frisar que houve muitos casos em que os menores não foram matriculados em escolas públicas por falta de vagas; mas isto não significa que eles não participaram de cursos de qualificação ou capacitação profissional internamente por meio das oficinas ou em outras instituições conveniadas, como o SENAI e SENAC.

Outrossim, alguns elementos identificadores dos ex-internos foram diferentes dos ex-servidores, assim, resolvi elaborar um quadro somente para estes; vejamos:

Quadro 12: Relação dos ex-servidores da FEBEM-SE entrevistados

Nomes dos ex-servidores ⁷⁰	Idade atual	Idade em que foi admitido(a) na FEBEM/SE	Ano de admissão	Tempo em que trabalhou na FEBEM/SE	FUNÇÃO
FRANCISCO	71	37	1983	8	PRESIDENTE
MARCOS	63	23	1976	15	MONITOR
MANOEL	57	24	1983	8	MONITOR
MILTON	-	-	1984	7	MONITOR
MATIAS	56	20	1980	11	MONITOR
MENEZES	55	18	1978	13	MONITOR
MARTA	82	41	1976	15	COZINHEIRA

Fonte: elaborado pelo autor.

⁶⁹ Nomes fictícios.

⁷⁰ Nomes fictícios.

Neste quadro, a variável “idade atual” corresponde à que possuíam ao tempo em que concederam as entrevistas. Também foi possível identificar pelo ano de ingresso que dois profissionais ingressaram na FEBEM/SE desde o início do seu funcionamento, permanecendo até a sua substituição pela Fundação Renascer, o que representa uma grande vivência junto aos menores de todos os gêneros: pobres, órfãos, abandonados, rebeldes, infratores, deficientes intelectuais, entre outros. Ademais, a função de monitor passou a ser denominada de instrutor com o fim da FEBEM/SE, sendo que alguns dos entrevistados ainda trabalhavam no sistema. Marcos (2016) foi um destes casos que, ao tempo da entrevista, ainda estava trabalhando em uma das unidades da Fundação Renascer, próximo de se aposentar.

As entrevistas são fontes de pesquisa usuais, sendo em muitos casos as principais, seja por seus conteúdos e sujeitos, seja pela ausência de documentação disponível para o desenvolvimento dos estudos. No caso de Sônia Altoé (1993), “a entrevista foi o nosso principal instrumento de obtenção e coleta de dados [...]” (ALTOÉ, 1993, p. 23). Da mesma forma que autora, utilizei um gravador e anotações. Ademais, elas foram realizadas nos locais de trabalho ou moradia, “o que permitiu observar as suas condições de vida” (ALTOÉ, 1993, p. 23) ou, pelo menos, parcialmente.

Os locais de encontro foram escolhas dos entrevistados, visto que o interesse era meu e não queria perder a oportunidade e nem atrapalhar a dinâmica do dia a dia dos mesmos. Uma delas foi realizada na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, outra no local de trabalho e as demais nas residências dos entrevistados. Todas foram autorizadas por meio de assinatura de um termo de autorização de uso do conteúdo, bem como por meio de áudio, porém, seus nomes foram substituídos por nomes fictícios para preservar as suas identidades.

A partir de um contato que tive na Fundação Renascer, sucessora da FEBEM/SE, os entrevistados foram sendo indicados e estes indicavam outros; assim fui costurando a minha rede de informantes. Os ex-servidores contavam com idades entre 55 e 82 anos e tinham exercido funções diversas, como de: cozinheira, diretor, psicólogo, monitor, Chefe de Disciplina, auxiliar administrativo, coordenadores de programas e projetos desenvolvidos pela Fundação, entre outras.

Foi fundamental a entrevista com o José (2016), ex-interno. Ele trabalhou para a FEBEM-SE e continua em atividade na Fundação Renascer; mais que isso: filho de pai falecido, revelou que a sua família, irmãos e mãe, passaram pelo sistema; história que será

trabalhada mais adiante a partir da mediação que fez para eu poder entrevista-los. Assim, resolvi considerar José como ex-interno e não como ex-servidor.

A obtenção dos dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas ou por pautas, como ensina Antônio Carlos Gil (2014, p. 112), em que possui certo grau de estruturação, mas não é tão rígida e objetiva quanto a estruturada. Da mesma forma, não é tão flexível quanto a informal em que o entrevistado fica à vontade para conversar. No modelo que adotei deve-se fazer poucas perguntas ordenadas, deixando-o falar sobre o assunto; porém, quando as informações se distanciam da pergunta realizada, deve-se intervir de forma sutil para que não haja uma quebra da confiança do entrevistado para com o entrevistador.

O uso deste instrumento de coleta de dados se deveu a diversas vantagens, como: permitir colher uma diversidade de dados acerca dos múltiplos aspectos da vida social ou das experiências vivenciadas pelos entrevistados, dando-lhes oportunidade de explicar seus pontos de vista; por fazer com que o entrevistado dê sempre uma resposta, mesmo que seja um simples “sim, não ou não sei”, diferentemente de um questionário em que o entrevistado pode simplesmente deixar de responder alguma ou todas as perguntas. Outro motivo da escolha foi a possibilidade de perceber os sentimentos, expressões faciais e corporais, tonalidade da voz, no qual pude registrar momentos de alegria, risos, chateações, euforia, decepção, raiva, tristeza e lágrimas. As emoções dos entrevistados afloraram em vários momentos, as quais foram gravadas e transcritas na íntegra para análise.

Ao longo da escrita, com o fim de ratificar, refutar ou complementar as informações apresentadas pelos entrevistados, fiquei atento em comparar as respostas deles com os registros de outras fontes, visto que as impressões pessoais são eivadas, muitas vezes, de sentimentos e olhares restritos sobre a situação dos menores. Todavia, realizei várias citações diretas com textos longos das falas dos entrevistados com o fim de dar maior fidedignidade ao trabalho. Entretanto, as mesmas foram apresentadas de forma criteriosa do que foi falado, visto serem representações pessoais do que se viu, ouviu, viveu ou sentiu durante o período de funcionamento da FEBEM em Sergipe. São relatos de ex-servidores e ex-internos da instituição que trago à luz para um diálogo e uma reflexão; elas ajudarão a compreender o momento histórico e o objeto de estudo desta Tese.

4.2.1 Os menores também falam: relatos dos ex-internos da FEBEM-SE

A Cidade de Menores, o Instituto Passos Miranda, a FEBEM, além de inúmeros abrigos mantidos por religiosos e assistidos pela Política do Menor, foram instituições que fizeram parte da institucionalização do menor em Sergipe. As práticas educativas produzidas pela última foi o foco desta pesquisa que, por meio das representações foram trazidas à baila a partir das fontes bibliográficas, documentais, periódicas e, agora, por meio das entrevistas.

As representações dos entrevistados foram analisadas sob a perspectiva da história cultural, com o fim de realizar uma configuração da realidade, a qual é construída de formas diferentes pelos diversos grupos sociais, articulando-se às práticas de se situar socialmente ou a posição que ocupa simbolicamente neste espaço. Estas práticas ou modo de conceber o mundo são marcadas e perpetuadas pelos grupos, institucionalizando, assim, tais impressões, o que Chartier denominou de representações. (CHARTIER, 1990, p. 23). Em outras palavras, para o autor, as representações são elaboradas de acordo com a realidade das práticas sociais, situado em um determinado tempo e lugar, onde as classificações do que se observa são articuladas com o contexto social, político e discursos sociais, ou seja, as percepções que uma sociedade possui sobre um fato ou coisa. Para tanto, as exclusões são feitas, considerando apenas o que lhes é conveniente para as circunstâncias históricas.

Como mencionado, entrevistei cinco ex-internos que fizeram parte do sistema de internação de menores em Sergipe durante o funcionamento da FUNABEM/FEBEM. Quatro deles eram irmãos, filhos da cozinheira Marta (2017), uma ex-funcionária desta entidade. O quinto ex-interno entrevistado era um amigo deles. Foram seis pessoas que se submeteram ao regime de uma instituição total; uma história representada por suas falas e que passo a relatar.

A Sra. Marta foi casada com um policial; com ele teve cinco filhos: quatro meninos e uma menina. Em 1965 seu esposo foi assassinado, ficando viúva aos 30 anos e com filhos para criar. Viu-se em uma situação difícil por não ter emprego e ninguém para lhe estender a mão. Recorreu à Cidade de Menores Getúlio Vargas⁷¹ e os dois filhos mais velhos, João e Jorge, lá foram internados. Nesta mesma instituição passou a trabalhar como cozinheira, lavadeira e passadeira, mas sem vínculo empregatício, recebendo em troca apenas comida para si e os dois filhos menores, José e Pedro. Estes acompanhavam a mãe porque eram bebês, o primeiro com um ano e o segundo com alguns dias de nascido. A menina, Fátima, foi internada na Casa Santa Inês.

⁷¹ Esta entidade fazia parte da PNBm e estava submetida às determinações da FUNABEM.

Segundo Pedro:

[...] eu e o José, que era o mais novinho nascido, ele com um ano e eu ainda de mês, nem um ano tinha, nos braços. Mamamos até juntos, um de um lado e outro do outro. E minha mãe foi trabalhar, lavar até roupa lá na FEBEM, que era o Passos Miranda, [...]. Ela só ia ali, mas não era funcionária, minha mãe não era funcionária. É tão triste isso, a história. Fico emocionado. Então, a minha mãe não era funcionária, ela acompanhava as funcionárias [...], ela pegava carona pra passar o dia, pra ficar lá cuidando da cozinha e pegar resto de comida que sobrava pra trazer pra gente. (PEDRO, 2017).

Dona Marta tinha 82 anos de idade ao tempo da entrevista e, como narrado por João, que foi interno ainda na Cidade de Menores, ao ser perguntado sobre o internamento nesta entidade, respondeu:

[...] Até a minha mãe trabalhou na Fundação (FEBEM), ela foi merendeira. Já veio da Cidade de Menores, ela foi do Santa Inês, depois foi transferida pra Cidade de Menores, depois voltou pra o Santa Inês (já como Instituto Passos Miranda); foi merendeira na Gurilândia. E hoje se tiver algum menino de rua que conhecer ela, chama de minha tia. (JOÃO, 2016).

João foi desligado do sistema em 1974, com a desativação da Cidade de Menores. Seu outro irmão, Jorge, ao ser desligado, foi trabalhar como padeiro, empregando os conhecimentos obtidos nas oficinas do internato. Estava começando a organizar a sua própria padaria onde residia, no Parque dos Faróis, em Nossa Senhora do Socorro, município contíguo à capital, mas não concretizou tal intento porque foi assassinado. João, por sua vez, foi encaminhado para servir o Exército, outra instituição total, segundo o conceito de Goffman (2015). “Quando saí, fui pro Exército, do Exército ingressei no SENAI, fiz o curso de operador de caldeira e tenho 28 anos de operador de caldeira. Já fui saindo do Exército, por conta própria” (JOÃO, 2016). Hoje, trabalha como coordenador de limpeza de uma instituição de ensino superior em Aracaju, mas ressaltou o orgulho da profissão de operador de caldeira e que só não está exercendo tal atividade porque o campo de trabalho em Sergipe reduziu significativamente.

Ao ser questionado se valeu a pena a educação que teve durante o internato, disse que:

Valeu. O pessoal da minha época foi tudo encaminhado pra o seu emprego, tem colega meu que chegou a Doutorado também. Tem o Dr. Sócrates⁷², que é advogado; tem na Petrobrás; vários colegas professores. Aqueles que não

⁷² Nome fictício.

quiseram nada, sabe como é que é. Muitos foram aproveitados; tem muitos funcionários nos Correios. (JOÃO, 2016).

Complementou dizendo que teve um ex-interno que chegou a ser Diretor da Schlumberger. Em sua fala, deixou parecer que a maioria foi encaminhada, tendo êxito na colocação profissional, tanto em instituições públicas quanto privadas, ou mesmo na profissão liberal. Porém, também se percebe que houve internos que não tiveram sucesso e, segundo o entrevistado, foram “aqueles que não quiseram nada”. Penso que tenha a ver com a entrada de alguns deles no mundo do crime, tendo relatado o assassinato de um ex-interno, já na fase adulta, por ter se envolvido com a criminalidade. Destacou ainda a formação que os seus irmãos Pedro e José tiveram na FEBEM-SE, os quais foram direcionados para o exercício da função de office-boy na DESO e na própria Fundação, respectivamente. Ambos ainda trabalham nas mesmas instituições, o primeiro como operador de bombas hidráulicas e o segundo como auxiliar administrativo⁷³.

Segundo ele: “a Cidade de Menores tinha aquela preocupação com os menores e quem não ficava, encaminhava para uma profissão” (JOÃO, 2016) e quando perguntado sobre as práticas educativas, disse:

[...] a gente trabalhava, quase que sobrevivía daquilo ali. Tinha cana-de-açúcar, trabalhava com lavoura, tinha horta, oficinas, padaria. Ali era uma coisa de aprendizagem, como hoje temos o SENAI, só que a diferença hoje é sub-interno (semi-interno). E lá não, a gente tinha tudo dentro da Cidade de Menores: tinha gado, tinha tudo ali dentro; que não era para depender completamente do Estado. Eu fiquei mais no estábulo. Mas tinha o canavial pra tomar conta, que eram determinadas turmas; quem estudava pela manhã trabalhava à tarde; quem estudava à tarde trabalhava pela manhã. E aqueles que já estavam fazendo faculdade, já faziam de noite. O Dr. Álvaro⁷⁴ se preocupava muito com isso. (JOÃO, 2016).

Diante desta citação, chamou a minha atenção o fato de alguns internos já estarem na faculdade. Não encontrei outras fontes que ratificassem estas evidências; então retruquei sobre a existência de internos já cursando a faculdade, tendo respondido que “Já. Que eu me lembro bem, tinha o Henrique, [...]; tinha o Roberto, tinha outro chamado Márcio, que é evangélico, hoje é Pastor.”⁷⁵ (JOÃO, 2016). Talvez possa ter ocorrido tal fato visto que, como veremos adiante, os adolescentes ao atingirem a maioridade eram desligados

⁷³ Hoje a instituição se chama Fundação Renascer do Estado de Sergipe

⁷⁴ Nome fictício.

⁷⁵ Nomes próprios fictícios.

automaticamente, porém, na prática, alguns continuavam residindo nas instituições de internação por não terem para onde ir ou não se sentirem seguros para enfrentar a sociedade.

Outro ponto a ser analisado na citação é a relação entre a formação profissional dos internos por meio das oficinas e a realização de trabalhos dentro da instituição total, visto que o pensamento passado aos menores era de que deveriam trabalhar e produzir um quantitativo suficiente para “não depender completamente do Estado”. Passei então a me questionar o real objetivo das oficinas: se era para educar e preparar os menores para a vida em sociedade ou mantê-los ocupados e usá-los para manter a instituição funcionando? Penso que, pelo contexto, se aproxima mais da submissão dos corpos, ocupação por meio de atividades e trabalhos com o fim de docilizar os sujeitos, tornando-os capazes de executar a rotina interna da instituição: tarefas escolares, trabalho, alvorada, limpeza, recolhimento, entre outros, conforme discutido por Foucault (1987, p. 258).

Ao final, foi citada mais uma vez a pessoa do Dr. Álvaro⁷⁶, um ex-diretor da Cidade de Menores, reverenciado pelo entrevistado quando pedi que falasse sobre o que achava da sua experiência no internato. Disse:

Quando me refiro à Fundação Renascer, aos meninos da FEBEM e a Cidade de Menores eu me emociono. Nós tivemos um diretor que nós não sabia onde botava ele, era o Dr. Álvaro, um Coronel do Exército, reformado que não podia ver um menino de rua. Quando via um menino rondando lá não precisava um juiz de menor ir pegar o menino. Ela pegava, botava o menino na Kombi e levava pra lá. E esses meninos hoje, do que eu me lembro, dessa gurizada toda da época, que saiu fora da lei, que eu acho que na mídia policial, esses policiais mais velhos conheceu ele, foi assassinado, coitado, um tal de Menininho⁷⁷. E os outros já são pai de família, são igual a mim mesmo, tem netos já, querendo dar continuidade do que vivemos na época. A Cidade de Menores me recorda muita coisa. Eu me emociono quando falo da Cidade de Menores. (JOÃO, 2016).

Neste período, em que os entrevistados foram submetidos ao internato, vigorava o regime civil-militar no Brasil, onde a preocupação com a ordem e a segurança nacional estavam na pauta do dia. A questão do problema do menor foi logo contemplado com a criação da FUNABEM no mesmo ano que iniciou a gestão dos militares, em 1964. Coincidentemente, ou não, o diretor era um Coronel reformado do Exército, onde a disciplina e hierarquia estavam incorporadas em sua formação. Recolher as crianças na rua fazia parte da sua atribuição como diretor de uma instituição de acolhimento de meninos desvalidos. Não

⁷⁶ Nome fictício.

⁷⁷ Nome fictício.

era simplesmente uma atitude caridosa. Entretanto, pareceu-me que o Dr. Álvaro tinha uma forma mais pedagógica em lidar com os menores, causando admiração e respeito aos mesmos; ou pelo menos do João.

Tendo acompanhado a formação dos seus irmãos em instituições totais: FEBEM-SE e orfanato para meninas Santa Inês e Imaculada Conceição, e ele mesmo vivido a experiência de internato na primeira instituição pública de acolhimento de menores “órfãos e delinquentes”⁷⁸ de Sergipe, a Cidade de Menores Getúlio Vargas, trouxe consigo uma representação peculiar de todo o sistema: daquele que esteve submetido à institucionalização e docilização dos corpos e mentes dos menores sergipanos. Pedro, José e Fátima também viveram tal condição; os dois primeiros, desde 1965, ainda bebês, cresceram frequentando as instituições de internação de crianças e adolescentes, acompanhando a sua genitora enquanto trabalhava na Cidade de Menores em troca de comida. Somente quando completaram 10 anos de idade foram matriculados no Instituto Passos Miranda, em 1974, ano da extinção da Cidade de Menores. O Instituto passou a funcionar no prédio que era do Orfanato Santa Inês, local em que a Fátima estava internada. Todas as meninas deste orfanato foram transferidas, sendo que Fátima foi para o Orfanato Imaculada Conceição, em São Cristóvão, município vizinho da capital sergipana. Os dois garotos ficaram no sistema de semi-internato até o ano de 1976, quando foi instituída a FEBEM em Sergipe⁷⁹.

José disse que os menores que estavam no Instituto Passos Miranda - IPM (1974-1976) foram distribuídos entre o CRT⁸⁰ e a Gurilândia⁸¹, para dá lugar à sede da FEBEM-SE, no bairro Médici, em Aracaju. Ele tinha 10 anos de idade quando foi semi-interno no IPM e entre 12 e 13 anos se tornou interno da Gurilândia, até o ano de 1979. Afirmou que foi:

[...] semi-interno, passava o dia no Instituto Passos Miranda, a partir de 1974. Fui semi-interno; passava o dia; quando era cinco horas da tarde ía pra casa junto com a minha mãe. Fiquei até 1976. Foi nessa época que a FEBEM foi instituída. Foi quando ficou sendo FEBEM. Aí eu fiquei interno até 1979. (JOSÉ, 2016).

A Gurilândia era uma escola para órfãos e pobres, uma dentre tantas outras conveniadas à FEBEM-SE, geralmente ligadas a religiões; no caso daquela, ligada à Igreja Católica e que ofertava atendimento em regime de internato ou semi-internato:

⁷⁸ Foi criada para este fim. (MENDES, 2014, p. 115-116).

⁷⁹ Até então era a FUNABEM que fiscalizava diretamente a PNBm em todo o Estado.

⁸⁰ O CRT passou a se chamar CAM e depois CENAM, ambas significando: Centro de Atendimento ao Menor.

⁸¹ A Gurilândia foi um abrigo mantido pelos freis capuchinhos no bairro América, em Aracaju.

Neste mesmo período a Fundação, em convênio com a igreja dos Capuchinhos, iniciou um trabalho alternativo junto a menores carentes o qual era denominado projeto Gurilândia, que funcionava em regime de internato e semi-internato, visando atender o menor de 7 aos 18 anos, dispensando uma assistência integral nas suas principais necessidades básicas. [...] Nesta mesma linha de atendimento intermediário esta Fundação, a partir de 1976, também mantinha convênios de cooperação técnico e financeiro com Obras Sociais de reconhecida utilidade pública [...]. (SERGIPE, 1991b, p. 12).

As Obras Sociais que a citação acima fez alusão são as mesmas relacionadas nos Quadros 5 e 6 (p. 128). Na Gurilândia, portanto, atendia-se um público denominado, à época, como marginalizado ou em vias de marginalização.

José (2016) se tornou interno da Gurilândia, ou seja, não permaneceu em momento algum no CRTM ou no CAM, estabelecimentos oficiais da FEBEM-SE. Foi encaminhado a uma instituição particular conveniada. Mas isto só fez a sua situação ficar mais rígida, tendo em vista que passou de semi-interno para interno. Assim, passei a questioná-lo:

- O senhor ficou interno por quê?
- Eu fiquei interno porque a minha mãe também não tinha condições.
- O senhor ficou interno a pedido dela?
- A pedido da minha mãe; e eu também pedi à minha mãe que, se fosse melhor, eu ficasse interno.
- A sua mãe pediu a quem?
- À direção.
- Na verdade, a sua internação foi devido à situação econômica?
- Exatamente: pobreza. (JOSÉ, 2016).

A maioria dos internos tinha a mesma origem social; as crianças e adolescentes eram humildes, miseráveis. Quando questionado sobre o perfil da classe social dos demais internos, respondeu que: “Não... não era rico não. Era tudo pobre mesmo.” (JOSÉ, 2016). Esta representação converge com o exposto por Pedro ao dizer que os meninos internados na FEBEM-SE eram:

Crianças que os pais não podiam sustentar, como era a minha mesmo; muitos também eram abandonados; muitos saíam, tinham família, mas iam pro centro da cidade, iam pra rua e não queriam dormir...; faziam furtos também; uns iam cheirar cola; enfim, é o que sempre chegava lá. (PEDRO, 2017).

Esse era o perfil da maioria dos menores que adentravam na FEBEM-SE conforme já analisado nesta pesquisa: pobres, miseráveis, oriundos de uma desestruturação familiar, sem

muito estudo ou formação profissional, abandonados, órfãos, usuários de entorpecentes, e até meninos internados por rebeldia. A entrada em um estabelecimento de internação era um processo complexo para os menores.

Paulo foi um ex-interno do Instituto Passos Miranda. Tinha 6 (seis) anos de idade quando foi internado; seus pais eram separados: seu pai não acompanhou o seu crescimento; sua genitora ainda morava na casa da mãe (avó do Paulo); elas vendiam frutas, cana e amendoim nos parques e lugares de lazer da cidade. Aos 10 (dez) anos de idade foi transferido para o Educandário São José, situado no bairro Santo Antônio. Foi amigo do José no Instituto Passos Miranda, sendo que ele foi encaminhado à Gurilândia. Ao todo foram 10 (dez) anos de internação, sendo desligado aos 16 (anos) de idade e encaminhado pela FEBEM-SE para trabalhar como office-boy na DESO – Companhia de Saneamento de Sergipe, instituição responsável pelo abastecimento de água na capital e em alguns interiores sergipanos.

Ao tempo da entrevista, com 52 anos de idade, afirmou que teve a sua carteira de trabalho assinada somente aos 19 anos de idade, passando doze anos fazendo manutenção em hidrômetros. Atualmente, continua trabalhando há 33 anos na mesma empresa, exercendo a função de técnico de manutenção de redes e equipamentos, faltando um pouco mais de dois anos para se aposentar. Salientou que era grato à FEBEM-SE por ter lhe dado um lugar para morar, com direito à educação, alimentação e um encaminhamento para trabalhar.

Nesta empresa existem outros funcionários que também foram ex-internos da FEBEM-SE, mas que não assumem e não gostam de tocar no assunto. Não foi o caso do Paulo, que inclusive disse que brincava com um deles chamando-o de “irmão de infância”. Ressaltou:

Eu não tenho problema. Eu morei, com todo prazer, em orfanato, me criei em orfanato e dali eu tenho o meu pão de cada dia. Eu tenho só gratidão, só mais agradecer, porque se não tivesse nem o Instituto Passos Miranda e nem o Educandário São José eu não estaria hoje onde estou. [...] É dessa forma que eu via a FEBEM. Uns fala que a FEBEM é tudo marginal, mas não é dessa forma. FEBEM já foi feita pra ajudar aquelas pessoas necessitadas. E como tem o ditado: você já foi da FEBEM? Eu digo: com todo prazer. (PAULO, 2017).

O que chamou a minha atenção nas narrativas deste ex-interno foi a forma que ele falava sobre as refeições das instituições por onde passou. Comentou várias vezes sobre o cardápio que era, deixando a impressão que ele deve ter sofrido bastante por causa da fome quando era pequeno. Ele tinha três irmãos e saiam pelas ruas para pedir comida e levar para casa, geralmente eram as sobras:

Na época, quando eu estava fora da instituição, eu andava em praia, não tinha alguma coisa pra comer dentro de casa; eu tinha que sair no horário de 11h, meio-dia ou depois pra pedir resto de comida pra levar pra casa pra gente se alimentar. Isso com 5 a 6 anos, uma criança. Porque lá em casa os três irmãos mais velhos, a escadinha: 5, 6, 7. Ai a gente conseguia dessa forma e não passando a mão no que os outros tinha. Se queria alguma coisa tinha que pedir. Isso foi o que o meu pai e minha mãe me ensinou. E aprendi mais ainda no Instituto Passos Miranda; já diferente do que a minha mãe e o meu pai dizia. A diferença, de outra forma, mostrando pra gente ser o que é hoje, e não o que existia na rua com outras pessoas; que a gente via muita gente batendo carteira (furto) e a gente tinha até vergonha que foi até colegas nosso de rua. Convite a gente já teve, eu e os meus dois irmãos, só que a gente nunca seguiu. (PAULO, 2017).

Não só nesta citação, mas em outras partes da entrevista, o Paulo afirmou que conhecidos seus, da rua ou de internação, não se adaptaram à sociedade, partindo para a delinquência:

Quando tá lá dentro é uma coisa e quando sai cada um vai fazer o que pensa. Só que uns tem o interesse de ser gente e outros ser marginal. Teve pessoas lá que eu nem sei se hoje ainda está vivo. Da mesma forma que eu fui criado lá dentro, eles também foi. Só que quando saiu teve um empregozinho, como eu tive, só que abandonou e procurou o lugar errado. Tem gente que procura um cabaré, a marginalidade, vai jogar futebol e esquece daquele trabalho que ele ganhou de mão beijada. (PAULO, 2017).

Os ex-internos precisaram se adaptar às normas das instituições onde viveram parte das suas infâncias e adolescências, mas que carregam as lembranças muito fortes daquele momento, evidenciando que o que passaram foi uma experiência marcante, seja positiva ou negativa.

De acordo com Goffman (2015), um novato, quando chega a um estabelecimento de internação, carrega concepções estáveis relativas ao mundo civil (externo) e à família (quando às tem). Isso é retirado do indivíduo e lhes são impostas situações de humilhação, degradação, rebaixamentos e diminuição do eu, da sua identidade. Há uma ofensa moral e a mortificação do indivíduo ocorre mesmo que não intencionalmente pela instituição total, ou melhor, pelos sujeitos que a dirige. (GOFFMAN, 2015, p. 24). Ao novato são apresentadas duas situações pelas instituições totais: a primeira é a colocação de uma barreira com o mundo externo. Inicialmente se proíbem visitas e as saídas dos internos, vista como um mecanismo necessário para a ruptura com o passado. Não há permissão de contato com outras pessoas que não sejam outros internos, tendo como objetivo formar um grupo de novatos homogêneos, facilitando o

controle dos mesmos. A segunda situação ocorre por meio do processo de admissão realizada pela equipe dirigente. Consistia em:

[...] obter uma história de vida do indivíduo, tirar fotografias, pesar, tirar impressões digitais, atribuir números, procurar e enumerar bens pessoais para que sejam guardados, despir, dar banho, desinfetar, cortar os cabelos, distribuir roupas da instituição, dar instruções quanto às regras, designar um local para o internamento. (GOFFMAN, 2015, p. 25-26).

Tudo isso é o que considera uma arrumação ou programação dos indivíduos à instituição total, padronizando-os. São nas boas-vindas onde os funcionários tentam dar aos novatos uma noção do que encontrarão no mundo do internato. “O processo de admissão pode ser caracterizado como uma despedida e um começo, e o ponto médio do processo pode ser marcado pela nudez” (GOFFMAN, 2015, p. 27). O autor se referia à perda de propriedades materiais ou imateriais, visto que as pessoas atribuem sentimentos, significados e valoração daquilo que possuem.

Ao ser questionado como os menores eram chamados pelos servidores dentro da FEBEM-SE, José respondeu que: “na “Cidade de Menor” era por número. Na FEBEM era por nome... Passos de Miranda era por nome. Chamava pelo nome mesmo; brincavam com nós, tinham aqueles apelidos também, mas eram apelidos sadios, né?” (JOSÉ, 2016). Em muitas respostas eu encontrei indícios de outras situações, no caso desta, o uso de apelidos; estes eram utilizados tanto pelos menores quanto pelos servidores. O fato é que o uso de números ou apelidos poderia caracterizar a perda da identidade ou a nudez do indivíduo, como analisado no parágrafo anterior.

De acordo com Lima; Silva e Vieira (1987), após entrevistas realizadas por uma das autoras a servidores de uma unidade para menores infratores no Rio de Janeiro, afirmou que: “tentei trazer para o grupo a questão dos menores que ‘não tinham’ um nome e sim um número e, como resposta, apenas repetiam o discurso da instituição – era para facilitar o trabalho, já que existiam tantos ‘Josés da Silva’” (LIMA; SILVA; VIEIRA, 1987, p. 147). Quanto à admissão dos menores, asseveraram que: “chegavam famintos, escoriados, sujos e doentes, contando histórias de violências sofridas durante a prisão efetuada por policiais. Suas bagagens limitavam-se às roupas que vestiam, ao radinho de pilha e às guias de umbanda” (LIMA; SILVA; VIEIRA, 1987, p. 140).

Retomando o diálogo com o José, ao ser questionado sobre a educação escolar implementada pela FUNABEM/FEBEM disse que dentro da instituição havia um reforço

escolar⁸², “mas nós estudávamos vizinho à FEBEM. Tinha aquele colégio que hoje é o Poeta Garcia Rosa, nós estudávamos ali e outros estudavam no Lourival Batista” (JOSÉ, 2016). Portanto, dentro da FEBEM não havia a promoção de educação escolar, mas sim de um acompanhamento paralelo com professores da instituição, visto que as crianças e adolescentes eram matriculados na rede pública de ensino, nas escolas mais próximas das unidades de internação. Tanto o ensino primário quanto o secundário eram disponibilizados aos menores; porém, quanto ao último, pareceu que havia alguma resistência ou desmotivação, visto que, ao ser perguntado sobre a continuidade dos estudos para o ensino secundário, respondeu: “continuavam sim; aqueles que queriam alguma coisa, eles seguiam” (JOSÉ, 2016). Ele mesmo não concluiu o secundário, uma vez que foi desligado aos 16 anos com encaminhamento para trabalhar como office-boy na própria FEBEM-SE, tendo concluído o primário quando era interno.

Abaixo, apresento dados a partir de um quadro do Relatório da FEBEM-SE entre os anos de 1976 e 1978, o qual representou o número de menores assistidos na área preventiva e na terapêutica nas escolas públicas de Sergipe.

Quadro 13: Frequência dos menores em escolas da rede oficial

Faixa etária	Total de menores por área						Frequentaram escolas por área											
	Preventiva			Terapêutica			Preventiva						Terapêutica					
	1976	1977	1978	1976	1977	1978	1976		1977		1978		1976		1977		1978	
	Nº	%		Nº	%		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
6 a 8	-	744	1.250	-	14	-	-	521	70	751	60	-	04	29	-	-	-	-
8 a 11	-	734	1.280	-	42	-	-	644	88	1.040	81	-	13	31	-	-	-	-
11 a 15	-	730	966	-	55	-	-	644	91	859	89	-	35	64	-	-	-	-
15 a 18	-	220	481	-	42	59	-	183	83	404	84	-	32	76	43	73	-	-
Total	-	2.428	3.977	-	153	59	-	2.012	83	3.054	77	-	84	55	43	73	-	-

Fonte: Relatório da FEBEM-SE (1976-1978)

Este quadro ilustra bem a realidade da instituição no período, sendo que o número de menores assistidos na área preventiva era bem maior, como já discutido, chegando a casa do milhar, enquanto que a frequência dos menores à escola da área terapêutica não passava de algumas dezenas. As lacunas no ano de 1976 justifica-se porque a FEBEM-SE só iniciou os seus trabalhos neste ano. Porém, chamaram a atenção as lacunas no ano de 1978 dos menores entre 6 e 15 anos de idade. Segundo o relatório da FEBEM-SE, a tabela acima “se refere ao número de menores que foram matriculados nas diversas séries neste exercício”, sendo que os demais “alunos” deixaram de ser matriculados em virtude da maioria das escolas da rede

⁸² Em Sergipe é mais conhecido como “banca”.

oficial se encontrarem sem condições de fornecer os boletins de aproveitamento; ou seja, sem vagas para os mesmos.

Quanto às práticas educativas que a Fundação realizava com as crianças e adolescentes, respondeu que “lá tinha recreação, tinha esporte, a gente praticava esporte lá dentro, tinha academia, futebol, artes marciais” (JOSÉ, 2016). Informou ainda que havia oficinas de pintura, mecânica, solda elétrica, entre outros. Mas estas ações não existiam na época do Instituto Passos Miranda, já que “era só um espaço de acolhimento” (JOSÉ, 2016); porém, os cursos eram disponibilizados fora do sistema, no caso, no SENAI, de acordo com o entrevistado. Estes cursos realizados em outros espaços realmente ocorreram, ainda na gestão da FUNABEM, tendo continuado com a instituição da FEBEM-SE, cujo primeiro relatório trienal ilustrava tais parcerias com diversas entidades, como: SENAI, SENAC, EMSETUR, LBA, entre outros. (SERGIPE, 1978, p. 34).

Figura 12: Aula de mecânica com adolescentes da FEBEM-SE



Fonte: Sergipe (1978, p. 37). Acervo do Instituto Tobias Barreto.

Com a instituição da FEBEM-SE, além dos cursos mencionados, também existiram oficinas de: eletricista instalador, auxiliar doméstica, auxiliar de serviços materno-infantil, marcenaria, confeitaria, manicure, costura, engraxate, entre outros, dentro do próprio espaço da instituição, como será comentado na subseção a seguir.

Quanto às práticas educativas nos orfanatos femininos, Fátima asseverou que: “no Santa Inês, as freiras ensinavam corte e costura, culinária e pintura; em São Cristóvão (Imaculada Conceição), também com as freiras, pintura em tecido e datilografia” (FÁTIMA,

2017). Ao ser perguntada sobre os caminhos que as suas amigas da época de internato trilharam após a desinternação, respondeu que: “todas se encaminharam na vida” (FÁTIMA, 2017, exemplificando com uma amiga que ainda trabalha na Assembleia Legislativa de Sergipe e que foi assessora de um ex-governador do Estado de Sergipe).

Na próxima subseção expus algumas representações de ex-servidores da FEBEM-SE sobre a dinâmica da instituição, dos menores e práticas educativas. Dialogo com alguns autores que trataram da institucionalização de pessoas, bem como fiz uma incursão nas realidades das FEBEMs de São Paulo e Rio de Janeiro para que o leitor possa fazer uma reflexão deste mundo paralelo, onde milhares de crianças viveram entre paredes, muros e cercas das “instituições totais” por todo o Brasil.

4.2.2 Ex-servidores da FEBEM-SE: institucionalizados?

Nas questões relacionadas às minorias sociais ou situações que envolviam o menor, especificamente, a responsabilização recaía sobre a sociedade ou o Estado pela condição em que muitos se encontravam. É fato que o Estado brasileiro assumiu o *múnus* de prover o assistencialismo, diminuir ou acabar com os problemas sociais, inclusive constando na atual Carta Magna; mas também é fato que não está conseguindo controlar os problemas de todas as ordens há muito tempo; isto vem se procrastinando, evoluindo e dificultando o desenvolvimento social, o que acaba por reverberar em outros campos como o da educação, segurança e economia. Por outro lado, entendo que a pobreza e a miséria, em si mesmas, não são causas da criminalidade.

Como já discutido, a miserabilidade pode levar pessoas a viverem em um grau maior de risco quando, por exemplo, passam a morar nas ruas com o fim de tentarem garantir a sobrevivência, algum alimento para si e/ou para a suas famílias; porém, muitos acabam se envolvendo com o uso de entorpecentes, prostituição e, por fim, com o submundo do crime. Segundo Silva (1997), entre outros fatores, a falta de escolarização e profissionalização proporcionaram a delinquência dos ex-internos da FEBEM de São Paulo, ficando mais nítido quando eram desligados do sistema; isto ocorria em face do modo de socialização ou ressocialização que eles foram submetidos. (SILVA, 1997, p. 119-120).

O que existia era uma demarcação imaginária polarizando os grupos constitutivos da nossa sociedade, mas que se materializava no dia a dia durante as relações estabelecidas entre

os sujeitos e as instituições, determinando-se o lugar de cada um. É a relação existente entre os *establisheds* e *outsiders* da nossa sociedade, como discutido por Elias e Scotson (2000, p. 7), já comentado em outro momento desta pesquisa. As crianças e adolescentes pertencentes a este universo acabavam sendo institucionalizadas para garantir a ordem do sistema, mesmo que nunca tivessem praticado qualquer ato ilícito; sendo comum a internação de crianças pobres ou porque perambulavam pelas ruas das cidades, mesmo tendo um lugar para morar e uma família para conviver. Ao adentrarem em uma instituição total, ou melhor, em um estabelecimento de internação, os menores recebiam um choque de realidades; uma ebulição de sentimentos ambíguos: a liberdade e a prisão; indisciplina e disciplina; o frio das ruas, o chão duro para dormir e a fome em contraponto com um lugar para “morar” com cama, comida e roupa limpa; o abandono da escola e o retorno aos espaços escolares; a ausência da figura paterna e o surgimento dos monitores para regular os seus comportamentos.

São as representações dos monitores e de outros servidores da então FEBEM/SE que serão objeto desta subseção com o fim de trazer à tona suas impressões sobre os menores e as práticas educativas que havia durante o funcionamento desta instituição.

No livro *Cadeia de Chocolate: os funcionários da FEBEM falam*, traduziu o olhar de dois monitores sobre este estabelecimento em São Paulo, visto como problemático e onde “os conflitos reportados na mídia, as acusações de tortura recaindo sobre funcionários, a opinião corrente na sociedade de que os menores da FEBEM não tinham jeito” (FARIAS; NARCISO, 2005, p. 65), ficaram impregnados em suas mentes. Eles rebateram estes estigmas generalizados e que, apesar dos problemas institucionais, existiam profissionais compromissados, honestos, não violentos, interessados e preocupados com os internos, bem como acreditavam na ressocialização dos mesmos, o que poderia levar um novo olhar da sociedade para a FEBEM de São Paulo. Este livro mostra que também é necessário ouvir o outro lado para não se fazer juízos de valor apressadamente. Como em todo lugar, existiram bons e maus funcionários, mas no caso das instituições de internação de menores a atenção deveria ser redobrada, visto que lidava com seres humanos em formação, vulneráveis às ações dos adultos intransigentes, uma vez que as barreiras e pechas impostas pela sociedade aos menores era um fato.

As entrevistas e posteriores transcrições das falas dos ex-servidores foi uma tarefa mais complexa do que a dos ex-internos. Pareceu-me um verdadeiro desabafo de pessoas que também se tornaram institucionalizadas, onde as funções que exerciam, principalmente as dos monitores, que lidavam pessoalmente com os internos 24 horas, acabavam se incorporando nos sujeitos e levadas para além das paredes da instituição de internação. Vi senhores

emocionados, com olhos mareados e incomodados com as perguntas realizadas por mim. Foram inevitáveis as comparações do tempo em que trabalharam na FEBEM/SE com o modelo das atuais unidades de internação. Foi difícil conduzir as entrevistas dos ex-servidores, mesmo adotando a entrevista guiada, pois queriam falar de tudo e mostrar que conheciam a realidade dos menores, de antes e de hoje. Pela experiência que possuíam, afirmaram que o atual modelo não funciona, não ressocializa os menores, salvo exceções, tendo em vista que são trancafiados em verdadeiras celas, idênticas aos de presídios, diferentemente do que era a FEBEM em Sergipe.

De acordo com o ex-monitor Manoel, a unidade do CAM – Centro de Atendimento ao Menor, hoje com a sigla CENAM, possuía apenas cercas de arame farpado, ou seja, não tinha muros; as crianças e adolescentes se sentiam protegidas, sendo poucos os casos de fugas. Ao ser questionado sobre estas, afirmou o seguinte:

Não tinha meu filho, porque se eles quisessem fugir eles pulavam cerca, eles pulavam tudo. Ali era educação, eu via que tinha uma reeducação porque o nosso sistema era aberto; eles se sentiam tão protegidos [...]. Dificilmente nós íamos ter as evasões como temos hoje, muitas evasões. Antigamente não tínhamos não. [...] O CENAM (quando era FEBEM-SE) era muito bonito, a gente entrava no corredor [...] você via mais de trinta quartinhos individuais sem portas; em cima só tinha uma ruma de vigas só pra ventilar [...], cada um dormia no seu quarto. Depois eu vi aquela destruição [...] acabou tudo! (MANOEL, 2016).

Lembrou ainda que na Reeducação 1 – R1, havia cinquenta aposentos, vinte e cinco quartos de um lado e do outro do corredor. Esta unidade era onde ficavam os menores mais perigosos, segundo o entrevistado. De fato, existiram fugas, visto que encontrei documentos no Juizado de Menores relatando a apreensão de menores que haviam fugido do CRT – Centro de Recepção e Triagem, em 1976, durante as rondas que realizavam pelas ruas da cidade⁸³. Estes episódios foram ratificados por outros ex-monitores. Questionado sobre as fugas, Milton, afirmou que: “[...]o CENAM, no início, era cerca; não tinha nem muro. Eles fugiam com facilidade porque, primeiro, a gente não tinha aqui um sistema como tem hoje tão fechado, e fogem! Era aberto, mas a fuga não era tão grande” (MILTON, 2016).

Em outros momentos das entrevistas houve sorrisos e euforia ao falar de determinados assuntos, como a educação, esporte e lazer ofertados aos internos. A convivência fez surgir afeto com alguns menores; todos passavam a conhecer a personalidade uns dos outros,

⁸³ Fonte: Arquivo Geral do Poder Judiciário de Sergipe – Divisão de Memória. Fundo: Aju/J.Men. Série: Diversificada. Subsérie: Boletins Individuais. Cx: 01. Período: 1943-1976. Ac: 03. Módulo I. Nº Geral: 5576.

servidores e internos. Formou-se naquele ambiente uma atmosfera familiar, sendo mencionado por muitos entrevistados a palavra “casa” ou “escola” ao se referirem à FEBEM/SE. Desta forma, como em “qualquer casa”, existiram problemas de convivência e de diversas ordens, inclusive a questão dos castigos em decorrência de um ato de indisciplina, como já analisado na subseção 3.2.5.

Ao longo das entrevistas com os ex-servidores foi possível detectar algumas representações positivas e negativas sobre os menores internados. As que entendi serem negativas estavam associadas às narrativas sobre indisciplina, como: “animal bruto, pedra bruta, bicho do mato, frios, homens violentos”. Em contrapartida, consegui detectar as representações positivas quando se referiram a pontos de superação, crescimento e recuperação dos internos, referindo-se a eles como: “alunos, meninos(as), jovens, adolescentes”.

O uso dos esportes, as oficinas profissionalizantes, os programas preventivos e o trabalho, foram reiteradamente citados nos relatos como sendo práticas educativas positivas na integração ou reintegração dos menores à sociedade. Quando perguntado sobre a formação profissional, Milton narrou que havia várias oficinas na FEBEM/SE: panificação, formação de pedreiros, marcenaria, de esquadria de alumínio, onde fabricavam janelas, portas, basculantes; entre outras. Salientou que muitos adolescentes ingressaram no serviço público estadual e municipal a partir dos encaminhamentos realizados pela Fundação, sendo que muitos ainda estão na ativa e outros já aposentados. Citou exemplos de adolescentes que seguiram a carreira militar, na área da saúde e jurídica, mencionando que um se tornou Defensor Público no interior de Sergipe. A fala era entusiasmada, de participação na formação dos menores: “[...] posso não lembrar muito os nomes deles, mas tem a área de saúde, militar; um veio da antiga Cidade de Menores de Nossa Senhora do Socorro, mas terminou os dias aqui. Hoje é Defensor Público no município [...], e ele veio nos dar aqui o convite de formação dele” (MILTON, 2016).

Houve casos de ex-internos se tornarem servidores da própria FEBEM sergipana; como foi o caso do José. Isto também ocorria nas unidades de outros Estados, como salientou Silva (1997), onde a forma paternalista que foram submetidos acabou por prejudica-los quando eram desinternados. Esta situação fazia com que os egressos ficassem dependentes da instituição; alguns tinham até medo de encarar o mundo e acabavam permanecendo institucionalizado após a maioridade. É tanto que, quando acabavam indo para os presídios, não estranhavam tanto a instituição total porque sabiam como funcionavam as regras internas. De acordo com o entrevistado João, ex-interno, afirmou que isso era comum, e que era uma

permanência advinda desde a Cidade de Menores: “Tinha uns colegas meus que chegavam a 25 anos, até 30 anos ali dentro como menores. Ficavam no pavilhão de ingresso” (JOÃO, 2016), trabalhando para a instituição.

Para a FEBEM/SE eram levados todos os tipos de menores. Quanto aos delinquentes, como eram chamados à época, apesar de não serem a maioria, havia sim “meninos violentos, perigosos lá dentro” (MARCOS, 2016). Explicou que muitos tinham problemas familiares e passavam a se comportar com rebeldia e acabavam indo morar nas ruas, ou seja, tornavam-se menores moradores de rua. Para inibir esse comportamento, havia um veículo que descreveu parecer com um caminhão que saía pela cidade e pegava os meninos na rua e eles eram levados para o acolhimento. Isso ocorreu tanto na época da Cidade de Menores quanto da FEBEM/SE.

Entre uma e outra funcionou o Instituto Passos Miranda. Segundo Marcos, nesta unidade havia duas seções, uma para os internos mais velhos e outra para os mais jovens. “A maioria, quando cheguei aqui, os pequenos eram poucos, ali já eram tudo na fase dos 16, 17, 18; era tudo homens feitos, praticamente. Tinha uns pequenos aqui, na faixa dos seus 10, 12 anos. Era dividido em dois pavilhões” (MARCOS, 2016).

O dia a dia dos internos da FEBEM-SE não era de uma tranquilidade constante, pois sempre havia tensões entre os menores, especialmente quando chegavam novos internos que tinham praticado delitos graves. Só o fato da admissão, ou melhor, recepção do menor, como era chamada, era um choque de realidade, visto que a internação nada mais era que o cerceamento da liberdade. Também havia o lado dos servidores, especificamente dos monitores, que tinham a obrigação de manter a ordem e a disciplina interna. O que percebi foi que todos estavam sempre em alerta, visto a responsabilidade de cuidar de um grande número de menores, apesar de que muitos pensavam que era um trabalho tranquilo e que eram raros os casos de menores infratores.

Altoé (1993), descreveu a realidade de uma instituição no Rio de Janeiro entre os anos de 1988 e 1989, registrando o internato de crianças recém-nascidas até completarem 18 anos de idade, sendo um lugar estigmatizado pela ausência de vínculos afetivos, individualidade, de formação profissional inadequada, de disciplina rígida, castigos físicos e humilhações. (ALTOÉ, 1993, p. 18).

Marcos (2016) foi um dos primeiros Chefes de Disciplina da FEBEM/SE, afirmando que era uma função de grande responsabilidade, participando do dia a dia dos menores: alimentação, banho, vestuário, escola, esportes, oficinas, entre outras atividades. Qualquer alteração deveria ser registrada no Livro de Ocorrências e elaborado um relatório que era

encaminhado ao juiz de menores por meio de um ofício datilografado por uma secretaria e assinado pelo Diretor da unidade.

Outrossim, para Lima; Silva e Vieira (1987), a partir de uma experiência profissional da primeira autora, Maria Izabel Martins Feitosa de Lima, como psicóloga no ano de 1973, se referiu ao Chefe de Disciplina como a pessoa “que fazia parte da ‘tropa de choque’ (homens que ‘arrumavam a desordem’ nos estabelecimentos)” (LIMA; SILVA; VIEIRA, 1987, p. 143). Aliás, o setor de Disciplina, segundo as autoras, era visto como o setor que segurava a instituição, que a mantinha de pé, funcionando. Os inspetores, como eram denominados os monitores de lá, eram chamados coloquialmente de “guardas de cadeia”, numa verdadeira alusão à função similar desenvolvida nos estabelecimentos prisionais para adultos, sendo o próprio local para menores delinquentes referido, muitas vezes, como presídio. (LIMA; SILVA; VIEIRA, 1987, p. 150).

Roberto da Silva (1997), ex-interno da FEBEM/SP, asseverou que em 1972 as recomendações eram de tratamento rígido, semelhante ao de adultos. Antes da instituição da FEBEM/SP o lugar era chamado de Recolhimento Provisório de Menores (RPM), destinado a menores de 14 a 18 anos de idade. (SILVA, 1997, p. 70).

Em Sergipe, foi possível verificar que muitos menores também foram tratados como adultos, inclusive sendo mantidos em delegacias ou presídios. Nos Boletins dos Menores do Juizado de Menores analisados, no campo “encaminhado por”, foi possível constatar inúmeras delegacias que encaminharam dezenas de menores à autoridade judicial para as devidas providências. Além destas, também constavam “polícia militar” ou “bombeiro”, o que me fez intuir que os menores eram levados para os respectivos quartéis, invariavelmente, para a realização dos registros das ocorrências e respectivos encaminhamentos por meio de ofícios.

De acordo com Milton (2016), ao ser perguntado se era comum encontrar menores em delegacias na década de 1970/1980, respondeu que

Era, era comum e eu vi, e colegas da área da polícia que a gente convivia... Porque o sistema é praticamente o mesmo [...] na época da FEBEM, de menores que estava até na idade de vir pra cá direto, [...] de ficar na delegacia quinze dias, vinte dias, até mais. Então, temos essas coisas. Infelizmente também acontecia. (MILTON, 2016).

Ao afirmar que o “sistema é praticamente o mesmo”, deixou clara a aproximação que o aparelho repressivo policial possuía com a FEBEM-SE, e que a permanência de menores nestes locais era corriqueira.

Nas palavras dos ex-servidores percebi convergências e divergências, talvez as lembranças que fugiram por causa do tempo ou simplesmente preferir não revelar fatos que de alguma forma os incomodavam. Isto aconteceu também com os ex-internos; porém, posso afirmar que foram mais suaves o diálogo e as representações que tiveram das instituições totais, apesar das dualidades perceptíveis: alegria-tristeza, infância-adulto, casa-rua, estudo-trabalho, sucesso-marginalidade.

Após as discussões e análises sobre o objeto de pesquisa, seguem as considerações finais realizando um apanhado do que foi apresentado a partir dos objetivos propostos e tese elaborada na parte vestibular deste trabalho. A ideia não é de encerrar uma discussão ou de ter vasculhado todos os espaços ou documentos, mas sim de promover um registro e trazer à tona o que aconteceu e como funcionava as instituições sociais relacionadas à questão do menor marginalizado, especialmente quanto as práticas educativas vivenciadas. Recebiam esta pecha por serem pobres, miseráveis; eram crianças abandonadas pelos pais e pela sociedade, órfãs de toda sorte e que, em certos casos, levava-os a cometer pequenos delitos, como o furto de frutas no mercado municipal, para poderem se alimentar. Isto colocava as crianças e adolescentes em uma posição social mais difícil ainda, o de menor delinquente. O trabalho da FEBEM-SE gerou resultados positivos e negativos; as crianças e adolescentes que por ela passaram tiveram oportunidades de se ressocializarem mesmo em meio a um sistema de repressão e controle. Uns conseguiram, outros não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta Tese foi estruturada em: introdução e três seções. Na primeira apresentei não só os conceitos e autores que me aportei para o desenvolvimento da pesquisa, como: práticas educativas, por Nóvoa (1995); sociedade, por Norbert Elias (1994); crime, por Michel Foucault (1987); instituição total, por Erving Goffman (2015), entre outros. Neste diapasão, apresentei a metodologia que desenvolvi para a pesquisa, o objeto, objetivos, a tese. As fontes que utilizei, foram: jornais, entrevistas, documentos judiciais, fotografias, além dos livros especializados de autores reconhecidos no campo da educação, na temática dos menores e das relações de dominação para a docilização dos corpos e mentes humanas.

No primeiro ano do curso cumpri com a obrigação das disciplinas do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. No segundo ano de pesquisa busquei, primeiramente, explorar as fontes orais, o que me levou tempo para entrevistá-las, mais ainda para transcrevê-las. Paralelo a isto, visitava uma ou outra biblioteca, acervo ou arquivo em busca de informações sobre o objeto pesquisado e sobre a FEBEM-SE. Em um segundo momento, iniciei as pesquisas nos jornais sergipanos sobre notícias que envolvessem menores, representações sociais dos mesmos e das instituições que os acolhiam. As visitas ao Arquivo Judiciário de Sergipe também renderam muito trabalho para vasculhar as caixas e selecionar os documentos que interessavam à pesquisa.

No terceiro ano de pesquisa, senti a necessidade de mais informações. Elas deveriam estar em documentos elaborados pela própria FEBEM de Sergipe. Perpassei pelas bibliotecas: Epifânio Dória, da Universidade Federal, do Poder Judiciário de Sergipe, pelo Arquivo Público de Sergipe; além do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, entre outros locais. Encontrei apenas um relatório e fotos no Instituto Tobias Barreto (situado dentro da biblioteca da Universidade Tiradentes, campus Farolândia). Neste processo, visitei também a Fundação Renascer, sucessora da FEBEM-SE, para verificar se tinham documentos guardados e, para a minha surpresa, havia uma biblioteca dentro da FEBEM-SE chamada Biblioteca Anne Frank, mas ocorreu um incêndio e os arquivos foram destruídos. Fui ao Corpo de Bombeiros de Sergipe e me informaram que realmente houve um incêndio na década de 1980, mas que não sabiam precisar o ano, comprometendo a informação por também não terem livros de registros em seus arquivos em virtude de terem jogado os mesmos no lixo. Os comentários dos militares que conversei foi que o responsável por tal feito havia dito que não tinha necessidade de guardar coisas do passado.

Percebi que a minha situação não era muito boa, pois precisava de informações diretas da própria FEBEM-SE para ratificar os dados que tinha levantado e o que já tinha escrito. Procurei um amigo que trabalhava na Fundação Renascer, mas que havia ingressado na FEBEM-SE no início da década de 1980. Ele foi um dos que entrevistei para o desenvolvimento desta Tese e mediou o contato com uma colega de trabalho que tinha três relatórios da FEBEM-SE guardados, além de um livreto com alguns encartes (estes últimos confeccionados pela Fundação Renascer). Eles pertenciam a um ex-diretor da FEBEM-SE e que havia cedido para ela fazer um estudo, mas me emprestou gentilmente para que eu pudesse embasar a minha pesquisa.

O objetivo geral foi analisar as práticas educativas dirigidas aos menores por parte das autoridades sergipanas: governadores, diretores da FEBEM-SE, juízes de menores, monitores, entre outros. Os objetivos específicos, por sua vez, foram: investigar de que forma as autoridades enfrentaram o problema do menor com o fechamento da Cidade de Menores em 1974; identificar as instituições que acolheram os menores entre 1974 e 1991; compreender as representações sociais e das autoridades sobre estes sujeitos e o tipo de educação dirigida a eles; verificar o perfil dos menores internos das unidades oficiais e conveniadas da FEBEM-SE.

Para responde-los, promovi na Primeira Seção uma análise da legislação da época com o fim de compreender o que estava sendo feito para lidar com a questão do menor no Brasil e em Sergipe. Os direitos dos pais sobre o menor, a menoridade penal, a classificação dos menores estabelecida pelo Código de Menores de 1927, a previsão da menoridade no Código Penal de 1940 e atenuante para menores de 21 anos quando da prática de delitos – uma preocupação do legislador com o desenvolvimento intelectual não amadurecido pelo indivíduo apesar de atingido os 18 anos de idade. A Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM foi um documento relevante para compreender como funcionava a FUNABEM e as FEBEMs. Em seguida discuti as nuances que antecederam a chegada do Código de Menores de 1979, especialmente quanto à abolição da classificação dos menores prevista no código anterior.

A reforma do ensino de 1º e 2º graus, realizadas em 1971, foi também uma ação que contemplou os menores assistidos pelas FEBEMs: internos, semi-internos e dos núcleos ou projetos de prevenção; uma vez que todos estavam ou deveriam estar matriculados nas escolas da rede oficial de ensino, da mesma forma que as crianças e adolescentes pertencente aos grupos sociais mais elevados. As análises das Constituições Federais de 1967 e 1988, uma durante o regime militar e outra com a redemocratização do país, apresentando suas

implicações para com a problemática do menor até o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente que estabeleceu a política de proteção integral, reservando uma parte especial para os infratores. E, encerrando a seção, analisei a Lei 2.009/1976 e a Lei 2.960/1991, onde a primeira instituiu a FEBEM em Sergipe e a última a extinguiu, criando ao mesmo tempo a Fundação Renascer de Sergipe.

Na Segunda Seção analisei as práticas educativas realizadas pela FEBEM-SE com o fim de reeducar os menores e reintegrá-los à sociedade, a ação preventiva e terapêutica com os seus projetos e programas; a educação e formação para o exercício de algum trabalho ou ofício. A disciplina e os castigos como forma de moldar os sujeitos, acarretando, por vezes, a rebeldia e as fugas. Dentro deste cenário havia os agentes políticos e públicos que faziam o sistema funcionar de acordo com a PNBm: as autoridades judiciais e policiais que, por muito tempo, tiveram seus papéis misturados ou confundidos em relação aos menores marginalizados. Finalizando a seção, tentei descrever o perfil do menor institucionalizado na FEBEM-SE, apresentando, inclusive, a perspectiva de assistir menores com deficiências intelectuais.

Na Terceira Seção analisei as representações da sociedade e das instituições sobre os menores e vice-versa, bem como de si mesmos. Para tanto, me ative principalmente às fontes orais e aos jornais sergipanos. Assim, foi possível perceber, por exemplo, como o judiciário percebia os menores, os cidadãos sergipanos, a própria FEBEM-SE, as instituições e empresas que oportunizavam trabalho para eles, entre outros. As narrativas dos ex-servidores e dos ex-internos desta instituição foram bastante reveladoras, dando sustentação ao propósito desta Tese.

Desta forma, em relação ao objetivo geral proposto: analisar as práticas educativas dirigidas aos menores por parte das autoridades sergipanas: governadores, diretores da FEBEM-SE, juízes de menores, monitores, entre outros, posso asseverar que o mesmo foi alcançado tendo em vista que foram apresentadas informações sobre os jogos esportivos, em especial o futebol, passeios, visitas técnicas, a oferta de cursos e oficinas profissionalizantes, dentro da FEBEM-SE e em entidades conveniadas, como o SENAC e o SENAI. Além disso, a questão do uso da disciplina interna e o uso de castigos com o intuito de educar e moldar as crianças e adolescentes.

Dentre os objetivos específicos, o primeiro foi: investigar de que forma as autoridades enfrentaram o problema do menor com o fechamento da Cidade de Menores em 1974. Como aduzido na terceira seção, apesar do fechamento desta instituição, o SAM continuou a funcionar em Sergipe sob a supervisão da FUNABEM. Os menores foram transferidos para

prédios de outras entidades que funcionavam na capital, como foi o caso do Orfanato Santa Inês que deu lugar ao Instituto Passos Miranda. Nesta época foi construído o CRT. Em 1976 o SAM foi substituído pela FEBEM-SE, agregando todo o patrimônio material e pessoal para dar continuidade ao assistencialismo aos menores sergipanos marginalizados.

Outro objetivo específico foi identificar as instituições que acolheram os menores entre 1974 e 1991. Foram diversas instituições oficiais e conveniadas que fizeram parte desta história, não sendo prudente elenca-las taxativamente em face do período que se distancia e do recorte ser relativamente considerável; porém, apresentei diversas entidades que fizeram parte deste contexto. Como unidades oficiais: CRT/CRTM – Centro de Recepção e Triagem, IPM - Instituto Passos Miranda, CEMEC - Centro Educacional de Menores Eronildes de Carvalho; CAM/CENAM – Centro de Atendimento ao Menor, AMAF – Abrigo de Menores Antônio Franco, a fazenda Olinda em Riachuelo, os núcleos preventivos da capital e interior, entre outros. Como exemplo de instituições conveniadas: Externato São Francisco de Assis, Casa Santa Zita, Lar Imaculada Conceição, entre outras, apresentadas no Quadro 8 (p. 166).

Compreender as representações sociais e das autoridades sobre estes sujeitos e o tipo de educação dirigida a eles foi mais um dos objetivos específicos, ficando claro que em certas situações a sociedade reagia de forma preconceituosa e direta, como foi o caso relatado pelo entrevistado Manoel (2016) quando, como monitor, levou os menores a um passeio na praia e ao chegar foram hostilizados pelas pessoas que estavam no local: banhistas e comerciantes. Em outros momentos, a partir de relatos de um dos ex-internos, Paulo (2017), disse que sempre foi bem tratado na empresa onde foi trabalhar, permanecendo na mesma até os dias de hoje, próximo a se aposentar. Portanto, os olhares e os momentos em que cada situação se passou foram elaboradas representações pelos sujeitos que a circundavam: monitores, diretores, juízes, internos, sociedade, cidadãos, muitas vezes estampadas nas manchetes dos jornais.

Circunscrito ainda a este terceiro objetivo específico, analisei a questão da educação dirigida aos menores. A educação formal era ofertada nas escolas da rede oficial de ensino próximas às unidades. Porém, muitas crianças e adolescentes deixavam de ser matriculadas por falta de vagas. Em outros Estados foi possível perceber a existência de escolas dentro das unidades de internação, ou mesmo salas de aula dentro de suas instalações. Porém, em Sergipe não consegui detectar qualquer informação sobre a existência de escolas primárias ou secundárias dentro dos estabelecimentos. O que havia era um apoio pedagógico para aqueles que não frequentavam as escolas e um reforço com professores e pedagogos para aqueles que estudavam nas escolas públicas.

Externamente, nos Núcleos Preventivos, também havia o reforço escolar para as crianças das comunidades assistidas. Em relação à formação educacional para o trabalho, remeto às considerações feitas sobre o objetivo geral: houve uma oferta de cursos e oficinas profissionalizantes, mas nem todos os internos tiveram oportunidade, possivelmente por falta de vagas ou por não preencher a escolaridade mínima, como foi o caso do ex-interno José (2016). Ademais, tive relatos de que ex-menores da FEBEM-SE ainda trabalham no ofício que aprenderam durante o internamento, como o de serralheiro; outros seguiram profissões liberais, como a advocacia, a carreira militar ou o funcionalismo público do Estado de Sergipe, bem como na iniciativa privada. Por outro lado, alguns menores não tiveram o mesmo destino: ou por falta de oportunidade ou por terem abandonado o trabalho conseguido pela FEBEM-SE; em alguns casos, inclusive, indo para a criminalidade.

Outro ponto abordado foi o analfabetismo ou a baixa escolarização dos menores internos da FEBEM-SE. Mas isto era um reflexo da sociedade em geral, do Brasil e de Sergipe. As consequências da desqualificação era não conseguir ingressar no mercado de trabalho, ocupar postos de subempregos, a baixa autoestima, entre outros, o que levou alguns a irem para o submundo da ilegalidade ou condenados a viverem para o resto de suas vidas em um ambiente de miséria e exclusão social.

O quarto objetivo específico: verificar o perfil dos menores internos das unidades oficiais e conveniadas da FEBEM-SE, a situação foi analisada a partir da origem familiar dos mesmos. Geralmente advinham de famílias desestruturadas onde as figuras paternas e maternas usualmente não conviviam em face do abandono do lar pelo genitor, deixando um número elevado de filhos aos cuidados das mães que, em muitos casos, não tinham emprego formal, eram donas de casa e, diante da necessidade de sustentar sozinhas os filhos, passaram a trabalhar como lavadeiras, cozinheiras, faxineiras, serviços gerais, venda de frutas nas calçadas, como foram os casos da Dona Marta e da genitora do Paulo. Em outras situações, os pais eram usuários de álcool ou drogas, o que gerava uma convivência insuportável, degradante e violenta. Ademais, a desqualificação dos pais para o trabalho formal os retiravam do mercado de trabalho, fazendo permanecer inalterada a posição social em que se encontravam e as agruras da sua condição humana.

Diante de um cenário caótico de sobrevivência, pobreza e miséria, muitos pais optaram por internar seus filhos na FEBEM-SE. Apesar da classificação taxativa dos menores ter sido abolida da legislação, a verdade é que ela permaneceu implícita nas entrelinhas, bem como dentro das unidades de internação como forma de controle, seleção e organização administrativa do trabalho. Assim, posso asseverar que o perfil geral dos menores que

perpassaram por esta instituição em Sergipe eram crianças pobres, seguidas das abandonadas e daquelas denominadas de rebeldes, por fim, as viciadas em entorpecentes, geralmente cola, e os delinquentes, nesta ordem. Além destes, constatei a presença de menores deficientes intelectuais e físicos aos cuidados da FEBEM-SE, da mesma forma que ocorreu em outros Estados, como foi o caso de Minas Gerais, apesar da sociedade inculcar que as FEBEMs serviam apenas para internar menores criminosos, um estigma que muitos carregaram, e ainda carregam, mesmo sem nunca terem se envolvido com a delinquência.

Em relação ao tratamento dispensado aos menores nas unidades da FEBEM e das instituições conveniadas, ficou translúcido principalmente quando transcrevi as narrativas dos ex-internos que entrevistei. Houve uma mistura de gratidão e de sentimentos diversos ao tratar do assunto, mesmo havendo castigos, disciplina e realização de trabalhos muitas vezes contra a vontade dos menores, como, por exemplo, quando os mandavam limpar as dependências das unidades: administração, corredores, quartos, banheiros, entre outros. Quanto à educação e trabalho, como já analisado, nem todos tiveram oportunidade de serem matriculados nas escolas ou mesmo de acesso a cursos nas oficinas das unidades da FEBEM-SE ou nas entidades conveniadas, como: SENAI, SESC, SENAC. Nenhum dos ex-internos entrevistados, do sexo masculino, concluiu o ginásio. Somente a “menina” conseguiu seguir e concluir o ensino superior – foi interna em um orfanato confessional: menor número de crianças e adolescentes, rigidez das normas, entre outros.

Apesar de muitos não terem acesso a cursos profissionalizantes, fosse por ausência de oficinas, principalmente nas instituições conveniadas, ou por falta de vagas, a ideia era de encaminhar o menor adolescente para um trabalho, mesmo sem qualificação, ou para as Forças Armadas, como eram sempre incentivados como um caminho a seguir – permanecendo na configuração das instituições totais. Paulo e Pedro trabalham ainda hoje em uma empresa estatal para a qual foram encaminhados pela FEBEM-SE; João, oriundo da Cidade de Menores, vivenciou a transição para o Instituto Passos Miranda e chegada da FEBEM-SE; trabalha formalmente em uma instituição de ensino superior, mas tem a formação de caldeireiro aprendida na época de quando foi interno. José permaneceu trabalhando na FEBEM-SE e ainda está em atividade na entidade que a substituiu. Fátima tornou-se pedagoga e também já trabalhou no sistema de internação de menores.

Eu entendia, em minha tese, que a política de internação pelas autoridades judiciais e policiais permaneceu durante a PNBm, o que efetivamente ocorreu, tendo constatado isto principalmente pelos Boletins Individuais do Juizado de Menores, bem como pelas narrativas dos entrevistados e dados dos relatórios da FEBEM-SE. Apesar desta permanência, houve

transformações quanto aos locais de envio de menores para outras instituições de custódia: presídios e casas de detenção, não havendo quase nenhum registro, apenas casos pontuais. O que derroga a minha tese inicial, uma vez que uma delegacia para menores em Sergipe já existia em meados da década de 1980; porém, apesar disto, percebi que muitos menores quando eram apreendidos permaneciam em uma delegacia convencional até que a autoridade judicial decidisse o seu destino. O papel da polícia e do judiciário se confundia na questão do problema do menor, só ficando clara com o passar dos anos, próximo ao fim da PNBm, até mesmo porque as garantias fundamentais, tão fortemente difundidas na nossa sociedade, só tomaram projeção a partir de 1988, enquanto que aquela política vigorava desde 1964, tendo o seu termo em 1990.

Compreendo que o problema poderia ser enfrentado com mais seriedade, com treinamento de pessoal, com uma estrutura dos prédios de internação que oferecesse mais conforto e dignidade aos internos, além de uma educação voltada para a realidade e interesses das crianças e adolescentes desfavorecidos socialmente. A escassez de material de apoio me pareceu algo muito comprometedor, além do despreparo ou ausência de atualização dos servidores, apesar de externarem boa vontade e preocupação com a formação dos menores. Percebi que isto também ocorria nas instituições conveniadas. O emprego de castigos físicos, por óbvio, foi um assunto um tanto que velado pelos ex-servidores e documentos analisados. Porém, todos os ex-internos mencionaram agressões, contrariando o previsto na PNBm.

O problema do menor abandonado, órfão e pobre era um problema social complexo - e continua sendo. Penso que os interesses sociais se modificaram, a sociedade também se tornou mais complexa; as novas formas de comunicação dinamizaram o acesso a informação tornando a juventude dona de um conhecimento em idade cada vez mais precoce. A política social e econômica, por sua vez, continuou escorchante, excluindo a juventude do acesso a melhorias de suas condições de sobrevivência, levando alguns a trilhar o caminho da ilegalidade, enquanto outros permanecem na miserabilidade até o fim dos seus dias. É um contraste social e político instituído pelos dirigentes do nosso país: autoridades dos três poderes, industriais e empresários, tornando essa prática uma permanência que aflige cada vez mais os nossos jovens, os quais, um dia, se tornarão adultos e continuarão sendo um problema a ser enfrentado pelo Estado e por toda a sociedade.

Não existe uma fórmula para solucionar o problema do menor, é tanto que muito se fez desde o início do século XX; adentramos no século XXI e a dimensão do menor infrator, dito delinquente ao tempo do recorte temporal desta Tese, que era a menor das preocupações dentro deste universo, passou a ser o maior; uma transformação fática e consubstanciada a

partir das novas políticas menoristas, muitas vezes espelhadas em legislações de países considerados de primeiro mundo, com uma realidade muito distante da brasileira. As unidades de internação sergipanas se tornaram verdadeiros presídios para menores, ao passo que isto já ocorria há muito tempo em outros Estados como São Paulo e Rio de Janeiro.

Desta feita, encerro a presente Tese, mas deixando várias possibilidades de investigação ou mesmo aprofundamento quanto à questão do menor, das práticas educativas direcionadas aos mesmos, suas circunstâncias, causas e consequências. Fica uma reflexão de como a sociedade agia, age e poderia proceder em face da marginalização, abandono, miséria e pobreza que assola as crianças e adolescentes do nosso país, crendo que as mudanças são possíveis e elas começam dentro de cada um, em sua individualidade, em benefício do próximo e da coletividade.

REFERÊNCIAS

- ALTOÉ, Sônia E. **Menores em tempo de maioridade**: do internato-prisão à vida social. Rio de Janeiro : Ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.
- ARANTES, E. M. M.. Rostos de crianças no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A arte de governar as crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. p. 171-220.
- ARAÚJO, Vânia Carvalho de. A criança socialmente desvalida: ente o trabalho e a ameaça da lei. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de. ARAÚJO, Vânia Carvalho de. **História da educação e da assistência à infância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 171-204.
- ARRUDA, Rinaldo Sérgio Vieira. **Pequenos bandidos**: um estudo sobre a gestação dos menores infratores na cidade de São Paulo. São Paulo: Global, 1983.
- AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA e J.E.M.M. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1989.
- BARRETO, Tobias. **Menores e loucos em direito criminal**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Alessandro/Meus%20documentos/Downloads/000661944.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2016.
- BRASIL. **Código Penal**. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 fev. 2016.
- BRASIL. **Decreto nº 16.272 de 20 de dezembro de 1923**. Approva o regulamento da assistência e protecção aos menores abandonados e delinquentes. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=31256&norma=46862>> Acesso em: 15 set. 2014.
- BRASIL. **Decreto 17.943, de 12 de outubro de 1927**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943Aimpressao.htm>. Acessado em: 14 jul. 2016.
- BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acessado em: 05 de set de 2017.
- BRASIL. **Código Penal – Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acessado em: 17 ago. 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 24 de janeiro de 1967**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acessado em: 05 de set de 2017.

BRASIL. **Política Nacional do Bem-Estar do Menor**. Fundação do Bem-Estar do Menor. Rio de Janeiro, 1973.

BRASIL. **Lei 6.368, de 21 de outubro de 1976**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6368.htm>. Acessado em: 17 ago 2016.

BRASIL. **Crianças e adolescentes**: indicadores sociais/Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro: IBGE, 1989. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/128/criadolec_1987_v1.pdf>. Acessado em: 13 mar. 2016.

BARROS, José D'Assunção. A história cultural e a contribuição de Roger Chartier. In: **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, 2005. p. 125-141.

BISPO, Alessandra Barbosa. **A educação da infância pobre em Sergipe**: a cidade de menores Getúlio Vargas (1942-1974). Dissertação de Mestrado em Educação. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe. 2007; 139 p.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**: crítica social do julgamento. Edusp : São Paulo. Porto Alegre : Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. O mercado dos bens simbólicos. In: **A economia das trocas simbólicas**. (org. Sérgio Miceli). São Paulo: Perspectiva, 1972. p. 295-336.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da Historiografia**: a Escola dos Annales (1929-1989). tradução Nilo Odalia. 2 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1991.

CAMBÍ, Franco. **História da Pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CARVALHO, Francisco Pereria de Bulhões. **Reforma do Código de Menores**. Editor Borsoi. Rio de Janeiro. 1970.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista, EDUSF, 1998.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. Bragança Paulista/SP: EDUSF, 2003.

CARVALHO, Rosana Areal. VIEIRA, Livia Carolina. **A caixa escolar e a bandeira republicana de educação para o povo**. V Congresso Brasileiro de História da Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão; Universidade Tiradentes, Aracaju, 2008. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/384.pdf>>. Acessado em: 27 jul. 2017.

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertand do Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC, v.8, n.16, 1995, p. 179-192.

CHARTIER, Roger. **A História ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **A pedagogia de internar**: uma abordagem das práticas culturais do internato da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-Se (1934-1967). 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

CONCEIÇÃO, Joaquim Tavares da. **Internar para educar**: colégios-internatos no Brasil (1840-1950). Aracaju: Edise, 2017.

COSTA, Kátia Regina Lopes. **Disciplinar, regenerar e punir**: os caminhos do menor delinquente sergipano (1891-1927). 2013. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

COSTA, Kátia Regina Lopes. **Olhares sobre o menor delinquente**: a normatização da infância e adolescência delinquentes no Brasil (1889-1930); 2012. Disponível em: <http://educonse.com.br/2012/eixo_10/PDF/18.pdf>. Acessado em: 25 out. 2015.

DANTAS JÚNIOR, Hamilcar Silveira. **Jogos da primavera de Sergipe**: tradição, espetáculo e “esportivização da escola” (1964-1995). São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

DELGADO, Lucila de Almeida Neves. **História oral** – memória, tempo, identidades. Belo Horizonte. Autêntica, 2010.

DELMANTO, Celso. **Código penal comentado**. 4 ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.

DEWEY, John. **Democracia e educação**: capítulos essenciais. Apresentação e comentários por Marcus Vinícius Cunha; tradução por Roberto Cavallari Filho. São Paulo: Ática, 2007.

DIAS, Maria Sara de Lima; SILVA, Rosana Soldi Briski da. O histórico de institucionalização de crianças e adolescentes. In: **Tuiuti: Ciência e Cultura**, n. 45. Curitiba, 2012. p. 177-188.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Zahar editora. Rio de Janeiro, 1994.

ELIAS, Norbert. SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIAS, Paulo Sérgio. NARCISO, Laércio José. **Cadeia de chocolate**: os funcionários da FEBEM falam. Arte & Ciência. São Paulo, 2005.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e processo político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (orgs.). **A arte de governar as crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro. Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. p. 47-98.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Luiz Antônio Miguel. **O estatuto da criança e do adolescente e o professor: reflexos na sua formação e atuação**. 2 ed. São Paulo. Cortez, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Lília M. Pondré Vasallo. Petrópolis. Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro. Nau, 2013.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de azul e branco: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950)**. Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED. São Cristóvão, 2003.

FUNABEM. **O “menor-problema social” no Brasil e a ação da FUNABEM**. Ministério da Previdência e Assistência Social. Rio de Janeiro, 1976.

GINZBURG, C. **Relações de força: história, retórica, prova**. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes - o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo, Cia. das Letras, 2006.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução: Federico Carotti. 2ª edição. 4ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **Pés-de-anjo e letreiros de neon: ginásianos na Aracaju dos anos dourados**. São Cristóvão: UFS, 2002.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Perspectiva. São Paulo, 2015.

HERBART, J.F. **Pedagogia Geral**. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População residente segundo os municípios das capitais – 1872/2000**. Tabela 2.2. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html>>. Acessado em: 13 jul 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População residente segundo os municípios das capitais – 1872/2000**. Tabela 2.4. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html>>. Acessado em: 13 jul 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População residente total e de 0 a 17 anos de idade, por grupos de idade, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação — 1980 / 1991**. Tabela 2.52. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao.html>>. Acessado em: 13 jul 2017.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Editora Autores Associados, nº 1, jan/jun, 2001. p. 9-43.

KARNAL, Leandro. TATSCH, Flavia Galli. Documento e história: a memória evanescente. In: PINSKY, Carla Bossanezi. LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 9-27.

KUHLMANN JÚNIOR, M. Infância e educação (1820-1950): comparação e classificação. In: LOPES, Alberto; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; FERNANDES, Rogério (orgs.). **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 185-197.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção repertórios).

LEITE NETO. Menores, abandonados e delinquentes. In: **Sergipe e seus problemas**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1937.

LIMA, Maria Izabel Martins Feitosa de; SILVA, Maria Lúcia S. Carvalho; VIEIRA, Zelina Maria da Cunha. Relato e análise de uma experiência num estabelecimento: para delinquentes ou da delinquência? In: **Análise institucional no Brasil**: favela, hospício, escola, FUNABEM. SAIDON, Osvaldo; KAMKHAGI, Vida Rachel. Espaço e Tempo. Rio de Janeiro, 1987; p. 138-162.

LUSSAC, Ricardo Martins Porto. TUBINO, Manoel José Gomes. Capoeira: a história e trajetória de um patrimônio cultural do Brasil. **Revista da Educação Física/UEM**. Maringá. 2009. p. 7-16 Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:W7DOls1ze0kJ:periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis/article/download/5815/3992+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

MARCILIO, Maria Luiza. A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1726-1950. In: FREITAS, Marcos C. (org.). **História social da infância no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 53-79.

MARTINS, Ana Luiza. Fontes para o patrimônio cultural: uma construção permanente. In: PINSKY, Carla Bassanezi. LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). **O historiador e suas fontes**. 1. ed., 3ª impressão. – São Paulo: Contexto, 2013. p. 281-308.

MAUAD, Ana M. A vida das crianças de elite durante o Império. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 137-176.

MEIHY, José Carlos Sebe B. RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático de história oral**: para empresas, universidades, comunidades, famílias. São Paulo : Contexto, 2011.

MENDES, Alessandro Araújo. **O menor abandonado e delinquente em Sergipe**: da instrução ao cárcere (1942-1974). 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

MINATEL, Martha Morais. **Institucionalização e educabilidade da infância anormal em Sergipe (1940-1979)**. 2018. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

MIRANDA, Humberto da Silva. **Nos tempos das Febems: memórias de infâncias perdidas** (Pernambuco/ 1964-1985). 2014. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

MONTESSORI, Maria. **Mente absorvente**. Rio de Janeiro, Portugalia Editora (Brasil), s.d.

NASCIMENTO, Eliane Aparecida do. SOUZA, Onildete Santana. **O menor na instituição: relação entre delinquência e utilização diária do seu tempo**. 1986. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 1986.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Memórias do Aprendizado: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe**. Maceió: Edições Catavento, 2004.

NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. **A Regeneração da Infância Pobre Sergipana no início do século XX: O Patronato Agrícola de Sergipe e suas Práticas Educativas**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2006.

NICHNIG, Cláudia Regina. Metodologia para estudar fontes judiciais. In: CARDOZO, Fernanda; MARIANO, Rayane, (orgs.). **Cadernos NIGS: metodologias**/Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividade - NIGS, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, v.1, n.1, 2010. p. 37-49.

NÓVOA, Antônio. **Vidas de professores**. Porto editora. Porto, 1995.

NÓVOA, Antônio. Carta a um jovem historiador da educação. **Revista de Historia y Memoria de la Educación**. Sociedad Española de Historia de la Educación. 2015. p. 23-58.

OLIVEIRA, Magda Maruza; Melo de Barros; ASSIS, Simone Gonçalves de. Os adolescentes infratores do Rio de Janeiro e as instituições que os “ressocializam”. A perpetuação do descaso. **Caderno de Saúde Pública do Rio de Janeiro**. 1999. p. 831-844. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csp/v15n4/1023.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2013.

OLIVEIRA, Milton Ramon Pires de. **Formar cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República**. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2003.

PERES, Elaine Teresinha. **Templo de luz: os cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925)**. Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

PILOTTI, Francisco. Crise e perspectiva da assistência à infância na América Latina. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene. **A arte de governar as crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. p. 11-45.

PORTO, Jadson Luis Rebelo. **Os territórios federais e sua evolução no Brasil**. Disponível em:<http://www.revistapresenca.unir.br/artigos_presenca/15jadsonluisrebeloportosterritoriوسفدرائيساهاولعواو.pdf>. Acessado em: 14 de dez de 2017.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores – do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância o Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (orgs.). **A arte de governar as crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. p. 99-168.

RIZZINI, Irma; VOGEL, Arno. O menor filho do Estado. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (orgs.). **A arte de governar as crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. p. 237-346.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 376-406.

SANTANA, Genilson Maciel. **Aspectos históricos da Fundação Renascer e suas contribuições na execução das medidas socioeducativas**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito). Faculdade Estácio de Sergipe–FASE, Aracaju, 2011.

SANTANTA, Josineide Siqueira. **Casa de Meninas**: práticas educativas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola Imaculada Conceição. Edise. Aracaju, 2016.

SANTOS, Marco Antônio Cabral dos. Criança e criminalidade no início do século XX. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 210-230.

SANTOS, Gilvan Vitor dos. SOUZA, Josefa Eliana. Círculo Operário Católico em Sergipe: prática educativa através do jornal A Cruzada e Voz Circulista. In: SOUZA, Josefa Eliana. JUNIOR, Hamilcar Silveira Dantas. **Instituições e práticas educativas no Brasil**: teoria e história. Editora UFS. São Cristóvão/SE, 2012.

SERGIPE. **FEBEM-SE**: Relatório 76/78. Governo do Estado de Sergipe, 1978.

SERGIPE. **III Plano de trabalho**. Relatório elaborado pela FEBEM-SE. Governo do Estado de Sergipe. Aracaju, 1979.

SERGIPE. **Perfil técnico-financeiro-administrativo da FEBEM-SE**: uma visão crítica. Relatório elaborado pela FEBEM-SE. Governo do Estado de Sergipe. Aracaju, 1983.

SERGIPE. **Visão diagnóstica do problema do menor em Sergipe**. Relatório elaborado pela FEBEM-SE. Governo do Estado de Sergipe. Aracaju, 1985.

SERGIPE. **Fundação Renascer**. Encartes informativos. Governo do Estado de Sergipe, 1991a.

SERGIPE. **Aspectos históricos da Fundação Renascer**. Governo do Estado de Sergipe, 1991b.

SILVA, Roberto da. **Os filhos do governo**. A formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. Ática. São Paulo, 1997.

SOUZA, Rosa de Fátima. **Alicerces da pátria**: história da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado de Letras, 2009.

SPENCER, J. F. **Educação**: intellectual, moral e physica. Trad. Emydio de Oliveira. 2ª. ed. Porto: Alcino Aranha & Cia, 1888.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos**: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Bel Horizonte (1906-1920). Bragança Paulista. EDUSF, 2002.

VOGEL, Arno. Do estado ao estatuto: propostas e vicissitude da política de atendimento à infância e adolescência no Brasil contemporâneo. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (orgs.). **A arte de governar as crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais Livraria e Editora, 1995. p. 299-346.

VEIGA, Cynthia Greive; FARIA FILHO, Luciano Mendes. **Infância no sótão**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4ª Ed. Brasília: UnB, 2008.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**: juventude e política social. Escuta. São Paulo, 1994.

Sites consultados:

Academia Brasileira de Letras. Tobias Barreto de Meneses. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/tobias-barreto/biografia>>. Acessado em: 02 de set de 2017.

BRASIL. Decreto Lei nº 6.026, de 24 de novembro de 1943. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6026-24-novembro-1943-416164-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em: 02 fev. 2016.

BRASIL. Decreto nº 69.450, de 1º de novembro de 1971a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d69450.htm>, Acessado em: 26 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697impressao.htm>. Acesso em: 26 jan. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 d julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BRASIL. Lei 3.274, de 02 de outubro de 1957. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3274impressao.htm>. Acessado em: 02 fev. 2016.

BRASIL. Lei 3.914, de 09 de dezembro de 1941. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3914.htm>. Acessado em: 03 fev. 2016.

BRASIL. Lei 5.258, de 10 de abril de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5258impressao.htm>. Acessado em: 03 fev. 2016.

BRASIL. Lei 5.439, de 22 de maio de 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L5439.htm>. Acessado em: 03 fev. 2016.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Antônio Manuel de Carvalho Neto. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CARVALHO%20NETO,%20Ant%C3%B4nio%20Manuel%20de.pdf>>. Acessado em: 02 de set de 2017.

DEARO, Guilherme. Revista Exame. Editora Abril. Publicação de 26/06/2014. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br//mundo/noticias>>. Acesso em: 05 de março de 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do século XX**. Disponível em: <<http://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-palavra-chave/populacao.html>>. Acessado em: 12 abr. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=200&z=cd&o=2&i=P>>. Acessado em: 16 abr. 2016.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=cd&o=2&i=P&c=204>>. Acessado em: 16 abr. 2016.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1974.pdf>. Acessado em: 21 de set. de 2017

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_1991.pdf>. Acessado em: 21 de set. de 2017

IBGE. Biblioteca. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>>. Acessado em: 22 de set. de 2017

ONU BR. Nações Unidas no Brasil. **Conheça a ONU**. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/conheca/>>. Acesso em: 1º de março de 2016.

UNICEF Brasil. **UNICEF no mundo**. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em: 01 mar 2016.

O Real. Disponível em: <https://www.portalbrasil.net/economia_real_historico.htm>. Acessado em: 05 de set de 2017.

Palácio-Museu Olímpio Campos. Disponível em: <<http://www.palacioolimpiocampos.se.gov.br/galeria-de-governadores>>. Acessado em: 21 mar. 2016.

SERGIPE. Lei 2009, de 30 de abril de 1976. Disponível em: <<http://www.al.se.gov.br/leis-ordinarias/leis-ordinarias-ler/?Numerolei=4124>>. Acessado em: 21 jul 2016.

UNICEF-BRASIL. **UNICEF no mundo**. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em: 01 mar 2016.

Universidade de São Paulo. **Declaração dos direitos das crianças**. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>>. Acesso em: 1º de março de 2016.

Jornais consultados:

GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 01 de março de 1976 – Ano XX, nº 5.370.
GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 10 de março de 1976 - Ano XX, nº 5.376.
GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 11 de março de 1976 - Ano XX, nº 5.377.
GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 10 de março de 1976 - Ano XX, nº 5.376.
GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 13 de março de 1976 - Ano XX nº 5.379.
GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 20 de novembro de 1976 - Ano XX nº 5.579.
GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 04 de maio de 1976 - ANO XX nº 5.420.
GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 01 de julho de 1980 - Ano XXIII, nº 6.537.
GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 13 de julho de 1980 - Ano XXIII, nº 6.547.
GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 10 de março de 1976 - Ano XXIII, nº 5.376.
GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 08 de agosto de 1980 - Ano XXIII, nº 6.569.
GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 07 e 08 de setembro de 1980 - Ano XXIII, nº 6.593.
GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 09 de setembro de 1980 - Ano XXIII, nº 6.594.
GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 19 de setembro de 1980 - Ano XXIII, nº 6.603.
GAZETA DE SERGIPE, Aracaju, 20 de setembro de 1980 - Ano XXIII, nº 6.604.

A DEFESA, Propriá, 25 de fevereiro de 1975 – 3ª Fase, nº 594.
A DEFESA, Propriá, 19 de junho de 1975 – 3ª Fase, nº 598.
A DEFESA, Propriá, 15 de agosto de 1975 – 3ª Fase, nº 600.
A DEFESA, Propriá, 7 de setembro de 1975 – 3ª Fase, nº 601.
A DEFESA, Propriá, 25 de dezembro de 1975 – 3ª Fase, nº 604.
A DEFESA, Propriá, 18 de janeiro de 1976 – 3ª Fase, nº 605.
A DEFESA, Propriá, 22 de fevereiro de 1976 – 3ª Fase, nº 606.
A DEFESA, Propriá, 23 de maio de 1976 – 3ª Fase, nº 609.
A DEFESA, Propriá, 12 de agosto de 1976 – 3ª Fase, nº 611.
A DEFESA, Propriá, 16 de outubro de 1976 – 3ª Fase, nº 613.

Entrevistas concedidas ao autor:**Ex-servidores**

Francisco. Ex-presidente da FEBEM-SE. Entrevista concedida ao autor em 04 de setembro de 2017.

Manoel. Ex-monitor da FEBEM-SE. Entrevista concedida ao autor em 12 de janeiro de 2016. Aracaju/SE

Marcos. Ex-monitor da FEBEM-SE. Entrevista concedida ao autor em 19 de janeiro de 2016. Aracaju/SE.

Marta. Ex-cozinheira da FEBEM-SE. Entrevista concedida ao autor em 07 de agosto de 2017.

Matias. Ex-monitor da FEBEM-SE. Entrevista concedida ao autor em 01 de março de 2016.

Menezes. Ex-monitor da FEBEM-SE. Entrevista concedida ao autor em 26 de fevereiro de 2016.

Milton. Ex-monitor da FEBEM-SE. Entrevista concedida ao autor em 01 de março de 2016.

Ex-internos

Fátima. Ex-interna da FEBEM-SE. Entrevista concedida ao autor em 07 de agosto de 2017.

João. Ex-interno da Cidade de Menores Getúlio Vargas. Entrevista concedida ao autor em 06 de abril de 2016.

José. Ex-interno da FEBEM-SE. Entrevista concedida ao autor em 04 de março de 2016.

Paulo. Ex-interno da FEBEM-SE. Entrevista concedida ao autor em 03 de março de 2017.

Pedro. Ex-interno da FEBEM-SE. Entrevista concedida ao autor em 15 de fevereiro de 2017.

ANEXO 1

IMAGEM DE SATÉLITE ATUAL DAS INSTALAÇÕES DO CENAM

Figura 13: Imagem de satélite atual das instalações do CENAM.



Fonte: http://www.apolo11.com/satmap2_cidades.php?citynum=25

- Área territorial do antigo CENAM – Centro de Atendimento ao Menor.
- Área atual do CENAM – Centro de Atendimento ao Menor.
- ACADEPOL – Academia da Polícia Civil de Sergipe.
- USIP – Unidade de Internação Provisória de Menores.
- Enfermaria.
- DEPCA – Delegacia Especial de Crianças e Adolescentes.
- Anexo Administrativo da USIP.

ANEXO 2 CASA SANTA ZITA

Figura 14: **Fachada da Casa Santa Zita – Aracaju/SE.**



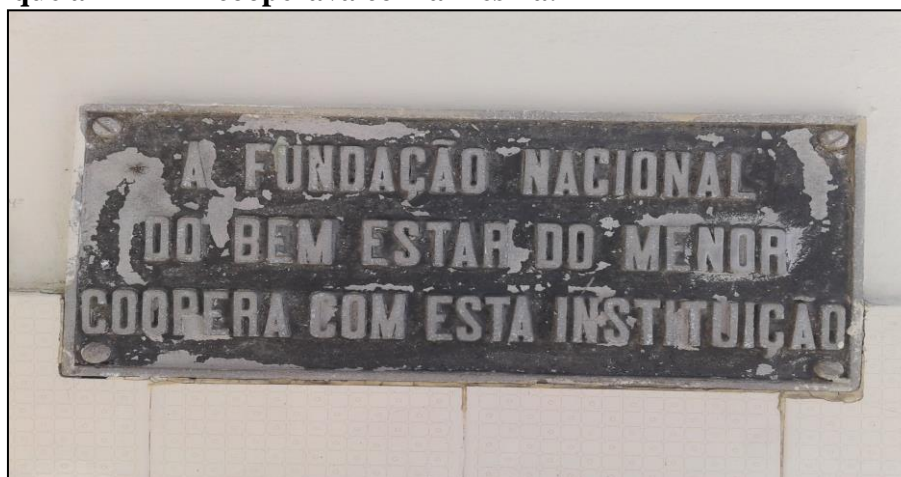
Fonte: Acervo pessoal do autor.

Figura 15: **Placa em homenagem à fundadora da Casa Santa Zita**



Fonte: Acervo pessoal do autor.

Figura 16: **Placa afixada na Casa Santa Zita que informava que a FEBEM cooperava com a mesma.**



Fonte: Acervo pessoal do autor.

ANEXO 3

CRONOLOGIA DA HISTÓRIA DO MENOR EM SERGIPE E NO BRASIL

	ANO	ENTIDADE - POLÍTICA PÚBLICA - AÇÃO GOVERNAMENTAL
BR	1830	Código Criminal do Império – previa punição para menores de 14 anos.
BR	1850	Menores já eram enviados para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro.
SE	1884	Discussões sobre o problema do menor inspiraram Tobias Barreto a escrever o livro <i>Menores e Loucos</i> .
BR	1889	Criação da Escola Quinze de Novembro no Rio de Janeiro – um reformatório para menores.
BR	1913	Criação do Instituto Sete de Setembro no Rio de Janeiro para acolher menores desvalidos e delinquentes.
SE	1923	Lei Estadual nº 855, de 31 de outubro de 1923, determinando a criação de um local para acolher menores abandonados e delinquentes em Sergipe.
BR	1923	Decreto Federal nº 16.272, de 20 de dezembro de 1923, regulamentou a assistência e proteção dos menores abandonados e delinquentes em todo o país.
BR	1927	Código de Menores de 1927
SE	1938	Criação do SAM – Serviço de Assistência ao Menor (Decreto Lei Estadual nº 39, de 28 de janeiro de 1938).
BR	1941	Criação do SAM – Serviço de Assistência ao Menor (Decreto Lei nº 3.799, de 05 de novembro de 1941), de atuação nacional.
SE	1942	Inauguração da Cidade de Menores Getúlio Vargas, em Nossa Sra. do Socorro/SE.
BR	1964	Criação da FUNABEM, responsável pela implantação da PNBM.
SE	1965	Criação da Casa das Meninas Santa Inês (Decreto nº 1.008, de 29 de abril de 1965), entidade oficial criada para acolher menores do sexo feminino em Sergipe.
SE	1974	Extinção da Cidade de Menores Getúlio Vargas. A Casa das Meninas Santa Inês passa a se chamar Instituto Passos Miranda (Decreto nº 2.814/1974). Permanece o SAM e a FUNABEM na assistência aos menores.
SE	1976	Criação da FEBEM-SE - Lei Estadual nº 2.009, de 30 de abril de 1976, extinguindo o SAM.
BR	1979	Código de Menores de 1979
BR	1988	Constituição Federal do Brasil.
BR	1990	ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990
SE	1991	Extinção da FEBEM-SE e criação da Fundação Renascer de Sergipe – Lei Estadual nº 2.960, de 09 de abril de 1991.

Fonte: criado pelo autor a partir das informações contidas nesta Tese. (BR – Brasil; SE – Sergipe).

ANEXO 4

EDUCAÇÃO ESCOLAR NA FEBEM-SE

Quadro 14: Distribuição dos menores segundo sexo e idade atendidos pela FEBEM-SE nos núcleos preventivos e no CAM em 1978. (Quadro adaptado).

IDADE	SEXO			
	MASCULINO	%	FEMININO	%
6 a 9 anos	477	32,0	345	27,5
9 a 12 anos	573	38,5	415	33,1
12 a 15 anos	331	22,0	324	25,8
15 a 18 anos	127	8,5	170	13,6
Total	1.508	100	1.254	100

Fonte: III Plano de Trabalho de 1979 – FEBEM-SE (SERGIPE, 1979, p. 28).

Quadro 15: Situação escolar dos menores atendidos pela FEBEM-SE nos núcleos preventivos e no CAM em 1978. (Quadro adaptado).

ESCOLARIDADE	Nº DE MENORES	%
Sem escolarização (analfabetos)	707	25,6
Alfabetizados	206	7,5
1º grau	1.844	66,7
2º grau	05	0,2
Total	2.762	100

Fonte: III Plano de Trabalho de 1979 – FEBEM-SE (SERGIPE, 1979, p. 29).

Quadro 16: Distribuição por séries dos menores atendidos pela FEBEM-SE nos núcleos preventivos e no CAM em 1978 que cursavam o 1º grau. (Quadro adaptado).

ESCOLARIDADE	Nº DE MENORES	%
1ª série	682	36,9
2ª série	522	28,4
3ª série	335	18,2
4ª série	156	8,3
5ª série	85	4,7
6ª série	39	2,3
7ª série	18	0,9
8ª série	07	0,3
Total	1.844	100

Fonte: III Plano de Trabalho de 1979 – FEBEM-SE (SERGIPE, 1979, p. 29).